

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

GUILHERME ESTEVÃO DOS SANTOS

Metrópole, cotidiano e racismo:
Crítica das relações raciais em São Paulo e o colapso da modernização
(Versão corrigida)

São Paulo
2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**Metrópole, cotidiano e racismo:
Crítica das relações raciais em São Paulo e o colapso da modernização**
(Versão corrigida)

Guilherme Estevão dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em ciências.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo.

São Paulo
2021

Nome: SANTOS, Guilherme Estevão dos

Título: MetrÓpole, cotidiano e racismo: Crítica das relações raciais em São Paulo e o colapso da modernização.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em ciências.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____.

Julgamento: _____ Assinatura: _____.

Prof. Dr. _____ Instituição: _____.

Julgamento: _____ Assinatura: _____.

Prof. Dr. _____ Instituição: _____.

Julgamento: _____ Assinatura: _____.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237m Santos, Guilherme Estevão
Metrópole, cotidiano e racismo: Crítica das
relações raciais em São Paulo e o colapso da
modernização / Guilherme Estevão Santos; orientador
Anselmo Alfredo - São Paulo, 2021.
181 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Geografia Urbana. 2. Relações raciais. 3.
Geografia de São Paulo. 4. Crise do capitalismo. 5.
Racismo. I. Alfredo, Anselmo, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

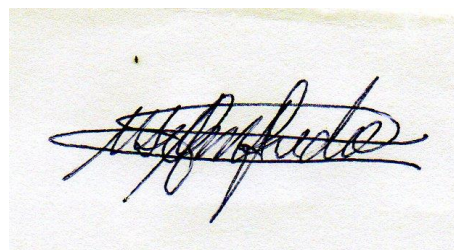
Nome do (a) aluno (a): Guilherme Estevão dos Santos

Data da defesa: 01/03/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Anselmo Alfredo

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 30/04/2021



(Assinatura do (a) orientador (a))

Agradecimentos

Cabe salientar que este trabalho está para além de sua própria denominação enquanto trabalho individual, é fruto de uma intensa e rica vivência coletiva.

Assim sendo, dedico este trabalho aos meus irmãos Celso, Levi, Lucius, Edson e Tiago Onidaru pelo constante e afetuoso debate e consequente formação intelectual e política. Tenho certeza que nossa parceria e nossas reflexões serão eternas.

Aos meus pares da militância que com a radicalidade em perspectivas diversas me fizeram trilhar o caminho da luta antirracista e pela autonomia do povo negro.

Aos brilhantes e queridos membros do NEPEN, pelo amadurecimento e fortalecimento coletivo.

À rapaziada do Basquete Maloka (Joilson, Alê, Sabote, Gustavo, Matheus, Júlio, Marcos, Abud, Henrique e Pagador) pelas sagradas e noturnas sextas-feiras de basquete, sendo a válvula de escape de todo estresse acumulado na semana. Também sou grato pela vida compartilhada nas conversas no vão e no morrinho, nas viagens e trabalhos de campo inesquecíveis.

Aos meus companheiros de curso, que com os diversos olhares geográficos enriqueceram minhas reflexões e se somam também como autores deste trabalho

Ao professor Anselmo Alfredo pela orientação atenciosa e afetuosa, me ensinando que a superação e transcendência estão também no movimento do pensamento, fazendo-me conceber enquanto sujeito capaz de problematizar, refletir e criticar.

Aos avaliadores, Allan, Deivison e Carlos primeiramente pela presença na banca examinadora e posteriormente pela leitura detalhada e crítica deste trabalho.

À Mayara pela parceria, afeto e carinho nos momentos decisivos de elaboração deste trabalho.

À minha família pelo amor e suporte incondicional e irrestrito, sobretudo aos meus pais, Miriã e Jaido, que me ensinaram que o horizonte está para além daquilo que nos está aparentado.

E por fim dedico este trabalho a todos os que se foram e os que se mantêm de pé em meio ao colapso e a barbárie deste modo de produção e sua (ir)racionalidade paralela, o racismo.

Agradeço também à Capes pelo financiamento dessa pesquisa, tornando-a possível.

RESUMO

A presente pesquisa insere-se na área de estudos sobre a cidade, a metrópole e o urbano, especificamente sobre o cotidiano e racismo na metrópole paulista no século XXI. A análise será tomada a partir do ponto de vista crítico e negativo, onde as contribuições filosóficas de Mbembe, Marx e Kurz serão fundamentais na apreensão das categorias e conceitos basilares da pesquisa. Tais categorias e conceitos baseados no materialismo histórico e dialético terão como função criticar o processo simultâneo de acumulação e crise do capital determinante na conformação de uma sociabilidade crítica no cotidiano da metrópole. O colapso, entendido a partir da contradição capital-trabalho, da simultaneidade entre acumulação e crise e da tendência autodestrutiva e revolucionária do capitalismo, determina a sociedade baseada na lógica do trabalho, marcada pela diminuição do trabalho vivo, haja visto o desenvolvimento das forças produtivas. Essa contradição, se relaciona à raça pela necessidade do capitalismo em desenvolver-se como causalidade natural, assim nos colocamos a analisar como a raça aparece no decorrer contraditório da modernização brasileira. Para tanto, caminhamos entre leituras clássicas para determinar a efetividade da raça na modernidade; revisamos a literatura sobre a integração do negro à sociedade de classes e fomos a campo captar entrevistas, relatos e observações sobre o cotidiano da população negra e o movimento negro organizado em São Paulo. Deduzimos, portanto, que a reificação e o recrudescimento da raça na história do capitalismo, tem por finalidade efetivar o processo crítico de valorização.

Palavras-chave: Raça; crise; crítica; cotidiano; metrópole

ABSTRACT

The present research is inserted in the area of studies about the city, the metropolis and the urban, specifically about the daily life and racism in the metropolis of São Paulo in the 21st century. The analysis will be taken from the critical and negative point of view, where the philosophical contributions of Mbembe, Marx and Kurz will be fundamental in the apprehension of the basic categories and concepts of the research. Such categories and concepts based on historical and dialectical materialism will have the function of criticizing the simultaneous process of accumulation and crisis of the determinant capital in the conformation of a critical sociability in the daily life of the metropolis. The collapse, understood from the capital-labor contradiction, the simultaneity between accumulation and crisis and the self-destructive and revolutionary tendency of capitalism, determines the society based on the logic of work, marked by the decrease of living work, having seen the development of the productive forces . This contradiction is related to race because of the need for capitalism to develop as a natural causality, so we begin to analyze how race appears in the contradictory course of Brazilian modernization. For that, we walked between classic readings to determine the effectiveness of the race in modernity; we reviewed the literature on the integration of black people into class society and went to the field to capture interviews, reports and observations about the daily lives of the black population and the organized black movement in São Paulo. We deduce, therefore, that the reification and recrudescence of race in the history of capitalism, has the purpose of effecting the critical process of valorization.

Keywords: Race; crisis; criticism; daily; metropolis

SUMÁRIO

Introdução.....	p.8
1. Raça e modernização.....	p.24
1.1. Acumulação primitiva na Europa.....	p.25
1.2. O Sistema Colonial e o Comércio Marítimo Triangular.....	p.27
1.3. Raça no contexto da modernização brasileira.....	p.34
1.4. Raça enquanto natureza da forma-valor.....	p.37
1.5. Raça e trabalho.....	p.42
2. Raça e o urbano: Trabalho e concorrência.....	p.51
2.1 O dito e o não dito sobre raça e o espaço urbano.....	p.51
2.2 São Paulo: Da vila jesuíta ao centro modernizador do capitalismo brasileiro	p.62
2.3 Mercado de trabalho livre em São Paulo: Integração negativa e concorrência inter- racial.....	p.72
2.4 Frente Negra e o paradoxo da modernização.....	p.77
2.5 O negro na sociedade de classes: contrapontos e confluências.....	p.82
3. Trabalho, dívida e violência: raça na face cotidiana do colapso em São Paulo.....	p.94
3.1 Trabalho.....	p.97
3.2 Dívida.....	p.121
3.2.1 Consumo e crise de superprodução.....	p.126
3.3 Violência.....	p.129
4. Movimento negro: Crise e crítica do capital.....	p.141
4.1 Crise do trabalho e ascensão do movimento social negro.....	p.141
4.2 A historicidade do movimento negro paulista: continuidades e descontinuidades.....	p.148
4.3 O movimento negro em São Paulo no século XXI: perspectivas e reivindicações.....	p.157
4.4 Crise e crítica no movimento negro paulista.....	p.162
Considerações finais.....	p.166
Referencias.....	p.171

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho resulta de dilemas surgidos no campo político do movimento negro, onde durante breve atuação política interna e externa à universidade, isto é, com entidades representativas do movimento estudantil e do movimento negro paulista fomos provocados a refletir sobre os meios e fins de superação do racismo.

Dessa forma os discursos dos jovens brancos de classe média, enquanto militantes do movimento estudantil, a bradar a luta de classes nos parecia deveras caricato, mas ao mesmo tempo chamava atenção para a organização do movimento operário e seu posicionamento diante do racismo. O que se observou, tanto nos movimentos estudantis como nos movimentos operários, foi uma nítida divisão racial da militância, dirigentes e intelectuais orgânicos brancos e os poucos negros compunham a base militante. Por outro lado, a forma pela qual o racismo era abordado e pautado por tais movimentos, de forma rasa e universalista nos indicava os limites contundentes da esquerda em tratar a questão racial.

Daí surge o intercâmbio com o movimento negro e seu largo espectro de perspectivas, onde verificamos a dificuldade de conciliar diferentes pontos de vista em torno de um projeto de sociedade próprio do movimento. A atuação do movimento negro, ao nosso entender, se encontrava circunscrita a denúncia e reação pontual ao racismo e que, portanto, era necessário elaborar tal projeto, colocá-lo em prática, não antes de aprofundar nossos conhecimentos sobre questão racial no lugar científico onde estávamos inseridos, a Geografia. Todavia esse momento conflou-se num aparente paradoxo, onde o ativismo se faz necessariamente contraditório a prática teórica e vice-versa, mobilizando-nos em torno das seguintes questões: quais são os limites colocados entre o ativismo e a prática teórica? Qual a efetividade e a determinação dessa aparente contradição? Desse modo são profícuas as palavras de Guerrero Ramos (1995), em suas notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil:

“A objetividade do conhecimento histórico-sociológico, como todos sabem, difere largamente da objetividade do conhecimento físico-matemático. No conhecimento do átomo ou da célula incide escassa interferência do contexto histórico-sociológico do pesquisador, mas, no conhecimento dos fatos sociais, essa interferência é iniludível. Sendo o homem um ‘ser em situação’, ou um ser historicamente construído, não se dá para ele aquela circunstância, suposta por Descartes e Émile Durkheim, em que um eu se defronta com a realidade histórico-social, como se esta fosse suscetível de ser apanhada, em sua essência, por um pensamento soberano, liberto de julgamentos de valor, de pré-noções e mesmo de tendenciosidade.” (p.35)

Assumimos aqui os limites, dada a objetividade dessa pesquisa, pois ela não parte do éter, pelo contrário é produto de acúmulos vividos individual e coletivamente, onde a identidade racial se faz eminente.

Nossa crítica, nesse sentido, rejeita o universalismo científico, tal dogma largamente difundido também pelos marxistas, geógrafos ou não, foi desde sempre utilizado para estigmatizar a atividade de pesquisadores negros envolvidos em pesquisas sobre a questão racial, como ativismo acadêmico e, portanto, parcial. Aqui propomos uma reflexão profunda, em três sentidos, de nossos pares pesquisadores brancos, geógrafos ou não, comprometidos com a uma perspectiva teórica crítica sobre as determinações raciais na produção do conhecimento científico realizado pelas ciências sociais. O primeiro é o fundamental reconhecimento da predominância, quase absoluta, de docentes e pesquisadores brancos, sendo o Departamento de Geografia, ao qual pertencemos, o exemplo mais bem acabado. A segunda provocação diz respeito à necessária autorreflexão desses docentes e pesquisadores em torno de se localizarem em vossos objetos de pesquisa, de forma assumirem-se como seres em situação, cremos que não há mais espaço, sobretudo no campo teórico crítico, para perpetuar a falácia universalista e neutra da ciência. A perspectiva universalista como nos revela Vainer (2014) e Bento (2002) é o principal instrumento da branquitude, para se omitir como identidade racialmente determinada. O terceiro ponto diz respeito à dupla consequência desse quadro, onde de um lado temos uma produção de conhecimento enviesada, muito aquém em termos teóricos de conceber a finalidade efetiva da raça na economia política e de outro a reprodução do racismo estrutural, por omissão e cumplicidade, do pensamento crítico. Em outras palavras, trata-se de inserir o trabalho docente e científico, nas universidades ou fora delas, na lógica da concorrência e seus desdobramentos raciais. Apenas com essa autorreflexão, a crítica pode ser lida enquanto tal.

Assim a produção de conhecimento centrada na geografia uspiana, em grande medida, apreendeu a raça como elemento de análise circunstancial, quando não ignorado. Assim as aulas, os textos, as teorias e os métodos geralmente passavam à largo da questão racial, deixando um vácuo na ciência geográfica, tida enquanto crítica. Tal fato nos deslocou para contribuições clássicas ou não, de outras disciplinas, principalmente a sociologia e a história, bem como para os não mencionados trabalhos da geografia uspiana e não uspiana sobre raça.

Todos esses limites nos apontavam para o esgotamento teórico e a crise do marxismo clássico, suas premissas ao não encontrarem paralelos com a realidade, se reverberam no aspecto político na burocratização dos movimentos e no aspecto acadêmico numa crítica estruturalista da ciência geográfica. Ambos margeando a raça como elemento de análise.

Nossa experiência política conformou nossa curiosidade acadêmica, aproximando-nos de teorias e perspectivas negativas e críticas, sobretudo no sentido de apreender a relação entre raça e trabalho. Portanto, a perspectiva crítica e radical ao trabalho expressa no Manifesto Contra o Trabalho (KRISIS, 1999) nos chamou atenção pela negação do trabalho como ontologia humana, isto é, nossa natureza. Eis aqui o princípio de nossa crítica, expor e negar a forma de consciência que concebe o capital e suas categorias como natureza social.

O manifesto além de desvincular a essência entre o homem e o trabalho, pontua como os movimentos operários reproduziram esse dogma e aponta para a crise e colapso da sociedade do trabalho. A obra marca a passagem de uma interpretação marxista que concebe o trabalho como fim em si e, portanto, como emancipação, culminando na revolução proletária, para a categorização do trabalho como eminentemente negativo em dois sentidos, primeiro enquanto sujeição e dominação social e segundo como fundamento social em dissolução. Sob essas premissas tratamos então de desvelar como a raça e o trabalho aparecem associados no curso da modernização brasileira e paulista, em particular. Contudo, antes dessa caracterização se faz preciso algumas digressões teóricas de forma a nos localizarmos no pensamento marxista.

Nesse sentido, a crítica do valor ao realizar a releitura da obra de Marx busca superar a crítica à exploração e a distribuição do capitalismo, fundamentada na ideia de apropriação privada, caracterizando o capitalismo como forma abstrata de dominação associada à natureza peculiar do trabalho naquela sociedade.

“A teoria crítica de Marx tenta demonstrar que o trabalho no capitalismo desempenha um papel historicamente único na mediação das relações sociais, e elucidar as consequências dessa forma de mediação. Seu interesse no trabalho no capitalismo não quer dizer que o processo material de produção seja mais importante que outras esferas de vida social. Pelo contrário, sua análise da especificidade do trabalho indica que a produção no capitalismo não é um processo puramente técnico; está indissociavelmente relacionada às relações sociais básicas da sociedade e é por elas modelada” (POSTONE, 2014 p.31)

Ao emergir de maneira lenta, espontânea e contingente, a sociedade do trabalho como forma única de interdependência social, adquiriu caráter necessário e sistemático, solapou, incorporou e suplantou outras formas sociais, tornando-se ao mesmo tempo global em escala, eis a subsunção real do trabalho ao capital. A natureza peculiar do trabalho no capitalismo, portanto, diz respeito à sua imposição como forma de dominação social e totalidade abstrata de forma a cumprir sua finalidade, a produção e valorização do valor em escala crescente. Isso significa que a necessidade de troca de mercadorias como efetividade do capital constitui o conjunto dos diferentes trabalhos individuais como trabalho social total. Desse modo, a mercadoria surge para além de sua concretude, como síntese do processo social, ao qual o

trabalho e a força de trabalho são objetivados na mercadoria. Postas como fim em si e expressas no paradigma da dependência pessoal, as relações sociais de produção de mercadorias aparecem como formas naturais da vida social, isto é, a consciência natural é inerente à forma-valor.

“As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias, [...] Essa é a sua forma natural com que estamos habituados. Elas são só mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade, objetos de uso e simultaneamente portadores de valor. Elas aparecem, por isso, como mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor.” (MARX, 2011 p.172)

Nesse sentido, o processo de valorização do valor conforma a forma-mercadoria como relação social dos produtores com o trabalho total, determinada entre os próprios, sob a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Em síntese, “tal como o homem religioso é dominado pelo produto de sua própria cabeça, a sociedade capitalista é dominada pelo produto de sua própria atividade criadora”. Eis o fetichismo, onde a mercadoria se autonomiza, subordinando o social, isto é, onde “as coisas não somente ocultam relações entre pessoas, mas também as organizam”. (BARREIRA, 2005 p.8). O fetichismo da mercadoria como consciência universal e naturalizante das relações sociais de produção se desdobrará em várias dimensões, incluindo a raça e suas manifestações diante a contradição capital-trabalho.

O caráter enigmático da mercadoria fundamenta a expansão do capitalismo como relação social, fazendo-se cumprir a lei geral da acumulação capitalista. Daí a necessidade de caracterizar tal expansão e suas contradições. Desse modo, o aumento da produtividade do trabalho como princípio do aumento da massa de lucro faz emergir o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, o desenvolvimento de meios e técnicas com objetivo de alçar níveis ampliados de produtividade do trabalho. Isso significa que

“O mesmo número de trabalhadores, a mesma quantidade de força de trabalho, tomada disponível por um capital variável de dado volume de valor, devido aos métodos de produção peculiares que se desenvolvem dentro da produção capitalista, põe em movimento, processa e consome produtivamente ao mesmo tempo uma massa sempre crescente de meios de trabalho, maquinaria e capital fixo de toda espécie, matérias-primas e auxiliares - portanto também um capital constante de volume de valor sempre crescente.” (MARX, 2017 p.217)

Na equação do processo produtivo do capital, amplia-se o valor do capital constante (maquinaria e matéria-prima) e reduz-se o valor do capital variável (força de trabalho). Sendo, o trabalho o fundamento da riqueza social e logo do valor e da mais-valia seu progressivo e relativo decréscimo irá resultar na queda tendencial da taxa de lucro. Dessa maneira, sob a mesma lógica se realiza uma massa absoluta crescente de lucro e uma taxa decrescente de lucro, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas desvela o conflito entre a expansão da produção

e a valorização. Em outros termos, se desvela a simultaneidade entre acumulação e crise do capital

“A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o capital e não inversamente, que os meios de produção sejam meros meios para uma estruturação cada vez mais ampla do processo vital para a sociedade dos produtores. As barreiras entre as quais unicamente podem mover-se a manutenção e a valorização do valor-capital, que repousam sobre a expropriação e pauperização da grande massa dos produtores, essas barreiras entram, portanto, constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital precisa empregar para seu objetivo e que se dirigem a um aumento ilimitado da produção, a produção como uma finalidade em si mesma, a um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho. O meio - desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho - entra em contínuo conflito com o objetivo limitado, a valorização do capital existente. Se, por conseguinte, o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e para criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é simultaneamente a contradição constante entre essa sua tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem.” (MARX, 2017 p.189)

A contradição exposta por Marx pode ser sintetizada na contradição entre capital-trabalho, não como personificação trans histórica, posta na relação entre o burguês e o proletário, mas como contradição categorial determinada historicamente. Daí a importância dos conceitos de totalidade e simultaneidade para compreender as diferentes manifestações dessa contradição no tempo e no espaço do mundo moderno, que se desdobrará numa realidade eminentemente crítica.

O desenvolvimento capitalista estabelece o trabalho como mediação social para se efetivar. Converte o sujeito moderno sob violência econômica e extra econômica em trabalhador, para depois ressignificar o trabalho como objeto de liberdade e fim em si do sujeito. Por fim, torna prescindível a estrutura econômica e social em que outrora se sustentou.

Em linhas gerais, nossa perspectiva teórica pressupõe o caráter autodestrutivo e revolucionário do desenvolvimento capitalista, guiado pela contradição entre capital e trabalho. Metodologicamente, trata-se de compreender o caráter total e simultâneo da acumulação e crise do capital, abstraindo a modernização brasileira e a metrópole paulista como particularidade determinada e mediada, de forma a investigar os sentidos da relação entre trabalho e raça. Isso implica numa necessária digressão, capaz de expor o movimento do universal ao particular, da simultaneidade entre acumulação e crise.

Dessa forma, partimos das contribuições de Grossmann (1979), que em 1928 já estabelecia a crise de superprodução pela qual os Estados Unidos como centro do capitalismo passaria no ano seguinte, segundo ele a lei do colapso se estabelece como uma “contradição

imane entre a capacidade ilimitada de expansão das forças produtivas e a limitada possibilidade de valorização do capital sobreacumulado”, no entanto tal limitação pode ser suplantada “pelo sistema de crédito, isto é, pela exportação de capital e pela mais-valia adicional obtida através dela. Neste sentido, a exportação de capital é necessária e característica da fase tardia da acumulação de capital.” O autor diferencia uma fase inicial da acumulação, onde o cerne da valorização eram as atividades produtivas por si, de uma fase tardia que tem como objeto central de valorização a exportação de capital, marcada pelo desenvolvimento técnico. Sendo para ele “o verdadeiro sentido da exportação de capital se encontra na obrigação de pagamento de juros por parte do receptor do empréstimo ao outorgante do mesmo”. É neste movimento que se realiza a tese de Grossmann de “que a valorização do capital é o fator impulsor do modo de produção capitalista e que domina todos os movimentos do mecanismo capitalista, tanto suas expansões como suas contrações.” Assim sendo, a exportação de capital se efetiva “na ulterior industrialização com capital norte-americano de novos países...Em vez de meios de consumo podem ser exportados no futuro apenas meios de produção.” A industrialização de outros países a partir da necessidade que o capital tem de valorizar, pode ser interpretada, a partir do Plano Marshall que marcou reestruturação dos países europeus pós Primeira e Segunda Guerra Mundial, mas também do surgimento da indústria em países denominados do “Terceiro Mundo”, entre eles o Brasil na década de 1950, no governo de Juscelino Kubistcheck.

Kurz (1993) vai caracterizar esse processo de industrialização do terceiro mundo como uma modernização retardatária, criticando a perspectiva postulada por Harvey (1992 p.156) que interpreta tal processo de industrialização como transferência dos processos produtivos do centro para a periferia do capital baseado na exploração do trabalho vivo. A crítica identifica a instituição de um alto nível mundial de produtividade, dada pela revolução microeletrônica e inserção cada vez mais intensa da ciência e da tecnologia nos setores produtivos, resultando no fato dos Estados do terceiro mundo contraírem dívidas como forma de importar forças produtivas (Departamento I) na tentativa de alçarem o nível de produtividade exigido, ao passo que as mesmas ao se realizarem não incorporam mais ao processo produtivo o trabalho vivo. Portanto, o desenvolvimento interno das economias da periferia do capital não se realizou, pois para a manutenção de bons resultados de exportação há exigência de uma intensificação do nível produtivo e tecnológico com altíssimos investimentos de capital e baixa ocupação de força de trabalho, determinante para o desenvolvimento interno. A dívida externa, portanto, não se paga e a ilusão desenvolvimentista se decompõe numa gestão da crise, marcada pela

pauperização, tanto dos indivíduos como do Estado. Desta pauperização deriva o que Menegat (2019) vai chamar de economia política da barbárie, ou seja, a violência como método de organização da sociedade. A gestão da barbárie, não de atributo exclusivo do Estado, mas principalmente atribuída a ele, realiza o papel de controle e extermínio dos indesejáveis, em uma sociedade em colapso que não mais absorve os sujeitos como entes do processo produtivo.

Mandel (1985) por sua vez interpreta a crise do trabalho vivo, a partir da mecanização da agricultura que marcada pela terceira revolução industrial vai estabelecer a dispensa do trabalho vivo no processo produtivo agrícola, favorecendo desta maneira um considerável êxodo rural, que vai estabelecer na metrópole a ampliação do setor de serviços e um aumento exponencial do consumo. Nas suas palavras,

“O capitalismo tardio constitui uma industrialização generalizada universal pela primeira vez da história. A mecanização, a padronização, a superespecialização e a fragmentação do trabalho que no passado determinavam a indústria propriamente dita, hoje penetram em todos os setores da vida social.” (p.271)

Tal processo “corresponde à característica básica do capitalismo tardio: o fenômeno de supercapitalização ou capitais excedentes não investidos, acionados pela queda secular da taxa de lucros”. Do ponto de vista do trabalho, o autor vai caracterizar o que ele chama de capitalismo tardio, a partir da dicotomia trabalho produtivo e trabalho improdutivo, determinando que não há nenhuma razão plausível para que a troca de serviços pessoais por rendimento à medida que não leva à produção de mercadorias, deva tornar-se subitamente produtiva apenas porque é organizada como atividade capitalista e executada por trabalho assalariado. Contudo, nos interessa aqui conceber que a ampliação do setor de serviço e a constituição da sociedade do consumo a partir da ampliação do crédito instituem a forma crítica e fetichista pela qual o capital vai se realizar.

Tendo como ponto de partida a industrialização da agricultura e a consequente dispensa do trabalho vivo, Mandel estabelece que “se uma rápida queda dos rendimentos relativos dos agricultores coincide com uma demanda crescente de força de trabalho nas cidades e uma diferença cada vez maior entre os preços agrícolas e industriais, o deslocamento do campo para a cidade assumirá proporção de uma verdadeira avalanche.” Isso nos suscita a refletir sobre a constituição da cidade, ou melhor, segundo Damiani (2009) “do cotidiano e do urbano como momentos essenciais da reprodução social” crítica. A metrópole, portanto, ao concentrar a negatividade posta pelo sistema produtor de mercadorias e sua crise imanente, evidencia a negatividade do capital como forma de ser do seu cotidiano.

A utilização do conceito de metrópole está orientada no sentido de compreensão da formação e desenvolvimento do espaço urbano paulista, como abstração e materialidade, nos marcos do desenvolvimento do capitalismo e sua estruturação enquanto modo de produção (ALFREDO, 2008). Tal estruturação se dá pelo trabalho acumulado historicamente no sentido do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, o desenvolvimento técnico dos meios de produção, marcado pela crescente dispensa do trabalho vivo, é o método pelo qual o capital vai efetivar a superprodução necessária à sua valorização (MANDEL, 1985; KURZ, 1993). Essa efetivação na metrópole tem por característica a centralização e concentração da força de trabalho, tornando palpável o processo de urbanização, ou mais especificamente o processo de urbanização e o seu momento crítico - crítico, pois sua negatividade está posta como momento de sua realização.

Buscaremos, portanto, analisar a racialização das relações no espaço urbano para além da diferenciação espacial, como posto por exemplo na contradição entre centro-periferia, pois entendemos que os conteúdos do urbano se realizam pela confluência de diversos elementos vinculados ao desenvolvimento das forças produtivas, este por sua vez refletirá o caráter contraditório de seus próprios fundamentos. Desta forma, apreendemos que

“...um espaço social inclui não somente a materialidade concreta, mas um conceito pensado e sentido - uma “experiência”. A materialidade em si mesma ou a prática material de *per si* não possui existência quando vista a partir de uma perspectiva social sem o pensamento que os expressa e representa e sem o elemento da experiência vivida, os sentimentos que são investidos nesta materialidade.” (SCHMID, 2012 p.104)

Para dar sentido a nossa análise partiremos então da noção de cotidiano, trabalhada por alguns teóricos da questão urbana, como Henri Lefebvre e Amélia Damiani, denotando ao conceito a potencialidade de revelar aspectos que partem do particular ao total, do indivíduo ao social, sob a ótica da filosofia marxista, privilegiando assim a mediação social efetivada pela categoria trabalho, sobretudo em sua negatividade.

O cotidiano e o urbano, tomados como momentos essenciais da reprodução social conformam-se, do ponto de vista dos sujeitos, a partir de suas práticas sociais, ou seja, no nível do vivido. Haja vista que “o cotidiano encontra-se assim, assentado nas relações próximas aos indivíduos: sentimentos, família, trabalho, sonhos, aspirações e frustrações; enfim tudo aquilo que marca a existência humana”. (CARRIL, 2006 p.21)

Damiani (1994) concebe que o cotidiano se eleva ao nível de compreensão da realidade “quando a reprodução social atinge inteiramente a reprodução da vida, isto é, quando o processo produtivo imediato não responde mais, sozinho, pela reprodução ampliada”.

O processo de modernização, portanto, submete o cotidiano às relações de produção o que na metrópole capitalista, traduzir-se-á na sacralização do trabalho e da mercadoria como mediação social, isto é, “a socialização de todos em todos os lugares é dada pela instância do mercado”. Desta forma os diversos fragmentos e hierarquias efetivadas no urbano se fazem enquanto totalidade social, haja vista o caráter universal da circulação de capital e do valor monetário (CARRIL, *ob cit* p. 22).

“A cotidianidade é produzida também pelo modo de produção, não lhe é alheia, nem marginal, embora seja desigual a outros setores, momentos e situações dessa forma de produzir. O cotidiano, como simulacro da vida plena, assim modelado, permite ao modo de produção funcionar. Só é possível compreendê-lo dessa forma se admitirmos que o avanço do processo produtivo atinge inúmeros momentos da vida social, num processo de reprodução ampliada, que torna necessário essa expansão.” (DAMIANI, *ob cit* p.2)

Para nós a “perspectiva é demarcar a temática do cotidiano como exigência na compreensão do mundo moderno”, porém esta exigência não se realizará sem o devido estabelecimento de uma escala de análise. Neste sentido, a autora aponta que “o cotidiano, em relação ao econômico e ao político, amplia o universo de análise para tantas outras relações entre os indivíduos e grupos, inclusive, particulares, locais”. O lugar, portanto, surge como categoria geográfica oportuna para desenvolvermos a ideia do cotidiano como perspectiva, pois tem a potencialidade de revelar aspectos específicos subordinados à totalidade.

“Relacionar cotidiano e lugar é envolver as relações próximas, ordinárias, singulares à mundialidade. A vida cotidiana, mais íntima, ao mesmo tempo, situa o lugar na sociedade global. Pela mediação do cotidiano, no lugar, somos levados dos fatos particulares à sociedade global.” (DAMIANI *ob cit* p.4)

Tomando como premissa que o espaço se configura como espaço social, ou seja, não se resume à sua morfologia e materialidade, mas envolve as relações sociais de produção (LEFEBVRE, 2013), apreendemos que a produção do espaço urbano paulista será determinada e determinante na conformação das relações racializadas historicamente reproduzidas em São Paulo. Isso se revelará, a partir da lógica tridimensional, onde Lefebvre relaciona o concebido, o percebido e o vivido (SCHMID, 2012).

Neste sentido, o concebido se remeterá às ações do estado e do capital sob o espaço social, a forma como estes planejam, executam e interveem no espaço urbano. Em São Paulo, apreendemos que tal intervenção será também determinada pela racialização das relações postas na metrópole. Dentro do contexto aqui pesquisado, podemos citar a criação dos Códigos de posturas municipais e a política higienista de habitação no fim do século XIX (ROLNIK, 2009), a ausência do Estado perante a constituição da periferia paulista em meados do século XX

(CARRIL, 2006) e a sua forte presença contemporânea a partir do aparato bélico-militar vinculado às políticas de segurança pública (SINHORETTO, 2014).

Lefebvre compreende o nível do percebido em combinado com a noção de prática espacial, “para mostrar que a percepção não acontece apenas na mente mas se baseia numa materialidade concreta e produzida” (SCHMID, 2012 p.100), tal materialidade se revela cotidianamente nas relações de trabalho, momento onde o sujeito se realiza socialmente, onde efetiva a produção, a troca e o consumo. Nesse sentido, se faz evidente as determinações da raça nas relações de trabalho em São Paulo, haja visto a conformação da população negra como exército industrial de reserva, exposta à superexploração, rendas inferiores e irregulares e serviços insalubres, tudo isso determinado pela concorrência, fundamento da redução dos custos da força de trabalho em contexto urbano-industrial (JACINO, 2013; ANDREWS, 1998).

O nível do vivido corresponde ao universo dos significados, dos símbolos, da utopia, usualmente associado à noção de espaços de representação. Trata-se da experiência prática dos sujeitos e a forma que estes constituem suas consciências, o modo pelo qual apreendem o mundo. Para Lefebvre é no nível do vivido que os sujeitos elaboram e projetam seus sonhos e utopias, sendo este o sentido da arte e da política. Desse modo, observamos em São Paulo manifestações artísticas e políticas racializadas, como por exemplo na difusão dos bailes negros e suas memórias (VALVASSORI, 2018), bem como do *Rap* enquanto protesto negro (BOTELHO, 2018; PLÁCIDO, 2019). No âmbito político podemos destacar a constituição da Frente Negra Brasileira (DOMINGUES, 2005) e do Movimento Negro Unificado (CUSTÓDIO, 2017).

Dentro desta perspectiva, compreendemos que os diferentes sujeitos racializados (brancos/negros) vivenciam de forma distinta o cotidiano da metrópole, onde o corpo, mas especificamente a cor da pele, (MALACHIAS, 2006), se faz um aspecto fundamental na conformação destas distintas experiências perante as relações de produção na metrópole.

Compreende-se, portanto, o capital e as categorias dele derivadas (trabalho, mercadoria, consumo etc.) como formas de dominação social, não necessariamente sob determinada classe ou grupo social, mas sim sob a totalidade dos sujeitos, onde a alienação e o fetiche da mercadoria fundamentam a reprodução social, constituindo por sua vez a vida cotidiana da sociedade moderna.

Particularmente, objetivamos analisar a cotidianidade da população negra no Centro da cidade de São Paulo, concebendo suas práticas sociais, bem como suas representações espaciais como determinações particulares da reprodução social capitalista.

Assim sendo, a presença da população negra na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo será apreendida na delimitação de dois momentos históricos. O primeiro diz respeito ao período pós-abolicionista, onde a presença da população negra, mesma que diminuta, irá revelar a conformação e a reposição da raça como elemento hierarquizante, sobretudo do mercado de trabalho livre. Foi no período pós-abolicionista, que a cidade de São Paulo começa a ganhar contornos de metrópole, marcando assim a expansão da especulação imobiliária e conformação das primeiras indústrias.

O segundo momento histórico será delimitado contemporaneamente, a partir do alvorecer do século XXI, tendo como objetivo tencionar a reposição da raça como elemento hierarquizante, onde a apreensão do cotidiano da população negra, sobretudo no que diz respeito ao trabalho, ao consumo, ao ativismo político e à violência, será elementar.

O Centro da cidade como recorte espacial nos oferece a possibilidade de associar ambos quadros históricos aqui delimitados, ao passo que mesmo depois de passar por intensas modificações em seus usos, o Centro ainda tem como característica ser um lugar de encontro, onde as práticas sociais relacionadas ao trabalho, ao lazer e ao ativismo político se realizam e se concentram. Assim o Centro se compreende também enquanto “identidade espacial, lugar de referência de vida”, pois se realiza de forma intensa e dinâmica como o lugar da reprodução social, onde a vida cotidiana se efetiva

“O centro tem a dimensão da diversidade de atividades que outros locais da cidade não possuem. Desta forma, ele se particulariza frente a outros lugares, possuindo sua especificidade: a de tudo concentrar[...] O centro é visto como o lugar do emprego, mas também, graças à sua diversidade, como o da realização de inúmeras necessidades da vida, até mesmo a do lazer. Ele é o “centro”, lugar que tudo agrega (de bom e de ruim) que a sociedade pode oferecer. É essa permanência que permite a continuidade do processo de reprodução social.” (ALVES, 2010 p.194)

Portanto, a capacidade de integração de uma centralidade proporciona o acúmulo de acontecimentos e experiências, estas por sua vez irão refletir a diversidade dos grupos de interesse da sociedade civil, seja o Estado e os grupos privados responsáveis pelas estratégias socioespaciais de controle, seja a própria população desejosa de uma vida urbana plena. Assim sendo, o Centro se revela como lugar simbólico, dinâmico e contraditório capaz de nos revelar aspectos concernentes à reprodução social de maneira geral e da raça e do racismo particularmente.

Scarlatto (2004), em seu artigo *Em busca do centro: o reencontro com a cidade* disserta sobre a conformação do Centro da cidade de São Paulo como “universo lúdico de forte representação simbólica” para a população paulista, isso se sucedeu pela concentração e

centralização de capital efetivadas na primeira metade do século XX, tornando o Centro da cidade palco de um pujante setor terciário mobilizado pela agro exportação de café. No entanto,

“O intenso uso desse espaço, pelo comércio e serviços, não expulsava as pessoas, que se apropriaram das calçadas como passarelas, fazendo das ruas largas um lugar de convívio seguro e prazeroso nos feriados e finais de semana. Estes lugares eram verdadeiros roteiros turísticos para os paulistanos e aqueles que visitavam a cidade. Até então, praticamente não havia a exploração do lazer fora do Centro Antigo da Cidade” (p.254)

Esse cenário segundo o autor era o palco predileto da população dos bairros de pertencimento étnico que se localizam no entorno do Centro Antigo, era comum a ida dos imigrantes europeus ao Centro em busca de lazer em momentos de ócio.

Porém, a partir da década de 1950, “com a implementação da grande indústria fundamentada no capital multinacional”, a cidade de São Paulo perde seu caráter monocêntrico, e devido às obras de infraestrutura viária nos bairros do entorno, o Centro Antigo perde sua vitalidade e acaba sendo exposto a um contínuo processo de degradação. Para o autor desde então, o Centro permanece como símbolo e identidade da cidade, sobretudo na memória e no imaginário da população paulistana.

“Por mais que as funções do centro tenham perdido a sua importância e grande parte de suas edificações, a sua magnitude, é possível reencontrar nas formas e na estética urbana a memória do que ele foi, pois ele não está morto, guardando ainda, as potencialidades de um possível renascimento.” (p.259)

Tomemos aqui a liberdade de criticar, em alguns elementos, a perspectiva de Scarlatto, a começar pela forma romântica de sua análise acerca do Centro de São Paulo na primeira metade do século XX. Sua descrição positiva acerca do modo de vida no Centro da cidade faz escapar a análise dialética dos elementos postos em qualquer realidade urbana. Como por exemplo, ao mencionar os bairros de pertencimentos étnico localizados no entorno da região central, o autor exalta a presença de imigrantes europeus no bairro do Bixiga e cita os cortiços para pontuar o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários da comunidade imigrante, no entanto obscurece o fato dos cortiços terem se caracterizado como um tipo extremamente precário de moradia da população negra em São Paulo. Ademais, ignora a considerável presença da população negra nas proximidades da região central no período pós-abolicionista por ele estudado. (SANTOS, 1998; ROLNIK, 2009; CARRIL, 2006 e DOMINGUES, 2003). Por fim, nas entrelinhas de sua interpretação, Scarlatto nos dá a entender que desde da década de 1950, o Centro se define pela sua degradação e empobrecimento, porém negligencia o fato do Centro ser hoje o lugar onde se realiza manifestações econômicas, sociais e políticas da população urbana marginalizada e não mais da aristocracia e da classe média paulistana.

Acreditamos que os limites postos nas hipóteses realizadas pelo autor refletem seu pertencimento étnico e o etnocentrismo da produção de conhecimento no Brasil, bem como afirmamos acima. Não se trata de uma crítica ao indivíduo em si, mas sim das relações de poder racializadas que permeiam o pensamento científico brasileiro e que omitem, por exemplo, a marginalização e invisibilidade da população negra no centro modernizador do capitalismo brasileiro.

Geraldo Filme (1927-1995) sambista paulistano nos oferece outra perspectiva sobre a reestruturação do bairro do Bixiga:

"O samba não levanta mais poeira
Asfalto hoje cobriu o nosso chão
Lembrança eu tenho da Saracura
Saudade tenho do nosso cordão
Bexiga hoje é só arranha-céu
E não se vê mais a luz da Lua
Mas o Vai-Vai está firme no pedaço
É tradição e o samba continua" (Geraldo Filme - Tradição)

Reafirmamos nosso objetivo de compreender, criticar e denunciar o racismo estrutural através das categorias e conceitos da geografia urbana, para tanto se faz pertinente “escovar a história à contra-pelo” (BENJAMIN, 2010), ou seja, criticar a história oficial, a dos vencedores para evidenciar aquilo que não se diz, nesse caso, seguindo a trilha de outros que nos antecederam, evidenciar o papel da raça e do racismo na conformação da metrópole paulista, o que passa por desmistificar a ideia de que em São Paulo, parafraseando Santos (1998), nem tudo era italiano.

Na região central da metrópole paulista, podemos observar uma relevante presença da população negra, seja nas ruas a caminho do trabalho, seja em eventos culturais ou eventos políticos. Mesmo com poucos espaços específicos, ou seja, espaços exclusivamente voltados para suas atividades de trabalho, lazer e ativismo, o Centro tem se caracterizado pela assiduidade de corpos negros em suas ruas, onde alguns lugares como a escola de samba Vai-Vai, o centro cultural e político Aparelha Luzia, a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, o Largo de São Bento, a rua Dom José de Barros, entre outros se destacam.

A base empírica desta pesquisa conciliará fontes primárias e secundárias tais como entrevistas, observações de campo, levantamentos estatísticos, representações artísticas e notícias. As fontes primárias, divididas em entrevistas e observações de campo tiveram como objetivo caracterizar como os sujeitos negros vivem e concebem seu cotidiano na metrópole de forma a constituir um panorama capaz de manifestar identidades e contradições. Isso justifica a opção por interlocutores negros, em diferentes posições relacionadas ao trabalho, consumo,

faixa etária e gênero, bem como a observação e análise das reivindicações e pautas de distintas coletividades negras em diversos temas.

As fontes secundárias por sua vez nos auxiliaram a delinear o quadro estrutural de desigualdade racial, ao mesmo tempo que permitiram analisar como distintos setores da sociedade que gozam de grande alcance no debate público concebem e representam tal quadro.

Nosso intento foi estabelecer uma metodologia capaz de marcar distancia de proposições concretas, pré-concebidas ou essencialistas que reduza o negro e seu cotidiano e colocarmos no centro do debate as contradições nele expressas. Para Ramos, trata-se de substituir o negro-tema pelo negro-vida, em suas palavras:

“O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, proteico, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje[...] Eis por que toda atitude de formalização diante do negro conduz a apreciações ilusórias, inadequadas, enganosas.” (*ob cit* p.215)

Se para Ramos o objetivo era chamar a atenção para a sociologia engajada e nacional à luz dos fatos da vida brasileira, em que o problema do negro deveria ser central. Para nós, as representações empíricas extraídas durante a pesquisa serão interpretadas no sentido de efetivar o método simultâneo e contraditório acima delineado. Trata-se da proposta e tentativa de compreensão da totalidade capitalista em sua especificidade racial, brasileira e paulista, onde a conformação dos sujeitos, em suas diversas particularidades, opera de forma a efetivar a lógica e a substância dessa sociedade, o valor. (KURZ, 2005)

Por fim, a presente dissertação está estruturada em quatro capítulos, onde o primeiro capítulo tem como objetivo compreender a acumulação primitiva e seus dois processos paralelos e indissociáveis, a constituição da indústria na Europa, mais especificamente na Inglaterra e principalmente a formação do escravismo e do sistema colonial. Para tanto será preciso elaborar um arcabouço teórico no sentido de apreender como a lógica do trabalho se instaura, de forma a evidenciar a violência do processo. A lógica do trabalho fundada nos marcos da acumulação primitiva é o que constitui, do nosso ponto de vista, a formação das modernas identidades raciais, sendo a escravidão o processo que irá conflagrar o conceito moderno de raça, também como forma de alteridade do europeu diante estágios ‘anteriores’ de civilização. Essa fábula sustenta o processo de coisificação da força de trabalho como forma-valor e causalidade, e portanto como premissa do sistema colonial e conseqüentemente para a assim chamada acumulação primitiva. No Brasil esse processo se realiza com os ciclos

produtivos da cana de açúcar, do ouro e do café, este último nos aproxima do recorte empírico da pesquisa, a metrópole paulista.

O capítulo seguinte abordará as particularidades das relações de trabalho no processo de abolição da escravatura em São Paulo e como esse processo evidencia a lógica posta pelo sistema colonial de dominação e subjugo da população negra, evidenciado pela política do colonato e a constituição da indústria manufatureira na então embrionária metrópole paulista. Aqui, conceitos como superpopulação relativa, integração negativa, concorrência e exército industrial de reserva são essenciais na compreensão da formação do mercado de trabalho livre em São Paulo. Ponderando da mesma forma, que a hierarquização racial posta nas relações de trabalho se realizam em outros sentidos, sobretudo no que tange à produção do espaço urbano de São Paulo e aos aspectos subjetivos e culturais da população negra. No capítulo também abordaremos como a literatura debruçada no período pós-abolição interpreta a integração do negro à sociedade de classes, de forma a tencionar os conceitos de raça e classe. Por outro lado, traz os paradoxos da Frente Negra Brasileira, como o primeiro movimento negro urbano paulista de grande alcance.

A proposta da terceira parte da dissertação, onde o tema da pesquisa se realiza, é tratar da crise do trabalho posta a partir do desenvolvimento das forças produtivas, concebendo a incapacidade do trabalho vivo se reproduzir. Sendo esse o cerne do colapso que se realiza no cotidiano da metrópole a partir da regulação produtiva da população, expressa marcadamente no desemprego e precarização do trabalho; na dívida e formas de representação e na violência sistemática que atingem a população negra. Portanto, o arcabouço teórico aqui a ser realizado juntamente a análise da nossa base empírica terá como fim dar sentido ao que concebemos como crise, crise do trabalho, colapso e sociabilidade crítica, no sentido de argumentar que é no cotidiano da metrópole que o processo se realiza, sendo relevantes as entrevistas e observações de campo.

O quarto e o último capítulo consistirá em problematizar a constituição do movimento negro enquanto movimento social urbano, relacionar sua formação e desenvolvimento a partir do desgaste do marxismo tradicional e dos movimentos operários, bem como movimento identitário posto pela lógica do moderno e seu conseqüente processo concorrencial. Analisar suas reivindicações, relacionar as mesmas com o processo crítico de valorização do valor. Enfim diz respeito a análise de como a crise e a crítica aparecem nas pautas, debates, reivindicações e práxis do movimento negro paulista.

1. Raça e modernização

A compreensão da raça e seus desdobramentos, não pode efetivar-se sem uma análise total do tempo e espaço, ou seja, sem uma análise histórica e universal, que por mais que sejam apreendidos em fragmentos possuem um caráter lógico. A análise fragmentada, de um recorte por si e para si não passa de uma abstração da realidade, realidade essa que só pode ser apreendida em seu caráter total e simultâneo. Portanto, conceber o conceito de raça sem determinar suas conexões externas nos traz apenas uma contradição existencial do próprio conceito. Devemos assim determinar a essência do conceito, sua gênese, as bases reais de seu fundamento que no mundo moderno é indissociável do trabalho, ou melhor, da lógica do trabalho, essa por sua vez é a consciência fundante e necessária para a constituição do mundo moderno.

Anteriormente à caracterização da raça como consciência moderna, se faz pertinente compreender seus sentidos, para tanto devemos estabelecer que a ideia de raça surge como instrumento de diferenciação dos povos, tal diferenciação se faz primeiro objetivamente, na conformação do escravismo como eixo central da acumulação primitiva do capital no século XVI, e apenas posteriormente se põe subjetivamente com o desenvolvimento da ciência e da raça como conceito biológico no século XVIII, onde a ideia de natureza se faz presente.

Disso deriva compreender os pressupostos pré-modernos da raça, ou seja, apreender e situar que o processo de diferenciação dos povos não se inicia na modernidade (MOORE, 2007 p.160), mas que tem nela sua efetividade, conformando a partir da acumulação primitiva, o sistema colonial baseado na escravização dos povos situados nos continentes africano e americano pelos europeus. A alteridade posta no processo, fundamentada pela lógica moderna de separação entre sujeito e objeto, estabelece um processo de coisificação, necessário para o estabelecimento dos africanos e ameríndios como meras mercadorias (força de trabalho) e por sua vez para a conformação e imposição da lógica do trabalho em âmbito mundial, criando as bases da assim chamada acumulação primitiva (MARX, 2011).

A acumulação primitiva coloca lado a lado e de forma simultânea dois processos, o primeiro diz respeito ao sistema colonial e a formação do comércio marítimo triangular (WILIAMS, 2012), o segundo se refere à diluição da sociedade feudal na Europa e constituição da Revolução Industrial. Ambos processos tem como marca fundamental a expropriação, se de um lado observamos a expropriação dos nativos africanos e americanos de seu próprio corpo, através do sequestro e do cativo, na Europa tal expropriação tem como marca a tomada da terra dos

produtores rurais e sua forçada inserção como trabalhadores duplamente livres, primeiro das guildas feudais e depois livres dos meios de produção. A acumulação primitiva, portanto, se estabelece criando uma massa mundial de expropriados que dominados, de uma forma ou de outra, pela lógica do trabalho vão construir a base material e metafísica do modo de produção capitalista.

“A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.” (MARX, *ob cit* p.515)

O processo de constituição da massa mundial de expropriados e por consequência de trabalhadores expressa o caráter violento da acumulação primitiva e da sociedade moderna, os métodos “idílicos” do capital permeiam o processo e põe a violência como forma de ser da acumulação capitalista, assim foi com a expropriação dos produtores rurais e a transformação dos mesmos em trabalhadores industriais super explorados; e com o sequestro e cativeiro de seres humanos na África para o desenvolvimento das monoculturas na América. Assim sendo, tais métodos idílicos expressos seja através da violência econômica ou extra econômica “proclamam a extração da mais-valia como objetivo último e único da humanidade”.

A pilhagem, a escravidão e o assassinato se estabelecem, portanto, como elementos imanes da civilização moderna e capitalista, tais métodos permeiam toda história e geografia do capitalismo, ou seja, tais métodos se reproduzem espaço e temporalmente, pois constituem a essência do modo de produção capitalista. Tal violência imanente reproduzida historicamente no capitalismo marca a destituição dos modos de vida tradicionais, pois tem como característica fundamental a inserção de determinado povo e/ou território à produção de valor, o que só pode ocorrer via separação entre produtor e os meios de produção. Desta forma, se efetiva o caráter totalitário do capital, deste ponto de vista não há povo, território ou cultura autônoma, tudo e todos estão submetidos à expropriação e à produção de valor e pôr fim à lógica do capital, de forma que “o capitalista procura eliminar à força o modo de produção e apropriação fundado no trabalho próprio.” (*Ibidem* p.542)

O entendimento acerca dos processos de expropriação e incorporação de novos territórios e povos à lógica do capital postos como processos inerentes à acumulação capitalista e que portanto marcam diversos momentos históricos do capitalismo, revela algumas interpretações distintas sobre o que vem a ser a acumulação primitiva, muitos autores marxistas como Frederici creem que a acumulação primitiva como processo duradouro “não foi um acontecimento histórico único”, sendo fundamental nos momentos de crise onde crescem a

“resistência generalizada contra a regulamentação capitalista” (2017 p.26). Salientamos aqui em contraposição à esta tese dois argumentos, o primeiro diz respeito a definição cunhada por Marx que define a acumulação primitiva como assim chamada, isso deriva da precaução metodológica de não estabelecer a acumulação primitiva como gênese do capitalismo, mas sim, e aqui se localiza o segundo argumento, de compreender e localizar sua função dentro da história do capital, tal função é lógica e pressuposta já na formação e crise do sistema feudal, ou seja, a acumulação primitiva está situada neste momento fundamental da história do capitalismo e não em outros, entendidos aqui como momentos da reprodução ampliada do capital.

A acumulação primitiva se localiza a partir de um “conjunto de transformações revolucionárias” (IANNI, 1978), tais transformações expressam o momento único e fundamental da formação do mundo moderno, seus desdobramentos refletiram na consolidação do mercado mundial e submissão de todos os povos à acumulação capitalista. Há, portanto, um arranjo complexo e contraditório de determinações que culminam na efetividade da acumulação primitiva, como por exemplo, a simultaneidade do trabalho livre na Europa e cativo na América; a transição da ordem feudal para a ordem capitalista; assim como a diluição dos governos monárquicos e constituição dos estados modernos. O caráter da acumulação primitiva, portanto, não deve ser buscado a partir de tal complexidade e contradições, mas sim da compreensão do seu fundamento, a consolidação da lógica burguesa de acumulação. Todas as contradições e particularidades envolvidas se movem a partir dela.

1.1 Acumulação Primitiva na Europa

A acumulação primitiva pode ser definida em dois movimentos indissociáveis, o primeiro acontece na Europa, no século XV e está intimamente ligado aos produtores rurais e a agricultura. Em sua incumbência de efetivar a transformação dos pequenos agricultores em trabalhadores fabris, a acumulação primitiva primeiro expropria e acumula a propriedade da terra dos camponeses, fundando os latifúndios e também os expropria dos meios de produção, geralmente concentrados nas antigas corporações de ofício urbanas, criando as bases necessárias para a formação da força de trabalho duplamente livre, inicialmente da coação feudal e posteriormente dos meios de produção. O ponto chave de compreensão deste movimento é a expropriação da base fundiária do produtor rural, que configura o primeiro processo real de acumulação primitiva de capital. Essa fundante expropriação do produtor rural

expressa um dos marcos da violência econômica da nova era. Tal violência vai permanecer e se repor no mundo moderno, subjugando e pauperizando cada vez mais a massa de trabalhadores que se torna por sua vez cada dia maior e mundial.

O ponto de partida foi dado no século XV, onde relatos de autoridades, intelectuais e religiosos da época denotam o caráter do processo e seus métodos, muito desses relatos explicitam o aumento do tamanho e diminuição da quantidade de propriedades, a transformação de lavouras em pastagem para ovelhas, a destruição das moradias e igrejas rurais, a fundação do sistema colonial, a formação da dívida pública, a constituição de leis e até sequestro dos bens da igreja e da Coroa. Desse modo, “conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como pássaros.” (MARX, *ob cit* p.524)

Assim, outro ponto de importante análise é a inserção destes sujeitos na nova era, a era da indústria e do trabalho livre, onde novas condições de trabalho foram instituídas. A necessidade de uma grande massa de força de trabalho para consolidação do processo fez com que todo o sistema moral e ético estabelecido na sociedade feudal fosse transformado, o trabalho era agora livre e urbano, o chão era as fábricas têxteis, sobretudo na Inglaterra, onde manufaturavam a lã produzida nas terras expropriadas. A incipiente produção capitalista tinha que se efetivar, portanto e novamente se fez necessário os métodos violentos, primeiro aos trabalhadores nas fábricas, onde a jornada de trabalho de 12, 14 horas por dia, o emprego da força de trabalho de crianças e até torturas constituíam métodos comuns. Os que não se enquadraram nas novas condições de produção, devido à forte violência que o processo exprime, deviam por via de regra, através da instituição de leis sanguinárias, serem considerados párias, vagabundos não dotados do espírito laborioso do trabalho e logo foram submetidos às leis brutais, que os submetiam novamente a servidão, quando não a morte (*Ibidem* p.530).

Desse modo, podemos observar que a necessidade de criação e consolidação de uma massa de força de trabalho para a incipiente indústria manufatureira europeia se estabeleceu através da imposição violenta e atroz da lógica do trabalho, dotada do espírito cristão e livre, tal espírito nada mais é que a consciência fundante, necessária e fetichista que consagra o novo modo de produção e seus métodos violentos como leis naturais evidentes, ou seja, determina a naturalização, na sociedade moderna, da miséria, tortura, fome e morte, em suma da violência.

Esse é o cerne da constituição do homem moderno, sua subjetividade bárbara justificando a objetividade do seu modo de produção.

1.2 O Sistema Colonial e o Comércio Marítimo Triangular

Em paralelo à constituição da indústria manufatureira na Europa, o sistema colonial se desenvolvia com o objetivo de inserir a população de todos os continentes na nova ordem mundial de acumulação, tal ordem como dito acima, se constitui a partir de uma violência imanente, evidenciada neste momento a partir da escravidão.

O desenvolvimento da navegação e conseqüente inserção dos territórios americanos e africanos como possessões europeias demonstram que a acumulação primitiva necessitava de um excedente demográfico e fundiário, necessários para se realizar. Como na Europa, esses dois continentes vivenciaram uma dupla expropriação, primeiro da propriedade da terra e posteriormente da força de trabalho, porém essa dupla expropriação possui suas próprias particularidades que diferenciam e ao mesmo tempo se refletem na sociedade europeia. Além, evidentemente, de estruturarem as modernas sociabilidades americanas e africanas.

Situando as particularidades do sistema colonial, sobretudo do ponto de vista da colonização, Novais (2019) descreve a organização das metrópoles europeias na formação do sistema colonial, onde os tratados e as leis fundamentam a exploração e a obtenção de lucros nas colônias. O autor indica que inicialmente havia uma visão restrita à expansão comercial da economia europeia, marcada ainda pelo “Antigo Regime”, tal processo visava inicialmente um incremento do comércio europeu a partir produção e extração de matérias-primas nas colônias e apenas posteriormente a colonização em si virou o objeto das grandes navegações.

Ainda segundo o autor, em paralelo à consolidação dos estados europeus, sobretudo Portugal surge o capitalismo mercantilista que “encontrava obstáculos de todas ordens para manter o ritmo de evolução das atividades daí a necessidade de apoios externos – as economias coloniais- para fomentar a acumulação”. A consolidação de uma lógica burguesa já no Antigo Regime estabelece o sistema colonial que aparece, assim, em primeiro lugar como desdobramento da expansão puramente comercial, onde a descoberta das terras americanas forneceu as bases necessárias, terra e trabalho, para a ávida acumulação comercial europeia, o processo colonial contínuo se sucedeu primeiro a partir do escambo de produtos naturais com os ameríndios, posteriormente na expropriação de suas terras efetivando na sequência a

produção de matérias-primas para o mercado europeu concretizada a partir do trabalho compulsório fundamentando o desenvolvimento do tráfico negreiro, que por sua vez se torna o eixo central da produção de valor do sistema colonial.

O conceito de “comércio marítimo triangular”, cunhado por Eric Williams, parece em demasia adequado à compreensão da expansão dos processos da acumulação primitiva, o esquema pressupõe que a efetivação da acumulação primitiva se deu a partir da formulação de um triângulo sob o oceano Atlântico, envolvendo em uma de suas pontas a Europa, como fornecedora dos produtos manufaturados que eram usados no sequestro de africanos, na costa da África e estes eram enviados à América para trabalharem na terra que fora expropriada, juntamente aos ameríndios escravizados, ao menos inicialmente, para o desenvolvimento das monoculturas de cana-de-açúcar, algodão, tabaco e café, produtos por sua vez despachados para Europa, onde a manufatura se estruturava.

A centralidade do oceano Atlântico na conformação do sistema colonial tornou-se objeto de diversos autores debruçados no entendimento da escravidão bem como da diáspora africana (GILROY, 2012; WILLIAMS 2012; ALENCASTRO, 2000). A intensa circulação comercial perpetrada no século XV, alavancada por Portugal através da expansão ultramarina e mobilização do sistema colonial em três continentes tornou o oceano Atlântico, sobretudo o Atlântico Sul “o epicentro de uma nova concatenação de mundo, lugar onde emergiu uma nova consciência planetária” (MBEMBE, 2018 p.33). Tal consciência planetária configura-se como um dos princípios de concretização do mundo moderno e seu modo de produção.

Sob esse imenso território foi possível efetivar o “sentido da colonização”, ou seja, a produção na colônia, de mercadorias para Europa (PRADO JR., 2012), neste processo se faz pertinente salientar o papel desempenhado pelos exclusivos comerciais ao assegurarem às metrópoles o domínio sobre suas colônias (NOVAIS, *ob cit*). Aliás havia na época colonial uma intensa concorrência entre as Metrópoles, o jogo político posto através de leis e tratados relegaram à Inglaterra uma posição privilegiada no processo de acumulação primitiva, não à toa lá concentrou-se o desenvolvimento das forças produtivas culminadas na invenção da máquina à vapor e conseqüente Revolução Industrial (IANNI, *ob cit*).

A escravidão africana, como processo de sujeição ao trabalho, possui suas particularidades, a primeira se relaciona à própria condição de cativo dos africanos, que se realiza a partir da necessidade de “aniquilamento de toda e qualquer propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador”. Isso significa a

impossibilidade de constituição de um mercado de trabalho livre nas colônias, pois o fundamento do capitalismo é a eterna expropriação dos trabalhadores. As terras abundantes e a condição livre do trabalhador são determinantes para compreender que sem uma coação física a expropriação e conseqüente acumulação não se realizaria. Portanto, se “um negro é um negro. Somente em determinadas condições torna-se escravo”, essas condições estão entrelaçadas a necessidade da acumulação se realizar às custas do trabalho cativo, extremamente controlado para que “o negro” não se efetive como trabalhador autônomo, possuidor dos meios de produção e assim não acumule para si¹. A contenção e controle exercida através do cativo sob a força de trabalho africana e ameríndia na América foi fundamental para a produção de matérias-primas enviadas à metrópole colonial, sobretudo a partir das monoculturas de cana-de-açúcar, algodão, tabaco e café e a mineração de ouro e prata. Esses produtos formaram as bases da revolução industrial e do mercantilismo na Europa e ofereceu capital à reprodução do tráfico negreiro, este por sua vez foi ganhando ao longo do tempo dimensões tais que foi estabelecendo uma relativa autonomia no comércio marítimo triangular, sendo comum o trânsito de navios no chamado Atlântico Sul. Ou seja, a centralidade do tráfico negreiro constituída ao longo dos séculos dentro do sistema colonial teve consideráveis conseqüências na constituição do mundo moderno. Processo este que destrinchado em suas particularidades evidencia as determinações objetivas e subjetivas da escravidão na constituição das formações sociais, marcadas pela raça, não só na América, mas simultaneamente na Europa, disto deriva-se e destacam-se três processos.

O primeiro diz respeito acumulação de capital na Europa, onde a consolidação do comércio marítimo triangular fez com que o processo de acumulação primitiva tomasse as proporções necessárias para sua efetivação, o desenvolvimento da indústria naval, da manufatura, das monoculturas e sobretudo da escravidão africana tornou-se objeto imprescindível e sua violência inerente foi justificada pela sociedade euro-cristã. Disso decorre, a compreensão da centralidade deste comércio na Europa, a recente industrialização ainda se encontrava concentrada na Inglaterra, no entanto a extração e produção de mercadorias baseados no trabalho cativo nas colônias moviam todos os setores da sociedade europeia, assim foi com o clero, com os comerciantes, com os banqueiros, com os colonos e a Coroa. Não

¹ Williams (2012 p.31) traz um exemplo síntese acerca da necessidade do trabalho cativo nas colônias: “Existe aquela anedota famosa do grande capitalista inglês, o sr. Peel, que pegou 50 mil libras, trezentos trabalhadores e lá se foi para a colônia do Swan River na Austrália. O sr. Peel imaginava que os homens iriam trabalhar para ele, como acontecia na Inglaterra. Mas chegando na Austrália, com terras abundantes, seus peões preferiram trabalhar por conta própria, em vez de ser assalariados do capitalista.”

obstante, “todas as classes sociais da sociedade inglesa formavam uma frente única em favor do comércio de escravos. A monarquia, o governo, a Igreja, a opinião pública em geral, todos apoiavam o tráfico negreiro.” (WILLIAMS, *ob cit* p.74).

Assim sendo, é incompatível interpretar a riqueza europeia e todo domínio exercido por sua economia durante os séculos XIX e XX sem levarmos em consideração as dimensões do sistema colonial. A produção e extração de valor estava baseada na expropriação das terras dos camponeses europeus, no sequestro e cativeiro dos africanos e ameríndios, na exploração dos recursos minerais e na constituição das monoculturas na América, no desenvolvimento da indústria naval e do sistema financeiro, ou seja, os lucros obtidos a partir da consolidação do comércio marítimo triangular, sobretudo a partir do desenvolvimento do tráfico negreiro, relegou à Europa e em especial alguns setores de sua sociedade (monarquia, banqueiros e comerciantes) a níveis de acumulação nunca antes vistos. Desta forma, a sociedade europeia mesmo ciente das contradições postas pela violência imanente da escravidão e seus valores cristãos não teve outra medida a não ser elaborar “notáveis contorções mentais para racionalizar” o processo. Tais racionalizações se desenrolam historicamente, mas neste primeiro momento a justificativa da escravidão estava marcada por um viés religioso, onde do ponto de vista dos europeus, os povos “primitivos” deviam ser escravizados e por consequência catequizados, ensinados sobre os valores e a moral divina.

O segundo está relacionado à diluição da escravidão ameríndia e conseqüente extermínio que atinge os povos originários da América. A chegada dos europeus ao continente americano pôs frente a frente colonos e nativos, inicialmente a relação foi marcada pelo escambo de produtos e contato pacífico, haja vista a necessidade dos europeus de conhecerem as terras recém descobertas, num segundo momento aparece o trabalho cativo, que se efetivou a partir da cisão entre as tribos indígenas rivais que capturavam e condenavam à morte seus inimigos, tal cisão levou os europeus a negociarem os prisioneiros por produtos manufaturados e assim colocá-los como força de trabalho. A Coroa e a o clero exerciam seu papel buscando regular, quando não proibir a escravidão ameríndia, pois tais instituições viam “humanidade” nos nativos e buscavam catequiza-los e organiza-los nos aldeamentos. Dessa forma, como resultado de uma pressão crescente dos jesuítas e sobretudo com o surgimento do tráfico negreiro, foi proibida a escravização dos ameríndios (ALENCASTRO, 2000). Muitas são as teses para argumentar a preferência do trabalho cativo africano em relação ao ameríndio, como por exemplo a inadequação física e psicológica dos ameríndios em relação ao trabalho nas lavouras; a maior passividade e acomodação do negro em relação ao trabalho forçado; a

influência do clero e da Coroa em oposição à escravidão ameríndia. No entanto o fato levado a cabo na diluição da escravização ameríndia foi a nítida vantagem econômica da escravidão africana, que ao se consolidar efetivou um novo comércio colonial, o tráfico negreiro, por sua vez fundamental na circulação e acumulação do capital comercial europeu. Ou seja, a abolição da escravidão ameríndia se sucede, pois o tráfico surge como um dos motores do processo da acumulação primitiva, sendo assim podemos interpretar também o apagamento histórico imposto à população nativa nas Américas, sua não utilização como força de trabalho, somada à expropriação de suas terras e diluição do seu modo de vida levou a seu quase completo extermínio.

Por fim se faz pertinente conceber que a considerável dimensão do tráfico e a vinda de milhões de indivíduos para a produção de matérias-primas na América através das monoculturas nos possibilita compreender o sequestro e o cativo de africanos como o primeiro processo moderno de mobilização para o trabalho (HEIDMANN, 2012), ou seja, a imigração forçada dos povos africanos para a América deve ser entendida a partir do ponto de vista do trabalho, ou melhor da necessidade do sistema colonial produzir valor às custas da força de trabalho cativa.

Na consolidação da nova ordem social, marcada pela diluição da Idade Média e pelo surgimento do Iluminismo, muitas foram as sociedades na Europa empenhadas em se tornarem potências, tal processo refletiu na conformação do sistema colonial e nas colônias como objetos de diferentes interesses. Neste sentido, podemos situar determinadas sociedades europeias, que de uma forma ou de outra, movidas pelo objetivo da acumulação, instituíram o sistema colonial. Holanda, França, Inglaterra, Espanha e Portugal centralizaram a “descoberta” do Novo Mundo e conseqüentemente se envolveram num processo concorrencial, marcado como dito acima pela legislação colonial.

Desta forma é preciso analisar as dimensões do tráfico negreiro nas distintas formações sociais na América, caracterizando num primeiro momento e de forma geral as formas particulares do trabalho cativo no Novo Mundo, para tanto partimos do entendimento que a expansão comercial europeia determinou de certo modo a divisão internacional do trabalho cativo nas diferentes colônias, a partir dos seus colonizadores e seus respectivos interesses. A América se configura, portanto, como

“vasta extensão geográfica, onde se estende a divisão internacional do trabalho escravo, e atua como força compulsória para que os produtos coloniais sejam capazes de suprir a baixos preços o mercado metropolitano de açúcar, fumo, cacau, algodão e outros produtos, além de metais preciosos” (MOURA, 2014 p.71)

Trataremos, portanto, de caracterizar brevemente suas influências nas particulares formações sociais no Novo Mundo, partindo então, da expansão ultramarina inglesa e suas colônias, de um lado as Índias Ocidentais, localizadas na América Central e mar do Caribe e a Nova Inglaterra situada ao norte. A produção de matérias-primas pelos fazendeiros ingleses se realizou inicialmente nas Índias Ocidentais com a cultura do tabaco e da cana-de-açúcar (WILLIAMS, 2012), a mobilização dos africanos para o trabalho forçado forneceu não só vultuosos lucros aos fazendeiros, como estruturou demográfica, social e culturalmente países como Cuba, Haiti, Jamaica, Barbados entre outros. Estima-se em cerca de 5 milhões o número de africanos sequestrados e escravizados pelo comércio ultramarino britânico nas Índias Ocidentais. Por sua vez, a colonização da Nova Inglaterra se caracterizou inicialmente pelo povoamento do território, situado hoje nos Estados Unidos e Canadá, a partir dos cristãos protestantes e outros grupos religiosos perseguidos na Inglaterra durante o século XVI, posteriormente o povoamento se dá também a partir do tráfico negreiro, sobretudo no Sul do Estados Unidos, onde se localizou a cultura do algodão, movida pelo trabalho cativo africano. A particularidade da Nova Inglaterra como colônia, posta a partir da ideia de colônia de povoamento, se dá pela inicial colonização por grupos religiosos e constituição de uma estrutura econômica baseada no mercado interno, marcada por uma estrutura demográfica constituída pela migração de famílias inteiras se diferenciou do processo de colonização da América Ibérica, posta como colônia de exploração². No entanto, num segundo momento, já envolvida no processo de acumulação, a colônia inglesa consolida o tráfico negreiro e a cultura algodoeira, tal processo findou na Guerra de Secessão, caracterizada pela disputa entre o Norte industrializado e antiescravista e Sul agrário e escravista, tal cisão consolidou uma sociedade radicalmente racializada nos Estados Unidos, historicamente reificada nos séculos precedentes, onde localizamos a forma segregacionista das relações raciais posta legalmente nos marcos do direito até meados do século XX, constituindo contemporaneamente marcas profundas na sociabilidade capitalista estadunidense.

² A caracterização entre colônia de povoamento e de exploração, muito disseminada, sobretudo no ensino básico, se faz pertinente para situar determinadas particularidades dos diversos interesses coloniais relacionados à América, no entanto tal definição para nós não será tratada de forma absoluta, concebemos o sistema colonial como um todo se efetivou nas bases da exploração contínua e intensa dos territórios do Novo Mundo.

O pioneirismo da península ibérica nas grandes navegações e comércio ultramarino se explica pela sua própria condição geográfica, inicialmente interessado em buscar novas rotas ao oriente, o reino de Portugal descobriu as ilhas de Açores e Cabo Verde, assim como desbravou as terras da costa ocidental do continente africano, por sua vez o reino de Castela (Espanha) se dedicou a descobertas das rotas em direção ao Ocidente, posteriormente acompanhado do reino de Portugal, culminando assim com a descoberta da América. Os reinos católicos centralizaram o primeiro momento do sistema colonial, reconhecidos como representantes do clero foram privilegiados no Tratado de Tordesilhas, que os concedia a partilha do mundo, de um lado o ocidente pertencente ao reino de Castela e do outro o oriente pertencente à Portugal. Assim sendo, em suas primeiras expedições atlânticas rumo ao Novo Mundo, Portugal e Espanha sem condições de efetivar seus interesses comerciais, haja vista a inexistência de produtos ou mercados nas terras recém descobertas, desenvolveram o extrativismo como principal atividade econômica. Portanto, a extração de madeira, de peles de animais e de metais preciosos foram as primeiras atividades realizadas pelos ibéricos na América (PRADO JR, *ob cit*).

A necessidade de assegurar o domínio das novas possessões, ameaçadas pelos franceses, fez com que o reino de Portugal incentivasse a vinda de colonos para o Brasil e assim se sucedeu as doze capitânicas hereditárias, essas conhecidas concessões do reino aos colonos, dava a esses total jurisdição sobre o abundante território. A grande propriedade de terras, portanto, se torna regra e conseqüentemente o fundamento da colonização portuguesa no Brasil, efetivada a partir da monocultura de cana-de-açúcar e do trabalho cativo africano, na região Nordeste. A produção açucareira exigia complexa estrutura e considerável quantidade de força de trabalho, realizada a partir da escravidão africana. O vultoso desenvolvimento de um foi acompanhado do outro, os lucros obtidos formaram ciclos constantes de acumulação desenrolando-se no alargamento do sistema colonial em outros setores produtivos. E assim se fez com a descoberta das minas de ouro e em sequência com o desenvolvimento da monocultura do café, caracterizando a ocupação do Centro-Sul. Desta forma, as relações postas pela colonização se realizam praticamente em todo território brasileiro e elevam escravidão africana à centralidade na formação social brasileira, ou seja, o sistema colonial efetivado a partir do trabalho forçado do africano formaram as bases demográficas, sociais e culturais do Brasil.

1.3 Raça no contexto da modernização brasileira

A mobilização mundial efetivada em diversos níveis pelo capitalismo mercantilista estabeleceu as bases contemporâneas da sociedade brasileira, ao mesmo tempo criou as bases para o desenvolvimento industrial no continente europeu, sobretudo na Inglaterra, isso pôs simultaneamente relações aparentemente contraditórias no que diz respeito ao regime de trabalho e a forma de acumulação. Salientamos aqui, que as particulares formações sociais na América, sobretudo no Brasil, derivadas do sistema colonial devem ser entendidas a partir da mediação total e simultânea com a economia mundial.

Clóvis Moura em sua obra “*Dialética radical do negro brasileiro*”, estruturada do ponto de vista do trabalho cativo e na sua centralidade na formação econômica do Brasil, pressupõe a cisão interna à escravidão e desta forma compreende que essa se deu a partir do que chama de escravismo pleno, momento onde a escravidão se forma e se reproduz como modo de produção e acumulação de capitais às Metrópoles, sua consolidação como forma de ser da economia colonial estabelece a relação fundamental entre senhor e cativo, a dialética radical do negro se dá pela constante contradição e antagonismo protagonizados por essas duas classes, tal relação em sua visão determina todas as outras relações situadas internamente nas colônias. E, portanto, localiza a centralidade do trabalho cativo e a consequente organização desse regime de trabalho como fundamento da produção de valor na economia mercantil. Os ciclos produtivos da cana-de-açúcar e do ouro, postos como vasta empresa comercial somente puderam se efetivar de forma a mobilizar o tráfico negreiro e o africano sequestrado enquanto mercadoria, desse último era necessário extrair o máximo de sua força de trabalho para compensar a custosa e complexa produção colonial. Os níveis de produção exigidos pelo processo somado à alteridade posta na relação entre o senhor e o escravizado consolidou a violência extra econômica como realidade inerente. Pois, “somente a escravidão, com seu rígido aparelho de dominação e controle, poderia satisfazer aos requisitos exigidos para que a empresa colonial fosse um sistema lucrativo para vendedores e compradores.” (MOURA, *ob cit* p.69)

A tese de Moura busca compreender as origens do preconceito racial e localiza no trabalho cativo o cerne da questão, pois concebe a constituição histórica das condições objetivas dos sujeitos racialmente determinados, para ele as relações de dominação e controle da força de trabalho cativa na época colonial efetivam na sociedade brasileira uma profunda desigualdade racial, que ao ser religiosa, científica e ideologicamente fundamentada se reproduz socialmente de maneira naturalizada.

Nos interessa, portanto, situar o papel relegado ao negro nesse processo, bem como apreender a constituição das relações raciais nesse momento e como se constituirá internamente na sociedade brasileira. Para tanto, se faz premente conceber o papel fundante que a escravidão africana exerceu na conformação econômica, política e social do Brasil.

Assim sendo, para além dos nexos externos a escravidão deve ser pensada também internamente, ou melhor, na necessária organização interna que a empresa colonial prescindiu para se efetivar. A relação posta entre senhor e escravo, subsumida à produção de gêneros comerciais para exportação e a exigência de produção da mais-valia absoluta, instituiu um aparato político-econômico de forma a estruturá-la, determinando assim centros de poder, princípios e procedimentos de mando e execução, bem como técnicas de controle e repressão, promovendo a alienação do trabalhador cativo, evidenciada pela sua subordinação física e moral em relação ao senhor.

“Nessas formações sociais, as unidades produtivas estavam organizadas de maneira a produzir e reproduzir ou criar e recriar, o escravo e o senhor, a mais-valia absoluta, a cultura do senhor, a cultura do escravo, as técnicas de controle, repressão e tortura, as doutrinas jurídicas, religiosas ou de cunho *darwinista* sobre as desigualdades raciais e outros elementos.” (IANNI, 1979 p.13)

Levando a cabo a ideia de Moura (*ob cit* p.53), o que nos mobiliza no quadro acima descrito não é a produção em si, mas as relações sociais concretas que dela derivam, ou seja, a compreensão do sistema colonial se faz pertinente para estabelecermos sobre quais circunstâncias, aqui denominadas de objetivas, a raça se realiza na dinâmica social brasileira. Tais circunstâncias, apreendidas do ponto de vista do trabalho, se relacionam pela necessária subsunção para o trabalho e pela violência extra econômica empreendidas na escravidão africana. A forma violenta sob a qual a acumulação primitiva se efetiva cristaliza a alteridade e a diferenciação dos povos a partir do prisma do trabalho, dessa forma internamente à sociedade brasileira surge uma consciência racializada, que determinada historicamente repõe as estruturas objetivas e subjetivas de dominação e controle do período escravista.

A subsunção total para o trabalho evidenciada a partir do regime violento de controle e dominação das populações escravizadas para a realização dos ciclos produtivos da cana, do ouro e do café, consolidou em boa parte do território brasileiro relações sociais de ordem racial, marcadas pela submissão da população negra e ameríndia a um processo de dominação que se repõe para além da sociedade escravista e determina a dinâmica social brasileira, ou seja, o moderno processo de formação das identidades raciais no Brasil não pode ser pressuposto fora da formação social que as relações coloniais determinam. Por mais que seja plausível imaginar

que os processos racialistas (ou diferenciação racial) sejam pré-modernos e nada têm a ver com a constituição da acumulação primitiva, é incompatível conceber tal processo fora das relações que produzem a sociedade moderna, isto é, o escravismo do povo africano na constituição do mundo moderno é basilar para o entendimento das identidades raciais modernas, pois faz parte da racionalização e naturalização dos métodos da acumulação primitiva necessários para a consolidação da consciência do trabalho em âmbito mundial. Sendo assim, as identidades raciais no Brasil, fundadas no trabalho cativo do africano, que abarca o universo da violência extra econômica sobre este sujeito, se desdobra numa sociedade notadamente racista, onde todo e qualquer traço relacionado ao sujeito africano, desde seus aspectos fenótipos até seus aspectos culturais serão subjugados com vistas à racionalização e naturalização do trabalho cativo necessário para acumulação primitiva concentrada na Europa. Esta por sua vez disseminará seus aspectos culturais e religiosos como vetores fundamentais da consciência do trabalho que deve se renovar paralelamente aos processos da acumulação capitalista. Ora, trata-se aqui de uma lei de dominação, que só pode e deve ser apreendida na confluência do objetivo com o subjetivo, pois nenhuma forma se objetiva sem uma forma de consciência que justifica, racionaliza e naturaliza tal realidade. Assim sendo, com o devido olhar histórico, podemos determinar que a consolidação dos processos da acumulação primitiva no Novo Mundo instituiu o trabalho cativo e as identidades raciais com vista de sua própria consolidação, mas também e, sobretudo com vista de instituir a divisão internacional do trabalho, que vai se mostrar fundamental às fases procedentes do modo de produção capitalista.

“As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim ambos os elementos, raça e divisão do trabalho foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente.” (QUIJANO, 2005 p.118)

O trabalho cativo do negro e toda violência extra econômica que este estabelece, cria, não só na realidade da formação social do Brasil, mas sim no mundo a naturalização da dominação do sujeito negro até os dias atuais. Esta dominação foi expressa na própria violência do tráfico negreiro, no trabalho nas monoculturas e na mineração na América, permaneceu na instituição de leis racistas no período pós-abolição e hoje se expressa através do forte aparato militar que domina e relega à população negra, um conjunto de regras que limita a estruturação desta ao próprio processo de dominação, ou seja, a constituição de uma identidade racial subjugada e dominada significa que essa assim tem de permanecer, enquanto materialidade e forma de consciência, para a manutenção da realidade que nada mais é que a realidade da mercadoria e do capital, fundamentada pelo trabalho.

1.4 Raça enquanto natureza da forma-valor

A modernidade, caracterizada pela diluição da sociedade medieval e surgimento do Iluminismo, tem como característica o pensamento dualista e austero somado a perspectiva histórico-temporal, desta forma podemos identificar o caráter totalitário do capitalismo, onde a consequência disto se evidencia na dominação e hegemonia da Europa sobre o mundo. Assim, a alteridade da Europa perante o restante do mundo somado a ideia de civilização relega à mesma o status de sociedade a ser alcançada, ou seja, todas as formas de civilização, organização social e culturas aparecem como formas arcaicas de vida, aquelas mais próximas do primitivismo natural. Neste sentido o dualismo produzido no colonialismo cria novas categorias (ocidente-orientes; primitivo-civilizado, mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno), lançando mão por sua vez de um processo de dominação, justificado por um aparente processo de racionalização, a ciência.

Guiados pela certeza de uma “única e mesma civilização”, os europeus em contatos com outros povos concretizam sua dominação através num primeiro momento da expropriação, posteriormente reprimindo violentamente a expressão cultural dos povos dominados para finalmente disseminar seus valores como valores universais.

“Quando falamos de graus de civilização, de civilização superior e inferior, de semicivilização, e contrapomos entre si os povos civilizados e os povos naturais, atribuímos às diversas civilizações da Terra uma unidade de medida que tomamos do alto grau de civilização que nós mesmos alcançamos. A nossa civilização e para nós a civilização” (RATZEL, 1990 p.133)

O etnocentrismo europeu marca o desenvolvimento da modernidade ao se utilizar dos conceitos dualistas formulados para justificar a expansão colonial e consequente acumulação centrada na Europa, no entanto tais conceitos são forjados apenas em uma aparente racionalidade, a verdade e a razão empreendidas pelos europeus no domínio e hegemonia mundial configuram uma superioridade, antes de tudo, como “figura autônoma do real”, ou seja, “em sua ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar seu poder, o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, a terra natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade.” (MBEMBE, *ob cit* p.29; KURZ, 1997 p.38)

A alteridade constituída reserva para os europeus o exercício da razão, da civilidade, da racionalidade e da modernidade, ao passo que os outros formam a antítese negativa do processo e, portanto, são passíveis do subjugo e domínio. O desenvolvimento e disseminação desse discurso etnocêntrico ocorre somente e apenas de forma violenta, pois os outros povos aliados de suas culturas, submetidos à uma série de medidas repressivas e forçados a assimilarem a

cultura do colonizador “constituem a manifestação por excelência de uma existência objetificada”. E aqui se evidencia outro dualismo fundamental para a compreensão do mundo moderno, a separação entre o sujeito e objeto marcou “o fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza” (QUIJANO, 2005; KURZ, 2010, p.47). Ratzel concebendo que a formação do Estado é ponto culminante da mais alta civilização, entende que os “povos naturais” estão submetidos à vontade da natureza e por sua vez os povos civilizados a dominam. Desta forma, do ponto de vista do sujeito “o branco é, sob diversos aspectos, uma fantasia da imaginação europeia que o Ocidente se esforçou para naturalizar e universalizar” ao passo que a natureza e os povos “primitivos” se fazem objetos “da obra fundamentalmente civilizatória e humanitária” que foi o empreendimento colonial, cuja violência imanente se efetiva e justifica moralmente.

A origem e os pressupostos desta fábula etnocêntrica não se revelam, ao menos superficialmente, mas a sua efetividade é largamente conhecida e localizada espacial e temporalmente, Mbembe aponta para este lugar onde essa “relação imaginária e a economia ficcional que a sustenta se dão a ver do modo mais brutal, distinto e manifesto”, o continente africano em sua crítica, se configura neste (não) lugar, objeto de razão arruinada e esvaziada, representado por uma linguagem vulgar que ao se autonomizar perde o nexo com o real (p.31).

“O mundo das palavras e dos signos autonomizou-se a tal ponto que não se tornou apenas uma tela para a apreensão do sujeito, de sua vida e das condições de sua produção, mas uma força em si, capaz de se libertar de qualquer vínculo com a realidade. A razão disso pode ser atribuída em grande medida à lei da raça.” (MBEMBE, *ob cit* p.32)

Nesse sentido, a fábula se traveste de verdade reproduzindo-se historicamente de maneira concreta, estabelecendo um conjunto de representações acerca de si e do outro, que ao longo da história se reificam a partir da insurgência de métodos, conceitos e categorias postos como razão e ciência. Não à toa o desenvolvimento da ciência está localizado historicamente de forma simultânea ao período colonial, sua aparente universalidade e neutralidade está situada no espaço e no tempo, portanto, enquanto prática social e política, a ciência se configura como instrumento de linguagem, que ao formular-se na Europa, relega a essa o status máximo de civilidade, justificando paralelamente a dominação colonial sobre outros povos e territórios. Como exemplo concreto desta formulação discursiva, o determinismo ambiental formulado nos fundamentos da ciência geográfica, ao cunhar “conceitos e teorias de diferenciação dos ambientes, lugares e paisagens, sempre em comparação à Europa e por isso úteis na

hierarquização dos espaços em escala global” define assim superiores e inferiores, avançados e primitivos, dominantes e dominados bem como idealizam graus distintos de civilização (NAME, 2010; CIRQUEIRA, 2015). Nesta formulação imaginária se imbricam representações, fábulas e idealizações que levadas a cabo pela colonização, fazem da ciência um essencial instrumento político na conformação do mundo moderno. Dessa forma, a ciência de maneira geral e a ciência geográfica em particular norteadas pelos princípios da biologia e do evolucionismo fomentam a objetiva dominação colonial.

“...a difusão da civilização se nos apresenta como um processo de expansão dos povos civilizados sobre a Terra, que vai se acelerando a partir de si mesmo e tem o fim e o propósito, a esperança e o desejo de realizar, de modo cada vez mais completo, a pressuposta unidade do gênero humana.” (RATZEL, *ob cit* p.121)

Fica subentendido nas formulações científicas e deterministas disseminadas por muitos geógrafos clássicos, defensores por assim dizer da evolução de todos os povos à uma única e mesma civilização, as formas sob as quais tal processo irá se realizar e o que será preciso para se efetivar, ou seja, internamente à construção deste argumento se oculta que tal obra civilizatória só se concretizará a partir da violência genocida. Não se questiona os pressupostos de tal operação mental, pelo contrário, pouco importa da onde ela vem, mas sim onde irá culminar, como será efetivada e quais frutos poderá render.

A ciência moderna concebida como razão e positividade, marcada fortemente pelo pensamento biológico busca formular leis, que inspiradas no determinismo terão como fim determinar a história, nesse caso, a história da civilização ocidental, como causalidade natural. Portanto, o dualismo, o evolucionismo e o naturalismo são os métodos levados a cabo no desenvolvimento do pensamento científico moderno, não para ponderar acerca da expansão europeia em curso, mas sim para conferir a ela um caráter de causalidade e imanência. Impera deste modo, sobretudo entre os geógrafos, o pensamento fisiocrata que busca no funcionamento da natureza a razão de ser da humanidade, assim se configurou o racismo científico.

O espraiamento das relações de dominação, controle e exploração do trabalho no mundo a partir do século XV denotam a consolidação do capital como relação social mundial e totalizante, a partir dele não há território, povo, cultura ou produto que lhe escape, a subordinação quase que por completa do mundo às relações de dominação colonial se faz nas bases de um discurso hierarquizante e classificatório determinado por uma objetividade movida pelos interesses da acumulação, nesse sentido a consolidação do sistema colonial não é outra coisa senão a própria fundamentação do capitalismo. O caráter totalizante do capitalismo não

diz respeito a uma homogênea e contínua história como entende o etnocentrismo europeu, pelo contrário está relacionado com os diversos modos de vida, regimes de trabalho, culturas, povos e territórios, ou melhor se define pela capacidade de submeter toda essa diversidade de elementos à uma relação social guiada pela lógica de acumulação. O mundo se conhece em sua totalidade a partir deste momento, as intensas relações mercantis de troca envolvem todos os oceanos e todos os continentes subordinando-os à lógica burguesa de produção e acumulação.

Quijano, ao centrar sua análise na América indica que as mudanças trazidas pela colonização “ocorrem em todos os âmbitos existenciais dos povos, tanto na dimensão material como na dimensão subjetiva dessas relações”. Marcados pela objetificação máxima, os povos e territórios americanos foram desintegrados em todos seus aspectos tradicionais, a América torna possível a consolidação do capitalismo como sistema mundial, pois se efetiva como eixo em torno do qual todas as demais formas foram articuladas para os fins do mercado mundial, isso se explica pelo processo já acima exposto e caracterizado como comércio marítimo triangular. Segundo o autor, a raça como “categoria mental da modernidade” se efetiva com o desenvolvimento da dominação colonial na América, era necessário impor aos sujeitos uma hierarquia, os lugares e os papéis no “novo padrão de poder mundial” e assim se fez com a invenção da raça como forma de classificar e marcar tais sujeitos para assim submetê-los ao rígido e violento controle de trabalho posto na escravidão. Assim, índios, negros, mestiços e brancos surgem como novas identidades geoculturais, cada qual com sua particularidade e função dentro do novo padrão de poder mundial foram desta maneira associados por uma linguagem (narrativas e representações) fictícia que tinha como fim naturalizar o processo de dominação, de forma que “uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho articulou-se de maneira que aparecesse naturalmente associada, o que até o momento tem sido excepcionalmente bem sucedido.” (QUIJANO, *ob cit* p.119)

A modernização forjou-se relegando transformações de ordens profundas ao mundo, aliás surge dela a ideia de mundo em si, enquanto totalidade, no entanto a universalidade pretendida pela modernidade se configura a partir de uma determinada cultura e forma de ver o mundo, a civilização ocidental europeia torna-se o centro, o “eu” enquanto sobre os outros recaem o negativo, ou melhor, o não-eu. Desta forma, a expansão da civilização ocidental europeia, num evidente movimento do pensamento cartesiano se coloca como sujeito determinando o seu exterior enquanto objeto, esse movimento revela-se num sentimento de alteridade materializado na efetividade do sistema colonial, na invenção da raça como classificação social, enfim na efetividade de toda violência posta no processo de pilhagem,

escravidão e assassinato em nome da civilização. A colonialidade do poder, nos termos de Quijano, se estabelece denotando “a modernidade e racionalidade como experiências e produtos exclusivamente europeus”, ou seja, a noção de superioridade dos povos europeus, possuidores da razão e disseminadores da modernidade, caracterizada como eurocentrismo, consolida as relações de poder do sistema colonial que se reproduzem e configuram a modernidade bem como seu modo de produção, o capitalismo. Novamente se faz pertinente mencionar a confluência necessária entre o objetivo e o subjetivo, pois o etnocentrismo europeu ao criar suas narrativas e representações sobre outros povos e territórios e dar a essa linguagem o aparente caráter de racionalidade, objetivou a extração e produção de valor, disso deriva a invenção da raça como categoria biológico/natural.

“Os homens brancos, munidos com seu cristianismo e seus ideais esclarecidos, não tinham esclarecimento algum acerca de si mesmo e, em sua superioridade bruta, não podiam chegar a qualquer compreensão que reconhecesse o valor próprio das culturas que lhe eram estranhas. No fundo, se confrontavam desse modo apenas dois diferentes estágios de selvageria, incapazes de qualquer intercâmbio consciente. A partir do encontro com as relações fetichistas e coercitivas não-europeias, os europeus, enquanto selvagens para quem o dinheiro em seu movimento fechado sobre si mesmo havia se tornado um fetiche, só poderiam pôr em marcha um processo de desenvolvimento patológico.” (KURZ, 1997 p.46)

O desenvolvimento do racismo científico e das teorias sobre a mestiçagem surge nesse âmbito como o esforço de justificativa, feito pela sociedade europeia, da violência praticada no Novo Mundo, onde os sujeitos nativos, negros e ameríndios eram definidos como seres selvagens e a mestiçagem como perniciosa, e que assim era necessário domina-los, catequizá-los ou em último caso até mata-los. Entretanto, nossa compreensão que se pretende crítica não deve conceber essa dominação como algo solto no éter, ele tem um objetivo que é inserir, ou melhor, impor a estes sujeitos (negros e índios), através da extrema violência se necessário, a consciência laboriosa do trabalho, com vistas de efetivar o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e o caráter mundial do regime capitalista.

1.5 Raça e Trabalho

A raça responde à categoria trabalho, este por sua vez não será apreendido como toda e qualquer atividade humana, mas sim como trabalho abstrato, trabalho alheio ao trabalhador e a sua subsistência. Concretamente, a raça surge como fundamento para a efetivação do trabalho abstrato na América, ou seja, a escravidão ameríndia e posteriormente africana levadas a cabo pela ideia de raça inauguraram um tipo específico de trabalho na América, sem esse aparato de dominação e controle derivado da ideia de raça não seria possível a extração e produção de valor acumulado para o desenvolvimento industrial europeu. Nesta reação em cadeia está posto o processo duplo de naturalização, o primeiro diz respeito à naturalização do trabalho abstrato como forma de ser do trabalho em escala global, o segundo diz respeito à naturalização da raça como forma de classificação social dos povos submetidos a este tipo de trabalho.

Portanto, se faz preciso uma digressão acerca dos significados da categoria trabalho, isto é, localizá-la espaço-temporalmente. Heidemann (2014 p. 59) pontua sobre as personificações do capital colonial, enfatizando que a escravidão, enquanto processo de mobilização para o trabalho e realização do sentido da colonização, constituiu-se de forma extremamente violenta, personificando o cativo sob extrema violência e quase completa sujeição, outorgando por sua vez o poder e a gestão do território à classe dominante branca. Tais personificações, produzidas à luz da missão civilizatória e da ideia de raça, efetivam uma relação reduzida à relação econômica configurando assim uma abstração real, tal relação econômica está mediada pela simples transferência da mais-valia obtida através do trabalho abstrato dos cativos aos comerciantes e fazendeiros brancos. De maneira objetiva, o trabalho abstrato, trabalho alheio ao trabalhador e sua subsistência, se efetiva mundialmente para e pelo desenvolvimento do sistema colonial.³ Como exemplo concreto disso podemos situar e relacionar as monoculturas de cana-de-açúcar e o processo de concorrência estabelecido entre elas pelo monopólio do

³ Marx (2010 p. 81) em um dos seus manuscritos econômicos-filosóficos trata do trabalho estranhado como forma de ser do trabalho na sociedade capitalista: “O trabalhador encerra sua vida no objeto, mas agora ela não pertence mais a ele, mas ao objeto. Por conseguinte, quanto maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas bem além disso, que se torna uma existência que existe fora dele, independente dele estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.” Do ponto de vista da relação senhor-cativo Marx escreve: “Se ele (trabalhador) se relaciona com a sua própria atividade como uma atividade não-livre, então ele se relaciona com ela como atividade a serviço de, sob domínio, a violência e o jugo de um outro homem... A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (senhor) com o trabalho.” Para Marx a propriedade privada sintetiza tal relação, “ela aparece como fundamento, como razão do trabalho exteriorizado, (no entanto) ela é antes uma consequência do mesmo.” (p.87)

açúcar. No século XIX Brasil, Cuba, Estados Unidos e Caribe figuravam como os principais produtores de açúcar do mundo, a disputa pelo menor preço era determinante como fundamento de manutenção desse processo produtivo. Nesta produção açucareira mundial as condições de produção eram diversas, no entanto o trabalho aparece como identidade comum a todas. Dessa forma, a busca incessante para baixar os preços de seus produtos e fortalecê-los no processo concorrencial envolviam, evidentemente, o custo da força de trabalho. Williams (*ob cit* p.212) demonstra o enfraquecimento da produção açucareira nas Índias Ocidentais, relacionando seu declínio à abolição da escravidão, ou melhor na incapacidade de sua manutenção devido à exigência de pagamento de salários. Do ponto de vista do sujeito, sobretudo do sujeito cativo o que determinava os regimes de trabalho aos quais estavam submetidos era a concorrência externa, dessa forma o trabalho cativo ao plantar, colher e transportar a cana se faz enquanto trabalho social geral mediado pela produção mundial do açúcar. Ou seja, o trabalho como identidade geral e abstrata ao determinar a concorrência externa da produção mundial açucareira é por esta determinada, dada a necessidade de baixar custo, isso significa a manutenção de força de trabalho cativa, bem como o emprego da violência extra econômica, pois era preciso oferecer ao mercado mundial um valor atrativo. Disso deriva compreender as condições sob as quais a escravidão se efetivou, o exemplo da concorrência açucareira é uma amostra de todos outros ciclos produtivos empregados nas bases do trabalho cativo.

A correspondência e a simultaneidade do processo colonial, interpretados nos termos da relação entre o total e o particular revela-se a partir da caracterização da acumulação de capital na Metrópole enquanto totalidade, ao passo que nas colônias realiza-se os processos particulares de expropriação (HEIDEMANN 2014 p. 59). Determinada pelo processo de acumulação, tais processos particulares de expropriação revelam o nexos entre trabalho e raça. Desse modo, “nas pias batismais da nossa modernidade, pela primeira vez na história humana, o princípio racial e o sujeito de mesma matriz foram operados sob o signo do capital.” (MBEMBE, *ob cit* p.32)

O signo do capital é, portanto, o valor produzido às custas do trabalho abstrato do cativo, valor esse que vai mover a produção de matérias-primas para Europa, bem como vai mobilizar o comércio inter-continental de seres humanos e oferecer as bases à gloriosa Revolução Industrial. Para se efetivar, a assim chamada acumulação primitiva, necessitou da mobilização do trabalho em escala mundial, o que por sua vez só seria possível nas bases de uma dominação violenta.

O trabalho, localizado espaço-temporalmente na modernidade, se realiza como forma de dominação social, isto é, se realiza a partir de estruturas sejam elas físicas ou metafísicas de dominação e controle executados seja por via da violência extra econômica (sequestro, cativo e açoite) da escravidão ou por via da violência econômica (expropriação dos meios de produção). Assim, “no processo de imposição da modernização o trabalho define a vida dos homens” (KRISIS, 1999 p.3)

Dessa forma, o trabalho antes ser a mediação entre homem e natureza, se configura como mediação social, ou seja, o trabalho deve ser compreendido não como imanência física posta na transformação da natureza pelo homem, mas sim como relação social determinada para a produção de valor. Associar uma crítica à categoria trabalho é por sua vez estabelecer uma crítica à modernidade e ao capitalismo, pois o trabalho abstrato enquanto categoria histórica e forma de dominação social encontra na modernidade sua efetividade. A acumulação primitiva ao produzir a massa mundial de expropriados, seja pela violência física ou econômica, determina o trabalho como imanência e natureza humana, caracterizando a forma de dominação social mediada pela produção de valor. Desta maneira, a invenção da raça como forma de classificação, diferenciação e hierarquia surge como instrumento fundamental para a efetivação dessa forma de dominação social.

Historicamente associada ao trabalho, a raça teve função central a conformação deste como essência humana, aliás todo aparato pseudocientífico dos discursos coloniais constitui-se de forma a naturalizar o processo, sendo assim o trabalho como dignidade humana era o que restava aos cativos para provar-se homens.

O iluminismo faz emergir a razão como função cognitiva própria do homem, isso se dá pela busca de uma cisão entre homem e religião (cristianismo). No entanto o método cartesiano, fundamento da ciência moderna, pressupõe que o dualismo entre sujeito e objetivo, corpo e alma, razão e emoção está submetido à existência de deus como entre supremo e soberano, pôr fim a verdade e a razão. Nesse sentido, podemos compreender a modernidade, do ponto de vista filosófico e subjetivo, enquanto método, tal método está sublinhado na forma dualista de pensar o eu e o externo a mim mediado por uma razão, verdade e imanência, que não é outra coisa senão metafísica, esse ente metafísico encontra na tradição judaico-cristã sua correspondência e no curso da universalização da humanidade a modernização se efetiva. De forma que podemos compreender o trabalho como dogma, reduzido à uma única e dita universal forma de ver o mundo, o trabalho circunscrito nos termos da acumulação se funda como aspecto moral central

na definição daquilo que vem a ser ou não humano. Seguindo esta premissa, a escravidão dos povos nativos da África e da América torna-se obra de benevolência divina, pois os europeus ao sequestrarem e imporem violentamente o trabalho, coloca no caminho da luz, da verdade e da salvação, povos outrora permeados pelas sombras e pelas trevas. O caráter dogmático e doutrinário da categoria trabalho, portanto, se faz historicamente e encontra na tradição judaico-cristã seu embasamento. Não obstante, o “cristianismo, em qualquer das suas formas, não constituiu outra coisa que aceitação, justificação e elogio da instituição da escravocrata, com toda sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos.” (NASCIMENTO, 1978 p.53)

Mbembe determina que o sujeito negro, enquanto raça não existe em si, mas sim é fruto de constante produção. Onde “produzi-lo é gerar um vínculo social de sujeição e um corpo de extração, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor e do qual nos esforçamos para obter o máximo rendimento.” (p.43)

Do ponto de vista do sujeito, a raça tem como função naturalizar o negro enquanto mercadoria, reduzi-lo a objeto e instrumento de extração, nega-lo enquanto humano e associa-lo à animalidade, eis a “consciência ocidental do negro”, ela se cristaliza a partir de um conjunto de representações e narrativas pretensamente eruditas que ao tomar a si mesmo como centro de toda e qualquer significação, relega ao outro um status inerente de negatividade.

“A razão negra designa um conjunto tanto de discursos como de práticas – um trabalho cotidiano que consistiu em inventar, contar, repetir e promover a variação de fórmulas, textos e rituais com o intuito de fazer surgir o negro enquanto sujeito racial e exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e de instrumentalização prática.” (*Ibidem* p.61)

A escravidão se realiza produzindo sujeitos, classificando-os conforme uma necessidade objetiva, desta forma os distintos e diversos povos africanos submetidos ao cativeiro transformam-se num único e simples adjetivo⁴. O negro, enquanto denominação genérica dos povos escravizados, assim será associado historicamente nos mais diversos regimes de trabalho, sua função originária e depreciativa permanece, haja vista o universo de representações cunhadas com tal objetivo. A raça, portanto, figura fundamentalmente como aparência, imagem, forma e figura, ou seja, estrutura imaginária, que ao se concretizar se reifica. Desta forma, “a exploração e a opressão que marcam a reprodução social se normalizam a partir de um imaginário derivado das formas sociais” (ALMEIDA, 2015).

⁴ A escravidão dos povos africanos se sucedeu em distintas regiões do continente e por isso envolveu um considerável número das hoje designadas etnias, isso significa apreender a diluição de diversas culturas e modos de vidas dos povos Angola, Congo, Benguela, Cabida, Zulu, como colocado por Jorge Ben Jor na canção Zumbi.

Ao ser produzida e reproduzida social e estruturalmente a raça fundamenta um processo violento, sistemático e objetivo de assujeitamento, o racismo. Ao ser alimentado, reproduzido e disseminado por um “conjunto de dispositivos teológicos, culturais, políticos, econômicos e institucionais”, o racismo se revela enquanto violência estrutural, ou seja, o racismo não se resume às manifestações discriminatórias das relações interpessoais, aliás essas derivam desse constructo sócio-histórico-estrutural. Neste sentido, enquanto realidade concreta, material e estruturada nas bases do trabalho e da acumulação capitalista, tanto a raça quanto o racismo carecem de ser analisados sob a ótica do materialismo histórico (*Ibidem* p.748).

No entanto, a raça enquanto categoria de análise do materialismo histórico dialético vem sendo de maneira geral historicamente negligenciada. No entanto, faz-se necessário evidenciar os esforços daqueles que no Brasil, de uma forma ou de outra contribuíram para evidenciar o papel da raça na constituição do capitalismo. Clóvis Moura e Guerrero Ramos são dois de um grupo seleto de pensadores empenhados na compreensão da raça como inerência da modernização brasileira.

Os motivos para tal negligência são diversos e refletem a própria estrutura racializada da sociedade capitalista, um desses motivos está relacionada à constituição do mito da democracia racial como narrativa oficial acerca das relações raciais no Brasil. Localizada no início do século XX, tal narrativa teve como objetivo a construção de um discurso de harmonia e paz acerca das relações raciais no Brasil desde a escravidão até a contemporaneidade.

O luso tropicalismo, pseudoteoria da onde deriva o mito da democracia racial que teve como seu maior expoente Gilberto Freyre, supôs que tais relações harmônicas se davam pela peculiar forma de colonização engendrada pelos portugueses, que devido a sua aproximação histórico-geográfica com os mouros, possuíam certa empatia pelos africanos relegando à escravidão o caráter de um contrato social marcado pelo concubinato, harmonia e passividade. Assim, a mestiçagem se configura como marca da identidade nacional brasileira, onde numa aproximação inevitável os colonizadores portugueses ao interagirem sexualmente com as mulheres africanas gerava uma sociedade demográfica e culturalmente híbrida. No entanto, Freyre dissimula as raízes de tais interações, parte de uma narrativa fantasiosa apegada em argumentos igualmente fabulosos, omite que a miscigenação no Brasil se deu pelo estupro das mulheres africanas e ameríndias. Ao reduzir a colonização ao seu aspecto cultural romantiza a escravidão e serve até os dias atuais de porta-voz da elite brasileira historicamente comprometida com o apaziguamento das relações raciais, ou melhor na naturalização das

desigualdades raciais, por fim do racismo (MUNANGA, 1999). Assim, a democracia racial enquanto mito teve como principal artifício negar a raça enquanto fator de desigualdade no Brasil.

A amplitude do mito da democracia racial se mostrou tão grande e eficaz que figurou como marca dos estudos empreendidos no Brasil sobre a perspectiva do materialismo histórico dialético, que geralmente comprometidos com o socialismo e o movimento operário, marginalizaram, reduziam ou simplesmente ocultavam as determinações raciais da formação social e econômica brasileira, dessa forma raça e classe se tornaram categorias ambíguas, uma funcionando como antítese da outra. Nos parece que a tradição marxista, impulsionada historicamente pelo desenvolvimento dos movimentos operários e sindicais, bem como a emergência do socialismo e do comunismo como antítese do capitalismo, ao interpretar a raça como categoria alheia as estruturas econômicas do Brasil, estabeleceram direta ou indiretamente diálogo com o mito da democracia racial. Na visão marxista clássica sobre a particularidade social e econômica do Brasil, a raça ora era reduzida sob a ótica das manifestações culturais, ora era dita como fetiche e alienação das categorias elementares do marxismo. O método universalista pelo qual se desenvolveu o marxismo clássico, resumido na idealização comunista de uma ditadura do proletariado em escala mundial, estabeleceu a raça e outros elementos particulares como barreiras a serem superadas em prol da revolução operária, não raro se observa nos movimentos operários, sindicais, socialistas e comunistas no Brasil que o debate sobre a raça “fragmenta a classe operária”, ou até mesmo que a constituição do movimento negro prescinde a consciência de classe.

Essa e outras pressuposições demonstram a proximidade de determinadas correntes do marxismo em relação ao discurso dissimulado e cínico do luso tropicalismo, pois indica num primeiro momento que a condição de operário se fez condição universal no capitalismo brasileiro; segundo ignora completamente o caráter histórico e estrutural exercido pela raça na dinâmica social e econômica do Brasil e por fim propõe que o debate sobre raça deve ser simplesmente suprimido em prol do bem maior. Por estas e outras formulações problemáticas houve a cisão entre a compreensão e o entendimento da raça e os estudos e movimentos marxistas, tal cisão tem como reflexo o próprio movimento negro e suas diversas e ora difusas vertentes. (GONZALEZ, 1982 p.60)

Nesse sentido, temos como um dos objetivos centrais deste trabalho caracterizar a raça enquanto elemento de análise do materialismo histórico dialético, sobretudo no sentido de

empreendê-la como conceito particular e determinante da dinâmica social e capitalista brasileira. Fundamentamos nossa análise sob à luz da filosofia marxista não no sentido de construção de um manual prático, mas sim no sentido de elaborar uma crítica à economia política a partir do ponto de vista da raça e das relações raciais no Brasil. No sentido desta perspectiva, Almeida nos apresenta o seguinte caminho analítico

“A compreensão das estruturas do capitalismo exige uma investigação sobre o racismo enquanto *práxis* que se reproduz segundo uma lógica específica, de modo que não se trata única e tão somente de estabelecer vínculos circunstâncias e empíricos entre o racismo e a exploração de classe” (*ob cit* p.748)

A análise materialista do racismo na visão do autor tem como desafio entender como o racismo se objetiva e se reproduz em relações determinadas pela sociabilidade capitalista, bem como compreender se o vínculo entre o processo de valorização do valor e as práticas racistas é estrutural ou simplesmente circunstancial.

O nexos entre raça e o processo de valorização do valor cunha-se de forma lógica, a partir da categoria trabalho, o trabalho se funda como elemento de produção do valor abstrato, ele torna possível o valor, bem como configura o capital como relação social. A subsunção real para o trabalho, ou seja, o trabalho abstrato de fato é o que caracteriza o nexos entre a raça e a acumulação capitalista. Nas palavras de Almeida

“...a relação estrutural entre racismo e capitalismo demonstra uma incrível sutileza, visto que o nacionalismo e o racismo são práticas ideológicas que traduzem a “comunidade” e o “universalismo” necessários ao processo de subsunção real do trabalho ao capital, adaptando tradições, dissolvendo ou institucionalizando costumes, dando sentido e expandindo alteridades, a partir de especificidades de cada formação social na integração à organização capitalista da produção” (p.760)

O trabalho abstrato como ente central da produção de valor deve, portanto, de uma forma de outra se tornar inerente à existência humana, neste sentido surge o cristianismo e suas fábulas teocráticas justificando a escravidão como obra divina. E posteriormente o estado e o direito burguês que ao estabelecer a igualdade como forma de ser do capitalismo, circunscreve essa ao universo da produção, circulação e consumo, enfim da acumulação.

O desenvolvimento da modernidade enquanto método alcança seu auge na promulgação idealista de liberdade, igualdade e fraternidade da revolução burguesa, mas antes disso, se fez preciso universalizar a acumulação, o que só foi possível via imposição violenta e atroz da lógica do trabalho, enfim da escravidão. Assim raça, trabalho, e capital se imbricam enquanto efetividade da modernização.

Do ponto de vista da particularidade brasileira, tal método produziu a objetificação histórico-estrutural sobre sujeitos e corpos negros, forjada simultaneamente através de um imaginário social marcado por representações, tal objetificação se reproduz e cristaliza na sociedade brasileira uma consciência racista, que permeada pela crença de inferioridade dos sujeitos negros, naturaliza o domínio e subjugo sobre este.

Desta forma, podemos caracterizar o racismo no Brasil, como um racismo estrutural, isso significa que a diferenciação e o preconceito racial extrapolam as relações interpessoais e se estabelecem como base das relações de poder da sociedade capitalista brasileira.

“A ordem produzida pelo racismo não afeta apenas a sociedade em suas relações exteriores, mas atinge, sobretudo, a sua configuração interna, estipulando padrões hierárquicos, naturalizando formas históricas de dominação e justificando a intervenção estatal sobre grupos sociais discriminados” (*Ibidem* p. 763)

Importante salientar que no Brasil as relações raciais não se configuram em unidade, ou seja, não há um único padrão de relações raciais no país, mesmo com a invenção do mito da democracia racial como tentativa de forjamento de uma identidade nacional não é possível dizer que a raça no Brasil se reproduza igualmente em todas regiões. Isso se explica pela própria formação histórica e econômica do país, que ao estabelecer diferentes processos produtivos, em diferentes momentos históricos e regiões, configuraram nestas diferentes formações demográficas e por sua vez diferentes e distintos padrões de relações raciais, no entanto a escravidão surge como identidade de todos esses padrões reproduzindo de uma forma ou de outra a dominação e subjugo sobre a população negra.

Ao expor o “dinamismo demográfico da escravidão” no Brasil, Moura relaciona os processos produtivos à presença de africanos para caracterizar o “fluxo e a distribuição os escravos na Colônia”, o autor identifica cinco regiões e seus respectivos processos produtivos e situa espacialmente a distribuição dos africanos pelo território brasileiro.

“O fluxo e a distribuição espacial dos escravos africanos na Colônia e no Império obedeciam, como vemos, a uma estratégia imanente ao modo de produção escravista que se estratificava no Brasil desde os primórdios e eram subordinados às necessidades regionais nas quais ele se desenvolvia em cada período, ou ciclo, de exploração da econômica da Metrôpole.” (*ob cit* p. 197)

Realizados simultaneamente ou não, ora com predominância de um ora de outro, ou seja, mesmos tomados em suas particularidades, tais ciclos produtivos ao determinarem a distribuição espacial dos cativos tem no emprego desta força de trabalho sua identidade, pois consolidam em boa parte do território nacional a escravidão.

O primeiro desses períodos de exploração foi o período de desenvolvimento da monocultura açucareira na Bahia nos séculos XVI e XVII gerando uma irradiação demográfica no estado do Sergipe e na zona diamantina, paralelo a isso ocorreu o povoamento de Pernambuco, Alagoas e Paraíba onde predominou as plantações de cana-de-açúcar e algodão como atividade econômica, marcando assim a região Nordeste com uma significativa presença de negros. De forma mais tardia, os cativos foram levados ao Maranhão e Pará para a produção de algodão. Posteriormente no início do século XVIII com a descoberta do ouro, Minas Gerais surge como novo polo de atração da força de trabalho cativa, constituindo uma expressiva incursão de negros não só em Minas Gerais, como no Mato Grosso e em Goiás. Já no século XIX, devido à expansão da cultura do café na região Sudeste, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, se sucedeu um considerável deslocamento demográfico de cativos vindos das regiões Norte e Nordeste via tráfico interprovincial. Desta forma a região Sudeste, sobretudo São Paulo, torna-se o centro da acumulação nacional e o berço da industrialização brasileira, tal processo se evidencia pela gradual diluição do escravismo e o surgimento da indústria e do mercado de trabalho livre, nos aproximando assim do nosso objeto de análise, a metrópole paulista.

Nossa crítica, ao tomar a particularidade como elemento do todo, busca caracterizar a raça como determinação objetiva das relações coloniais de produção, desta forma foi preciso caracterizar, a partir do conceito de acumulação primitiva, a função da raça no mundo moderno, bem como sua função na necessária imposição violenta da lógica do trabalho na América e conseqüente acumulação de capitais na Europa. Fundamentada nas bases de narrativas religiosas e científicas e de um discurso e lógica etnocêntrica, a raça se reifica de forma a manter o status de inferioridade dos não europeus, bem como de suas culturas e descendentes a fim de estabelecer a lógica de dominação para o trabalho. A cristalização desta lógica de dominação posta na escravização dos negros e ameríndios configura no Novo Mundo formações sociais racializadas, marcadas pela pretensa superioridade do sujeito branco em relação ao não brancos, produzindo e reproduzindo representações de ordem racial acerca de tais sujeitos, fundamentando uma hierarquia e uma desigualdade estrutural entre os mesmos. Neste sentido, a instituição de diferentes ciclos produtivos da época ao serem analisados em suas particularidades evidenciam a escravidão e raça enquanto unidade do sistema colonial bem como sua herança, e desta forma compreendemos a formação e o desenvolvimento da metrópole paulista, enquanto centro modernizador do capitalismo brasileiro determinado pelas relações coloniais, escravistas e racistas do antigo regime.

2. Raça e o urbano: Trabalho e concorrência

Este capítulo traz consigo dois eixos: o primeiro se refere a um breve levantamento teórico e metodológico acerca da confluência entre a raça e o espaço urbano na produção acadêmica geográfica e não geográfica do Brasil; o segundo trata-se de uma tentativa de compreensão das determinações postas pela ideia de raça na formação e desenvolvimento da metrópole de São Paulo, privilegiando a análise das relações de trabalho e concorrência.

2.1 O dito e o não dito sobre raça e o espaço urbano

Quando tratamos da produção de conhecimento, sobretudo relacionado às relações raciais no Brasil, é preciso compreender como se estruturou o racismo brasileiro, que como dito anteriormente baseou-se na dissimulação das desigualdades estruturais postas na sociedade brasileira pela escravidão e consolidação da ideia de raça.

O mito da democracia racial teve como efeito a naturalização das desigualdades raciais postas no Brasil, refletindo não apenas nas relações raciais do país, mas também sobre o que é dito sobre, ou seja, ao escamotear as determinações da raça na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, o mito da democracia racial se revela como projeto de dominação, sobretudo no plano da produção de conhecimento.

Forjada à época de necessária formação de um discurso de unificação e identidade nacional, a narrativa do mito da democracia racial, do ponto de vista do conhecimento, por si só não pode ser considerada democrática, pois a casta erudita e intelectual da época estava circunscrita a um grupo restrito de representantes das elites nacionais, obviamente majoritariamente brancos de ascendência europeia⁵. Enquanto tal grupo dominava a produção científica e não científica do discurso público, a maioria da população negra lutava contra o analfabetismo e uma série de outras privações que o impediam de acessar e produzir qualquer tipo de (contra)discurso público, portanto a ideia de democracia elaborada no mito da democracia racial não se realizou na época de sua fundação, como nunca se realizou na história do Brasil.

A suposta democracia racial, só veio a ser contestada a partir da década de 1930, quando começaram a surgir os primeiros movimentos negros e uma geração minimamente progressista na produção do conhecimento científico no Brasil, com destaque para Florestan Fernandes,

⁵ Como exemplo podemos citar para além do luso-tropicalismo, as teorias rememoradas por Kabengele Munanga (1999) acerca dos estudos relacionados a raça na virada do século XX para o século XXI, no livro *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*, Munanga nos oferece um conciso panorama dos ideais postos pelos intelectuais brasileiros da época, entre eles se destacam Oracy Nogueira, Euclides da Cunha e Sílvio Romero.

Guerrero Ramos, entre outros a partir da década de 1950. Por sua vez, o surgimento de um contradiscurso não significou o fim do mito da democracia racial, pelo contrário os discursos oficiais, sejam eles científicos ou não, tendem a reproduzi-lo.

Ao observarmos a configuração deste embate na ciência geográfica, especialmente na história do pensamento geográfico brasileiro, iremos observar que durante o século XX pouco foi dito, escrito e publicado em relação a raça. Essa negligência tem se revelado já no período marcado pelas monografias regionais conhecidas pelo método descritivo, que por sua vez não dialogavam com o conceito de raça, e muito menos buscavam nas contradições da sociedade a chave de compreensão do mundo.

A partir da década de 1970 com o advento do marxismo como método científico, há considerável transformação pela qual irão passar as ciências humanas no Brasil, desta forma a busca por compreender o modo de produção capitalista influenciou de maneira profunda a produção acadêmica geográfica no Brasil, fazendo surgir o movimento da Geografia Crítica, porém o método do materialismo histórico dialético aplicado na ciência geográfica não consolidou um movimento que tencionasse a raça como conceito relacionado ao espaço, sobretudo ao espaço urbano. Desse modo, “as discussões sobre pobreza urbana ou sobre desigualdades sociais têm dificuldade em incluir e discutir a especificidade dos afrodescendentes” (CUNHA JR, 2007 p.62)

Do nosso ponto de vista, é preciso num primeiro momento reconhecer a influência universal do mito da democracia racial, que permeou e permeia a consciência de todos os brasileiros, inclusive de muitos negros acerca das relações raciais, portanto não seria diferente na produção científica brasileira, nas ciências humanas, na ciência geográfica e particularmente na geografia urbana. Num segundo momento cabe ressaltar que tal negligência em relação a raça se fez também a partir de um tipo ideal de sociedade, que fruto de uma das várias interpretações acerca do marxismo, logrou a classe e o proletariado como única identidade possível de um povo perante às desigualdades sociais, sendo a raça, portanto um elemento fragmentador e por fim um empecilho a unidade dos trabalhadores. Como terceiro momento se faz necessário o reconhecimento em relação a ciência geográfica brasileira, que em sua particularidade crítica, fomenta e permite a crítica de seus próprios métodos e teorias, ou seja, a geografia crítica pautada pelo desdobramento das contradições, se utilizando do método dialético tem como potencialidade a realização de uma crítica a seus próprios fundamentos (ALFREDO, 2013 p.59).

Desta forma, até o alvorecer do século XXI serão raras as pesquisas que buscaram o desenvolvimento teórico e metodológico acerca da relação entre raça e espaço urbano no Brasil. Desse modo, destacamos e analisamos aqui trabalhos realizados neste século (XXI), a escolha dos mesmos teve como fim oferecer um breve panorama teórico e metodológico acerca da relação raça e espaço urbano.

Começemos, portanto, por Cunha Jr. (2006), autor e organizador do livro *“Espaço Urbano e Afrodescendência: estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas”* que reúne um compilado de estudos acerca da presença do negro no espaço urbano, tendo como eixo central o fomento a políticas públicas específicas. O livro, explícito no seu ponto de vista político, “traz uma proposta de rupturas conceituais, históricas e políticas das abordagens sobre o espaço urbano e nas áreas de maioria afrodescendente”, (CUNHA JR e RAMOS, 2006 p.15) escancarando dessa forma uma perspectiva crítica que busca “romper com o falso universalismo científico”, bem como com o viés teórico baseado na luta de classes, motivos estes expostos acima como determinantes na escassa produção acadêmica acerca raça e o espaço urbano. No desenvolvimento do seu artigo, Cunha Jr busca, para além da crítica, traçar no contexto político os motivos da “persistência da pobreza dos afrodescendentes⁶ no meio urbano”, para o autor a chave do problema está na compreensão das políticas públicas historicamente efetivadas nas grandes cidades brasileiras, que em sua visão objetivaram perpetuar a pobreza dos “afrodescendentes”, onde a “dominação política tem preponderância sobre a econômica”.

Desta forma, o autor identifica duas políticas públicas como centrais na manutenção da pobreza dos afrodescendentes no espaço urbano, a primeira se relaciona às políticas de imigração europeia efetivada no período pós-abolição e de formação das grandes metrópoles, na sua visão tais políticas “deram prioridade e poder aos eurodescendentes, retirando os afrodescendentes de muitos setores da economia ou dificultando o acesso aos setores mais novos e dinâmicos”. O segundo está condicionado pelo processo de modernização das principais cidades brasileiras no início do século XX, onde foram implementadas uma série de práticas higienistas direcionadas implícita ou explicitamente à população negra, tais práticas higienistas efetivadas como políticas públicas, marcadas por um apelo moral que remetia as habitações dos negros, os cortiços, como lugares promíscuos e degradados, findaram na

⁶ Ao estabelecer o termo afrodescendentes em sua análise e crítica, Cunha Jr busca uma conceituação mais adequada à criação de políticas públicas, haja vista que não apenas o seu artigo, mas todos os outros incluídos no livro trazem como eixo central esse viés. Para ele, o termo afrodescendente além de um “recurso conceitual” para designar pretos e pardos, “visa substituir o conceito de raça biológica ou social dado às dificuldades que os conceitos relativos à raça têm produzido para a humanidade”.

expulsão dos negros dos principais centros urbanos do país, inclusive São Paulo. Assim sendo, Cunha Jr sentencia que “a construção histórica das cidades brasileiras durante o século XX, no período pós-abolição tem fortes correlações com a persistência atual da pobreza dos afrodescendentes”. (*Ibidem* p.67)

Em outro ponto, o autor relaciona a pobreza dos “afrodescendentes” no meio urbano ao “desajuste” causado pela desigualdade na formação profissional que atinge negativamente a população negra, esse “descompasso técnico e tecnológico” se constituiu historicamente, “pois a população afrodescendente não pôde acompanhar a mudanças em relação às qualificações necessárias para as profissões”. Aqui o trabalho, especificamente a qualificação para o trabalho, surge como elemento central na concepção da persistência da pobreza dos afrodescendentes no espaço urbano.

No bojo da crítica elaborada, há espaço ainda para uma crítica ao movimento negro e sua imobilidade no âmbito de colocar em suas pautas a disputa por políticas públicas no espaço urbano, ressalva feita às iniciativas da Frente Negra Brasileira que criou um programa de aquisição de terrenos na década de 1930 em São Paulo.

Cunha Jr. se refere à cidade enquanto “construção histórica”, que tem como característica a diversidade de pessoas, culturas, modos de vida, condições de trabalho e rendimentos, onde o bairro constitui-se como elemento que possibilita a unificação no âmbito social, cultural e econômico. Portanto, “os territórios de maioria afrodescendente produzem a unidade de oportunidades sociais da maioria dos sujeitos que vivem nestas áreas urbanas”. Dessa forma, “o espaço urbano nos unifica, pois ele é histórico. Nele estão concentradas populações de maioria afrodescendente com uma história comum e com necessidades específicas comuns” (*Ibidem* p.80)

Para o autor essas especificidades não são reconhecidas pelos métodos científicos e acadêmicos tidos como universalistas e eurocêntricos, fazendo urgir, portanto, o reconhecimento das experiências e saberes da população destes territórios na implementação de políticas públicas capazes de assim efetivar a cidade como possibilidade.

Em outro ponto do artigo, Cunha Jr. reconhece que “a dificuldade começa pelo fato de nós acreditarmos que participamos de um sistema político democrático” e prossegue dizendo que os interesses, aparentemente universais, dos representantes do povo são “direcionados aos interesses da minoria eurodescendente”, e conclui que “os pobres eurodescendentes conseguem maiores benefícios do Estado e melhores salários médios que os pobres afrodescendentes”.

Se postula, portanto, que a permanente pobreza dos afrodescendentes no espaço urbano está circunscrita ao Estado de duas formas, a primeira se relaciona à representação política, pois compreende-se que os interesses dos afrodescendentes não estão sendo reconhecidos pelos representantes do povo. A segunda forma se relaciona ao planejamento urbano, particularmente a falta de políticas públicas específicas direcionadas aos interesses da população afrodescendente no e para o espaço urbano.

Outro objeto da nossa crítica, o livro *Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)*, também composto por um conjunto de artigos tem como fim reunir diversas análises circunscritas às ciências humanas sobre os negros e o espaço urbano. Neste sentido escolhemos a contribuição do geógrafo Renato Emerson, responsável pelo artigo “*Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas*”.

O artigo se inicia com uma compreensão da qual compartilhamos e aqui já expusemos sobre o “silêncio hegemônico acerca da geografia e raça”, a expressão ao tratar do silêncio e associá-lo à ideia de hegemonia tem como objetivo sintetizar as críticas às relações de poder racializadas que permeiam a produção de conhecimento no Brasil, ponto este que já exploramos acima. No entanto, o artigo nos lembra que a raça esteve associada à geografia desde os primórdios de sua institucionalização enquanto ciência e disciplina escolar, sobretudo se levarmos em consideração os autores considerados clássicos, como Vidal de La Blache e Friedrich Ratzel. Em confluência com as ideias acima, o autor identifica a recente retomada da raça como tema da ciência geográfica no século XXI e associa tal fato a um “regime de enunciação aberto pela luta social contra o racismo” definindo e propondo temas e outras perspectivas epistêmicas. Por outro lado, se identifica também certa negligência dos estudos sobre as relações raciais e a perspectiva espacial. Há, neste sentido um quadro pouco desenvolvido de conceitos, categorias e teorias acerca da relação raça e espaço, bem como um campo frutífero para ampliação e aprofundamento dos estudos sobre o espaço e relações raciais.

Feito este levantamento, Santos (2018) trata de elucidar seus princípios teóricos, situando-nos acerca da “Teoria do Giro Decolonial”, vertente teórica desenvolvida e fomentada na América Latina objetivando, em linhas gerais, a compreensão e crítica da “colonialidade como padrão de poder hegemônico em escala planetária”. Entende-se a colonialidade como contraponto complementar da modernidade, herança, atualização e continuidade da colonização e forma totalizante do modo de produção capitalista. Neste último ponto se localiza um dos argumentos centrais para o desenvolvimento do artigo que é a compreensão de que

“...este modo de produção não se afirmaria sem a coexistência (“simultaneidade ativa”) de múltiplas formas de poder operantes na complexidade das interações e do tecido social. Assim como classe, também raça, gênero, sexualidade, espaço (centro-periferia), cultura, conhecimento, espiritualidade entre outras, são condições *sine qua non* para a mundialização do capitalismo” (p.80)

Desta forma, compreendendo a raça como fator estruturante da particularidade da sociedade brasileira, propõe-se uma “leitura decolonial das relações raciais, o que implica pensar no racismo como um sistema de dominação inerente ao modo de produção capitalista”. Santos, portanto, compreende a raça como “princípio regulador de relações”, onde o espaço se desdobra em contextos de interação, determinando assim a espacialidade das relações raciais a partir do binômio racismo e antirracismo, sua hipótese buscar traçar o nexo fenomenológico entre raça e espaço⁷. Portanto, “sendo o espaço um objeto (e ao mesmo tempo dimensão imanente) de disputas sociais, as relações raciais (marcadamente o racismo e o antirracismo) se constituem no espaço, com o espaço e a partir do espaço, produzindo geografias” (p.77)

Desta hipótese deriva-se duas ideias-chave, a primeira se relaciona à sua convicção de que há uma “organização espacializada das relações raciais”, onde a “classificação racial e a classificação de contextos (espacializados) se mesclam definindo experiências nas quais aparecem ‘fronteiras invisíveis’, sentimentos de pertencimento (ou repulsa), espaços de valorização da negritude” etc., ou seja, há uma dinâmica marcada pelo imbricamento entre raça e espaço que define experiências racializadas, tais experiências poderão, por sua vez, se refletir em contextos espaciais racistas ou antirracistas. Na sua visão, e aqui de localiza a segunda ideia chave, “as relações raciais grafam o espaço, instituindo geo-grafias temporárias, duradouras ou quase perenes”, isto é, a raça como elemento de ordenação das relações sociais constitui no espaço representações concretas permeadas pela subjetividade e marcadas pela delimitação de “fronteiras invisíveis” entre “espaços brancos” e “espaços negros”

“Isto nos auxilia a compreender a complexidade (espacial, temporal e social) das regras das relações raciais no padrão brasileiro: há espaços, lugares, momentos, contextos de interação nos quais, através de comportamentos subjetivos a presença negra pode ser aceita, brindada e até valorizada. ou por outro lado, tolerada, não aceita, reprimida ou repelida” (*Ibidem*, p.85)

Fica posto, portanto, no movimento feito pelo autor (do macro ao micro) o esforço de conceber a espacialização das relações raciais ou a racialização do espaço como expressão

⁷ Sobre a ideia de contexto de interação, Santos (2018) complementa: Esta geo-grafia, simbólico- prática condiciona não somente práticas e normas de conduta, mas também as possibilidades e os tipos de presença de indivíduos nos lugares (contextos e cenários sociais), de acordo com a forma como a sociedade tem constituídas suas estruturas, pertencimentos e atributos” *Ibidem* p.82

fenomenológica da estrutura social capitalista brasileira, marcada pela colonialidade. Desta forma, os aspectos subjetivos relacionados à experiência dos indivíduos, ao sentimento de pertencimento e aos simbolismos postos no e pelo espaço são concebidos como particularidades inseridas na sociedade brasileira, e revelam a colonialidade e a raça como categorias determinantes da reprodução social.

Malachias em sua dissertação de mestrado “*Geografia e Relações Raciais: Desigualdades raciais em preto e branco*” trata dos “sistemas de ideias interpretativas, fundadoras e formadoras da civilidade brasileira”, onde o “processo geo-histórico do escravismo” elevou a raça como elemento central destes sistemas de ideias. Assim, o autor concebe as duas ideias fundadoras da civilidade brasileira: a tese de branqueamento e a louvação à mestiçagem, tais ideias por sua vez são indissociáveis da condição geográfica.

“...uma premissa desta pesquisa é a indissociabilidade do espaço geográfico enquanto sistema de ações e sistemas de objetos e que as ações são tomadas como ideias que se materializam geograficamente. A partir dessa premissa concebemos a relação étnico-racial brasileira como dimensão geográfica, como espacialidade da vida social, pois se manifesta através das instâncias econômica, política e cultural” (p.17)

Desta forma, Malachias traz o conceito de rugosidade “como chave operacional bastante apropriada ao enfoque das relações étnico-raciais, pois permite articular passado e presente simultaneamente tanto nas paisagens como nas configurações territoriais”. Se apoiando em Milton Santos, o autor trabalha com o conceito de rugosidade em dois sentidos, físico-material e sócio territorial. O primeiro se refere à condição material ou forma geográfica remanescente, já a segunda diz respeito à condição social ou herança do passado que se manifesta objetiva ou subjetivamente no espaço geográfico.

A dicotomia negro/branco estabelece a cor como característica objetiva inerente ao corpo e, portanto, à vivência espacial dos sujeitos, de forma que “o corpo assume a condição físico-territorial da forma e a condição sócio territorial do processo territorial”. Isto é ao apreendermos

“...a raça como rugosidade físico territorial, concreção objetiva definida pela forma cor da pele, traço imutável de indivíduos brancos e não-brancos. E racismo como rugosidade sócio-territorial, relação hierarquizada de desigualdade e exclusão estamos propondo espacializar em diferentes períodos as mudanças ocorridas nos sistemas técnicos ocupacional, educacional e o de saúde, seus arranjos espaciais e re-elaborações conceituais que em sociedades capitalistas, e na brasileira em especial, se manifesta pela interjeição velada do diferente” (*Ibidem* p.39)

Já para Lourdes Carril em sua tese de doutorado e posterior livro denominado *Quilombo, Favela e Periferia: A longa busca da cidadania* (2006) a raça mobilizada a partir da cor da pele

se realiza como aspecto particular da sociedade de classes, neste sentido a autora realiza sua crítica relacionando raça, trabalho e território.

Em consonância com os autores supracitados, Carril concebe a existência de uma perspectiva homogeneizadora baseada na ideia de classe social, bem como o fato de “o entendimento da questão racial brasileira ser algo pendente”, onde a geografia aliada a outras ciências humanas tem papel fundamental. Seu foco empírico está circunscrito a representações espaciais elaboradas por rappers moradores do Capão Redondo, distrito localizado na zona sul da cidade de São Paulo que associam as periferias das grandes metrópoles às comunidades quilombolas criadas por cativos fugidos. Para a autora essas representações revelam a manutenção do fator étnico-racial como determinante para a acumulação de capital, onde a cidade e o urbano como sínteses do processo de modernização realizarão a superexploração da força de trabalho do negro.

“No processo de metropolização de São Paulo se recria o negro como condição de inserção ao mercado de trabalho e um contingente de reserva que rebaixa seus salários e depaupera as condições de reprodução dos meios de vida empurrando-o para os cortiços e favelas.” (*Ibidem*, p.54)

Seu método busca no particular as determinações da totalidade, ou seja, ao tratar das representações trazidas pelo *rap* a autora tensiona os sentidos da modernização brasileira sobretudo na relação entre trabalho e raça. Desta forma, se debruça sobre as biografias dos moradores do Capão Redondo para determinar que tais sujeitos passam por um processo contínuo de desenraizamento que vai se revelar a partir da migração, dos processos de expropriação e do desemprego estrutural por qual passam. O vínculo com uma perspectiva espacial se dá pela categoria território, sendo este objeto de disputa e conflito, pois “expressa a relação de forças da sociedade sobre o espaço, relativamente à relação sociedade/meio, o que na sociedade capitalista significa dizer que o espaço é tomado pelas determinações das forças que organizam a sociedade” (*Ibidem*, p.29)

Na sua visão, em meio a essas relações de poder que permeiam o território há também “um prisma subjetivo, simbólico, de um espaço no qual o homem estabelece um vínculo afetivo, constrói sua história e concretiza suas representações e relações”. Para conceber, portanto, esses aspectos subjetivos e simbólicos a autora abarca a tríade territorialização, desterritorialização e reterritorialização, pois os sujeitos desenraizados têm como imanência a capacidade de reconstruir sua subjetividade e recriar símbolos próprios de sua cultura e forma de compreensão do mundo. O *rap* como fenômeno mundial, constitui-se na particularidade da periferia

paulistana como elemento revelador desse processo, já que expõe representações do passado, bem como as preocupações com o presente e as utopias do futuro.

Carril estabelece como agentes hegemônicos deste processo de territorialização do espaço urbano os processos ditados pela especulação imobiliária fomentados pelo capitalismo e a racionalidade do Estado que objetiva a execução destes processos. Na sua visão essa territorialidade hegemônica pelo conluio capital e Estado se relaciona também a “condição de cidadania, de poder civil e base de direitos”.

Essa condição, posta pelo estado de bem-estar social durante o período de predomínio do capital industrial e fordista, mesmo que precariamente constituído no Brasil foi sendo dirimida pelas novas exigências postas pelo neoliberalismo e o capital financeiro. Desta forma, há uma reinterpretação das políticas públicas de gerenciamento da pobreza ante ao desemprego estrutural e intensificação da miséria. Espacialmente este processo irá se traduzir na formação da hiperperiferia paulista, interpretada por Carril a partir da ideia de confinamento e banimento dos pobres, e em particular dos negros.

A determinação desta segregação está circunscrita na negatividade do trabalho efetivada pelas novas determinações do capitalismo financeiro, também denominado de flexível, que do ponto de vista das relações de trabalho, irá conformar o desemprego estrutural, a superexploração do trabalho e o trabalho informal como formas de mediações sociais. Para a autora se revela, portanto, “a incompleta realização de relações modernas no Brasil”

“A modernização brasileira implicou a materialização de um processo, aliada a discursos sempre prontos a tornar homogêneo o que se fragmentou, fundir o velho e o novo, o arcaico e o moderno. Seus benefícios não foram mais do que promessas, enquanto enormes sacrifícios foram deixados a cargo de extensas parcelas da sociedade brasileira, que até hoje não vivenciaram mais do que condições precárias de vida e relações assistencialistas com o Estado” (*Ibidem* p. 210)

Por fim, os quilombos rurais e urbanos tomados como representações espaciais ao se realizarem como resistências ao processo hegemônico empreendido pelo conluio entre capital e Estado estabelecem, segundo Carril um “processo contínuo de constituição da cidadania”.

O panorama acima exposto nos revela contribuições acerca da relação raça e espaço urbano, mesmo realizadas com o mesmo objetivo, de dar visibilidade ao tema tratado com negligência no caminhar histórico das ciências humanas no Brasil, tais contribuições diferem em suas perspectivas e formas de abordagens da problemática posta. A análise das contribuições de Cunha Jr. (2006), Santos (2018), Malachias (2006) e Carril (2006) podem ser entendidas, respectivamente, a partir do ponto de vista da desigualdade, dos aspectos simbólicos e da segregação efetivados pelas relações inter-raciais no espaço urbano.

A desigualdade, tratada como forma de abordagem de algum fenômeno social, é concebida geralmente a partir da análise de dados estatísticos ou fontes que buscam aferir concretude a determinado fenômeno. Longe de relacionar e reduzir todos estudos sobre desigualdades a métodos positivistas, concebemos aqui que esta forma de abordagem muitas vezes faz escapar aspectos dialéticos e contraditórios bem como escamoteiam aspectos particulares dos fenômenos. Reconhecemos a importância desta perspectiva em estudos que buscam traçar resultados objetivos de qualquer ordem, como se faz evidente na abordagem de Cunha Jr. (2006) em relação a compreensão e denúncia das desigualdades entre os afrodescendentes e eurodescendentes no espaço urbano, visando a conformação de uma agenda de políticas públicas específicas.

As análises fundamentadas nos aspectos simbólicos, marca dos estudos conhecidos como fenomenológicos, por sua vez, conformam uma perspectiva metodológica de valorização dos aspectos particulares. Geralmente relacionadas às questões culturais essas análises têm como foco destrinchar as especificidades dos fenômenos, não ignorando, necessariamente, suas determinações estruturais e seus vínculos com a totalidade. Como por exemplo nas análises de Santos (2018), onde é traçada uma perspectiva total e estrutural apoiada na ideia de colonialidade para dar sentido à espacialidade das relações raciais e suas determinações simbólicas, onde a experiência e o sentimento de pertencimento dos sujeitos têm papel fundamental. Compreendemos o esforço do autor em traçar essas notas, como o próprio título sugere, haja visto o objetivo de fomento a uma abordagem capaz de relacionar os conceitos raça e espaço, no entanto, do nosso ponto de vista, tal relação deve ser empreendida levando em consideração a constituição da subjetividade postas nessas espacialidades como condição *sine qua non* de relações objetivas estabelecidas pela contradição capital-trabalho, ou seja, a experiência, o pertencimento, a cultura enfim todos aspectos ligados à subjetividade estão subordinadas, mesmo que contraditoriamente, ao processo de acumulação e crise do capital.

Muito comum nos estudos sobre desigualdades espaciais e de certa forma no senso comum acerca da noção popular sobre desigualdades e diferenças, o conceito de segregação se define pela separação física de um ou mais grupos em determinados espaços, equipamentos públicos e serviços. Na geografia urbana o termo é corriqueiramente utilizado para explicar a exclusão e marginalização de determinados grupos sociais nos chamados “bolsões de pobreza” (guetos, favelas, condomínios habitacionais etc). Assim fez Carril ao analisar a hiperperiferia de São Paulo, com o auxílio das representações feitas por *rappers* da zona Sul da capital associa a formação da periferia aos quilombos, haja vista a concentração da população negra nesses

territórios. A autora se utiliza também de conceitos como confinamento e banimento para denotar o caráter segregatório da formação e desenvolvimento do espaço urbano paulista, sua crítica alicerçada também na noção de cidadania reconhece, assim como nós, as determinações postas pela relação capital-trabalho na conformação desta hiperperiferia. Porém entendemos que a racialização efetivada neste processo se realiza para além da separação física, circunscrita na relação centro e periferia, o argumento pertinente de Carril, ao conceber a formação da metrópole pelos fundamentos econômicos, do nosso ponto de vista deve ser explorado para além dos limites físicos, propostos nas ideias de banimento e confinamento.

Assim sendo, mesmo reconhecendo a importância dos trabalhos acima, há de se postular os limites de suas perspectivas no que diz respeito à conformação de políticas públicas e a conquista da cidadania, pois entende-se que estas se baseiam não na diluição dos fundamentos da sociedade capitalista (trabalho, capital, consumo, mercadoria etc.) mas sim na sua manutenção através de uma concepção reformista, associando a superação das mazelas efetivadas no capitalismo a problemas relacionados à má governamentalidade do Estado incapaz de garantir a execução de políticas públicas e/ou de fomentar cidadania às pessoas negras. Para nós, o desenrolar das últimas quatro décadas demonstra cada vez mais o conluio entre capital e Estado, sobretudo no sentido de adequar as relações de trabalho e os direitos sociais às demandas postas pelo capital financeiro e o desenvolvimento das forças produtivas. Trata-se, portanto, de inserir o Estado e a ausência de cidadania da população negra no contexto amplo abarcado pela relação entre raça e trabalho. Contudo, os conceitos e as categorias desenvolvidos pelos autores supracitados nos oferece instrumentos para realizar, a partir da teoria do valor, a crítica da relação entre espaço urbano e raça.

2.2. São Paulo: Da vila jesuíta ao centro modernizador do capitalismo brasileiro

“...terra cujo o herói matou um milhão de índios” Racionais MC’s - *Cores e Valores* (2016)

Quando tratamos da cidade de São Paulo, um amplo leque de significados nos vem automaticamente ao pensamento, os principais estão relacionados à sua pujança econômica e industrial, sua dimensão enquanto espaço urbano, seu cosmopolitismo e diversidade demográfica, o que acaba por ocultar o processo histórico pela qual tal formação se sucedeu.

Como perspectiva, compreendemos o processo de metropolização de São Paulo, a partir da categoria trabalho, ou melhor, a partir do trabalho acumulado historicamente. Onde se faz pertinente reconhecer o trabalho efetivado no planalto paulista antes mesmo da expansão do café nos fins do século XVIII, pois entre a fundação da cidade (1554) e o *boom* cafeeiro há um hiato aproximado de trezentos anos.

Tendo como objetivo “estudar o aspecto geográfico do passado paulista” o livro *Aldeamentos Paulistas* (1995) de Pasquale Petrone disserta sobre a colonização da capitania de São Paulo a partir da organização dos aldeamentos pelos jesuítas, que ao passo em que catequizavam os nativos, utilizavam-se destes como trabalhadores, sobretudo no sentido de desbravar os caminhos e as trilhas que saíam do Campo de Piratininga rumo ao sertão (à oeste do Estado) e hoje compõem a malha rodoviária do estado de São Paulo. Nesse sentido, “os aldeamentos paulistas apesar de suas vicissitudes, representaram a forma contínua e estável da participação do ameríndio nos processos de valorização da terra.” (PETRONE, 1995 p.14)

O autor reconhece em São Paulo a confluência de um quadro natural propício ao povoamento e formas de valorização associada à sua “vocação interiorizada de povoamento”, o que explica sua função como “mercado de mão-de-obra”, onde os trabalhadores eram os nativos aldeados, impelidos a trabalhar em diversas funções tanto para o serviç o oficial   coroa, quanto para os jesuítas e colonos. (ALFREDO, 2004)

Identifica-se, portanto, que o processo de modernização de São Paulo teve seus precedentes séculos antes da sua explosão enquanto metrópole do café, segundo Petrone o planalto paulista pode ser entendido pelas formas de valorização pelo qual passou durante séculos, tendo na presenç a das tribos indígenas no período pré-cabralino (antes da presenç a dos colonizadores) e posteriormente com os aldeamentos jesuítas seus fundamentos pretéritos.

Com o passar das décadas a região onde se localiza hoje a região metropolitana se caracterizou pela “convergência e irradiação de caminhos”, esses fluxos comerciais vindos de

outras regiões do estado, conformaram a vila jesuíta como importante pólo comercial, onde pousavam os tropeiros e outros sujeitos envolvidos na dinâmica do comércio colonial (SUZUKI, 2004).

Para identificarmos os fundamentos da transformação de São Paulo de uma vila provinciana à metrópole cosmopolita se faz preciso reconhecer suas determinações externas, ou seja, a modernização de São Paulo deve ser apreendida sob o método que parte da totalidade para a sua particularidade enquanto reprodução social capitalista.

Em meados do século XIX já se observava as mudanças pela qual passava a província, tais transformações se relacionam espaço-temporalmente com a crise da sociedade escravista. O que nos suscita uma série de questões: qual processo determina a crise do escravismo no Brasil? Como este processo se reverbera na modernização da cidade de São Paulo? Quais impactos este processo causou no cotidiano da população negra na cidade durante e após a abolição da escravatura?

A crise do escravismo no Brasil foi um processo lento e contínuo, após três séculos, a escravidão enquanto estrutura econômica se esboroava e anunciava o surgimento de novas determinações sociais, econômicas e políticas.

A primeira dessas determinações se fez pela formação dos estados nacionais europeus e independência de suas colônias, a partir do último quarto do século XVIII, ao conceber os antigos reinos e colônias enquanto unidades territoriais e demográficas sob o modelo político republicano foi possível realizar dois processos elementares para o estabelecimento da nova ordem, o primeiro diz respeito à criação e consolidação das leis, tais leis tornaram palpável os interesses das elites nacionais e internacionais sob cada território e povo, o segundo se relaciona à organização dos países conforme os interesses da acumulação capitalista, fazendo surgir a divisão internacional do trabalho. A constituição dos estados nacionais modernos, portanto, fundamentam-se na subordinação da terra e do trabalho ao capital sob o monopólio da violência pelo Estado (HEIDEMANN, 2014).

Williams (2012) esmiúça, a partir da análise do mercantilismo e capitalismo inglês, como o processo acima se efetivou, para ele o ponto central está circunscrito no desenvolvimento das forças produtivas da indústria britânica, que a partir do século XVIII passou a centralizar o sistema colonial, se utilizando, no plano das relações internacionais da época de tratados que privilegiavam seus mercados e produtos perante outras metrópoles coloniais. Assim,

“A secular ascensão inglesa no domínio do comércio ultramarino, associada a processos socioeconômicos internos no Reino Unido, abriam enfim a rota irreversível da economia inglesa para o industrialismo[...]É, pois, neste quadro de hegemonia da Inglaterra industrial e crise em processo do Antigo Regime que devemos situar a posição do Brasil e de Portugal.” (NOVAIS, 1989 p.54)

Posta, portanto, como potência hegemônica a Inglaterra passa a impor, se utilizando de sua influência política e econômica, sua lógica liberal ao mundo, tornando conseqüentemente o sistema colonial obsoleto, passa então a negociar produtos manufaturados e empréstimos com os já vencidos concorrentes europeus, mas sobretudo com as colônias recém independentes. Williams ao contextualizar essa hegemonia na particularidade brasileira postula:

“As revoluções na América Latina abriram uma vasta perspectiva para o comércio britânico, uma vez derrubadas as barreiras do mercantilismo espanhol, enquanto a antiga aliança entre a Inglaterra e Portugal lhe garantiu uma posição privilegiada no Brasil[...]O Brasil correspondeu por um vigésimo do total das exportações britânicas em 1821, e por 1/12 em 1832[...]Os novos governos latino-americanos encontraram banqueiros receptivos nos círculos financeiros ingleses” (*ob cit* p.188-189)

Ianni (1978) traz mais detalhes acerca do domínio inglês sobre a economia mundial, ao colocar no centro da análise a conjuntura político-econômica da época, onde elege como ponto importante a transformação das monarquias europeias em Estados-nações e conseqüente formação do pensamento liberal. Esse momento estabelece e organiza a estrutura jurídico-política baseado nos valores burgueses, por sua vez antagônica à estrutura de uma sociedade escravocrata.

“Quando a produção industrial se tornou o núcleo do processo de acumulação, a esfera da comercialização precisou subordinar-se às exigências da produção. Isto é, o comércio de matérias-primas e manufaturados passou a ser comandado pelas exigências da reprodução do capital na esfera da produção.” (IANNI, p.23)

Neste momento encerra-se a acumulação primitiva do capital, pois toda a circulação realizada pelo capitalismo mercantil e o sistema colonial, através das monoculturas da cana, tabaco, algodão e café somados à extração dos metais preciosos (ouro e prata), mobilizou no seu centro de acumulação (Inglaterra) o desenvolvimento das forças produtivas, mais especificamente da indústria e da máquina à vapor. A consolidação da lógica burguesa de acumulação estruturada também pelo surgimento das nações independentes determinou a decadência das formações sociais escravistas, particularmente localizadas no Brasil com o Nordeste açucareiro e com a monocultura do café no Vale do Paraíba.

Assim sendo, Ianni põe frente a frente e em contradição a formação social escravista e a formação social capitalista, no seu ponto de vista o regime de trabalho exerce um papel fundamental na determinação de um modo de produção, ou seja, um modo de produção poderá

ser caracterizado como capitalista se a força de trabalho que o move for livre e assalariada, levando a cabo este método o autor cita a produção de café no Oeste paulista como uma formação social capitalista.

Concretamente, podemos situar, portanto, a simultânea produção de café nas duas regiões do Estado de São Paulo, o Vale do Paraíba e Oeste paulista sob formações sociais distintas e contraditórias, mas que no entanto se movem pela mesma lógica de produção para o mercado externo, e por este motivo nos parece que a definição antagônica destes dois processos estabelece uma cisão que não se realiza, pois a formação social escravista se relaciona à formação social capitalista e vice-versa, mesmo em declínio as formações sociais escravistas configuram os pressupostos do trabalho assalariado e este se forma nas bases do trabalho cativo, ou seja, o trabalho livre não surge como um movimento em si das forças econômicas capitalistas e industriais, mas sim em relação com o sistema colonial e o trabalho forçado dos africanos. E por isso, nas palavras de Ianni é que “o escravo forma o operário”.

Ao analisar essa transição e imbricamento entre o trabalho cativo e o trabalho livre e a crise do escravismo pleno, Moura (2014) localiza a contradição entre a forma como se realiza a acumulação e a manutenção das relações de produção, tal contradição em linhas gerais se baseia no progresso econômico, tecnológico e cultural efetivado pelas relações arcaicas de produção, marcado pela dominação e controle do trabalho cativo. A modernização sem mudança, em suas palavras, caracteriza a fase denominada de escravismo tardio, eis o segundo momento da dialética radical do negro brasileiro, a modernização econômica às custas da manutenção do seu cativo. Moura descreve “o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base uma base escravista”, a partir da centralidade do capital britânico no processo de modernização brasileira, baseada na constituição de uma infraestrutura urbana (São Paulo e Rio de Janeiro), no aperfeiçoamento da produção agrícola e das navegações fluviais bem como na criação de companhias de seguros, configurando nas palavras do autor um processo de subalternidade e dependência da economia brasileira, onde a execução da dívida pelo capital estrangeiro teve papel central.

O escravismo tardio configura a particularidade do Brasil na manutenção e paralela crise da escravidão, a modernização da economia brasileira nesse momento se consolida de forma a manter os interesses do capital estrangeiro e da classe senhorial. Dessa forma, a modernização sem mudanças se entende do ponto de vista do negro cativo, onde em meio a esse processo de transição continua submetido à dominação e controle, sobretudo no sentido da tentativa da classe senhorial em conter as revoltas escravas e manter as relações de produção efetivadas pelo

trabalho cativo. A diluição da sociedade escravista se fez pela necessidade de manutenção dos processos de produção e por isso os mecanismos de modernização tinham como objetivo uma transição gradual e lenta do trabalho cativo para o livre, é assim que devemos interpretar por exemplo o surgimento do tráfico interprovincial de cativos e o correlatamente a criação de tarifas e de leis que de uma forma ou de outra limitaram a utilização da força de trabalho cativa, neste sentido as autoridades buscavam minar uma brusca transição denotando à abolição da escravidão um caráter pacífico. Essa aparente contradição se revela enquanto uma complementaridade, haja vista a necessária manutenção de alguns setores econômicos dependentes do trabalho cativo.

Para Moura, a simultaneidade entre o arcaico e o moderno, se desdobrará num desenvolvimento dependente e subalterno, impedindo assim a constituição da burguesia nacional, tal processo se sucedeu com a vinda da família real portuguesa devido às guerras napoleônicas causando intensa modificação na organização e dinâmica da economia colonial, haja vista o controle da coroa em relação ao mercado externo, onde os senhores antes responsáveis pela produção e exportação agora estavam submetidos à centralização do comércio pelo reino português. A subordinação total da economia colonial à Metrópole impediu, segundo o autor, a acumulação interna de capitais⁸ e conseqüentemente a transição do escravismo para o capitalismo (p.83). Aliada, por sua vez, aos interesses comerciais ingleses a coroa portuguesa fomentou o desenvolvimento subalterno da economia brasileira.

Assim, conclui que “os ingleses modernizaram o Brasil, mas através de estratégias de subordinação - sutis ou abertas - que determinaram progressivamente, à medida que nos endividamos, esse processo de dependência” (p.87), pois “o processo de industrialização foi estrangulado”, haja vista os empréstimos que de maneira geral não eram pagos e a iniciativa do capital inglês em investir diretamente no setor industrial brasileiro. Como o exemplo, Moura relata os empréstimos às companhias ferroviárias paulistas, para construção e melhoramentos das estradas de ferro, responsáveis por escoar as exportações.

“As mais importantes dessas ferrovias foram instaladas na área cafeeira, principalmente em São Paulo[...]Os objetivos dos ingleses eram bem claros: escoar as sacas de café para o litoral, onde os navios, na sua maioria ingleses, levavam o produto para o exterior” (p.89)

Dessa forma, “na medida em que o Brasil se modernizava, os ingleses se instalavam e dominavam a produção de bens de consumo obrigatório”, como relata Odette Seabra em sua

⁸ Em dissonância a perspectiva de Moura, interpretamos que a subordinação da economia colonial à metrópole é ela mesma o pressuposto da relação colonial, ou seja, a produção de produtos tropicais para exportação tem como fundamento a acumulação de capital na Metrópole, não nas colônias.

tese de doutorado *Os meandros dos rios nos meandros do poder* (1987), onde se debruça sobre a “concessão dada ao Grupo Light para modificar e ampliar os transportes urbanos e montar o Complexo Hidrelétrico de Cubatão”. No plano da conformação da infraestrutura urbano-industrial Odette disserta que “as necessidades da urbanização capitalista, as formas de empreendê-la apareceriam ao nível das estruturas políticas de gestão como novos desdobramentos do Estado. Criavam-se condições sociais gerais para a produção capitalista.”

Como fica claro, essas condições gerais para a produção capitalista estavam estritamente relacionadas à nova concepção de administração pública, onde a República surge para fomentar os interesses da nova ordem da acumulação. Se no plano local/regional podemos observar planos de modernização no sentido de fomento à constituição de uma infraestrutura urbano-industrial subordinada, sendo o Estado facilitador deste processo, no plano nacional a modernização se processara a partir de leis estruturantes, no que diz respeito à regularização da apropriação da terra e das relações de trabalho. Neste contexto localizamos, como exemplo, a Lei de Terras e Lei Eusébio de Queiroz em 1850, a primeira criou basicamente o mercado imobiliário brasileiro, impedindo a propriedade privada da terra aos expropriados (cativos e livres), a segunda desmobilizou o fornecimento de força de trabalho cativa, impondo a proibição do tráfico internacional de africanos.

Se revela, portanto, que a modernização brasileira, investigada aqui a partir da modernização da cidade de São Paulo, esteve subordinada à exigência posta pela Inglaterra no estabelecimento de uma nova ordem para a acumulação capitalista. Nesta nova ordem estava circunscrita a necessidade de criação de uma divisão internacional do trabalho, da expansão da produção e consumo de mercadorias e a implementação de infraestruturas urbano-industriais, enfim fomentava-se meios capazes de dar vazão ao capital acumulado na Inglaterra através da sua centralidade no sistema colonial.

A crise do escravismo, portanto, desmobilizou a economia colonial no Brasil. Se destacando mundialmente pela produção de café, os extensos empreendimentos escravistas localizados no Vale do Paraíba, divisa entre São Paulo e Rio de Janeiro, começaram a acenar sua derrocada, haja vista o exorbitante aumento do custo do trabalho cativo após a proibição do tráfico negreiro em 1850, décadas depois as cidades da região ganharam o nome de cidades mortas por Monteiro Lobato e hoje se configuram como museus a céu aberto, onde se narra a história “gloriosa” do café (SANTOS, 2020). Em linhas gerais, a decadência das fazendas monocultoras de café baseadas na força de trabalho cativa no Vale do Paraíba, centro dinâmico da economia brasileira se realiza:

“Quando a força de trabalho escravo começa a revelar-se obsoleta, na dinâmica do processo produtivo, da divisão social do trabalho e da transição para a produção da mais-valia relativa, então o escravocrata é obrigado a transformar-se em empresário capitalista, associar-se com outros, ou abandonar o sistema produtivo” (IANNI, 1978, p. 42)

Assim a província de São Paulo foi se metamorfoseando, tornando-se o novo epicentro de acumulação, atraindo trabalho e capital personificados respectivamente nas figuras do liberto e do escravista. Os primeiros foram em busca de efetivar a sua liberdade enquanto trabalhadores no novo centro de acumulação que se apresentara, já os segundos viram na embrionária metrópole a oportunidade de substituir a renda capitalizada escravista já decadente, pela renda capitalizada imobiliária. Contudo para Fernandes (2008), o capital personificado na figura do escravista se efetivou em São Paulo sob a forma de empreendimentos industriais, todavia Moura (*ob cit* p.103) sinaliza o fato do escravismo tardio ter criado “um espírito de poupança e acumulação individual que possivelmente tenha sido reciclado como capital”, porém incapaz de competir com o capital estrangeiro na constituição de um processo de industrialização. Suzuki (2004), em consonância com José de Souza Martins e o próprio Moura, por sua vez, nos revela que o capital acumulado individualmente, incapaz de constituir este processo de industrialização, acabou por fomentar o mercado imobiliário e a renda urbana em São Paulo, nas suas palavras:

“Era uma sociedade em transformação, em que a capitalização da renda denunciava a transição da riqueza acumulada em escravos para a terra. Uma sociedade marcada pela mercantilização, tendo como fundamento da reprodução das relações sociais, a terra absoluta, o trabalho livre (depois, ainda, assalariado) e o capital urbano-industrial.” (p.135)

A valorização imobiliária pela qual passou a cidade de São Paulo no período pós-abolição foi mobilizada, portanto, pelo capital acumulado pelos escravistas através da monocultura cafeeira e posse de escravizados. Sendo a circulação de capital regra básica do capitalismo, tais sujeitos vislumbraram na aquisição de terras na província a possibilidade de manter seus capitais, bem como o prestígio social e político do qual gozavam enquanto latifundiários escravistas. Por sua vez, mobilizou-se na cidade de São Paulo um montante de capital antes nunca visto, concretizando desta forma, em meio à antiga cidade provinciana, bairros elitistas (como Campos Elíseos e Higienópolis), indústrias manufatureiras, comércios de alto padrão e um expansivo setor de serviços, sobretudo de serviços domésticos. Tal contexto foi fomentado graças à premente formação de uma superpopulação relativa formada pelos primeiros imigrantes europeus, bem como pelos negros libertos e os escravizados de aluguel.

“A generalização da terra como mercadoria, a abolição da escravidão e o incentivo à imigração estão vinculados à pressão exercida pela Inglaterra, cujo objetivo era sumariamente expandir seu mercado, bem como garantir preços acessíveis na aquisição de matérias-primas, de que o Brasil era grande exportador.” (*Ibidem* p. 138)

O processo de modernização da província de São Paulo pôde ser observado por décadas, acompanhando o gradual processo de diluição do escravismo, onde foi possível identificar as mudanças estruturais ocorridas na cidade, constituindo-se assim como aglomeração, acumulação e concentração de capital e trabalho, ainda sob sociabilidade difusa, marcada pela mescla entre o moderno e o arcaico⁹. Isso se dava, pois por maior que fosse a pressão do capitalismo inglês para diluição do trabalho cativo em âmbito internacional, havia setores da elite brasileira, desde sempre compostos por fazendeiros latifundiários, opostos à abolição da escravatura. Longe de ser fortuita, essa oposição revela o desespero dos escravistas, temerosos pela diluição de seus empreendimentos e da consequente perda de prestígio social fundado na posse de cativos. Enquanto elite nacional, esta casta de sujeitos evidentemente exerceu influência no fato do Brasil ser o último a abolir a escravidão, não obstante estabeleceu internamente, sobretudo nos seus principais centros de acumulação, a contradição aparente entre modernização e escravidão. Haja vista que “na cidade de São Paulo, província líder no dinamismo do trabalho escravo, podemos ver essa modernização na direção da economia capitalista sem que, contudo, as relações escravistas fossem abaladas nas suas estruturas” (p.102)

Portanto, a aparente contradição entre modernização e escravidão estabeleceu, em São Paulo durante a crise do escravismo, relações de trabalho distintas e particulares reveladas a partir do cotidiano dos cativos, libertos e libertandos. O livro *Tornando-se Livre: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição*, composto por um conjunto de artigos, voltados para a compreensão e caracterização dos sujeitos e das relações postas no processo de abolição no Brasil, nos indica algumas dessas relações particulares de trabalho.

O artigo, *Comprando brigas e liberdade* de Marília Ariza se debruça na análise dos contratos de locação de serviços de libertandos em Campinas e São Paulo nas duas últimas décadas de vigência do regime escravocrata. Permitidos como uma extensão da Lei do Ventre Livre (1871), estes contratos de locação de serviços permitiram a “prática costumeira de

⁹ Para Moura (*ob cit* p.86) essa confluência sintetiza a condição de dependência da economia brasileira, pois para ele “o moderno serve ao arcaico”. Salientamos nossa crítica à perspectiva temporal do mundo, que compreende o passado e futuro como representações do atraso e do progresso respectivamente, rechaçamos também qualquer ponto de vista que venha postular uma inversão destes termos como superação tanto do racismo quanto do capitalismo.

financiamento de alforrias de ressarcimento de senhores de escravos”, pois basicamente tratava-se de um aluguel do cativo pelo seu senhor, no entanto quem buscava costurar os negócios eram os próprios cativos. Para Ariza, a existência de tais contratos “respondiam à inserção completamente vulnerável desses sujeitos ao mundo da liberdade”, impossibilitando a construção de uma vida totalmente autônoma desses trabalhadores, pois o trabalho tutelado e dependente ainda regia a reprodução social da época. O artigo é desenvolvido baseado nas histórias de três desses libertandos, que em algum momento tiveram seus contratos contestados na justiça, onde no desenrolar das histórias fica posto que esses contratos serviram “a sustentação de um processo emancipatório fracionário, recalcitrante e indenizatório, instrumentalizando a camada proprietária para que esta pudesse estender os laços senhoriais e paternalistas típicos da escravidão”.

Com foco na intersecção entre gênero e raça, Lorena Telles no seu artigo intitulado *Libertas entre contrato e aluguel* faz apontamentos acerca do trabalho doméstico em São Paulo nas vésperas da abolição. A autora que também desenvolve seu artigo a partir de histórias pessoais, nos situa acerca da criação de uma exigência prevista no Código de Posturas Municipais (1886), que buscava a regulamentação do serviço doméstico na cidade de São Paulo, não se tratava, portanto, de pessoas escravizadas, mas sim livres. Permeada de paradoxos, a transição entre o fim do trabalho cativo e o livre, encontrou na regularização do trabalho doméstico mais um, pois de um lado a conformação das posturas visava “coibir o tratamento comumente dispensado por senhores às suas escravas domésticas”, e do outro “tentava-se coibir os criados a abandonarem as casas e os patrões” Na visão de Telles a “implementação das posturas, de curto alcance no tempo, respondia aos desafios enfrentados pelas elites e classes médias altas no contexto de rearticulação das relações de poder entre patrões e trabalhadores livres nos anos finais da desagregação da ordem escravista”, revelando por sua vez “o comprometimento do poder público com os interesses dos patrões, no processo de consolidação da hegemonia social burguesa cafeeira na capital”. Nas histórias pessoais narradas pela autora, é possível apreender outros aspectos das relações de trabalho em São Paulo, o primeiro diz respeito ao lugar de origem das mulheres, geralmente vindas do interior de São Paulo, suas trajetórias podem nos indicar os fluxos populacionais mobilizados pela crise do escravismo. O segundo aspecto importante, está na identificação dos contratantes dessas mulheres, boa parte deles gozavam de determinado prestígio social enquanto representantes da elite e classes médias. Por fim, a autora destaca a fluidez no trabalho possibilitada pelas posturas, que permitiam às trabalhadoras saírem livremente dos cargos que ocupavam sejam

por um salário melhor em outro lar, seja para constituir a própria família. Isso auferia às mulheres uma mobilidade geográfica e laboral nunca antes vivida.

Por fim trataremos do artigo *Pacto de tolerância e cidadania na cidade de São Paulo (1850-1871)*, tendo como objetivo analisar o sentido que o termo cidadania assume no discurso e das práticas antiescravistas concebidas pelas sociedades emancipacionistas e lojas maçônicas, Renata Francisco investiga as diversas ações dessas instituições na promoção da cidadania de cativos na cidade de São Paulo, tais ações estavam circunscritas à concessão de cartas de alforria aos cativos, desde que estes cumprissem uma série de exigências, onde “deveriam estar aptos ao trabalho e manter-se alheios aos conflitos sociais”.

A lógica liberal dessas instituições estava em dissonância com mentalidade senhorial das elites da época, no entanto elas mantinham suas ações de fomento à cidadania graças ao seu compromisso com a propriedade privada e com a manutenção da ordem. Assim sendo, “o modo como essas organizações estavam estruturadas demonstra que seus objetivos iam muito além da concessão de cartas de alforria; tencionavam também manter o controle sobre o escravo após a libertação.”

Os três artigos acima, realizados a partir de pesquisas históricas, revelam alguns traços do cotidiano da população negra cativa ou livre em São Paulo nos fins do século XVIII, fica evidente que a inserção ao mercado de trabalho livre esteve longe de se caracterizar como movimento linear e contínuo rumo à liberdade, haja vista a manutenção da lógica senhorial e de dominação para o trabalho efetivada na transformação dos antigos senhores latifundiários em membros da elite urbana. Os séculos de dominação violenta para o trabalho, cristalizou na mentalidade hegemônica da elite brasileira uma lógica senhorial, que ao normalizar as relações escravistas resumia todo sujeito negro ao status de servo, sempre subordinado e disposto a atender os desejos dos seus senhores. De maneira geral, a manutenção desses laços senhoriais e paternalistas estavam vinculados diretamente à impossibilidade da elite nacional em obter benefícios com a lógica liberal do trabalho¹⁰, assim sendo se articularam politicamente, a partir do estabelecimento de leis, regimentos e códigos de posturas, para dirimir as perdas latentes anunciadas pela crise do escravismo.

¹⁰ Moura nos dá indícios acerca dessa impossibilidade ao se referir ao processo de endividamento efetivado no escravismo tardio, sendo o capital estrangeiro hegemônico em todas as frentes, foi difícil para os escravistas contraírem empréstimos favoráveis para executarem seus empreendimentos. Fica claro, portanto, a influência inglesa na configuração de uma estrutura institucional onerosa para aqueles que acumulavam internamente o capital no Brasil. (*ob cit* p. 100-103)

2.3. Mercado de trabalho livre em São Paulo: Integração negativa e concorrência inter-racial

Juntamente ao movimento de vinda dos antigos senhores de engenho à cidade de São Paulo ocorria a vinda de milhares de negros recém libertos originários das fazendas de cana-de-açúcar e café espalhadas pelo interior do Estado, tais sujeitos não mais viam modos de subsistência nesses lugares e buscavam concretizar a sua tão glorificada liberdade na embrionária metrópole paulista, primeiramente enquanto trabalhadores domésticos e ambulantes e posteriormente enquanto trabalhadores industriais (SANTOS, 1998). Quando não instalados nas casas dos patrões, onde trabalhavam, os negros se amontoavam nos cortiços, tais habitações se caracterizavam por serem moradias coletivas, de pouco espaço, e de precárias condições higiênicas e estruturais básicas e se localizavam no seio da cidade, como por exemplo no bairro do Bixiga.

Outro processo paralelo e fundamental para a constituição da cidade de São Paulo como centro de acumulação de capital e trabalho foi a imigração europeia, que não só se estendeu para a capital, mas sim por todo o Estado de São Paulo no fim do período açucareiro e sobretudo nos tempos áureos do café, tanto na região do Vale do Paraíba, mas principalmente no Oeste paulista.

A imigração europeia obedece a extrema racionalização das elites brasileiras, seguindo a tendência mundial-industrial, sobre a necessidade de efetivar no país, especialmente em São Paulo o mercado concorrencial do trabalho livre. Foi um projeto assumido e financiado pelo Estado brasileiro, ainda carente de uma identidade nacional.

Marcada pela mestiçagem violenta do período escravista (NASCIMENTO, 1978 p.62), a sociedade brasileira imersa na sociabilidade escravista mundial, não gozava, ou melhor não se constituía enquanto nação com perspectivas industriais, exatamente porque o progresso, o trabalho livre e pôr fim a indústria estavam associados ao elemento europeu. Nesse sentido, a imigração europeia, sobretudo a imigração de italianos, enquanto projeto de Estado juntamente com a proibição da imigração africana e asiática (ANDREWS, *ob cit* p.91), demonstram que o colonato tinha em si caráter não só econômico, mas também étnico-racial, que se institui enquanto caráter subjetivo e forma de consciência que vai guiar a concorrência no mercado de trabalho em São Paulo, vai se enraizar, novamente, enquanto naturalização.

Deste modo, a força de trabalho em São Paulo no pós-abolição se dividirá basicamente em dois elementos, os negros libertos e os imigrantes europeus, cada qual com sua marca, sempre atrelada ao trabalho enquanto essência humana.

Para compreender a condição do negro em São Paulo no período pós-abolição é imprescindível, primeiramente, conceber que sua integração ao mercado concorrencial do trabalho livre ocorre de maneira negativa e subjugada, em um momento posterior é indispensável apreender que tal processo foi fruto da racionalização, isto é, um projeto do Estado brasileiro determinado externamente pela dinâmica capitalista mundial. Assim sendo, tal integração subjugada e racionalizada não pôde ser vista de tal maneira, ou se assim é vista deve ser concebida não como um processo imposto, mas sim como deficiências do próprio sujeito negro. Tais deficiências vão carregar consigo pensamentos fundados no racismo científico, que atrela a não adaptação do negro ao trabalho livre à sua própria essência enquanto cativo e sub-raça. Entretanto as justificativas desse processo de subjugo, passam por um artifício de reelaboração, mas não perdem sua raiz racista, fazendo surgir a ideologia da vadiagem, que relega ao negro o caráter de ser preguiçoso, indolente e vadio. Ora se tal caráter, de repulsa ao trabalho, em algum momento se concretizou foi devido ao próprio trabalho violentamente imposto durante séculos a população negra, que agora ao gozar da aparente liberdade, apenas e inicialmente evitava o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar e café, onde em nada se diferenciava das antigas condições de cativo. A ideologia da vadiagem, no entanto, se expande espacial e temporalmente, se cristaliza como lei e códigos de conduta de forma a renovar o modo de dominação racista, sendo fundamental na apreensão do caráter urbano e concorrencial do trabalho em São Paulo. As reais bases do subjugo do negro, enquanto trabalhador livre, portanto estão externas a ele, e foram determinadas histórica e racionalmente pela dinâmica demográfica capitalista.

Por outro lado, os imigrantes europeus viam na imigração ao Brasil um universo de possibilidades não visto na Europa, onde os mesmos se constituíam enquanto trabalhadores rurais extremamente pobres. De 1888 à 1921 mais de 2,1 milhão de europeus vieram para São Paulo, sendo 63,6% das viagens pagas pelo governo do Estado, este número demonstra a dimensão e importância do colonato, enquanto projeto de branqueamento da força de trabalho, tais números são tão significativos que durante, no mínimo, três décadas os estrangeiros constituíam a maioria da população da cidade de São Paulo.

“Esses imigrantes foram levados para São Paulo para trabalhar e trabalharam. Assim fazendo, sistematicamente substituíram e marginalizaram os afro-brasileiros do Estado, tanto no campo quanto na cidade[...]Os europeus estavam sendo transportados para São Paulo para competir com os libertos e desde o início supôs-se que esta seria uma briga que os últimos iriam perder”. (ANDREWS, *ob cit* p.93)

Jacino (2013) ao dissertar sobre o mercado de trabalho no período pós-abolição nos traz elementos importantes de como se estruturou a integração negativa do negro enquanto trabalhador urbano, a partir das análises de boletins de ocorrência em São Paulo no período entre 1910 e 1920, o autor constata que:

“A consequência da ideologia gestada pelas elites materializadas em leis, opções patronais e ações do Estado, teria sido a segregação dos negros em ocupações de menor valor social, pior remuneradas, insalubres, perigosas e pouco importantes para as principais cadeias produtivas[...]Constata-se, ainda que o trabalho doméstico, o comércio regular, a saúde, o setor de alimentação e a segurança pública eram os segmentos com a maior presença de negros. Por outro lado, nos modernos setores fabris e na cadeia de produção que liderava, integradas a exportação e ao atendimento da maior parcela do mercado interno a presença de negros era diminuta.” (p.127)

O processo de imigração em massa de europeus para o Estado de São Paulo cumpriu um papel duplo, o primeiro foi de instaurar e inundar a oferta de força de trabalho livre de forma que “a oferta e a procura iriam substituir a violência e a coerção da escravidão como meio de organizar a produção” (ANDREWS *ob cit* p. 102).

Nos termos de Marx para manter sob controle a força de trabalho, “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital”, sendo essa a lei demográfica peculiar ao modo de produção capitalista, pois:

“Essa superpopulação se converte em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível[...]fornece a suas necessidades variáveis de valorização, o material humano sempre pronto para ser explorado” (MARX, 2011 p.257)

Este quadro teórico se realiza em São Paulo no pós-abolição com a vinda dos imigrantes italianos, fruto, repetimos, de uma racionalização das elites fundiárias e escravistas, portanto, estratégia do Estado para possibilitar a acumulação capitalista, fundamentando a concorrência interpessoal típica do mercado de trabalho livre. Na formação do mercado de trabalho livre em São Paulo a raça, já naturalizada na lógica da reprodução social desde a escravidão, exerce papel determinante.

Em segundo lugar, a imigração europeia teve como objetivo consagrar o elemento europeu como portador da virtude do trabalho, de renovar o espírito do trabalho, tão desgastado pelos séculos de imposição violenta. Assim sendo, o trabalho como único meio de sobrevivência nesta sociedade, não disponível a todos homens livres, se eleva juntamente com a concorrência ao plano mítico, onde só os mais aptos sobrevivem, aqueles dotados do espírito civilizado. O ideal de branqueamento, engendrado a partir da imigração de trabalhadores europeus surge como forma de consciência, que rebaixa, subjuga, marginaliza todos os aspectos ligados aos negros, indo além de uma aceção econômica se funda enquanto manutenção de uma hierarquia necessária a continuidade da acumulação capitalista.

Paralelamente a todo processo de formação do mercado de trabalho livre na cidade de São Paulo estava também a constituição desta enquanto metrópole republicana, projetada e efetivada sobretudo na gestão do prefeito Antônio Prado (1899-1911), tal processo teve como principal função ordenar e criar na cidade as bases de um novo modo de vida, marcado agora pela República e pela indústria. O plano de reformas tinha como fim a transformação da cidade de São Paulo imperial, símbolo do escravismo em uma São Paulo republicana, símbolo da indústria com caráter arquitetônico de forma a imitar as já industrializadas cidades europeias.

“O que aí se esvoaçava era o desenho de um Centro burguês de ruas largas e fachadas uniformemente neoclássicas, que seria território exclusivo das classes dirigentes: seu espaço de trabalho, diversões, comemorações cívicas e religiosas.”
(ROLNIK, *ob cit* p.81)

Como a cidade ainda existia de maneira embrionária, a segregação espacial acontecia de maneira minimizada e foi exatamente por isso que a reestruturação da cidade foi devastadora à população negra, a destruição dos cortiços e outras coletividades, como as irmandades religiosas marcaram a destituição de toda uma sociabilidade negra no atual Centro da cidade, os famosos batuques e até os próprios comércios praticados pelos trabalhadores ambulantes foram dirimidos por um conjunto explicitamente racista de regras efetivados pelo Código de Posturas em 1886, levando à diluição do que Rolnik vai chamar de territórios negros.

Coube à população negra se reestruturar em outras regiões da cidade ainda não valorizadas, como por exemplo na Barra Funda, Bixiga e Jabaquara, alguns dos poucos bairros não habitados em massa pelos estrangeiros. Este movimento se estabelece, apenas como um dos movimentos de reestruturação espacial imposta aos negros na metrópole paulista.

“Na cidade que se quer civilizada, europeizada, o quilombo é uma presença africana que não pode ser tolerada. Isso se manifesta desde a formulação de um código de posturas municipal em 1886, visando proibir essas práticas presentes nos territórios negros da cidade: as quituteiras devem sair porque “atrapalham o trânsito”; os mercados devem ser transferidos porque “afrontam a cultura e conspurcam a cidade”; os pais-de-santo não podem mais trabalhar porque são “embusteiros que fingem inspiração por algum ente sobrenatural”. (*Ibidem* p.81)

A cidade de São Paulo assim se constitui e se desenvolve como a cidade do trabalho, normatizada, higiênica, industrial, branca, um espaço que se constitui enquanto oposição ao sujeito negro e todos seus aspectos culturais e religiosos, essa oposição vai se expressar num violento processo de dominação, já naturalizado pela sociabilidade anterior escravista.

O estabelecimento da nova era da acumulação capitalista marcada pela substituição do trabalho cativo pelo trabalho livre ocorre com a necessidade de renovação dos termos constituintes da lógica capitalista. Assim sendo, a mercadoria e o trabalho se mantêm como categorias fundamentais, entretanto sofrem modificações de forma a se reporem no processo social, depois do esgotamento do modelo anterior escravista. Ao observarmos tal processo nas Américas, principalmente no Brasil e seu maior centro de acumulação, São Paulo, podemos inferir que a imigração europeia, especialmente a imigração italiana foi o principal vetor desta transição para o modelo industrial. Entretanto esta transição intensifica e cristaliza o processo de diferenciação racial e marginalização da população negra, agora legalmente livre, instaura um modelo concorrencial de maneira racional, mantendo a lógica de inferioridade naturalizada do negro do antigo modelo, relegando a estes um estado permanente de instabilidade, proporcionado pelo seu status de indolente e vadio. O que se chamava de exclusão pode ser melhor traduzida como integração negativa destes enquanto exército industrial de reserva.

Por fim, a lógica do trabalho embora não seja em essência formada pela diferenciação das identidades raciais, utiliza-se desta para seu eterno desenvolvimento, a existência desta diferenciação se faz oportunidade perfeita para o estabelecimento necessário da concorrência industrial e urbana, pois cria as bases hierárquicas necessárias para a consolidação da divisão do trabalho e consequente fase industrial da acumulação capitalista. Essa hierarquia vai opor os dotados da virtude do trabalho e os vagabundos, os civilizados e os bárbaros, enfim os brancos e os negros. De forma que toda a dominação naturalizada e apresentada pelo sistema escravista permaneça sobre a população negra, só que agora sob novas formas.

2.4. Frente Negra e o paradoxo da modernização

A dinâmica urbana tem por característica a concentração dos fatores produtivos, essa concentração implica em uma constante condição de concorrência, que vai ocorrer tanto no nível empresarial quanto e sobretudo no nível do trabalho. Em São Paulo (e em outras metrópoles do continente americano) como podemos observar, tal concorrência se funda através de uma racionalizada diferenciação, a diferenciação racial que cria dois polos que compartilham a mesma essência enquanto sujeitos modernos, ou seja, opõe negros e brancos enquanto força de trabalho da nova era concorrencial e industrial da acumulação capitalista. A concorrência vai intensificar o processo de formação das identidades raciais no mundo moderno, pois é a partir do embate que cada grupo, sobretudo aquele que se insere no polo negativo da concorrência, no caso os negros, tende a constituir um discurso político e estabelecer suas próprias instituições. Como por exemplo, vemos em São Paulo no começo do século XX, o fortalecimento da imprensa negra, o surgimento de federações, clubes e até partidos políticos como a Frente Negra Brasileira.

Por outro lado, ao se instituírem enquanto polos positivos da concorrência, a população branca e imigrante construía seu discurso e formava suas instituições de maneira distinta, o conteúdo racial se oculta e a reivindicação ganha caráter genérico, enquanto trabalhadores. Assim se fundam em São Paulo a imprensa operária e os sindicatos, que inegavelmente devido ao próprio processo concorrencial, se estabelecem historicamente como organizações intrinsecamente identificadas com a população branca e imigrante.¹¹ Os negros, no entanto, não se identificavam com as reivindicações dos trabalhadores fabris, por não se constituírem enquanto tais, restando como elemento de sobrevivência, o fortalecimento de seus laços comunitários através da organização de suas próprias instituições, estas refletiam o caráter burguês, o caráter lógico de sua própria gênese¹².

Assim numa sociedade etnicamente segmentada o cotidiano se realizara por instituições e coletividades que representavam os anseios dos grupos étnicos residentes em São Paulo.

¹¹ Sobre os mecanismos de formação da identidade branca ver Schucman, Lia Vainer “Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo” 1ºed. Annablume Editora, 2014, São Paulo p.55-69. Na obra a autora disserta sobre como se configura a identidade racial branca em São Paulo, determinando que esta, se funda de maneira invisível, genérica e normalizada de forma a escamotear os elementos simbólicos e materiais de suas causas e consequências.

¹² A questão da identidade racial e os sindicatos também se concretiza enquanto uma questão historicamente polêmica, o que por si só geraria uma infinidade de trabalhos a serem efetivados. Para melhor apreensão do tema vide Andrews, George “Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)” p.102-110 e como contrapartida ver Janet Abu Lughod, *Race, Space and Riots in Chicago, New York and Los Angeles* p.16, 2007, Nova Iorque, EUA.

Dessa maneira, os imigrantes europeus e os negros traçavam suas estratégias de associação e organização coletiva de diversas formas, a principal foi a edição de jornais, por meio deles se propagava informações relativas aos problemas passados pelos trabalhadores. No entanto, havia uma diferença sensível entre os protestos, reivindicações e anseios propagados nas páginas dos jornais. Se por um lado os imigrantes, que chegaram a editar alguns dos jornais nos seus respectivos idiomas nativos, buscavam se organizar enquanto trabalhadores incentivando a associação de seus patrícios em sindicatos e outras formas de associação a partir das relações de trabalho (SANTOS, 1998 p.15), do outro lado a população negra denunciava sistematicamente em seus jornais casos de discriminação racial relacionados ao trabalho, geralmente vinculados à recusa dos empregadores em empregar pessoas negras. (DOMINGUES, 2005; ANDREWS, 1998). A imprensa, portanto, foi o primeiro meio pela qual os negros buscavam se associar e tomar ações coletivas em São Paulo, no pós-abolição. Segundo Domingues (2005 p.44), a imprensa negra definida a partir da publicação de jornais por pessoas negras voltados para suas questões, chegou a ter em São Paulo, de 1889 à 1930, 31 jornais, sendo “A Pátria” o primeiro deles, já “O Clarim da Alvorada” e “O Progresso” tiveram considerável destaque como instrumentos de propagação do discurso público do negro paulista.

Logo após a abolição, fica claro que o principal objetivo das associações negras era proporcionar momentos e espaços de lazer aos negros, que constrangidos de diversas formas na busca por lazer em contextos “brancos”, vislumbraram na organização de suas próprias agremiações uma saída. Dessa forma entre 1897 e 1930 existiam 85 associações negras na cidade de São Paulo, tais organizações tinham caráter diverso e se referiam a questões religiosas, culturais e socioeconômicas, suas ações estavam circunscritas à publicação de jornais, organização de atos cívicos e comemorativos relativos ao 13 de Maio, bem como a prestação de homenagens aos abolicionistas. As coletividades e associações negras assim se conformaram nas primeiras duas décadas do século XX em São Paulo, o discurso político não era explícito, porém suas ações já anunciavam um acirramento neste sentido, sobretudo se levarmos em consideração que “o acúmulo de experiência para as mobilizações e para a própria militância são elementos importantes para qualquer movimento social” (*Ibidem* p.47). Nesse sentido, já nos fins da década de 1920 surgiam as primeiras associações negras com perspectivas explicitamente políticas, foram os casos do Centro Cívico Palmares e do Kosmos que já denunciavam o “preconceito de cor”, bem como a necessidade de integração total do negro à sociedade brasileira.

Levando a cabo esses entendimentos, Arlindo Veiga, José Corrêa Leite entre outros fundaram a Frente Negra Brasileira, tendo como pauta central a segunda abolição, deixando claro, portanto, que na visão dos fretenegrinos a primeira abolição não aconteceu ou foi incompleta, tal entendimento estava vinculado ao fato de que passadas décadas da assinatura da lei Áurea, não houve uma mudança sensível no quadro de desigualdade racial no Brasil.

A FNB, pautava-se basicamente pela ideal de integração do negro à sociedade brasileira, ou seja, não era um movimento de autodeterminação muito menos de superação das estruturas socioeconômicas da época, mas sim um movimento nacionalista que vislumbra transformar o negro como partícipe ativo no desenvolvimento nacional. Se faz pertinente contextualizar, que tal ideologia nacionalista forjou-se a partir das transformações políticas causadas pela revolução de 1930 e tomada do poder por Getúlio Vargas, mas sobretudo pelo forte sentimento anti-imigração de seus fundadores perante a intensa presença dos italianos e consequente preterimento dos negros no mercado de trabalho em São Paulo.

No entanto, para além da perspectiva da concorrência interracial pelos postos de trabalho, configurando a condição econômica local e particular de São Paulo, observamos não só na FNB, mas em outros partícipes e interlocutores da chamada questão racial brasileira uma crença na superação do racismo através do desenvolvimento e aprimoramento econômico das relações capitalistas brasileiras, tais discursos diagnosticaram no panorama socioeconômico brasileiro um manifesto preconceito racial aliado à condição de relações capitalistas incompletamente desenvolvidas no país. Assim sendo, o desemprego e outras manifestações do preconceito racial seriam dirimidos pela tendência liberal do capitalismo em concretizar uma sociedade livre e democrática, capaz de inserir todos à sociedade de classe. Portanto, a interpretação de uma ordem social competitiva, integradora e democrática também em seu sentido racial, cunhada por Florestan se concretizou enquanto práxis dos movimentos negros de maior eminência no início do século XX em São Paulo.

A segunda abolição, portanto, se fundamentava na reafirmação dos valores sociais, morais e éticos da sociedade burguesa. Assim, quando não considerados déficits culturais (morais e éticos) dos negros, tais valores deveriam ser supridos por políticas estatais e beneficentes de ordem compensatória, dessa forma era comum o apelo ao trabalho, à cidadania, à identidade nacional brasileira, à família, enfim, aquilo que Fernandes chama de tradicionalismo (*ob cit* p.85). Tal viés orientou a política da FNB, que em sua sede chegou a conceber e manter uma escola, um grupo musical e teatral, um time de futebol, um

departamento jurídico e, na área da saúde, chegou a prestar atendimento médico e odontológico.

Outro viés prático da FNB foi a sistemática pressão sobre o poder público perante manifestações explícitas de racismo nas relações de trabalho e em espaços de lazer. Em um desses casos conseguiu barrar a proibição de negros na Guarda Civil de São Paulo, em outro exemplo denunciou a proibição da entrada de negros nos riques de patinação da cidade, conseguindo das autoridades a proibição de tal ato discriminatório.

Se espalhando para vários outros estados e se tornando um movimento de massa, a FNB crente de estar “trilhando o verdadeiro caminho de civilização e progresso”, se tornou um partido político em 1936, no entanto foi rapidamente extinto pela proibição dos partidos políticos imposta por Getúlio Vargas.

A FNB ficou marcada pela tentativa de integração do negro em todos setores da sociedade brasileira, para tanto lançou mão de uma ideologia conservadora e burguesa, no entanto havia internamente uma disputa no campo ideológico, tal disputa foi vencida pelo viés conservador, personificado na figura de Arlindo Veiga, monarquista e admirador público do ditador Mussolini¹³.

No jornal “A Voz da Raça”, principal meio de comunicação da FNB, o subtítulo era sintomático: “Deus, Pátria, Raça e Família”. Contemporaneamente nos parece estranho pensar num movimento negro aliado a pautas monarquistas, ultra nacionalistas e fascistas, porém a conformação política e ideológica da FNB ao ser relacionada ao contexto particular da modernização brasileira se revela como uma das inúmeras contradições mobilizadas pela relação capital-trabalho. Assim sendo, a concorrência perante os imigrantes europeus conformou um viés nacionalista, que, no entanto, não encontrou contrapartida do Estado brasileiro, como podemos ver na própria extinção do partido.

Domingues concebe que apesar do viés político conservador e fascista a FNB teve sua importância histórica como movimento de contestação, sobretudo na articulação política junto a agentes do Estado haja vista que “as conquistas da FNB no campo dos direitos civis, ainda que paliativas tiveram um sentido democratizante, tanto na sociedade civil quanto em certos organismos do Estado” (DOMINGUES, *ob cit* p. 173)

¹³ O conservadorismo de alguns representantes da Frente Negra Brasileira, com destaque para Arlindo Veiga pode ser sintetizado pelo movimento Patrianovista que expressou ideias nacionalistas e autoritárias do final da década de 1920 e início da década de 1930 e visava instaurar uma nova monarquia no Brasil, baseada numa filosofia política conservadora e católica. Tal movimento criticava a república e a lógica liberal, também mantinha fortes relações com o movimento integralista.

A importância histórica da Frente Negra Brasileira é evidente, pois trata-se do primeiro movimento negro urbano de grande influência política em São Paulo, estabelecendo assim a centralização das primeiras reivindicações políticas racializadas, tais reivindicações para além do “sentido democratizante” junto ao Estado, revela a conformação de um momento histórico onde o trabalho se eleva como necessidade primária de subsistência e por tanto torna-se objeto central das práticas políticas não só da FNB, mas de diversos outros movimentos sociais de ontem e hoje. Assim no caso particular da FNB, a integração negativa da população negra no mercado de trabalho aparecia enquanto fruto de práticas discriminatórias individualizadas; como deficiências cívicas e morais dos próprios negros e na caracterização dos imigrantes como inimigos diretos na concorrência pelos postos de trabalho. O que não se revelava aos dirigentes da FNB era o fato de que tal integração negativa correspondia aos ditames fundamentais da nova ordem da acumulação capitalista. Essa, por sua vez, primava a existência de um amplo número de trabalhadores disponíveis (superpopulação) segmentados e hierarquizados. Essa segmentação e hierarquização refletiu o caráter racializado da formação social, não só brasileira, mas mundial, fundada na escravidão dos povos africanos, privilegiando os imigrantes europeus no acesso ao trabalho.

Trabalho e concorrência são categorias determinantes da nossa interpretação acerca da FNB e outros movimentos sociais, tais categorias carecem de tensionamento quando tratamos da formação do mercado de trabalho livre em São Paulo. Há diversas teses que buscam explicar os mecanismos que criaram a marginalização social do negro em São Paulo, tais teses traçam seus argumentos a partir da incompletude da nova ordem competitiva; do racismo latente da sociedade paulista (DOMINGUES, 2003) ou da ineficiência do Estado brasileiro em garantir os direitos básicos à população negra após a abolição. No entanto, compreendemos a integração negativa do negro no mercado de trabalho como consequência direta da concorrência efetivada como necessidade pela nova lógica de acumulação, agora determinada, não pelo trabalho cativo, mas sim pelo trabalho livre, onde a raça enquanto elemento hierarquizante e segmentador tem papel fundamental.

A história da FNB, portanto, se revela inserida nesta particularidade concorrencial guiada pela lógica do trabalho. Muito além de uma acepção anacrônica, de isolar suas reivindicações e práticas como algo superado, devemos suscitar algumas questões acerca dos movimentos negros do passado e do presente, bem como a incorporação de suas reivindicações e pautas à lógica da concorrência.

2.5 O negro na sociedade de classes: contrapontos e confluências

Há uma considerável literatura voltada para o debate centrado na integração do negro à sociedade de classes, contextualizadas a partir de diferentes tempos históricos e compreensões teóricas, tais contribuições compõem um amplo universo de conceitos e categorias relacionados ao tema abordado e nos oferecem caminhos a serem perseguidos na apreensão da relação entre raça e classe.

Desta forma, iniciaremos nossa leitura a partir das contribuições de Florestan Fernandes¹⁴, sobretudo em sua obra *A integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964) que inscrita numa longa trajetória do autor iniciada no projeto Unesco (1950) se fez uma de suas obras clássicas, sobretudo em relação ao pioneirismo metodológico empreendido na pesquisa. Debruçado nos estudos sobre a industrialização lançou o livro acima referido buscando tencionar os ideais postos pela lógica burguesa ao qual estava inserido, a trajetória desta pesquisa por si só desvenda o caráter contraditório desta lógica, bem como os caminhos idealizados por Florestan para superá-la. Desta forma, o referido livro trata-se de um “estudo da formação, consolidação e expansão do regime de classes no Brasil do ângulo das relações raciais” (*Ibidem* p.22), onde focou, de forma particular e por explicações “naturais”, na conformação da ordem social competitiva em São Paulo, para levar a cabo a pesquisa foram analisados documentações históricas, estatísticas e outros documentos escritos, bem como pesquisas de campo. O próprio autor relata que durante a escrita mesclou descrição e análise dos fatos estudados, isso faz de sua obra uma leitura densa, que reitera o ponto de vista de Florestan a cada página.

Tal ponto de vista se inicia a partir da análise do que chama de “desagregação do regime servil”, em referência à escravidão. Este primeiro elemento de sua obra é fundamental para compreendermos seu ponto de vista, que busca tensionar a manutenção de ordem psicodinâmica e socio dinâmica herdada da escravidão simultânea à nova ordem social, marcada pelo trabalho livre, neste sentido os termos herança e legado são recorrentes ir em sua análise¹⁵. Fica evidente nas análises de Florestan que a manutenção dos valores conferidos ao passado escravista na ordem social competitiva, ganha caráter patológico, ou seja, é interpretado como total incompatibilidade que deve ser combatida como uma epidemia social. É notório também, a

¹⁴ Paulista de origem humilde, Florestan se formou em ciências sociais pela FFLCH-USP, onde fez mestrado e doutorado sobre o povo Tupinambá, considerado fundador da sociologia crítica é um dos expoentes das ciências humanas brasileiras. Sua contribuição para com o pensamento brasileiro se situa sobretudo entre a década de 1950 à 1970.

¹⁵ O primeiro título da obra foi “O Legado da Raça Branca”

caracterização dos sujeitos envolvidos no processo concorrencial, o negro e mulato são tratados enquanto cativo ou liberto, o branco enquanto fazendeiro, brasileiro livre ou imigrante, caracteriza-se também o papel de cada um nesse processo, bem como a capacidade de autodeterminação destes sujeitos. Assim logo no início do primeiro capítulo Florestan disserta sobre o movimento abolicionista e a agência do negro no processo de emancipação

“A participação do negro no processo revolucionário chegou a ser atuante, intensa e decisiva[...]mas, pela própria natureza de sua condição, não passava de um espécie de aríete, usado como massa de percussão pelos brancos que combatiam o antigo regime” (*Ibidem* p.30)

Em outro momento determina que os ex-cativos eram “socialmente incapazes de tomar consciência” do próprio processo de libertação. Obviamente Florestan elaborou argumentos para justificar tais preposições, que numa leitura contemporânea soam problemáticas, ele postulava que essa deficitária autodeterminação do negro se relacionava pela própria escravidão e seus mecanismos de dominação e controle, na sua visão não havia margem para que a população cativa e posteriormente liberta efetivasse qualquer tipo de consciência autônoma para além do processo imposto pelos senhores, neste sentido a “escravidão deformou o seu agente de trabalho”. O que se coloca em questão nesse ponto é a conformação do negro como sujeito da sua própria história, neste âmbito as preposições de Florestan parecem ambíguas, pois ao passo que busca identificar uma incompleta abolição pontua a incapacidade do negro de ser um agente consciente do processo. Ao dissertar sobre a manutenção de uma visão tradicionalista das relações raciais na ordem social competitiva determina que o negro se “autocondenou” à condição negativa posta na formação do mercado de trabalho livre em São Paulo. O parágrafo abaixo sintetiza o caráter ambíguo, para não dizer contraditório do autor neste ponto

“Essa autocondenação ao ostracismo, à dependência, à destruição pode ser vista como protesto mudo ou como um efeito suicida dos complexos de desilusão social. Era, porém, o único e derradeiro recurso de afirmação de que dispunham o negro e o mulato, privados historicamente dos meios para organizar a vida em liberdade segundo os ideais ou as exigências de sua concepção do mundo” (p.67)

Fazemos questão, portanto, de considerar as ideias postas no parágrafo acima, segundo o autor o “protesto mudo” está relacionado à negação por parte dos libertos de se inserirem nos setores produtivos, seja no campo ou na cidade, da ordem social competitiva, isso deriva do entendimento, por parte dos cativos que as alternativas postas pela nova ordem “não traduziam melhora sensível da situação anterior, piorando muitas vezes”, assim permeado de dúvidas determinados por um passado violento e um futuro obscuro, o negro tomado pelo ressentimento, ódio, desânimo, ansiedade e frustração se desiludiu socialmente. A realização deste processo é

o que caracteriza a deformação do negro enquanto trabalhador livre, tal deformação determinada tanto pelas questões estruturais do passado escravista, bem como suas heranças psicossociais internas ao negro conformam sua integração à sociedade de classes.

De forma concisa, os argumentos de Florestan para determinar a marginalização do negro no mercado de trabalho livre, flutuam entre dois pontos de vistas, o primeiro se relaciona à compreensão das formas estruturais postas pela escravidão, que agora confrontadas com os valores da nova ordem social se estabelecem enquanto heranças arcaicas e incompatíveis com as tendências modernizadoras da indústria, o segundo está relacionado ao primeiro, no sentido de como tais aspectos herdados do antigo regime conformam a subjetividade do negro perante os desafios de transformação postas pela nova ordem social. Assim Florestan determina que o negro devido a seus aspectos psicossociais, é incapaz, por sua condição enquanto trabalhador livre, de competir em condições favoráveis ou pelo menos iguais aos brancos sejam eles nacionais ou estrangeiros. É recorrente em sua análise a busca de termos como anomia e degradação social para caracterizar coletivamente os negros, ao passo que é comum a utilização de termos positivos, como laboriosos e cultos, para designar os trabalhadores brancos sobretudo estrangeiros. Isso evidencia que está posto na tese de Florestan que a marginalização da população negra no mercado de trabalho se dá também a partir de aspectos morais, ou seja, na incompatibilidade do negro em se adequar às exigências morais e éticas da ordem social competitiva. Assim o problema do negro na sociedade de classes parece estar restrito ao próprio negro e não de uma sociedade fundamentada na fragmentação, hierarquização e desigualdade de seus componentes.

O conceito de ordem social competitiva, utilizado para caracterizar o surgimento da urbanização, da indústria e conseqüentemente do trabalho livre em face da desintegração do regime escravocrata, é compreendido por Florestan como momento de efetivação de uma sociedade livre e democrática, sobretudo quando tal momento se contrapõe ao antigo regime escravocrata, desta forma se faz uma constante no texto uma tensão entre os aspectos arcaicos e modernos da realidade observada, fica evidente nas suas postulações que a não realização da integração do negro na sociedade de classes se dá pelos valores tradicionalistas herdados do antigo regime, não se pondera acerca da ordem social competitiva e seus próprios mecanismos e valores, estes parecem seguir o aparente rumo da liberdade e democracia plenas. Desta forma, a ordem social competitiva torna-se o tipo ideal de sociedade a ser alcançada, no entanto fica evidente também que durante o desenvolvimento de sua tese tal questão fica longe de ser superada, pelo contrário a pesquisa empírica desenvolvida demonstra os limites da nova ordem

econômica, sobretudo no momento em que evidencia a integração negativa do negro à sociedade de classes.

Concluindo que “a sociedade de classes está se convertendo em um sistema social aberto em termos das relações raciais, mas sem modernizar a curto prazo pelo menos os padrões de dominação racial herdados do passado”, Florestan crê que “dentro desse quadro global, o que se poderia entender como democratização das relações raciais aparece como processo histórico-social extremamente heterogêneo, lento e descontínuo”. Em outro trecho Florestan concebe que “os comportamentos raciais dos brancos são motivados e controlados por fatores culturais estranhos à ordenação do regime de classes”. Ora é exatamente o regime de classes e a competição inter-racial pelos postos de trabalho que fomentam o preconceito racial dos brancos perante os negros.

Os trechos acima por si só ratificam a tese de ser o preconceito racial incompatível com os valores da ordem social competitiva, ao passo que o conceito de concorrência fica posto de lado reafirmando o falso caráter universal, integracionista e democrático do capitalismo. Não cabendo outro argumento, foi necessário relegar a culpa de toda marginalização sofrida pela população negra aos indivíduos e grupos negros, ou melhor a sua anomia e condição psicossocial herdada do antigo regime escravocrata. Assim fica subentendido na análise de Florestan que o tão enunciado problema do negro diz respeito ao próprio negro e não a sociedade de maneira geral e todos seus mecanismos e valores racistas.

O entendimento de Florestan influenciado pela ideia de revolução burguesa levado a cabo por um conjunto amplo de outros intelectuais crentes no desenvolvimento econômico e industrial do Brasil influenciados por um pensamento etapista, evolucionista e histórico acabam por efetuar análises e conclusões, sobre pesquisas empíricas muito bem formuladas, deformadas em relação à realidade estudada, isso porque se coloca no centro da análise não o entendimento de determinado objeto, mas aquilo que se pensa ser ideal para caracterizá-lo. Neste sentido, as formulações de Florestan sobre a integração do negro à sociedade de classes partem da convicção de ser a ordem social competitiva o tipo ideal de sociedade a ser alcançada, ao passo que os levantamentos empíricos não comprovam tal tese, a distopia só pode ser interpretada como aspecto patológico dos próprios negros e não da compreensão da ordem social competitiva e a necessidade de configuração de uma superpopulação relativa, fragmentada, hierarquizada e desigual.

Sobre a aparente incompatibilidade entre o arcaico e o moderno se faz pertinente uma crítica à história, bem como à ideia de progresso e desenvolvimento, ou seja, se faz pertinente

entender que o prosseguir da história por si não significa uma ressignificação lógica da realidade. O racismo, objeto de análise de Florestan, evidencia isto, pois enquanto lógica formulada nas bases da sociedade escravista se reifica e se repõe sobre outros termos na sociedade do trabalho livre. Nos parece ingênuo supor que a abolição formal da escravidão, bem como o surgimento do trabalho livre apagaria, simplesmente, séculos de uma relação violenta de dominação e controle sobre a população negra.

Para além da crítica se faz pertinente ressaltar a importância de Florestan para o desenvolvimento das ciências humanas e sobretudo para o debate crítico acerca das relações raciais no Brasil, efetivando uma das primeiras contraposições à tese de democracia racial, seus estudos impulsionaram uma tradição, sobretudo da sociologia, de pesquisas sobre as relações raciais em São Paulo.

Clóvis Moura, um desses sucessores, natural do Piauí, elevou o tom da crítica racial estudando os diversos movimentos de resistência efetivados pela população negra no Brasil, desta forma se debruçou na investigação da organização política desde os quilombos até os movimentos negros urbanos contemporâneos. Alinhado com a perspectiva teórica do materialismo histórico e dialético e membro do Partido Comunista Brasileiro, Moura, assim como Florestan mantinha relações intensas com os movimentos negros de São Paulo, efetivando uma pesquisa embasada na problematização de suas reivindicações bem como fazendo de suas obras extensão das vozes de tais movimentos. Nesse sentido, destacam-se em sua trajetória intelectual, os livros *As Rebeliões da Senzala* e o *Dialética Radical do Negro Brasileiro*, ambas as obras estavam voltadas para a desmistificação de uma história pacífica acerca das relações raciais no Brasil.

Outro escrito de destaque do autor foi o livro *O Negro: De Bom Escravo a Mau Cidadão?* Nele o autor identifica narrativas contrapostas utilizadas pelas classes dominantes (brancas), para determinar a condição do negro como cativo, bem como trabalhador livre. Para o autor fica claro que tais narrativas têm um viés objetivo, que ao apontar o negro como bom escravo busca relativizar o passado violento da escravidão estabelecendo que o negro aceitou tal condição de forma pacífica. De forma sucinta o negro enquanto bom escravo seria

“...aquele que vivia na senzala trabalhando, aceitando a sua condição de escravo passivamente, sujeitando-se, social e ideologicamente, aos padrões impostos pelos seus senhores. Seria o negro cativo que tinha como unidade psicológica, plasmando a sua personalidade os valores do senhor, a ótica do senhor e a ideologia global do senhor. Por isto mesmo sujeitava-se, sem resistência, à estrutura que o oprimia” (p.18)

A narrativa acima, muito utilizada na construção do mito da democracia racial faz coro com as correntes teóricas que retiram do negro qualquer tipo de agência sobre sua própria história, elabora uma falsa generalidade sobre a escravidão no Brasil, naturalizando o cativo e toda sua violência inerente, negando todo e qualquer problema racial na sociedade brasileira. No entanto, numa leitura contemporânea desta visão sobre a escravidão fica evidente o caráter ideológico de suas formulações, bem como a intenção de ocultar ou minimizar uma possível tensão racial na sociedade brasileira. De forma que “o preconceito passa a ser encarado como visão natural de uma realidade social e não como expressão de uma racionalização que o branco das classes dominantes criou”.

Já enquanto membro de uma sociedade livre, o negro enquanto mau cidadão, é desta forma concebido de duas maneiras, a primeira está relacionada aqueles que de uma forma de outra contestam e protestam sobre a situação do negro na sociedade brasileira. Na visão das classes dominantes esse negro busca criar uma situação de conflito racial inexistente no país, se coloca no papel de vítima social incorporando uma visão viciada sobre as relações raciais baseada na realidade segregacionista estadunidense.

A segunda forma pela qual o negro será considerado mau cidadão diz respeito à sua degradação moral enquanto sujeito livre, incapaz de incorporar os valores da sociedade competitiva, urbana e industrial.

“...o negro desde que conseguiu livrar-se do cativo vem demonstrando como, por uma questão de inferioridade congênita, incurável, não tem condições de competir com o branco que é visto como membro de uma raça mais inteligente, limpo, culto, que pauta o seu comportamento por padrões morais mais elevados aos quais o negro não poderá chegar” (p.19)

São exemplos típicos de maus cidadãos negros, portanto o contestador e o marginalizado, o primeiro contesta e protesta contra a ordem racial posta na sociedade brasileira, expõe um problema que sequer esconde, o racismo, ao passo que busca a diluição desta ordem através da reivindicação por direitos junto ao Estado, exigindo um tratamento de cidadão. O marginalizado por sua vez será aquele que está submetido ao processo de barragem, impedindo de ascender verticalmente em outras classes sociais. Na visão de Moura,

“O estabelecimento destes ideais tipos reflete a essência contraditória dos valores da sociedade capitalista brasileira em relação aos seus estratos inferiorizados e marginalizados e desemboca em uma série de medidas práticas de controle social e atos repressivos que servirão para manter inalterados os padrões e valores tradicionais em outras palavras: são dois julgamentos que refletem a ideologia das classes dominantes na sociedade brasileira” (p.28)

Neste sentido, o que fica posto na análise de Moura em primeiro lugar é que a classe dominante sempre buscará representar o negro enquanto mau cidadão e bom escravo, pois parte

de um entendimento concreto de naturalização da ordem social que lhe concede privilégios, que vai desde os lucros dos senhores, industriais e empresários até condições favoráveis na concorrência cotidiana. Ou seja, o problema do negro, como posto nas entrelinhas da análise de Florestan, se refere única e exclusivamente ao negro e não às relações desiguais de ordem racial da sociedade brasileira efetivadas a partir da naturalização da raça, do trabalho e da concorrência.

Em segundo lugar, o autor compreende que o universo de manifestação do negro seja como “radical”, seja como “marginal”, mesmo de maneira contraditória está circunscrita aos valores e concorrência da sociedade de classes. Aliás será a concorrência na sua visão, não só o fator que acirra e mobiliza o preconceito, mas sim a sua raiz, tal concorrência mobiliza uma ideologia, marcada por uma série de representações racistas com vistas de configurar a população negra como exército industrial de reserva e por isso submetida a baixos salários e serviços mais precários e insalubres.

Numa interpretação oposta à de Florestan, Moura identifica a ordem social competitiva como determinante do preconceito racial e conseqüente marginalização da população negra em São Paulo no pós-abolição, sua análise foge da apreensão concreta de uma ordem social posta como evidente e busca na contradição os sentidos do processo.

A problemática, bem como as ponderações elaboradas por Moura em relação ao negro na sociedade de classes podem ser situadas a partir do seu engajamento político junto ao partido comunista e sua aproximação teórica com o marxismo. Neste sentido, instituindo a dialética como metodologia, estabelece que

“A apresentação de um esquema interpretativo sem a projeção das contradições estruturais da realidade significa cair-se em uma visão organicista em que tudo se ajusta porque essas contradições, nos seus diversos níveis, são descartadas para estabelecer a harmonia do modelo metodológico.” (MOURA, 1987 p.17).

Lidando com estas contradições, Carlos Hasenbalg, sociólogo argentino radicado no Brasil desde a década de 1970, buscou através do estudo de temas relacionados à mobilidade social e ao mercado de trabalho compreender as relações raciais no Brasil. Neste sentido desenvolveu sua principal contribuição, o livro *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* se tornou referência na área, dada a sua precisão metodológica e embasamento teórico.

Assim como Florestan e Moura esteve próximo aos movimentos negros, desenvolvendo nas suas pesquisas as principais questões levantadas pelo movimento. Entre elas está a busca dos nexos entre raça e classe. Desta forma, ao tencionar a tese de Florestan acerca do caráter arcaico das relações raciais na ordem social competitiva, Hasenbalg, concebendo o caráter

fragmentador e hierárquico do capitalismo, crítica a “concepção unívoca e idealizadora da ordem social competitiva e sua suposta potencialidade de transformação social”, determinando que “o procedimento explicativo baseado em sobrevivências, atrasos e arcaísmos” não explicam a permanência e operação do racismo na sociedade de classe. Assim, ao observar a realidade de inúmeras sociedades multirraciais, sobretudo na América, o autor determina que “o aparato e as operações introduzidos pela industrialização ajustam-se e conformam-se ao padrão preexistente de relações raciais”, portanto, as “mudanças eventuais da ordem racial não resultam de considerações de eficiência industrial”. Assim sendo, conclui que “parece não haver razões imperativas para que a industrialização e o desenvolvimento capitalista devam eliminar a raça ou torná-la irrelevante enquanto critério que estrutura relações sociais dentro do processo produtivo”.

Em consonância com Moura, Hasenbalg atribui a manutenção dos mecanismos de dominação racial sobre a população negra na sociedade de classe, marcada pelo surgimento do mercado de trabalho livre à concorrência.

“A tenacidade da estratificação racial e as novas fontes de discriminação após o fim do escravismo devem ser procuradas nos variados interesses dos grupos brancos que obtêm vantagens da estratificação racial[...]A sociedade de classes confere uma nova função ao preconceito e discriminação raciais”. (p.76-77)

Se faz pertinente salientar que dentro do arcabouço teórico metodológico do autor, algumas ideias se destacam, entre elas o conceito de estratificação, utilizado para compreender a posição hierárquica das classes na sociedade competitiva, permeia toda a análise do autor. Outro ponto cabível de destaque nas análises de Hasenbalg é a caracterização da raça como “dimensão adscritiva”, ou seja, a raça surge na sociedade de classes como categoria de caracterização, diferenciação e discriminação dos sujeitos envolvidos num processo concorrencial

“A raça é assim mantida como símbolo de posição subalterna na divisão hierárquica do trabalho e continua a fornecer a lógica para confinar os membros do grupo racial subordinado àquilo que o código racial da sociedade define como seus “lugares apropriados”. (p.83)

Enquanto cientista social, Hasenbalg busca lidar com as distintas teorias formuladas pela sociologia para explicar as desigualdades postas na sociedade de classe, neste sentido diferencia as classes sociais de estratos sociais. Na sua visão o ponto de vista circunscrito na divisão da sociedade em classes sociais, elaborado à luz da teoria marxista, concebe apenas a existência daqueles que detêm os meios de produção e daqueles que não os detêm, esse viés consagrou o socialismo e o comunismo como modos de produção a serem seguidos, pois estes concebem o fim da propriedade privada e planificação econômica como método de superação das desigualdades econômicas e sociais postas na sociedade capitalista.

Por sua vez, a ideia de estratos sociais só pode e deve ser concebida em conjunto da ideia de mobilidade social, pois está posto na estratificação da sociedade em classes, a transição de determinada pessoa ou grupo ao estrato social superior ou inferior. Desta forma, “a suposição central da estratificação é o valor da liberdade individual”, ou seja, na “possibilidade de ascensão social e aquisição das vantagens distributivas na estrutura de classes”.

Assim sendo, existe uma lacuna, ou melhor uma contraposição posta nas duas interpretações, pois de um lado está a interpretação baseada na estrutura de classe que entende a sociedade a partir de duas classes antagônicas, reduzindo a importância dos aspectos individualizantes postos na sociedade de classe. Por outro lado, a interpretação baseada na ideia de estratificação, concebe a mobilidade social de indivíduos e grupos por si, ou seja, não busca as relações entre as diversas classes sociais. De forma sintética, nas próprias palavras do autor, “na teoria das classes, a ênfase é dada ao sistema de produção como ponto de partida da análise; na abordagem da estratificação o ponto central consiste em medidas da distribuição e consumo do produto social” (*ob cit* p.94)

Do nosso ponto de vista, ambas as abordagens possuem seus limites, ao mesmo tempo servem, cada qual com seus objetivos, como modelos teóricos-metodológicos capazes de explicar realidades específicas, sobretudo se somarmos tais modelos à raça.

O modelo explicativo baseado na estrutura de classes sociais permeou a análise dos críticos ao capitalismo sobretudo no século XX, geralmente tais críticos vislumbravam nas contribuições de Marx a possibilidade de uma sociedade sem desigualdades sociais e por consequência sem classes, desta forma a teoria se fazia enquanto práxis, não raro vemos sua influência em movimentos políticos revolucionários e reformistas. No entanto, há duas ressalvas a serem problematizadas, a primeira diz respeito à redução da teoria filosófica de Marx aos termos práticos postos na ideia de luta de classe, é inegável sua contribuição na formulação da ideia, mas sua teoria não se resume aos termos práticos e objetivos como supôs boa parte dos pensadores marxistas do século XX. A segunda ressalva está relacionada à própria concepção, no nosso ponto de vista viciada, de uma eterna luta de classes estabelecidas de um lado pelo proletariado organizado em bases sindicais e movimentos revolucionários ante a superestrutura, tal concepção cria barreiras teóricas-metodológicas para uma atualização e possível reinterpretação das contradições da sociedade capitalista, esta mesma concepção viciada marginalizou a raça enquanto categoria de análise da economia política, bem como da sua crítica.

Neste contexto, como forma de buscar outros caminhos analíticos, surgiu o conceito de estratificação, este por sua vez se faz pertinente à compreensão das camadas médias da sociedade, da mobilidade social e de questões específicas postas na sociedade de classe, porém quando tomadas como um fim em si, a análise dos estratos sociais, tende a naturalizar a meritocracia e a competição como processos evidentes da sociedade capitalista.

Trata-se não de uma crítica a Hasenbalg, pois o mesmo expõe durante a dissertação de sua tese as contradições e os limites dos modelos analíticos. Aliás sua preocupação não era determinar qual desses modelos era o mais ou menos ideal para explicar a sociedade de classes, mas sim, concebendo o racismo como elemento de uma estrutura objetiva e lógica de dominação, busca evidenciar a raça como determinante tanto da conformação da estrutura de classes, quanto da estratificação social.

“A raça como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar das suas diferentes formas (através do tempo e espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas” (p.118)

Analisando este universo conceitual, a partir do ponto de vista da história, George Andrews, historiador estadunidense dedicado aos estudos relacionados à América Latina, elaborou uma pesquisa sobre as relações raciais em São Paulo, sintetizada no livro *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)* tal pesquisa teve como foco central a compreensão dos cem anos de abolição da escravidão no centro do capitalismo brasileiro, São Paulo. Desta forma, foi inevitável a análise sobre a formação e o desenvolvimento do mercado de trabalho bem como sua concorrência correlata.

Enquanto um brasilianista, Andrews desenvolve um estudo histórico, descritivo baseado numa complexa e bem documentada pesquisa, na introdução do referido livro revela que seu principal objetivo foi “acompanhar os prognósticos de Florestan Fernandes e tentar verificar até que ponto a modernização capitalista realmente conseguiu derrubar as barreiras da exclusão racial”, nos colocando a seguinte questão: “quanto progresso descobriremos ter feito a revolução burguesa na destruição do legado da raça branca?”. Mesmo realizando um estudo com rigor de uma descrição histórica, não se furta do debate teórico e conceitual, fato este que eleva sua pesquisa como obra de proeminência na compreensão das relações raciais em São Paulo.

Numa crítica direta a Florestan determina que a pressuposição, de serem os trabalhadores migrantes mais instruídos e produtivos que os negros, se conformou como um mito sem fundamento real. Tal mito se elaborou a partir da necessidade de fragmentação dos

trabalhadores e conseqüente hierarquização, necessária a toda sociedade capitalista marcada pela divisão do trabalho. Analisando autores contemporâneos bem como os jornais da época, o autor indica que a pobreza tomada como anomia e degradação moral não estava reduzida à população negra, mas sim à classe trabalhadora de maneira geral. Por fim, Andrews ressalta

“Na ausência de evidências documentando que os imigrantes possuíam claras vantagens sobre os negros em termos de habilidades para no trabalho ou na observância das normas sociais convencionais, a tese de Florestan, em sua forma original é impossível de se sustentar.” (p.134)

Concluindo, o autor entende “este hiato de quarenta anos do mercado de trabalho foi extremamente prejudicial aos afro-brasileiros”, privando-os da “experiência de renda do trabalho, e reforçando as suposições racistas relacionadas ao desemprego dos negros”, esse processo de marginalização dificulta a luta dos negros na busca pela plena igualdade e cidadania. Para Andrews fica claro que a busca por uma sociedade efetivamente democrática e igual, do ponto de vista racial, está circunscrita nos termos de uma luta política institucional capaz de promover políticas públicas e ações afirmativas, não há, portanto, ressalvas acerca da sociedade de classes, nos parece que a igualdade e democracia plena, em sua visão, se dará nos termos do modo de produção capitalista.

Para nós fica evidente que a marginalização posta na formação do mercado de trabalho livre em São Paulo relegou à população negra desvantagens de ordens estruturais na sociedade de classes, no entanto se faz premente conceber que a marginalização derivada de uma sociedade fragmentada e hierarquizada constitui a própria lógica da sociedade de classes, ou seja, é necessário apontar os limites do capitalismo em se conformar como uma sociedade plenamente igual e democrática.

As teses acima discutidas expõem a complexidade de elementos, ora complementares ora divergentes acerca da integração do negro à sociedade de classes, mas há um elo entre elas que é a concepção do nexo entre raça e classe, ou seja, muitas vezes postos como contraditórios, tais conceitos ao serem mobilizados na apreensão da formação e desenvolvimento do mercado de trabalho livre bem como da concorrência em São Paulo no pós-abolição se mostram confluentes e revelam a necessidade do capital em cindir o trabalho, ou melhor, a força de trabalho. O quadro social que daí resulta, se desdobrará numa realidade eminentemente desigual, onde a concorrência, mediada pelo mercado de trabalho racialmente determinado recrudescerá e repôs a cisão das identidades raciais, como vemos nos posicionamentos da FNB e na formação dos sindicatos pelos imigrantes italianos. A raça, nesse sentido, determina a dinâmica da sociedade de classes.

Os esforços feitos, em forma de pesquisas, análises e conclusões pelos nossos interlocutores acima discutidos consolidam um caminho fértil para compreender a raça como elemento determinante da sociabilidade capitalista brasileira, e particularmente da paulista. Do nosso ponto de vista, as considerações feitas nos aludem para a existência de uma lógica de dominação nas relações raciais no Brasil, enquanto lógica essa relação de dominação perpassa os diversos momentos históricos, bem como as diversas determinações econômicas.

A conformação de uma nova ordem do capitalismo, efetivada agora a partir da especulação financeira e desenvolvimento das forças produtivas, recoloca o entendimento da relação entre raça e classe como desafio teórico. Indicando-nos a necessidade de atualização do debate acerca da contradição capital-trabalho, seus desdobramentos e implicações doravante a investigação do cotidiano da população negra e a conformação da concorrência inter-racial no espaço urbano paulista contemporaneamente.

3. Trabalho, dívida e violência: raça na face cotidiana do colapso em São Paulo

Este capítulo tem como objetivo dissertar sobre a conformação da raça e do racismo no cotidiano da metrópole paulista contemporaneamente, onde a compreensão da crise imanente do capital (ALFREDO, 2008); da crise do trabalho (KURZ, 1993); da economia política da barbárie, (MENEGAT, 2019) e da lei do colapso (GROSSMANN, 1979) serão os pilares teóricos que embasarão as análises das representações acerca do cotidiano percebido, concebido e vivido pela população negra em São Paulo, isso significa compreender as relações de trabalho, as formas de consumo e a violência pela qual esses sujeitos estão submetidos na metrópole paulista.

A metrópole paulista desde os anos 1980 tornou-se a síntese da contradição entre lógica e história própria desta sociedade produtora de valor, ou que pelo menos em algum momento assim a foi. Isso porque, tomado como centro modernizador do capitalismo brasileiro, São Paulo representou o desenvolvimento econômico pujante almejado por toda sociedade brasileira. Dessa forma, em meados do século XX tornou-se abrigo de indústrias e sobretudo de milhões de imigrantes, sobretudo do Nordeste que vislumbravam nesse espaço aquilo que lhe foi prometido, mercados e lucros para as corporações e a saída da miséria e possibilidade de ascensão social aos pobres. Passadas décadas da conformação desse imaginário efetivado a nível nacional, o que se observa hoje é a fuga das indústrias, já regidas pela automatização, para as bordas da região metropolitana e cidades do interior, num processo já consolidado de descentralização, bem como a conformação de um cotidiano marcado pela tentativa de sobrevivência de milhões de sujeitos submetidos ao cenário também consolidado de desemprego estrutural e crescimento do setor de serviços e comércio (CARLOS, 2015; DAMIANI, 2009; HARVEY, 2011).

A contradição entre lógica e história se explica pela expectativa, aqui tratada como fetiche, própria da modernização e da sociedade burguesa, de permanente progressão, isto é, a noção temporal de que a pobreza e as mazelas próprias desta sociedade capitalista serão superadas pelo tempo, como desígnios universais da natureza (MENEGAT, 2019 p.149), tal noção se efetiva nos discursos individuais e institucionais, no entanto escamoteia o fato dessa mesma história estar submetida à lógica da acumulação e do valor e conseqüentemente a seus limites e contradições. Observa-se, portanto, que a reprodução social baseada na acumulação e no valor, efetivada particularmente na metrópole paulista, vem atingindo seu limite, causando por sua

vez a reestruturação das relações de trabalho e consumo, em suma do cotidiano de seus habitantes.

Dessa forma, a contemporaneidade das relações raciais em São Paulo deve ser apreendida sob o prisma da lógica do trabalho, a mesma lógica que condicionou os sentidos da raça na modernidade a partir do sistema colonial e da formação do mercado de trabalho livre em São Paulo. Nega-se, portanto, a expectativa postulada historicamente e popularmente pelo senso comum de que a superação do racismo é questão de tempo¹⁶.

O desenvolvimento capitalista enquanto sistema político e econômico, conformado mundialmente, não logrou o fim do racismo, isso porque o racismo se realiza enquanto lógica, razão de ser dessa sociedade produtora de mercadoria e mediada pelo valor. O método do capitalismo, sua forma de agir está baseada na permanente necessidade de classificar, hierarquizar, dividir e diferenciar os sujeitos, assim foi na colonização da América; na formação do mercado de trabalho livre em São Paulo e contemporaneamente está sendo na crise do trabalho.

O lastro entre raça e trabalho, relembramos, é o cerne que guia essa investigação fazendo-nos estabelecer o cotidiano como conceito capaz de revelar em minúcias a conformação do racismo estrutural brasileiro a partir da metrópole paulista, sobretudo no sentido de privilegiar a análise das relações de trabalho, das formas de consumo, bem como da violência perpetrada sobre a população negra em São Paulo. Assim sendo, o trabalho, a dívida e violência serão tomadas como momentos desse cotidiano, e, portanto, aqui apresentados de forma a relacionar a nossa pesquisa empírica com nosso embasamento teórico pautado pela crítica do valor, de forma a compreender as novas formulações e estratégias do capital em seu momento financeiro, isto significa, entender como os conceitos de queda tendencial da taxa de lucro e de desenvolvimento das forças produtivas se constituem enquanto crise imanente, marcada pela contradição capital-trabalho (KURZ, 1993; MARX, 2011), fazendo urgir na metrópole novas relações de produção, trabalho e consumo igualmente críticas e contraditórias, onde os sujeitos negros nelas se inserem.

Dessa forma, a contradição entre acumulação e crise se expõe na vida cotidiano do sujeito trabalhador urbano no século XXI, pois inserido nesse momento particular da reprodução social

¹⁶ Tal raciocínio já se encontrava nas postulações dos primeiros movimentos negros urbanos, como a Frente Negra e dos primeiros teóricos debruçados na compreensão das questões raciais, como Florestan Fernandes, o passar das décadas conformou e vulgarizou tal ilusão, transformando-a em senso comum.

capitalista, personifica tal contradição, ao passo que cabe a ele a circulação e o consumo, que sustentados pela consciência fetichista dá vazão à superprodução e ampliação de mercadorias, bem como ao capital financeiro e fictício, através do crédito (ALFREDO, 2008; MANDEL, 1985); e recai sobre ele o desemprego e a exploração, marcas do amplo desenvolvimento das forças produtivas e a violência, perpetrada pelo Estado ou não, como mecanismo de gestão da barbárie. (MENEGAT, *ob cit*; KURZ, 1998)

A contradição entre acumulação e crise se revela nas diversas escalas da reprodução capitalista e caracteriza a lei do colapso, e como método se realiza do macro ao micro, ou seja, perpassa as relações comerciais entre nações e determina as relações cotidianas de trabalho e consumo, onde o capital financeiro exerce papel central a partir do crédito e dos juros. Portanto, o desemprego/superexploração, a dívida e a violência são expressões fenomênicas inerentes à negatividade do processo de urbanização, tais expressões fenomênicas são vividas, percebidas e concebidas pelos diferentes sujeitos na metrópole. Nesse sentido, levando a cabo os conceitos de simultaneidade e contradição, compreendemos que o cotidiano da população negra em São Paulo não deve ser tomado como dado em si, como termo concreto, mas sim em relação às determinações que lhe constituem, tais determinações estão vinculadas à totalidade capitalista e, portanto, à sua lógica e categorias.

Dessa forma, inversamente ao método da economia política (MARX, 2011b p.54), o cotidiano da população negra, contido nas representações empíricas aqui levantadas, será interpretado de maneira crítica e negativa, utilizando de sua existência para chegar à sua (não)essência, enfim concebendo o cotidiano da população negra em São Paulo como manifestação concreta da abstração totalitária imposta pela contradição capital-trabalho. Tal abstração se manifesta e se impõe concretamente na dominação pelo trabalho, na dívida e na violência sobre a população negra.

Por outro lado, não objetivamos extrair dessa pesquisa um único e essencial termo do que venha ser o negro e o seu cotidiano na metrópole, contudo concebemos, a partir das representações levantadas, que são inegáveis as identidades existentes entre diferentes sujeitos, isto é, a condição racial se impõe socialmente e conforma, mesmo de forma difusa, o racismo como marca e identidade do cotidiano.

O acesso a dívida, a espoliação, o desemprego e a violência se fazem como elementos generalizados da crise imanente do capital, marcada pela contradição entre acumulação e crise, ou seja, permeia a reprodução social de todos os sujeitos da metrópole, no entanto a raça como

mecanismo de classificação, hierarquização e fragmentação, irá determinar particularmente como os sujeitos, individual ou coletivamente, nesse contexto, terão acesso a dívida, a forma e a intensidade de como serão espoliados e violentados, bem como submetidos a desocupação. Em síntese irá determinar seu cotidiano na metrópole.

3.1 Trabalho

Nas últimas três décadas, o capitalismo vem sinalizando modificações profundas nas relações de trabalho. Do ponto de vista do trabalhador, tal processo se configurou em desemprego estrutural, ou seja, o fenômeno do desemprego antes marca característica do exército industrial de reserva, se alastra como fenômeno inserido na base desse modo de produção. Isso porque, como delineado acima, o capital sempre em contradição com o trabalho buscar suprimir o custo desse sempre que possível, vindo a atingir êxito em nível irreversível com a revolução microeletrônica, mais conhecida como a Terceira Revolução Industrial (HARVEY, 1992; MANDEL, 1985; KURZ, 1991).

Dessa forma, a automatização do processo produtivo, alçada pelo desenvolvimento tecnológico da robótica e da informática, tornou prescindível inúmeras vagas de trabalho, minando conseqüentemente o salário de inúmeros trabalhadores. Como consequência, assistimos no mundo inteiro, a partir da década de 1970, a degradação do estado de bem-estar social, a reformulação das legislações trabalhistas, o desmantelamento das organizações sindicais e a decomposição do discurso político dos trabalhadores.

Esse processo se revela particularmente no Brasil, a partir do fato de estar em descompasso com as grandes economias, onde longe de acompanhar o constante aumento da produtividade devido ao desenvolvimento tecnológico das economias centrais, o país à época do ‘milagre econômico’ na ditadura militar, se viu forçado a incrementar, via empréstimos internacionais, seu parque industrial, que mesmo recém-inaugurado já dava sinais de obsolescência. O milagre econômico, portanto, se concretizou enquanto maldição, pois carente de investimentos no setor científico e tecnológico e alinhado economicamente e de forma subalterna aos países centrais, o Brasil viu sua dívida externa se tornar impagável, bem como seu parque industrial recém renovado estar aquém dos níveis mínimos de rentabilidade, exigidos pela competitividade internacional. Dessa forma, Menegat sintetiza

“...a crise iniciada nos anos 1980, com a insolvência da dívida externa, não foi a consequência de um mero erro de gastos exorbitantes e megalomaniacos – o que também houve –, mas da impossibilidade de retorno rentável daqueles investimentos. As condições de se prolongar um crescimento acelerado sustentado na superexploração do trabalho haviam chegado a um ponto de saturação. A inserção do país na divisão mundial do trabalho, nas novas condições de competitividade criadas com a terceira revolução tecnocientífica, fazia com que o esforço anterior de emparelhamento com os países centrais se transformasse numa obsolescência antes de terem sido aproveitados seus resultados” (*ob cit.* p.88)

A despeito do Brasil ter se tornado definitivamente uma nação urbana e industrial, observamos do ponto de vista demográfico e da força de trabalho o êxodo rural, causado pelo incremento tecnológico em grande escala na agricultura pela chamada revolução verde; a consequente concentração de trabalhadores nas grandes metrópoles e o desemprego estrutural acompanhado pela expansão do setor terciário e informal, conformando assim a face brasileira da reestruturação produtiva e da transição do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro. Os efeitos dessa transição foram severos e findaram na chamada década perdida, marcada pela diminuição da atividade industrial; aumento da desigualdade social e períodos de hiperinflação, expondo o quadro regressivo da vida social dos brasileiros na década de 1980 e 1990.

Entretanto em meio a esse panorama de crise estrutural e imanente do capitalismo mundial, o Brasil viveu na primeira década e meia do século XXI um hiato de prosperidade e aparente desenvolvimento. Na visão de Menegat (*ob cit.* p.98) esse ‘corte conjuntural’ teve início na gestão federal pelo Partido dos Trabalhadores em 2003 e coincidiu com o aumento exponencial e especulativo nos preços das *commodities* (ferro, soja, cana-de-açúcar e milho), assim com o aumento da demanda puxada pela indústria chinesa, vimos no início do século o superávit da balança comercial brasileira, tornando possível nesse período no país a diminuição drástica do desemprego, o aumento considerável do salário mínimo, a ampla política de distribuição de renda e o fortalecimento do capital financeiro via disseminação, em todas as escalas, do crédito.

A formação da bolha financeira sobre as *commodities* está relacionada à desvalorização do dólar na virada deste século, determinado como moeda-chave e reserva mundial após fim do acordo de *Bretton Woods* na década de 1970. Neste sentido, acompanhando a desvalorização de suas reservas os países desenvolvidos, sobretudo os EUA e os países da União Europeia, buscando evitar prejuízos, remanejaram suas reservas para a economia dos países subdesenvolvidos, historicamente conhecidos pela exportação de *commodities* e matérias-

primas, assim a alta dos preços futuros desse tipo de mercadoria através de fundos negociados na bolsa de valores se desdobrou como mecanismo fictício de valorização do capital, ou seja, trata-se do capital “que já não encontra oportunidades rentáveis de aplicação na produção em nenhum lugar do mundo” e busca através da especulação, do juros e da flutuação cambial realizar o seu mais-valor.

Observando o começo e o fim desse hiato fica claro que foi suscitado nesse período um sucessivo processo especulativo, pois “a desvalorização que parecia ter sido evitada, se realiza com força maior, pois arrastará uma cadeia fictícia de valores que alimentou falsamente a reprodução social” (*Ibidem.* p.101)

Acompanhando esse processo determinado pela economia mundial, os governos do PT tiveram como objeto central da sua política econômica a disseminação do crédito em todos os níveis, transformando a economia brasileira num ciclo permanente de fuga para frente, onde todos setores da sociedade seja pessoas físicas, pequenas e grandes empresas buscavam junto ao sistema financeiro quantias e mais quantias em dinheiro a ser ressarcido no futuro¹⁷. Tal lógica impulsionou empréstimos, financiamentos e o consumo numa escala nunca antes vista no país. Como exemplo, podemos citar os inúmeros financiamentos efetivados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento aos grandes capitais nacionais e a expansão do setor de serviços financiada pelos bancos comerciais públicos e privados (BOTELHO, 2019). Porém, todo esse capital mobilizado financeiramente não encontrou formas de valorização nos setores industriais e produtivos, haja vista a forte concorrência e automação já consolidada. Assim num quadro econômico mundial marcado pela automação e dispensa do trabalho vivo, aquele que gera o valor, o crédito exerceu de forma especulativa o papel dos lucros e da mais-valia, empurrando para frente projeções de dias melhores que nunca vieram

“O absurdo desse real e ao mesmo tempo (ir)real é que ele viabiliza a existência momentânea de milhões de indivíduos já descartados pelo processo de reprodução, reincluindo-os como fantasmas portadores de crédito, ou trabalhadores precarizados do setor de serviços” (MENEGAT *ob cit.* p.101)

A dívida, portanto, torna-se marca latente da reprodução social brasileira na segunda década deste século, essa massa de dinheiro não paga que se realiza em todos os níveis, do Estado ao indivíduo, efetivou outro efeito em cadeia, agora inverso ao otimismo do período

¹⁷ “O crédito aumentou expressiva e continuamente durante o governo Lula, inclusive após a crise de 2008. Assim, o volume de crédito, que representava 26% do produto interno bruto (PIB), em dezembro de 2002, atingiu 45,2% do PIB, em dezembro de 2010.” Mora, Monica “A Evolução do Crédito no Brasil entre 2003 e 2010” IPEA, Rio de Janeiro, 2015.

anterior de disseminação de crédito. Endividados, o Estado, o capital privado e os trabalhadores se viram obrigados respectivamente a fazer ajustes fiscais e reformas sociais severas; cortar gastos e postos de trabalho e a limitar o consumo e se lançar na informalidade e precarização do trabalho¹⁸.

Muito longe de ser um particular caso de sucesso econômico nos trópicos, o ciclo da economia brasileira que vai desde a alta das *commodities* até a disseminação sem precedente do crédito escancara o caráter crítico imanente da economia mundial submetida a lógica calamitosa do capital fictício e financeiro, tal lógica transformou o projeto nacional desenvolvimentista em mera ilusão e na escala dos sujeitos, sobretudo dos pobres e da classe média, frustrou a expectativa de pleno emprego, aumento do consumo e ascensão social. Trazendo à tona novamente no país um número crescente de pessoas que passam fome e vivem na miséria¹⁹.

Se faz evidente a tese de que a crise imanente se expressa em todos os níveis da reprodução social capitalista, tanto o capital quanto o trabalho e suas respectivas personificações não escapam aos efeitos dos mecanismos críticos de valorização, no entanto se faz premente investigar os desdobramentos da crise do trabalho no cotidiano dos sujeitos e por fim sobre a particularidade da raça nesse processo.

Para tanto se faz pertinente mencionar que simultaneamente aos momentos fictícios e ilusórios vividos pela economia brasileira com o *boom* do preço das *commodities* no início do século, houve também significativo movimento político-estatal em nível federal na tentativa de arrefecer as desigualdades sociais de maneira geral e raciais em particular no país. No que tange às políticas de promoção da igualdade racial, nosso objeto, observamos a transformação dessa política em Secretária (Seppir - Secretária da Promoção da Igualdade Racial) em 2003; a implementação do Estatuto da Igualdade Racial (2010), das cotas raciais nas universidades públicas federais (2004) e no serviço público federal (2014), da demarcação das terras quilombolas (2003) entre outros direitos estabelecidos a partir de reivindicações históricas dos movimentos negros. No plano formal, esse movimento político em direção à igualdade racial no Brasil parecia ser efetivo, no entanto menos de duas décadas depois observamos,

¹⁸ Não é nossa intenção aqui dar ares de harmonia aos ajustes fiscais, reformas e cortes de gastos praticadas tanto pelo Estado como pelo capital privado, pelo contrário tais medidas têm por objetivo, mesmo que criticamente, a manutenção das correlações de poder econômico historicamente consumadas.

¹⁹ ‘Extrema pobreza sobe e Brasil já soma 13,5 milhões de miseráveis’ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315_913111.html Acesso em 12/05/2020

concretamente, que tais medidas surtiram pouco ou nenhum efeito perante o racismo estrutural brasileiro.

Segundos dados do IBGE, em 2019 houve incremento na desigualdade salarial entre brancos e negros, onde o salário dos negros corresponde a cerca de 56 por cento do salário dos brancos²⁰. Em outro levantamento feito pela Oxfam²¹, com dados segmentados por nível de escolaridade, por profissão, por gênero e classe social, mostra um quadro consolidado de menor remuneração, em média 57 por cento, para os trabalhadores negros em todos esses segmentos, chegando a abismal conclusão de que os salários entre negros e brancos só deverão se igualar no Brasil em 2089, ou seja, 200 anos depois da abolição²².

Em 2018, o IBGE apurou que a população negra representava 54,9% da força de trabalho nacional, evidentemente isso está atrelado também ao crescente número de pessoas autodeclaradas negras (pretos e pardos) no país na últimas duas décadas²³, no entanto em meio a tais números aparentemente positivos, em paralelo observamos que a população negra preenche aproximadamente dois terços do total dos trabalhadores desocupados, subutilizados e desalentados, tendo desvantagem em todos os níveis de instrução, ou seja, os negros compõe no Brasil dois terços da população desempregada, da população que trabalha esporadicamente e da população que desistiu de procurar emprego. Há o reconhecimento que os dados crescentes relativos ao desemprego, subutilização e desalento se fazem uma generalidade na sociedade brasileira, isto é, atingem negros e brancos. Porém se esmiuçados pelo recorte racial evidenciam, nas palavras de Tereza Martins (2012) uma desigualdade dentro da desigualdade, para nós uma particularidade na desigualdade. Não se trata, portanto, de relegar o desemprego e a pobreza como exclusividade dos sujeitos negros, mas sim reconhecer o quadro de desigualdade racial histórica e estruturalmente consolidado.

Ao desdobrar o lugar do negro dentro das novas estratégias do capital, Tereza observa que

²⁰ ‘Aumenta desigualdade salarial entre brancos e pretos, diz IBGE’ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/aumenta-desigualdade-salarial-entre-brancos-e-negros-diz-ibge.shtml>. Acesso em 07/05/2020

²¹ ‘A Distância que nos une’ <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/> Acesso em 07/05/2020

²² Se faz evidente que os dados seguem o método de projeção aritmética que nada tem a ver com projeções econômicas e políticas conjunturais, porém revelam a inexorável relação entre as desigualdades raciais e perpetuação do capitalismo.

²³ ‘Cresce parcela da população que se declara negra no Brasil, segundo IBGE’ <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/05/28/cresce-parcela-da-populacao-que-se-declara-negra-no-brasil-segundo-ibge>. Acesso em 04/05/2020

"A crise capitalista e a reação burguesa só intensificaram um processo já presente no regime de trabalho brasileiro. Contudo, é preciso sinalizar que embora esse processo tenha desencadeado efeitos sobre a classe trabalhadora, as novas estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital não atingem igualmente trabalhadores brancos e negros. Ao contrário, a histórica condição de precarização e informalidade do trabalho são reforçadas como o processo de crise e reestruturação produtiva. Nesse sentido, as “novas” formas de enfrentamento da crise, pelo capital, só fortaleceram e aprofundaram o desemprego da população negra, bem como a sua inserção no trabalho precário e informal.”. (p.450)

Ao dissertar sobre o conjunto de levantamentos estatísticos, a autora identifica no desemprego, nas ocupações precárias e informais as formas pela qual o racismo estrutural irá se acomodar nas novas estratégias do capital.

Cabe aqui um breve apontamento sobre a organização/estrutura da relação capital-trabalho no Brasil, sublinhamos que o mercado de trabalho brasileiro foi desde sempre marcado pela informalidade. Desde o período pós-abolição, o trabalho informal se realiza como mecanismo, racialmente determinado, de gestão da superpopulação produtiva e da concorrência, como já assinalado no capítulo anterior.

Contemporaneamente, o momento agudo e de aprofundamento dessa informalidade, ocorreu com a reforma trabalhista, acima mencionada, aprovada pelo governo brasileiro em 2016, que praticamente anulou as ações dos sindicatos e abriu caminho para a negociação direta entre empregado e empregador, fazendo com que na correlação de forças entre capital e trabalho, ampliasse a condição precária desse último, onde a população negra se encontra majoritariamente. Esse posicionamento no mercado de trabalho hoje não irá apenas reforçar o processo histórico onde boa parte dos negros são submetidos a rendas baixas e trabalhos precários, mas também ampliará dramaticamente o número de desocupados, conformando um excedente demográfico concebido como prescindível (ALFREDO, 2010 pg.57) e não rentável (KURZ, 2005b) sob a ótica do capital.

O Centro de São Paulo, lugar e paisagem da nossa investigação, como amostra e fragmento particular da metrópole, ao simples olhar da observação pouco nos revela. O olho nu apenas visualiza o emaranhado de prédios, pessoas, veículos e atividades, tais elementos ganham sentido quando, nossa consciência historicamente formada e domesticada, relaciona esse contexto corrido e impessoal ao trabalho. O fato é que em meio as transformações agudas das relações e formas de trabalho, algo que permaneceu intacto foi a mobilização total dos sujeitos pelo e para o mesmo. O trabalho antes mesmo de ser elevado à categoria idílica e moral se realiza como fim último e imediato da vida, ou seja, perfaz as vidas dos sujeitos, e quando tomado socialmente efetiva a utilidade do homem como ente, da produção e circulação de

capital. Nesse sentido, cada um que circula nas ruas do centro sujo e fétido, não se encontra ali de forma casual, mas por que suas trajetórias de vida estão inexoravelmente vinculadas às relações de (não)produção e a circulação do capital financeiro. A particularidade do Centro está no sentido de estabelecer-se como síntese da metrópole, onde sua conformação histórico-geográfica nos possibilita apreender sob quais formas as relações de trabalho se sucedem contemporaneamente, sobretudo no sentido de acessar sob que condições o sujeito negro se insere nesse contexto. Se observa no Centro de São Paulo, portanto, a marcante presença de pessoas negras realizando todo e qualquer tipo de atividade: estudantes, moradores de rua, ambulantes, consumidores, agentes de segurança, operadores de televidas, balconistas de lanchonetes, agentes de limpeza etc. Perante a desintegração do mercado formal de trabalho, observamos os sujeitos negros em ocupações que revelam sua permanência em determinadas posições subjugadas e precárias na divisão do trabalho.

Tal quadro por si só já expõe alguns mecanismos da raça sobre as relações de trabalho, no entanto deixa escapar elementos pontuais e cotidianos que envolvem o paradoxo da reprodução social da população negra contemporaneamente e logo nos suscita questões que nos levam à interpretação crítica orientada pelos conceitos de totalidade e simultaneidade. Se faz pertinente, portanto, evocar o negro-vida (RAMOS, 1995), ou melhor explorar as diversas trajetórias dos sujeitos negros na metrópole paulista, o que por sua vez significa compreender o negro como sujeito ativo e diverso, não no sentido de carregar consigo determinada subjetividade de resistência, mas sim como sujeito inserido, em maior ou menor proporção, em todos os níveis da divisão do trabalho.

Tendo como nexos a perspectiva crítica, total e simultânea, capaz de revelar as tendências contraditórias do capital nos questionamos como o negro, enquanto sujeito trabalhador urbano, se adapta as novas relações de trabalho, bem como quais são suas estratégias de reprodução perante o cenário de crise iminente.

A consequência direta e aparente do ponto vista do trabalhador, em relação à crise do trabalho, está atrelada ao maior dinamismo das atividades que exerce para adquirir renda, ou seja, do trabalho. Harvey (1992 p.13) e Mandel (1985 p.127) apontam, mesmo que brevemente, o papel da raça na regulação das novas relações de trabalho e com exemplos demonstram que os primeiros a serem expostos à dispensa de trabalho vivo do processo produtivo será a camada dos trabalhadores marcada por ‘particularismos étnicos e regionais’, fazendo urgir novas

formas de trabalho, geralmente associadas ao setor terciário do comércio e de serviço, onde esses sujeitos se ocupam.

Contemporaneamente vemos como exemplo, os ciclistas que trabalham para empresas que gerenciam aplicativos de entrega de comida em São Paulo, esses trabalhadores não gozam de nenhum benefício, nem de garantia mínima de renda ou quaisquer outros tipos direitos, sintetizam a forma como a crise de trabalho se realiza contemporaneamente nas grandes cidades mundiais. Segundo estudo realizado na região central de São Paulo pela Associação Aliança Bike, trata-se de jovens, moradores da periferia da Grande São Paulo que chegam a “trabalhar de segunda à domingo sem contrato, em jornadas que podem chegar a mais de 24 horas seguidas, se arriscando entre carros e ônibus, sem garantias ou proteções legais e muitas vezes por menos de um salário mínimo”²⁴. A pesquisa baseada em centenas de entrevistas, nos traz mais detalhes dos perfis desses sujeitos,

“99% são do sexo masculino, 71% se declararam negros, mais de 50% tem entre 18 e 22 anos de idade, 57% trabalham todos os dias da semana, e 75% ficam conectados ao aplicativo por até 12 horas seguidas —sendo que 30% trabalham ainda mais tempo. Tudo isso por um ganho médio mensal de 992 reais (seis reais a menos do que o salário mínimo, fixado em 998 reais). O menor valor mensal recebido encontrado no levantamento foi 375 reais, para entregadores que trabalham três horas diárias, e o maior foi 1.460 reais, para 14 horas trabalhadas.”

Eis a face do quem vem sendo chamado de *uberização* do trabalho, ou capitalismo digital, trata-se de novas formas de exploração do trabalho baseada na formação de bancos de dados que tem como função unir o interesse dos prestadores de serviços, motoristas e entregadores, aos dos consumidores (BASSANI, 2018). Assim, essas empresas, que se portam como descoladas e são conhecidas como *startups*, se valem do discurso de liberdade e flexibilidade para se eximirem de qualquer responsabilidade legal sobre quem presta seu serviço e leva o seu nome nas costas. Essa forma de atuação de empresas como Uber, iFood e Rappi, se sustenta sobre três pilares, o primeiro é o desemprego estrutural que no Brasil em 2019 chegou a atingir 28,3 milhões²⁵; o segundo é a complacência de praticamente todos governos mundiais, incluindo o brasileiro, em adotar lei trabalhistas, que praticamente torna inexistente o direito dos trabalhadores, a partir de reformas parlamentares, votadas e aprovados pela elite

²⁴ “Jornada maior que 24 horas e um salário menor que o mínimo, a vida dos ciclistas de aplicativo em SP” https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/06/politica/1565115205_330204.html. Acesso em 15/04/2020

²⁵ “Faltou trabalho para 28,3 milhões de pessoas no 1º trimestre, diz IBGE” <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/05/16/desemprego-no-pais-pnad-ibge.htm>. Acesso em 15/04/2020

nacional endividada²⁶; o terceiro pilar é a lógica fetichista do empreendedorismo, já anunciada por Harvey (1992), Foucault (2008) e Mbembe (2018), que se baseia num conjunto de valores, por fim uma nova racionalidade liberal que reforça o individualismo e a meritocracia e vendem a crise do trabalho como objeto de liberdade, autonomia, flexibilidade e inovação²⁷.

A nova configuração do capital e do trabalho ressignifica a racionalidade empresarial e dos trabalhadores, fazendo surgir ramos cada vez mais específicos, serviços cada vez mais especializados, criando e conformando novos mercados, mediados por novas culturas de consumo sustentadas por uma agressiva e também volátil publicidade. Enfim, busca-se por todos os meios novas formas de rentabilidade. Além da explosão dos *riders*²⁸, observa-se nas ruas da metrópole, a expansão do número de ambulantes, a grande rotação dos pequenos comércios e de maneira geral a mobilização total dos sujeitos, à sua própria custa, para o trabalho.

Como nos mostra a trajetória de Malik que hoje trabalha fazendo tranças, *dreads locks* e cortes de cabelo e atua também como artista, especificamente como cantor e compositor de *rap*. Hoje residindo com sua companheira e filha na Zona Leste da cidade, nos relata como começou a empreitada como trancista e rapper no Centro de São Paulo.

“Eu trabalhava na galeria -do *reggae*-, meu primeiro trabalho foi puxar cliente, eu sempre fiz música e o cara me chamou para trabalhar com ele no estúdio de música, gravar, aí ele me disse desse trabalho também de fazer cabelo. Como não sou tão tímido para esse tipo de trabalho, conversei com as pessoas e tal. Acabei tendo mais intimidade com ele e pedi para ele me ensinar, porque eu vi que era um jeito de trabalhar autônomo e não precisava me profissionalizar, não tinha acabado a escola ainda, e não acabei ainda. Aí eu vi que o cabelo era uma coisa que era só fazer, fazer alguns cursos, uma coisa mais suave né. Aí comecei a fazer, aprendi em vários salões diferentes”

Malik faz parte dos 44 % dos homens negros a não concluíram o ensino médio no Brasil, segundo dados do IBGE²⁹. Os motivos diversos, como a necessidade imediata de inserção no mercado de trabalho, estão diretamente atrelados ao racismo estrutural e institucional refletido também nas escolas e na educação pública, os impactos por sua vez se fazem presentes e retroalimentam essa desigualdade estrutural. Na visão de Malik foi a evasão escolar que o fez

²⁶ A Modernização Trabalhista, slogan da Reforma Trabalhista, foi sancionada em 13/07/2017 sem grandes transtornos. “Temer sanciona reforma trabalhista e diz que ninguém teve a ousadia antes” em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/07/13/temer-sanciona-reforma-trabalhista.htm>. Acesso em 15/04/2020

²⁷ O conceito empreendedorismo e outros dele derivados serão objeto de apreciação mais detalhada adiante.

²⁸ Nome dado aos trabalhadores que prestam serviços as grandes plataformas digitais.

²⁹ Evasão escolar é maior entre jovens negros. ‘É a violência do racismo’ <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/09/evasao-escolar-e-maior-entre-jovens-negros-e-a-violencia-do-racismo/>. Acesso em 16/04/2020.

buscar um ofício, onde ‘era só fazer’, ou seja, um ofício que não requisitava nenhum tipo de título ou diploma. Em outro momento, nos traz mais detalhes da sua escolaridade e relação com a escola

“Mano eu sempre fui péssimo na escola, porque sempre fui ansioso, tinha questões familiares, mas mesmo se eu não tivesse uma família desestruturada, eu iria ser ansioso, porque minha mãe é ansiosa e meu pai também é ansioso...e eu sempre tive muito déficit de atenção, então eu queria prestar atenção no que eu queria, as aulas não eram legais, nunca me cativavam. Os professores de periferia não têm muita paciência e nem nós...E eu já fui desrespeitado e desrespeitei muito, tinha muito problema em casa então causava na escola, repeti a oitava, mudei de escola, fui para uma escola pior. Passei no primeiro anos depois repeti o segundo, tentei fazer supletivo, fui um, dois meses e já desisti, tentei fazer pelo ENEM, mas dormi na prova, não estava preparado...Fui pensar em faculdade tudo no primeiro ano quando não queria mais estudar, perdi essa vontade. Eu estudava na pior escola do entorno, então quem não era boy ia pra lá, o pessoal do Santo André, São Bernardo...Mas seu tivesse mais cabeça eu teria terminado e começado uma facul, seria importante, porque estudo é importante, eu estudo muito hoje, se eu soubesse que era importante eu teria estudado musica desde antes. Pra tudo que você vai fazer você precisa estudar né...”

A trajetória escolar de Malik, marcada pela ansiedade, pela família desestruturada e pela relação problemática com os professores, parece refletir a inadequação do sujeito negro ao ambiente escolar. No entanto, a famosa e disseminada crise na educação (ARENDDT, 1957), onde há desinteresse mutuo de alunos e professores, irá refletir as marcas e os estigmas dessa sociedade racializada, portanto o dado acima, bem como os motivos apontados por Malik conformam, não a inadequação de jovens homens negros em relação a escola, mas antes de tudo a manutenção e reprodução tanto objetiva como subjetiva do racismo. Nesse contexto, o trabalho autônomo, como trancista se apresentou a Malik de forma objetiva, como meio de trabalho possível.

A história de Malik parece perfazer roteiro comum entre as pessoas negras e encontra paralelo com a trajetória de Cecília, hoje técnica em enfermagem e funcionária pública estadual, que ao relatar sua trajetória profissional diz

“Eu trabalhei bastante no comércio informal, trabalhei em oficina de costuras do bairro, que era mais um bico quando tinha, trabalhei de garçomete em restaurante, cheguei a trabalhar de empregada doméstica também...serviços informais.”

Outro ponto em comum além da ocupação em serviços informais está relacionado à trajetória escolar e estrutura familiar. Cecília que perdeu a mãe ainda quando criança em decorrência de traumas causados pelo incêndio do prédio Joelma em 1974 onde sua progenitora trabalhava como copeira, se viu impelida a largar os estudos e adentrar ainda adolescente no mercado de trabalho

“Devido a fatos familiares, estrutura de família, que uma hora você tá aqui, outra hora você tá em outro lado, nesse tempo também eu perdi meu pai, eu tinha 14 anos. Então a família fica toda desequilibrada, cada um para um lado então você não tem aquela vida organizada, de pai, mãe e filho, então você tem que lutar para sobreviver e você tem que trabalhar, e acaba deixando a escola pra lá...você vai trabalhar naquilo que tem, naquilo que aparece, seja de manhã seja de tarde, porque você não pode deixar de comer, beber e morar.”

A desestrutura familiar parece ser um fato objetivo central quando falamos do destino de pessoas negras, sobretudo em relação à educação e a necessidade prematura de trabalhar, tanto para a Cecília quanto para Malik um ambiente domiciliar não tradicional (sem pai, mãe e filhos) atravessou suas trajetórias.

Quando falamos de escolaridade, no Brasil observamos que em média os alunos brancos possuem dois anos a mais de estudos que os alunos negros. Em pesquisa realizada em São Paulo, baseada em entrevistas com jovens negros universitários, Martins & Geraldo (2013), apontam que apesar das “várias adversidades e sofrimentos psíquicos suportados em suas trajetórias de escolarização, esses jovens reconhecem a importância da base familiar para o enfrentamento de questões relativas ao seu processo de desenvolvimento humano”.

Como exemplo podemos citar a própria Cecília que ao ver sua irmã se formar depois de casada e adentrar numa posição mais favorável no mercado de trabalho como professora, se viu incentivada a fazer o mesmo, terminando o ensino básico e entrando no curso de técnico em enfermagem

“Chegou um momento que eu pensei eu tenho que fazer alguma coisa que o tempo tá passando né. Aí veio aquela vontade de estudar novamente para ter uma profissão melhor, ganhar um pouco melhor e ter uma vida melhor também. Porque pelo menos no local onde eu trabalhava a diferença entre uma pessoa da limpeza e uma pessoa da enfermagem, no salário era enorme. Aí eu lutei pra chegar ali também... eu voltei estudar, fui fazer supletivo, terminei. Dei uma sorte que fiz a prova, consegui fazer enfermagem na ETEC, fiz auxiliar e técnico.”

A narrativa trazida por Cecília que resolveu voltar aos estudos depois de ver a irmã se formar e mudar de profissão, encontra paralelos com a história de Luanda. Diferentemente da técnica em enfermagem, Luanda, nascida e criada no Centro de São Paulo e hoje professora contratada da rede municipal de Barueri, teve linearidade nos seus estudos básicos e cresceu ao lado dos pais, porém os mesmos, em suas palavras, nunca tiveram um grande apelo pelos estudos e não a incentivaram nesse sentido, sendo a irmã a principal referência na busca por progressão na sua formação acadêmica a partir do ingresso na universidade pública. Ao ser questionada sobre o incentivo dos pais em relação aos estudos relata

“Não, não incentivaram, eu falo pra minha irmã que a nossa condição de pessoas que tem o ensino superior o que é um privilégio, porque só 20 por cento das pessoas tem ensino superior, foi uma consequência de nós estarmos no centro de São Paulo, a minha irmã por exemplo, ela passou a fazer teatro no Sesc Consolação e a partir disso ela conheceu pessoas e começou a ter uma outra formação um outro fervilhamento cultural que levou ela à USP, então nossa trajetória acadêmica vem, tenho certeza disso, da gente estar morando centro de São Paulo e ter acesso a equipamentos que trouxeram essa informação pra gente de que existia uma universidade pública, de que você podia entrar, se esforçar. Porque meus pais nunca falaram vai estudar faz um curso técnico, um ensino superior...”

O incentivo aos estudos, vindo de uma base familiar estruturada, com pais empregados, tornou possível para Fred, hoje empresário, traçar metas e fazer escolhas, ao ser questionado sobre sua trajetória escolar, tem outra história a nos contar quando tomamos em paralelo os relatos dados por Malik e Cecília sobre sua escolaridade

“...eu fiz o ensino médio no colégio da Polícia Militar. Depois eu fiz Fatec no curso de análise e desenvolvimento de sistemas. E depois nesse curso...eu tinha uma matéria de empreendedorismo, e já era interessado por esse assunto, acabou que na Fatec teve essa matéria também. O que acabou me dando mais fôlego, mais base para poder tocar o negócio...”

Sem se aprofundar sobre como era sua relação com escola, Fred tem como ponto de chegada da sua narrativa, o início da sua trajetória como empreendedor. Observa-se, portanto a formação escolar linear que se inicia num colégio particular e culmina com sua graduação como tecnólogo em Tecnologia da Informação pela FATEC, faculdade de tecnologia do Estado de São Paulo.

Enquanto tecnólogo, ele se localiza num processo de inserção crescente da população negra no ensino superior público, hoje os negros ocupam mais da metade das cadeiras das universidades públicas brasileiras³⁰. Evidentemente, esses números devem ser vistos com ressalvas³¹, sobretudo no sentido conceber a função da qualificação profissional, como trabalho complexo diante o desenvolvimento das forças produtivas (COTRIM, 2015), mas num primeiro momento aparecem enquanto transformação no quadro das desigualdades raciais no Brasil e em São Paulo, onde as políticas públicas e ações afirmativas efetivadas no começo do século XXI tiveram papel fundamental.

³⁰ ‘Negros são maioria nas universidades públicas do Brasil pela primeira vez’

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039_261472.html Acesso em 15/04/2020

³¹ ‘Os negros são maioria no ensino superior público! Não é bem assim’
<https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2019/11/22/os-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico-nao-e-bem-assim/> Acesso em 15/04/2020

Observando os relatos dos nossos interlocutores, bem como suas próprias percepções é possível apontar a estrutura familiar e a escolaridade como elementos fundamentais nas suas respectivas alocações no mercado de trabalho atualmente, tal fato se observa de forma mais nítida no relato daqueles que foram criados por famílias ‘desestruturadas’ e não terminaram de forma linear os estudos básicos. Hoje pai, Malik ao olhar para a forma que foi criado e projetar a forma que pretende criar sua filha sintetiza essa percepção

“Ah mano, muita coisa, tem uns bagulho que eu não consigo tirar, sou uma pessoa muito suave, mas eu posso ficar muito puto, acho que não é hereditário, mas é trauma também, eu fico rude as vezes, não idiota de quebrar tudo, mas grosseiro, ai tento dar uma brechada. Minha família era bem desestruturada, tinha muita treta em casa. Por mais que eu e a Mayara treta, a gente tenta não tretar na frente dela e tretar o mínimo possível, embora a gente acredita nesse rolê de casal afrocentrado e tal, tem que ser uma coisa mais harmoniosa, para ela ser mais inteligente que eu, ter um ambiente melhor que o meu, porque o ambiente em que eu cresci me vez eu não querer estudar, ser revoltadão pelo pau que eu tomava do meu pai e da minha mãe. Ela tem que ser melhor que agente”

Assim sendo, a busca de um ambiente familiar estruturado e o desenvolvimento escolar próprio e/ou dos familiares se conformam como estratégias possíveis na tentativa de ressignificar a condição historicamente construída do negro no mercado de trabalho, onde as ocupações informais, precárias, insalubres que oferecem ganhos baixos e irregulares são a tônica.

Fred nascido em Guarulhos, porém criado pelos avós no interior do Estado enquanto os pais trabalhavam na capital, ao relatar sua experiência como empreendedor, relembra que antes de entrar na faculdade foi ensinado que ser graduado e ter um trabalho estável era sinônimo de uma ótima carreira

“É um ambiente que eu não estava tipo, familiarizado. Que a minha formação é a minha formação de quase toda a população brasileira. Que é o quê? Você vai estudar, vai fazer a faculdade e vai para o mercado de trabalho. Não tive aquela vida... uma cultura que me amparasse, “ah, você vai estudar, se você encontrar uma forma de você empreender você pode ir para esse caminho ou você pode também trabalhar”. Nunca foram dadas essas duas opções. É sempre, “ah, você vai fazer isso, estudar e trabalhar, ponto final”. Mas como eu tive contato na faculdade com um outro ambiente que proporcionou isso aí, para mim foi interessante”

O relato de Fred somado aos outros nos permite abrir um parêntese para falarmos como perante à fase industrial da acumulação capitalista; a formação da superpopulação relativa; do exército industrial de reserva e conseqüentemente da concorrência, se concretizou nas grandes metrópoles durante século XX a cultura do trabalho, que passada de geração para geração permeia os desejos e as frustrações dos jovens do século XXI. Tal cultura estabelece como

ensinamento e objetivo de vida a conclusão do ensino básico e a ocupação em um trabalho fixo, com ganhos mensais regulares e certa estabilidade. Essa receita de sucesso está atrelada à sua não realização pela geração anterior, pois no Brasil, e particularmente em São Paulo, a população negra, de maneira geral, mesmo em tempos de maior atividade industrial, nunca alcançou tal utopia. Assim sendo, os ensinamentos sobre como ser uma pessoa negra bem-sucedida em São Paulo, se constroem idealmente durante o fordismo e brevemente se decompõe na prática perante à crise do trabalho, impondo às novas gerações a adequação frustrante às novas relações de trabalho.

A essa adaptação da sociedade civil à nova dinâmica da acumulação capitalista, Harvey (*ob cit* p.117) chama de modo de regulamentação. Fundamentando-se pela escola de regulamentação, o autor constata que a transformação no regime de acumulação capitalista, no caso do regime fordista para o flexível, é indissociável da transformação e adaptação psicológica, cultural e prática dos sujeitos. Nas suas palavras “é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduo assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando”. A leitura vertical, do macro ao micro, que observa a transformação radical e revolucionária do capitalismo a partir dos anos 1970 é inegavelmente pertinente, no entanto o uso da palavra adaptação deixa escapar que na base da reprodução do novo regime de acumulação se encontra milhares de sujeitos ávidos a superar ou quando não apenas manter suas mínimas condições de reprodução. Ou seja, anterior a adaptação existe a imposição da adaptação como condição de reprodução, o termo adaptação permite a leitura de que as novas relações de trabalho e consumo se efetivam harmonicamente. Porém, mesmo forjado por alegorias modernizantes e fetichistas, é evidente a manutenção da lógica do trabalho, sob o regime de acumulação flexível, como objetivo último e imediato. Isto é, como único meio de reprodução e dogma, atualizando-se por fim como forma de dominação social.

Mesmo alçando a condição de empregador Fred, revela dedicar “110%” do seu tempo ao empreendimento ao qual é dono e fundador, a hamburgueria Rap Burger localizada no baixo Augusta. Tida como referência em meio aos afroempreendimentos, a hamburgueria temática, traz como marca a estética da cultura Hip hop, onde os lanches são batizados com nomes de *rappers* famosos mundo à fora, há grafites por todas as paredes e o rap perfaz a trilha sonora que embala as refeições do ambiente, onde a maioria dos presentes, funcionários e público, são negros. Porém para além da hamburgueria em si, nos chama a atenção a forma que a mesma foi concebida e concretizada. Segundo Fred foi a demissão, a partir de um corte de funcionários na empresa onde trabalhava, que impulsionou a concretização do seu empreendimento

“...eu trabalhava no Sebrae, e aí teve um corte lá, eu saí de lá. Aproveitei o dinheiro da rescisão e o que eu tinha guardado também de investimento. E pensei comigo “se eu não começar o projeto agora, eu vou deixar para lá, outra pessoa vai tocar e no futuro eu vou ficar arrependido”. Eu falei, “bom, vai ser agora ou nunca”. Eu falei, “vou começar, se der merda, eu volto a trabalhar e já era”. Foi aquele chute que me deu assim, para de fato começar o projeto.”

Paradoxalmente foi o corte no quadro de funcionários da empresa criada para oferecer suportes aos pequenos e médios empreendimentos que tornou possível a Rap Burger. O motivo da demissão está atrelado, provavelmente, a recessão econômica pela qual o Brasil passou entre 2015 e 2017, fato que além de mobilizar um severo corte de gastos do Estado e das corporações acima mencionado, alavancou os índices de desemprego e mobilizou também o impedimento da então presidente Dilma Rousseff. A ‘virada’ negativa da economia brasileira nos últimos anos, mesmo sendo apenas a ponta do iceberg, teve impacto significativo sobre a forma de reprodução social dos brasileiros. O crescente desemprego lançou milhares de pessoas negras ao mercado de trabalho informal, muitos desses trabalhando por conta própria acabaram assumindo-se como empreendedores, porém de maneira geral tais sujeitos constituíram seus negócios de maneira imediata, como necessidade eminente de sobrevivência ao se verem desprovidos de renda ou quaisquer outras reservas de capital³².

Entretanto, esse não é o caso de Fred, que mesmo se vendo na eminência de rever os rumos da sua carreira após a demissão, conseguiu graças à sua posição no mercado de trabalho formal como tecnólogo da informação acessar uma renda regular e suficiente para estabelecer uma reserva e investir de forma planejada no seu empreendimento, compondo o número dos negros em cargos de chefia e gerencia³³. Na sequência do seu relato Fred associa as aulas da faculdade de Tecnologia da Informação as primeiras lições sobre empreendedorismo

“Como geralmente o pessoal que fazia o curso a ideia é que, eles tinham empresas, eles iam trabalhar no mercado de trabalho e teriam que ter esse conhecimento básico sobre empreendedorismo, a faculdade deu essa base. E que para mim ajudou bastante, e de fato, deu uma base boa para poder começar o projeto aqui não tão perdido assim, né?”

³² ‘Com desemprego em alta, número de trabalhadores informais cresce no Brasil’ <https://g1.globo.com/economia/pme/pequenas-empresas-grandes-negocios/noticia/2019/08/11/com-desemprego-em-alta-numero-de-trabalhadores-informais-cresce-no-brasil.ghtml> Acesso em 13/05/2020

³³ ‘Negros ganham 42,5% menos e ocupam 30% dos cargos de chefia’ <https://noticias.r7.com/brasil/negros-ganham-425-menos-e-ocupam-30-dos-cargos-de-chefia-13112019>. Acesso em 04/05/2020. Quando buscamos tais índices nas grandes empresas brasileiras o número de negros em cargos de chefia vai à 5 por cento <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/09/10/negros-na-lideranca-debates-sobre-desigualdade-racial-crescem-mas-falta-de-referencias-ainda-e-barreira-para-profissionais.ghtml>. Acesso em 04/05/2020.

Segundo Fred, o convívio com os colegas de faculdade possibilitou o contato com outro ambiente, com outras formas de pensar o trabalho. Foi em vários desses momentos de *network*³⁴ junto a colegas negros, que acabou consolidando a ideia de abrir um negócio

“A ideia começou numa época que eu estava finalizando a faculdade já, e aí eu tinha um grupo de estudo que tinha uma galera tipo assim, já tinha terminado a faculdade, outra galera estava terminando, outra galera estava fazendo o TCC. Mas o pessoal se reunia para cada um ajudar um ao outro ali, né? Tipo, eu sabia um pouco mais sobre isso, eu ajudava o cara ali no que ele precisava ajudar - ser ajudado, né? E nessas que eu sempre saía do trabalho e para o local me reunir com a galera, eu acabei identificando que tipo assim, tem o local que você vai sair para fazer *network*, tem local que você vai sair para fazer uma reunião de negócios. E aí pensando um pouco mais... abrindo um pouco mais o leque tinha o quê? Tem local que é para você se reunir com a galera, fazer um happy hour. Tem local que é temático para quem curte jazz, para quem curte rock. Mas aí eu parei e pensei, “mano, e para quem curte rap ou essa cultura hip-hop, tem alguma coisa?”. Não tinha nada. E aí em paralelo com isso tinha, na época eu acho que saiu uma pesquisa que fala que no mundo, no Brasil a cultura hip-hop, o gênero musical rap é o que mais crescia. E eu parei, poxa, se tem um crescimento gigantesco, ou seja, tem um público que é carente de uma solução. Eu pensei na solução tipo assim, eu validei ela perguntando para alguns amigos, não falando que a ideia era minha. Perguntei, “ah, se existisse um projeto assim, assim, assado? Que tocasse uma música, que tivesse alguma coisa vinculada à cultura hip-hop, o que você acharia?”, mas nunca falava que a ideia era minha. E o pessoal me respondia com respostas positivas, “pô, essa ideia é legal, tal. Se existir um projeto assim, vai ser bacana”. Isso foi me dando mais gás para começar o projeto”

Mesmo permeado por outro contexto e sem ter se formado no ensino superior, Malik nos conta que para se inserir no cenário do *rap* e também como *trancista*, aos 19 anos, no Centro da cidade precisou se aproximar de determinadas pessoas, criar sua própria rede de apoio, relata que contou com a ajuda de amigos e conhecidos, também negros, que o ensinaram a trançar cabelo e o introduziram a cena cultural do *rap*. Em outro momento, ao ser questionado sobre a vida em São Paulo, diz

“Descreveria que ela é muito ansiosa, muito rápida, rola muito dinheiro, mas você precisa conhecer pessoas, a vida em São Paulo é mais do que talento, é hereditário, se você deu certo é porque sua família deu certo, se não deu certo fica difícil sair dessa maldição, São Paulo meio que te obriga a viver numa função que talvez você nunca vai sair, é um bagulho que ele vende uma falsa oportunidade, ele vende pra muita gente e quase ninguém vai conseguir comprar...tem que ter contato”

O estabelecimento de redes de trabalho, a busca por conhecer novas pessoas e novos ambientes parece se conformar como lógica de sobrevivência metrópole, a impessoalidade das relações nesse lugar faz com que as relações ali criadas possam significar novas oportunidades

³⁴ Trata-se da conformação de uma rede de contatos, onde se compartilha interesses e informações relacionadas ao aprimoramento das formas e relações de trabalho. O conceito vem ganhando força e sendo utilizado com frequência, se estabelecendo como mais uma alegoria da crise do trabalho.

e ramos de trabalho, novos clientes e novas parcerias. Para pessoas como Malik, que praticamente não teve pai e não é herdeiro, parafraseando Racionais Mc's, conhecer as pessoas e obter contato foi e é uma das estratégias cotidianas para 'sair dessa maldição'. A metrópole acaba se tornando um sujeito que vende ilusões e o medo 'de viver numa função que talvez você nunca vai sair' se torna agente mobilizador do cotidiano.

Além da jornada dupla e extensa de trabalho, percebe-se a partir dos relatos de Malik e Fred que transformar a cultura e a estética negra em produtos, bem como estabelecer parcerias com outros negros foram as estratégias pelas quais ambos executaram para manterem-se rentáveis. Nesse contexto, Harvey (*ob cit.* p.148) aponta que as identidades coletivas exercem papel importante na conformação dos modos de consumo e estilo de vida impostos pelo novo regime de acumulação. Impulsionadas pelo ímpeto da lógica empreendedora, tais identidades se estabelecem como mercados específicos/especializados, conformando assim possibilidade de trabalho e consumo para determinados grupos. Não raro observamos hoje o recrudescimento da chamada economia criativa ou da economia colaborativa ou outros termos alegóricos que sintetizam a metamorfose crítica do capitalismo mundial (LOPES, 2019). Logo, bandeiras políticas levantadas historicamente pelos movimentos sociais urbanos, como os movimentos feministas, *vegans*, LGBTs, negros etc., acabam se transformando, sob a égide do discurso libertário e inovador do empreendedorismo, em novos ramos do mercado.

Observando esse processo e mirando a sociedade estadunidense, Harvey menciona “o crescimento de economias negras” a partir da década de 1980. Trata-se do movimento da comunidade negra estadunidense que busca fortalecer de um lado os empreendimentos e serviços prestados por pessoas negras e de outro oferecer produtos e serviços que representem os consumidores negros. Nesse sentido, os apologistas dessa nova tendência de mercado a defendem como solução de via dupla, pois tem a capacidade de mobilizar trabalho e capital internamente à comunidade negra. Tal movimento cristalizou-se no Brasil na última década e vem sendo conhecido como afroempreendedorismo.

Em São Paulo, o afroempreendedorismo se observa a partir da mobilização e articulação dos negros como empreendedores e consumidores, ou seja, trata-se basicamente da criação de um mercado específico que dê visibilidade aos pequenos produtores, aos prestadores de serviços e aos consumidores negros. Essa forma de associativismo vem ganhando força entre a população negra e as iniciativas se multiplicaram rapidamente nos últimos anos, onde algumas dessas associações transformaram-se em *hubs* e passaram a oferecer consultoria, mentoria,

serviços financeiros entre outras soluções aos empreendedores negros, com o objetivo de criar um ecossistema empreendedor³⁵. Algumas dessas organizações chegam a estabelecer parcerias com grandes corporações financeiras como Santander, Bradesco e Itaú.

Dentre as iniciativas destacamos a Feira Preta, evento realizado anualmente a cerca de duas décadas e que reúne dezenas de empreendedores e milhares de consumidores, geralmente acompanhado por apresentações culturais de renomados artistas, a feira tornou-se evento tradicional na região central da cidade São Paulo e como o próprio nome diz a feira se notabiliza pela marcante presença negra em todos os âmbitos da sua realização. A realização da feira por quase duas décadas viabilizou segundo seus organizadores pesquisar, mapear e acelerar o empreendedorismo negro no Brasil, originando dessa forma a rede de empreendedores *pretahub* que em seu sítio, assim se descreve:

“A pretahub é um Hub de criatividade, inventividade e tendências pretas. É o resultado de dezoito anos de atividades do Instituto Feira Preta no trabalho de mapeamento, capacitação técnica e criativa, aceleradora e incubadora do empreendedorismo negro no Brasil. É a compreensão de que muito já foi feito, mas que o futuro é promissor, vasto e precisa ser olhado a partir da inventividade preta para fazer negócio. Inventividade que não é apenas potente, mas o que de mais criativo e inovador existe nas práticas de um mercado saturado da falta de representação e proporcionalidade em seus modos de criar, desenvolver e escoar produtos e serviços.

Entendendo, aceitando e aprendendo com cada uma das etapas desta jornada, a maioria da Feira Preta, que este ano chega aos 18 anos, é celebrada com um importante reposicionamento e várias novidades: a pretahub.

Um hub que não se relaciona exclusivamente com a população negra como o fim de um processo solto na lógica de quem produz e consome no país. A pretahub pensa a relação com a cultura, a economia e o empreendedorismo pretos, a partir de um olhar honesto e propositivo, entendendo seus papéis fundamentais na mudança estrutural de uma sociedade – e um mercado – que precisa absorver esta população não apenas em seus processos de consumo, mas no respeito à sua existência enquanto potência criativa e empreendedora.

A pretahub compreende, portanto, que a tradicional Feira Preta é um de seus produtos, parte integrante de um processo maior e estrutural da inclusão de empreendedoras e empreendedores negros em um ecossistema empreendedor que precisa ser mais justo e equilibrado em oportunidades e resultados financeiros, desde a criação, passando pela produção e estratégias de distribuição e consumo.”

Iniciativa semelhante se dá pelo Movimento Black Money, criado em 2017, também tem como objetivo ser agente de desenvolvimento do ecossistema afroempreendedor.

³⁵ Também definidas como incubadoras e aceleradoras de empresas, essas organizações buscam viabilizar uma rede de empreendedores para criar e fortalecer ramos ainda incipientes de mercado, como o afroempreendedorismo, transformando-o em um ecossistema empreendedor. A expressão cunhada pela ciência biológica, sintetiza o ambiente de cooperação, competição e interação entre pequenos negócios.

Atualmente o movimento tem como principais iniciativas a gestão de um mercado e um banco digitais, chegando a oferecer aos afroempreendedores máquinas de cartão de crédito e débito.

Mesmo compartilhando os mesmos objetivos que a pretahub, o Movimento Black Money possui viés político e ideológico distinto, como podemos observar na sua descrição:

“O Movimento Black Money é um hub de inovação para inserção e autonomia da comunidade negra na era digital junto a transformação do ecossistema empreendedor negro, com foco em comunicação, educação e geração de negócios pretos. Tendo como diferencial o fomento do letramento identitário e do *mindset* de inovação ao ecossistema afroempreendedor, estimulamos o espírito inovador de empreendedores e jovens negros para a criação de diferenciais competitivos no mercado.

Um dos nossos pilares de trabalho é a disseminação da filosofia de descrença dos poderes/intenção do Estado no sentido de justiça e equiparação racial, além da promoção do associativismo entre empreendedores negros e comunidade negra a fim de fortalecer o afroconsumo e impactar a qualidade de vida de todos nós negros dentro de uma visão Panafricanista.”

Seja através de uma perspectiva de integração, ou pelo viés da autodeterminação, tais iniciativas se embasam em três pilares, o primeiro é a marginalização histórica da população negra no mercado de trabalho; o segundo está na crença de que o empreendedorismo se configura como prática ancestral da população negra (BARBOSA, 2021) e por fim na concepção que a criação e desenvolvimento do mercado identitário negro tem como potencialidade a mitigação do racismo estrutural³⁶. Entende-se, portanto, que tais iniciativas concebem dentro dos limites da sociedade capitalista a possível superação do racismo, onde a ideia de raça pautada pelo viés mercadológico se reforça em termos políticos e sociais. Assim, como capacidade inata, empreender surge como meio de elevar a vida do negro e dessa forma tem como capacidade ressignificar a desigualdade racial secular do capitalismo, pois entende-se que o problema não são as categorias do capitalismo em si, mas sim sua dinâmica injusta e desequilibrada. Trata-se, portanto de um movimento localizado histórica e geograficamente, que mobiliza a força de trabalho de pessoas negras perante à crise do trabalho nos países com população multirracial de passado escravista, como Estados Unidos e Brasil

A percepção sobre a necessidade de se criar redes de relações, contatos e informações para ser ‘bem-sucedido’ em São Paulo ganha suporte quando invertemos os sujeitos em questão,

³⁶ Empreendedorismo afro-brasileiro é uma potência de inclusão racial - <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2020/11/4890544-empreendedorismo-afro-brasileiro-e-uma-potencia-de-inclusao-racial.html>. Acesso em 24/04/2021

ou seja, quando trazemos os sujeitos brancos e a identidade racial branca para o centro do debate. Em entrevista³⁷, a historiadora e pesquisadora Gisele Santos diz

“Existe uma lógica de rede de informação e contato[...]Quando perguntados em diferentes instituições como ficaram sabendo de determinada vaga, os profissionais brancos respondem que souberam por parentes e amigos.”

A lógica mencionada pela historiadora e pesquisadora encontra convergência com o que Bento (2002) chama de pactos narcísicos da branquitude, a autora se fundamenta nas teorias da psicologia social para investigar a conformação da raça nas relações de poder das organizações empresariais e públicas brasileiras. Identificando a raça como tabu, onde o racismo se circunscreve como problema do negro, a psicanalista observa o silêncio e a omissão dos brancos como formas latentes de defesa dos seus interesses e manutenção dos seus privilégios históricos e estruturalmente constituídos e não só, pontua que tais interesses se realizam como práticas coletivas que fazem com que “nos altos postos das empresas, universidades, poder público, enfim em todas as esferas sociais temos, praticamente, uma cota de 100% para brancos”. Assim a lógica das redes de informação e contato acima mencionada, bem como os dados relacionados à baixa presença dos negros em cargo de chefia se conformam também em decorrência de

“Alianças inter-grupais entre brancos que são forjadas e caracterizam-se pela ambigüidade, pela negação de um problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica, política dos negros, no universo social.” (p.7)

Ao constatar esse pacto narcísico entre sujeitos brancos, Cida Bento pavimenta os caminhos para interpretarmos a conformação da identidade racial branca (branquitude) como elemento central na concorrência inter-racial pelo trabalho na metrópole paulista.

Cecília, hoje funcionária pública da área da saúde ao ser questionada se sofreu algum constrangimento relacionado ao racismo nos traz um exemplo acerca do processo acima delineado

“Quando eu fui trabalhar no *home care*, por exemplo, eu trabalhei tanto em casa, como em escala, para selecionar pessoas para casa, trabalhava com convênio, a família paga o convênio, então manda a enfermagem pra lá por conta do convênio. Existe muito preconceito, existe família que mandou por escrito para não mandar negros pra cuidar do ente querido doente, precisando muito. Muitas vezes a família mal chega perto pra fazer o básico, mas quer um perfil de pessoa, mesmo precisando do profissional, eles fazem exigência, então tem maior racismo”

³⁷ "Por trás da 'boa aparência': o racismo em números no mercado " <https://noticias.r7.com/economia/por-tras-da-boua-aparencia-o-racismo-em-numeros-no-mercado-23082019>. Acesso em 05/05/2020

Em outro momento quando questionada se há um perfil para o trabalhador da área da saúde privada diz

“Tem perfil, tem, tem, é velado lógico, mas tem porque, você vai lá fazer entrevista, às vezes a pessoas passou numa dinâmica e tá esperando ser chamado, não sabe porque, porque eles não falam diretamente. E eu já trabalhei em hospitais, que pessoas que não tinha mínima condição de estar em cargo de chefia, que era técnico, passou pra enfermeira porque tinha perfil hotelaria, magrinha loirinha, e a chefia achava que tinha condições, mas você via que era pela aparência, não por inteligência”

Como no início do século XX vemos a raça ser elemento determinante na concorrência pelos postos de trabalho na metrópole paulista, porém agora em meio ao desmantelamento do mercado de trabalho, vemos a raça operar de forma silenciosa ou não, na formação de parcerias; na preferência por serviços a serem contratados e prestados e na escolha do consumidor alvo do seu empreendimento. Ou seja, há uma acomodação da ideia de raça como mecanismo de regulação da concorrência perante à crise do trabalho, essa acomodação se realiza de maneira difusa, marcando relações de discriminação e de cooperação entre sujeitos brancos e negros. Se de um lado, a raça se manifesta como mecanismo (quase sempre) silencioso de identidade e unidade, no fortalecimento e manutenção da posição dos sujeitos brancos no mercado de trabalho. Do outro, observamos a crescente utilização da ideia de raça como mecanismo de cooperação entre os sujeitos negros, como vemos nas trajetórias de Fred, Malik, bem como na mobilização em prol do afroempreendedorismo, concretizada pelas iniciativas *pretahub* e Movimento Black Money.

Nos cabe, como objetivo de pesquisa, problematizar como o contexto de crise imanente determina essas novas aparições da raça nas relações de trabalho da metrópole paulista, onde as seguintes questões se sobrepõem: Como interpretar essa nova posição do negro nas relações de trabalho? Qual seria o papel da crise no número crescente de empreendedores negros? É possível aferir um processo de mudança, inversão ou equilíbrio das posições histórica e racialmente estabelecidas nas relações de trabalho?

Segundo o estudo intitulado *Os Donos do Negócio no Brasil: Análise por Raça/Cor*, em 2013 os negros passaram a ser maioria entre os empreendedores brasileiros, sendo que o estado de São Paulo abriga 12 por cento dos empreendedores negros do Brasil, ficando apenas atrás do estado da Bahia. Ao tratar do tipo de ocupação desses empreendedores a pesquisa revela que

“No grupo dos donos de negócio pretos e pardos, a parcela dos (que trabalham por) conta-própria sobe para 91% [...] Apenas 9% dos donos de negócio pretos e pardos são empregadores. Tanto entre os donos de negócio brancos como na categoria outros, a proporção de conta-própria é de 78% e de empregadores é de 22%.” (*Ibidem* p.13)

Em linhas gerais “estes empreendimentos de ‘uma pessoa só’, em geral, envolvem estruturas mais simples de operação e podem representar também maior precariedade, de modo que o negócio depende quase que exclusivamente do dono.” Já em relação aos rendimentos aferidos por esses empreendedores, a clivagem racial também se faz visível, haja vista que

“Em 2013, o rendimento médio mensal dos Donos de Negócio pretos e pardos foi de R\$1.246/mês, contra R\$2.627/mês entre brancos e R\$2.354/mês na categoria outros. Em termos de salários mínimos (S.M.), os pretos e pardos recebiam cerca de 1,8 S.M./mês, enquanto os brancos recebiam 3,9 S.M e os outros aproximadamente 3,5 S.M./mês” (*Ibidem* p.18)

Delineando outras variáveis acerca desses empreendedores o levantamento aponta em linhas de conclusão que

“Comparativamente, os Donos de Negócio pretos e pardos [...] têm proporcionalmente menos anos de estudo, recebem um rendimento médio mensal que equivale a menos da metade do recebidos pelos donos de negócio brancos, têm menos acesso aos recursos de telefonia e informática, menor proporção de pessoas coberta por algum sistema de previdência, menor proporção de pessoas que trabalha em local fixo urbano, maior percentual de indivíduos que trabalha na construção e como ambulantes” (*Ibidem*. p.36)

A análise pormenorizada do estudo, para além das manchetes veiculadas nos meios tradicionais de imprensa, revela dois movimentos. O primeiro está relacionado à formação e disseminação de discursos que trazem de maneira superficial estatísticas e relatos pessoais, cujo o objetivo é criar uma conjuntura de aparente minimização das desigualdades raciais e do racismo estrutural, nesse balaio se associam determinadas coletividades e sujeitos negros que vislumbram em perspectivas liberais a superação do racismo³⁸. O segundo movimento diz respeito à assimilação da precariedade do trabalho pela perspectiva liberal e a transformação de trabalhadores negros precarizados em empreendedores. Ao revelar dados acerca dos tipos de ocupação, da renda, de escolaridade, de acesso à previdência entre outros, a pesquisa feita pelo Sebrae não evidencia, como esperado e noticiado, melhores condições de trabalho dos sujeitos negros, pelo contrário pontua a continuação das desigualdades raciais perante as relações de trabalho, porém agora sob o véu fetichista do empreendedorismo. Nesse sentido saem de cena

³⁸ É o caso da manchete vinculada no jornal Folha de São Paulo no dia 13/08/2018 “Em retração, classes A e B ganham 464 mil negros” <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/em-retracao-classes-a-e-b-ganham-464-mil-negros.shtml> Acesso em 18/05/2020.

a busca por uma melhor colocação no mercado de trabalho e emerge a ilusão de um patronato negro que nem acesso à crédito/dívida possui³⁹.

Tal lógica está circunscrita ao fato de que “já não há trabalhadores propriamente ditos. Só existem nômades do trabalho. Se ontem, o drama era ser explorado pelo capital”, hoje “vem se consolidando um novo sujeito humano, empreendedor de si mesmo, moldável e convocado a se reconfigurar permanentemente em função dos artefatos que a época oferece”. Essa capacidade de metamorfose exigida pela crise do trabalho se efetiva na necessidade imanente dos sujeitos de regular sua conduta em função das normas do mercado. (MBEMBE, *Ob cit* p.15).

Se evidencia, portanto, que os anseios levados a cabo pelo senso comum de inversão, equilíbrio e mitigação das desigualdades raciais nas relações de trabalho, se conformaram como discursos e narrativas que elevam o trabalho precarizado e realizado cotidianamente à lógica de acumulação que ao menos coletivamente não se realiza.

Nesse sentido, a sensação de ascensão social, de progresso de maneira geral da comunidade negra com os números crescentes de afroempreendedores se faz aparência de um emaranhado de números, que compõem as dívidas que movimentam o especulativo sistema financeiro. Onde não raro observamos instituições financeiras fomentando, através de publicidade, programas de diversidade, patrocínio e investimentos, iniciativas vinculadas à inserção da lógica empreendedora na população negra.

Perante à crise do trabalho, a lógica empreendedora tem por fim desvincular o trabalho do capital, no sentido de transformar a todos como empresários de si, ou seja, em capitalistas, onde o mérito individual e não a conjuntura histórico-estrutural vai determinar a posição dos sujeitos no processo concorrencial. Dessa forma, diante o desemprego estrutural, os trabalhadores precarizados se transformam em donos de negócios, e recai sobre eles próprios o sucesso e o mais provável insucesso dos seus empreendimentos. A universalização do empreendedorismo, portanto, incute na subjetividade dos sujeitos à possibilidade iminente de ascensão social, onde a baixa remuneração e o excesso de trabalho serão obstáculos a serem

³⁹ “Empreendedor negro tem crédito negado 3 vezes mais do que branco no Brasil”. <https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2017/05/22/empreendedor-negro-tem-credito-negado-3-vezes-mais-do-que-branco-no-brasil.htm> Acesso em 18/05/2020

superados com resiliência e parcimônia para se atingir, por mérito, outros níveis de reprodução social.

Nesse enredo, o Estado e as grandes corporações se transformam e agora passam a gerenciar a circulação de mercadorias e capitais, mobilizados pelos trabalhadores/empreendedores. A perspectiva que vislumbra no empreendedorismo a chave para a existência de um capitalismo sustentável, ignora o fato de que há um processo em cadeia, onde os grandes capitais, industriais e financeiros, sustentam suas práticas. Esse processo deve ser entendido pela lógica de circulação de capitais, onde os financiamentos e empréstimos mobilizam de forma cada vez mais mórbida o capitalismo.

Cabe salientar que tal quadro contraditório de informalidade/empreendedorismo se estabelece como uma das formas, talvez a mais proeminente, de alocação dos sujeitos negros as práticas cotidianas de trabalho na metrópole. Na outra ponta, observa-se a mobilização desses sujeitos em busca de melhores posições no mercado de trabalho, é o caso de Cecília e Luanda, ambas com suas particularidades, que após terem experiências no setor informal de trabalho alçaram posições relativamente estáveis no serviço público, não antes de estabelecer como estratégia a formação educacional técnica e superior. Contudo a condição de precariedade é inerente haja vista o desinvestimento e desmobilização das políticas públicas, refletindo diretamente em jornadas de trabalho insalubres e vínculos empregatícios instáveis.

Os relatos captados e aqui reproduzidos, bem como levantamentos estatísticos e discursos sobre a condição contemporânea do negro nas relações de trabalho hoje na metrópole paulista sinalizam que se faz premente argumentos e interpretações que relacionem a conjuntura de crise imanente às determinações raciais postas nas relações de trabalho. E mais, tais argumentos e interpretações devem levar a cabo o fato de que para além da crítica acerca da posição do negro nas relações de trabalho, se faz pertinente criticar a lógica do trabalho, ou seja, o trabalho como fim último e absoluto e por fim como dogma e forma de dominação social.

3.2. Dívida

“Às vezes eu acho que todo preto como eu
Só quer um terreno no mato, só seu
Sem luxo, descalço, nadar num riacho
Sem fome, pegando as frutas no cacho
Aí truta, é o que eu acho
Quero também, mas em São Paulo
Deus é uma nota de cem”
Vida Loka pt.2 – Racionais MC’s

Os versos de rap acima destacados revelam a idealização de jovens negros residentes da metrópole paulista em relação ao ambiente que gostariam de viver e a forma como gostariam de consumir, mas logo chega-se à conclusão de que na metrópole, onde tudo se realiza como mercadoria através da mediação do dinheiro, tal utopia se faz quimera.

No entanto, isso não significa a nulidade do negro enquanto consumidor, pelo contrário chama-nos a atenção para sua particularidade como tal. Assim, no sentido de nossa investigação se faz premente demonstrarmos num primeiro momento como o consumo da população negra aparece no Centro da cidade de São Paulo, posteriormente situar esse consumo em relação à satisfação das necessidades particulares da população negra e por fim estabelecer os vínculos desse consumo particular com a reprodução ampliada e crítica do capital.

Voltamos, portanto, a mencionar a conformação do Centro de São Paulo como lugar de forte simbolismo e memória para população negra, como podemos observar na fala de Malik, ir ao Centro representou o resgate de sua identidade enquanto negro.

“Ah os rolê de Centro é sensacional né mano, como eu sou do ABC, lá não tinha muito rolê de preto, tinha poucos, mas era mais role de samba, um rolê de nego veio né e eu queria dar rolê com o pessoal da minha idade mesmo, e falaram que no Centro tinha vários rolê, aí tinha uns amigos que também queriam. Aí comecei a colar, colar na Blackdingo que agente batizou. Colava no samba-rock, pra ver as garotinhas dançar ficava envolvido com a dança...Mas o centro foi o primeiro resgate racial de rolê, comecei a me vestir diferente, ter outras ambições, querer fazer dread, eu sempre quis fazer dread, mas fazer dread diferente vestir outras roupas, usar a roupa do Malcom...Aquele lugar sempre um antro pra gente, aí comecei a respeitar e gostar bem mais de lá, mesmo com os vários problemas sociais que tem lá, lá é um lugar de muita repressão, mesmo se você não tiver fazendo nada de errado...Mas a energia que tem lá pra nós é uma energia boa, é lugar que agente tem que respeitar, é tipo uma meca”.

A conformação do Centro enquanto esse lugar de representação da população negra encontra seus precedentes nos bailes negros da década de 1970, na história paulista do samba e

no advento do Hip Hop no Brasil, especificamente a partir das batalhas de break realizada no Largo São Bento na década de 1980. É notável o fato de que presença da população negra no Centro em busca de lazer, como mencionamos no capítulo anterior, só passou a ser tolerada, não completamente, quando devido a sua degradação a partir da década de 1960, o Centro passou a ser marginalizado pela classe média. Contudo, como nos alerta Malik, historicamente é marcante a repressão exercida sobre manifestações culturais que envolvam a população negra.

Essas questões subjetivas, historicamente conformadas, estabelecem o Centro como lugar onde o consumo da população negra se efetiva também enquanto consumo particular. Logo, se consolidou nas últimas décadas, uma ampla oferta de produtos e serviços vinculados às necessidades particulares do negro enquanto consumidor, não só no que diz respeito ao lazer como rodas de samba e break, mas também em relação à estética, (através de lojas de vestuário, cabelereiros e trancistas), e a alimentação (através de restaurantes africanos e temáticos). Eis a “faceta do consumo da juventude afro-paulistana”. (MACEDO, 2004).

No bairro central da Republica, principalmente entre as ruas Sete de Abril e Avenida São João, se faz contundente a reunião de consumidores negros entorno da satisfação de suas necessidades particulares. Em meio a esse recorte destacamos a Galeria Presidente, popularmente conhecida como Galeria do Reggae, localizada na rua 24 de Maio, a principal referência no que diz respeito ao consumo particular da população negra em São Paulo, é comum pessoas negras ao passarem pela galeria serem interpeladas a fazerem tranças e dreads e a comprarem roupas, a maioria dos serviços são realizados por imigrantes africanos, sobretudo mulheres, o local se tornou rede de apoio para muitos deles, vindos de países como Mali, Congo, Nigéria, Angola entre outros (SILVA, 2018). A rua Sete de Abril por sua vez se caracteriza pela concentração de rodas de samba, sobretudo nos finais de semana. Na rua Dom José de Barros, temos a Galeria Olido, espaço público municipal que recebe com frequência atividades organizadas por indivíduos e coletividades negras, sobretudo lançamentos de livros e produtos audiovisuais, na mesma rua ocorrem todas sextas e sábados a Blackdingo, mencionada por Malik, trata-se de evento aberto promovido por um bar, onde se toca músicas *black* da década de 2000, bem como a Discopédia, balada em espaço privado realizada todas às terças-feiras e frequentada pelo nosso interlocutor, o empresário Fred

“Cara, rolê no Centro? Que eu frequento com mais frequência seria a Discopédia, depois a Aparelha Luzia, depois a Funarte ali, onde tem uns teatros velhos também. Tem mais o quê? Tem mais algumas outras festas que eu não vou lembrar agora quais são, mas seriam esses rolês que geralmente frequento de fato. Não são tantos rolês assim, mas é o que eu costumo ir geralmente”.

Os ditos roles, voltados à juventude negra, são comuns no Centro de São Paulo e elas se organizam com outras temáticas de apelo social e político, como exemplo podemos citar a festa Wine, organizada por mulheres negras e a Batekoo voltado para o público LGBTQI, ambas festas já contaram com parcerias com a Budweiser, marca relevante de cerveja, gerenciada no Brasil pela Ambev. A característica comum à todas essas festas é o apreço à estética negra que se revela nas maquiagens, nas estampas e estilos das roupas, nos calçados dos e nos cabelos. Chama-nos atenção a valorização de uma estética que de maneira geral está desvinculada da estética normativa e hegemônica, mas que mesmo assim mobiliza mercados, não à toa certas empresas buscam se vincular a tais festas.

Outro espaço de lazer, mencionado por Fernando, o Aparelha Luzia, centro político-cultural surgido da ocupação de um prédio na rua Apa, na Santa Cecília, sendo fundado pela educadora Erica Malunguinho⁴⁰. O lugar se caracteriza pela realização contínua de eventos, debates, e atividades voltados para a população negra, tornou-se referência como espaço de lazer, sobretudo para ativistas, artistas e intelectuais negros.

A própria Rap Burger, hamburgueria criada e gerida por Fred, se nota como lugar de referência para o consumo da população negra, aliás como acima mencionado essa foi a principal motivação do empresário ao idealizar e estruturar o negócio, questionado se se considera afro-empendedor, nos diz:

“Sim, porque o negócio eu não deixo como rotulado, como um negócio focado para o público preto, mas eu uso uma estratégia que está dando certo. Que é o quê? Rap burger, é um local dedicado para quem curte rap, a cultura hip-hop. Mas quem é que curte de fato o rap, a cultura hip-hop? A população preta. E aí eu consigo indiretamente transmitir através da música, através das imagens do local, através da comunicação que eu faço nas redes sociais que esse espaço é para o público preto. E aí o pessoal vem porque sente à vontade, chega aqui também sente à vontade com o atendimento. E de fato, é um negócio feito para eles”.

A estratégia de Fred na idealização do seu empreendimento nos leva a problematizar o crescente movimento entorno da representação dos negros nas peças publicitárias, nas mídias e redes sociais, em suma diz respeito à criação de uma representatividade onde o negro se identifique enquanto consumidor. Essa mobilização vem abarcando iniciativas de grandes

⁴⁰ Também foi a primeira mulher transexual a ser eleita deputada estadual no estado de São Paulo em 2018.

corporações que vislumbraram no consumo da população negra à ampliação de seu alcance de mercado. Nesse sentido, além do apelo publicitário vinculado ao consumo de produtos genéricos, vemos grandes empresas desenvolvendo produtos específicos voltados aos negros. O ramo da estética, dominada por empresas de cosméticos como Avon, Boticário, Natura, Seda e Salon Line, passou a abarcar em seu catálogo produtos voltados exclusivamente para à população negra. Essa última inclusive patrocina a Marcha do Orgulho Crespo, realizada todos anos em São Paulo no dia 26 de julho e criada por um coletivo de jovens negras.

Aliás é expressivo o número de marcas, em todos os ramos (bebidas, financeiro, varejo etc) que buscam vincular sua imagem a iniciativas de coletividades e/ou a personalidades negras através de patrocínios e parcerias, como no exemplo acima citado entre as festas e a famosa marca de cerveja. Outro sinal contundente desse processo é o amplo espaço aberto a mulheres negras em periódicos voltados para o público feminino. Conhecidas por criar tendências relacionadas à moda e à estética, inclusive a tendência de invisibilizar pessoas negras, tais revistas buscam nessas personalidades o elo com um público antes ignorado.

Fica claro, portanto, a mobilização crescente do mercado publicitário em angariar consumidores negros aos seus diversos produtos, no entanto nos cabe contextualizar essa mobilização no que diz respeito a reprodução ampliada do capital. Qual o sentido da publicidade que apela às identidades raciais? O que esse apelo publicitário e o consumo representam à população negra e ao capital?

O estudo intitulado *A Voz e a vez - Diversidade no Mercado de Consumo e Empreendedorismo*”, organizado e publicado pelo instituto Locomotiva a pedido do Instituto Feira Preta em parceria com o banco Itaú, foi celebrado e apresentado em evento no Centro de São Paulo em novembro de 2018 trazendo significativos dados sobre o impacto do consumo da população negra na economia nacional. Tomado a parte, segundo a pesquisa, o consumo dos negros brasileiros representaria o 17º país em consumo no mundo, movimentando cerca de 1,9 trilhões reais ao ano. Apesar disso, a diferença em relação ao consumo da população branca é de 800 bilhões por ano.

Questionados sobre as abordagens do mercado publicitário, 72% dos consumidores negros consideram que as pessoas que aparecem nas propagandas são muito diferentes deles e 82% gostariam de ser mais ouvidos pelas empresas, haja vista que 90% das peças publicitárias serem protagonizadas por pessoas brancas. Para o presidente do Instituto Locomotiva, Renato

Meirelles⁴¹, esses números revelam “um mercado com grande potencial de consumo. Se os negros recebessem salários equiparados aos dos brancos seriam injetados 776 bilhões na economia”. Em entrevista ele nos aponta soluções para superar a desigualdade racial no consumo:

“As empresas têm que entender que não existe um só padrão de beleza. Estamos no século XXI e, nesse momento de múltiplos padrões de beleza, fazem mais sucesso as empresas que buscam contemplá-los nessa comunicação[...]Existem dois tipos de solução: a prática e a estrutural. A prática é ser mais criterioso no casting das campanhas e fazer um checklist. Já do ponto de vista estrutural é colocar os negros nos cargos de liderança e no centro das tomadas de decisão das empresas”

Fica entendido, portanto, que a desigualdade racial no consumo se vincula à sub representação de pessoas negras no mercado publicitário e nos postos de tomada de decisão, ou seja, trata-se do desequilíbrio e injustiça a serem reparados e regulados pelo próprio mercado. Surge assim, a mediação dos interesses de organizações empresariais negras e instituições privadas expressa na parceria entre o Instituto Feira Preta, Instituto Locomotiva e o banco Itaú entorno do estudo acerca da potencialidade do negro enquanto consumidor.

Contudo, os argumentos que medeiam essa conjunção de interesses se fundamentam numa observação superficial das categorias e determinações postas na economia política, ao ignorar a desigualdade racial em relação à renda como barreira posta pelo próprio capital em sua contradição com o trabalho, trata-a como simples objeto de regulação, sendo o mercado capaz por si só de equilibrar a renda de negros e brancos, ao contratar influenciadores digitais, modelos e executivos negros.

Do ponto de vista político-cultural, essas personalidades, ao vincularem sua imagem à determinadas empresas, viabilizam a cooptação de temas, pautas, reivindicações e lemas sensíveis à população negra pelo mercado. Por exemplo, o orgulho do cabelo crespo passa a ser patrocinado por linhas de diferentes marcas de shampoo e condicionador; a produção de conteúdo passa a ser oferecida através de parcerias com grandes editoras e outros veículos de comunicação; a promessa de melhor alocação no mercado de trabalho através do diploma universitário, largamente difundida pelas universidades particulares, entre outros exemplos.

Se revela, nesse sentido, as novas estratégias do capital em lidar com as questões sociais, entre elas a racial, tais estratégias surgem após décadas de aplicação e desgaste de políticas

⁴¹ O executivo participou em 2012 da comissão que estudou a Nova Classe Média Brasileira na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, então representada por Dilma Rousseff. Também colaborou com o livro “Varejo para Baixa Renda”, organizado e editado pela Faculdade Getúlio Vargas.

neoliberais e conseqüente pauperização da população mundial, fazendo surgir internamente a ideologia neoliberal uma corrente, o social-liberalismo, supostamente preocupada com a injustiça social, de forma que

“As classes dominantes promoveram uma ofensiva na direção das bandeiras ideológicas da esquerda, tradicionalmente vinculadas às lutas igualitaristas. O que antes era um ideal progressista passou a ter novos significados políticos e culturais após a ofensiva conservadora.” (CASTELO, 2011 p.250)

Assim:

“A ideologia social-liberal sustenta a hegemonia burguesa em torno do debate da “questão social”, e para isto promove uma série de ações pedagógicas do novo consenso e até mesmo fabrica a sua dissidência, financiando aparelhos privados contra hegemônicos ligados aos protestos contra a globalização. Cria-se um limite de atuação inclusive para a oposição ao neoliberalismo e a impressão generalizada de movimentos de contestação atuando livremente, o que garante um grau de legitimidade à democracia representativa.” (*Ibidem* p.252)

Em suma, incapaz de resolver suas contradições, o capitalismo instrumentalizado de seus aparatos ideológicos, deixa de omitir os problemas sociais como a pobreza, a homofobia, o machismo e o racismo e procura integrar tais questões à sua lógica liberal reproduzindo e conservando a troca e a mercadoria como mediação social e natureza humana.

Nesse sentido, os novos significados políticos e culturais da questão racial passam a estar diretamente vinculados à lógica liberal, onde a identidade racial passa a ser mediada pela mercadoria, satisfazendo por um lado a carência de representação dos negros enquanto consumidores e por outro novos meios de valorização para o capital. Contudo, nos resta localizar o consumo da população negra em relação à crise iminente da capital.

3.2.1 Consumo e crise de superprodução

O capitalismo e suas categorias correlatas, trabalho e dinheiro, se impõe socialmente aos sujeitos, ou seja, enquanto relação social o capitalismo se autorregula subordinando à reprodução social dos indivíduos aos seus ditames. A metrópole, como resultado do trabalho acumulado historicamente, eleva esse caráter totalitário do capital ao máximo, permeando todos os elementos do cotidiano, sendo incomum num rápido exercício de raciocínio observar na metrópole relações que não sejam mediadas pelo dinheiro e pela mercadoria. Trata-se da tendência do modo de produção capitalista já investigada e apontada por Marx

“O máximo desenvolvimento do capital se dá quando as condições gerais do processo de produção social não são criadas a partir da dedução da renda social, dos impostos do Estado, mas pelo capital como capital. Isso mostra por um lado, o grau em que o capital já submeteu a si todas condições da produção social e, por essa razão, de outro lado, a extensão com que a riqueza reprodutiva social está capitalizada e todas as necessidades são satisfeitas sob a forma da troca; bem como a extensão com que as necessidades do indivíduo, como necessidades socialmente postas, cujo modo de consumo, pela natureza da coisa, é um modo social” (2011b, p.439).

Isso nos permite apontar a reprodução ampliada como natureza do capital, que em sua incessante intenção de valorização tem por característica a universalização da mercadoria e a generalização dos sujeitos como entes de troca. Contudo, trata-se de uma crise de desvalorização, onde o desenvolvimento das forças produtivas, numa tendência simultaneamente crítica e expansionista, que ao mesmo tempo que impõe limites crescentes de produtividade como barreiras a serem superadas no ciclo de troca subsequente, retira de circulação o salário (renda social) ao suprimir o trabalho vivo. Assim se explica a tese de Mandel em relação à expansão do setor de serviços e constituição da sociedade do consumo. Não se trata de uma crise de escassez, mas sim, repetimos, de uma crise de valorização, daí a superprodução de mercadorias e a conformação do crédito como mediação da troca no sentido acelerar a circulação de capital.

“Quanto mais generalizada a produção de mercadorias e quanto mais adiantada a divisão do trabalho tanto mais essas funções intermediárias precisam ser sistematizadas e racionalizadas, a fim de assegurar a produção e venda contínuas. A tendência a redução do giro do capital, só pode tornar-se realidade se o capital (comercial e financeiro) se apossar cada vez mais dessas funções intermediárias.” (MANDEL, *op cit* p.270)

O desenvolvimento das forças produtivas impõe a ampliação das funções intermediárias como necessidade imanente do capital e do trabalho, isto é, do ponto de vista do capital, os diversos ramos da produção tendem a se separar, criando processos independentes de valorização, bem como a necessidade de novos insumos e meios de produção. Do ponto de vista do sujeito, ampliam-se as necessidades com vista à reprodução da sua força de trabalho e ao mesmo tempo reforça-se o fato de tais necessidades serem supridas apenas quando mediadas pelo capital, ou seja, quando “uma necessidade historicamente criada tomou o lugar da necessidade natural”.

Sendo o capital “tanto o contínuo pôr, quanto a contínua superação da produção proporcional”, a produtividade excedente e o consumo excedente se fazem expressão da contradição entre produção e valorização, pois “a proporção existente entre oferta e demanda tem de ser constantemente abolida por meio da criação de valores excedentes e do aumento de

forças produtivas", determinando assim a superprodução, isto é, a não efetivação da produção como valor, estabelecendo assim um entrave à circulação de capital a ser resolvida com a criação de novas necessidades e do crédito como forma de mobilização desta crise geral de superprodução, posta como sociedade do consumo.

Aqui nos cabe direcionar os sentidos dessa crise de valorização em relação à satisfação das necessidades dos sujeitos, portanto, desses enquanto consumidores de valor de uso. Está dado que o ímpeto expansionista do capital, sua reprodução ampliada só pode se realizar com a transformação de todos sujeitos em entes da troca, ou seja, na submissão de suas necessidades, posta como valor de uso, à troca. Estabelece-se, por conseguinte, a relação formal do capital, marcada pelo duplo processo de indiferença, na qual de um lado temos a mercadoria, que mediada e determinada pela troca, se perde em sua particularidade natural e do outro o sujeito que passa a ter suas necessidades naturais particulares totalmente mediadas pelo dinheiro e logo transformadas em necessidades historicamente criadas. Assim, "a diversidade de sua necessidade e de sua produção fornece unicamente a oportunidade para a troca e para sua igualação social na mesma", isto é, no plano formal do capital a igualdade se concretiza pela relação recíproca dos sujeitos enquanto trocadores, "relação em que são pressupostos e se afirmam como iguais". O ato da troca e, portanto, de igualação dos sujeitos, à medida em que acontece voluntariamente e a partir de interesses egoístas, põe-se como liberdade, cujo interesse particular aparentemente se sobrepõe ao interesse comum posto no ato da troca. No entanto, "a satisfação do seu interesse singular contraditório é justamente a realização da contradição superada, do interesse social universal", em suma "o interesse universal é justamente a universalidade dos interesses egoístas". Nesse sentido, os ideais burgueses de igualdade e liberdade são apreendidos como determinações da troca, ou melhor, "a troca de valores de troca é a base produtiva, real, de toda igualdade e liberdade". Contrapondo os socialistas franceses que viam a troca, como objeto em si de liberdade e igualdade, Marx provoca:

“O valor de troca ou, mais precisamente, o sistema monetário é de fato o sistema da igualdade e liberdade, e as perturbações que enfrentam no desenvolvimento ulterior do sistema são perturbações a ele imanentes, justamente a efetivação da liberdade e igualdade, que se patenteiam como desigualdade e ausência de liberdade” (*ob cit* p.191)

O consumo particular do negro representa, como dito acima, a efetivação de sua liberdade e igualdade como ente de troca, portanto, a desigualdade do consumo entre a população negra e branca, ao mesmo tempo que determinada pela contradição capital-trabalho, se apresenta como barreira à valorização do capital. No entanto, não será o equilíbrio salarial e

de renda com os brancos que irá sustentar o aumento do consumo da população negra, mas sim a necessidade de dar vazão à crise de superprodução, onde o capital fictício em sua forma de crédito exerce papel elementar na circulação ampliada e acelerada do capital. Não há outras intenções dos agentes do capital financeiro a não ser inserir o negro no universo da dívida.

3.3 Violência

“Quantos manos iguais a mim se foram?
Preto, preto, pobre, cuidado, socorro!
Quê que pega aqui? Quê que acontece ali?
Vejo isso frequentemente, desde moleque.
Quinze de idade já era o bastante, então.
Treta no baile, então. Tiros de monte!
Morte nem se fala!
Eu vejo o cara agonizando!
"Chame a ambulância! Alguém chame a ambulância!"
Depois ficava sabendo na semana
Que dois já era.
Os preto sempre teve fama.
No jornal, revista e TV se vê.
Morte aqui é natural, é comum de se ver.
Caralho! Não quero ter que achar normal
ver um mano meu coberto de jornal!
É mal! Cotidiano suicida!
Rapaz Comum - Racionais MC's

Os versos acima se encontram no álbum que consolidou o rap como gênero musical de grande alcance no Brasil. *Sobrevivendo no Inferno* (1997) teve cerca de 1,5 milhão de cópias vendidas e obteve reconhecimento do mercado fonográfico e principalmente dos milhões de jovens pobres e negros que habitam as metrópoles e se identificam com o cotidiano narrado pelos Racionais MC's em suas canções como *Rapaz Comum*. Fazendo-nos questionar os sentidos dessa identificação, ou melhor, porque as representações postas nesses versos encontram eco no cotidiano vivido por milhões de rapazes comuns imbuídos da missão de sobreviver no inferno.

A popularização do rap enquanto gênero musical no Brasil em meio à tentativa de criminalização pelas elites, aponta para sua capilaridade ao colocar no centro da questão o jovem negro e pobre, bem como seu cotidiano e a sua vulnerabilidade em relação a violência sistêmica. Evidente, que o rap não está a salvo de contradições, pelo contrário expõe as contradições sob outro ponto de vista e por isso se apresenta como instrumento da nossa crítica, que procura caracterizar a violência sistêmica sobre a população negra na metrópole paulista como sintoma da crise imanente de capital.

O contexto exposto em *Sobrevivendo no Inferno* indica o recrudescimento da transformação do Brasil em país urbano, onde o crescimento desordenado das grandes metrópoles em meio à ditadura militar incorreu para a exacerbação da violência. Nesse sentido, os grupos de extermínio formados por agentes de segurança pública e o narcotráfico se consolidam como agentes dessa violência, sobretudo nas periferias das grandes metrópoles. A famigerada guerra às drogas e à criminalidade impetrada pelas forças de segurança pública através execuções, prisões arbitrárias e agressões contam com a anuência das elites e classes médias urbanas. Ao passo que o narcotráfico, através do crime organizado, passa a ser objeto de disputa sangrenta das diferentes facções nas periferias da metrópole. Representado como o inimigo em tal contexto, jovens negros e pobres, rapazes comuns para assim dizer, acabam submetidos, direta ou indiretamente, a esse ciclo endêmico de violência.

Faz-se necessário revelar como essa violência permeia o cotidiano da população negra, sobretudo dos homens negros jovens. Nesse sentido, o *rapper* Malik, quando questionado se sente seguro em São Paulo nos diz:

“Quando saio de casa já não me sinto muito seguro, e é muito real e tem várias atitudes que eu não tomo, como ficar correndo, ficar muito bêbado na rua, no Centro e não me sinto seguro. Até num pico que só tem branco, os cara para você. Exemplo na Roosevelt, pode tá todo mundo fumando maconha, mas a polícia vai parar você, faz você tirar o sapato. Então o Centro não é muito seguro pra agente, nunca foi e nunca vai ser. Faz tempo que não tomo enquadro, com esse naipe eles não param, mas quando tinha cabelo raspado eu tomava muito enquadro, tanto que eu já fui preso, usava roupa larga numa época que o rap não era tão legal. Agente que tem barbinha assim, cara de artista, os cara não para. Mas tem muito moleque vileiro que cola no centro e se fode”.

Fica claro que o negro ao policiar seus comportamentos, a forma de se vestir e onde irá, se vê como alvo preferencial de todo e qualquer tipo de violência e como forma de defesa e precaução, internaliza esse processo e passa a agir com cautela que jovens brancos jamais tiveram. Como exemplo, é comum entre os homens negros a preocupação, ao andar pelas ruas

com itens de valor razoável como um videogame, em levar junto a nota fiscal para provar a posse legal do produto.

“Eu me formei suspeito profissional,
Bacharel pós-graduado em "tomar geral".
Eu tenho um manual com os lugares, horários, de como "dar perdido" ...
Ai, caralho....
Quem é preto como eu já tá ligado qual é, Nota Fiscal, RG, polícia no pé”
Qual Mentira Vou Acreditar - Racionais MC's

O fato disso ser uma cultura, por si só revela a suspeição a priori de pessoas negras, sobretudo homens negros jovens, pela sociedade civil como um todo. Esse tipo de constrangimento, em menor ou maior grau, já foi vivenciado em São Paulo por praticamente todos homens negros jovens⁴², impondo restrições tais como evitar circular em determinados lugares e horários; não fazer gestos bruscos; não correr; não ficar parado; não colocar as mãos no bolso; não usar gorros e toucas, enfim todo tipo de atitude que possa os eximir de suspeição. Portanto, numa sociedade militarizada, que banaliza e naturaliza a morte, estar sobre o estigma da suspeição constante é de fato sobreviver no inferno.

O estudo *Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo* tem como objetivo, a partir da análise dos dados de letalidade policial e prisões flagrante, determinar se a atuação dos agentes de segurança pública no Estado de São Paulo se pauta pela raça dos supostos suspeitos criminais. Tais dados foram obtidos através da parceria entre o Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC/UFSCar) e a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo.

Ao que diz respeito às prisões em flagrantes, o estudo ao analisar a série histórica de 2008 a 2012 aponta que os negros representam 54% dos flagrados. Em termos proporcionais, haja vista que na metrópole paulista a população negra representa 32% dos habitantes. Para cada 100 mil brancos 14 são presos, para cada 100 mil negros 35 são presos, ou seja, para cada branco preso em flagrante se prende 2,5 negros sob a mesma condição. Para Sinhoretto

⁴² “86% dos homens negros de São Paulo já foram parados pela polícia” - <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/1227480-86-dos-homens-negros-de-sao-paulo-ja-foram-parados-pela-policia.shtml>. Acesso em 26/11/2020

“Os dados apontam maior vigilância policial sobre a população negra, que se reflete na concentração do número de prisões em flagrante sobre este grupo. Este tipo de prisão não decorre de uma investigação criminal prévia, executada por meio de mandado judicial, sendo muito mais recorrente em casos de abordagem policial. Os dados indicam que, no cometimento de delitos, os negros são flagrados com maior frequência do que brancos, pois são mais visados pela ação policial”. (2014, p.25)

O perfil das vítimas da letalidade policial retirado dos dados analisados entre 2009 e 2011, apontou que elas são predominantemente negras (61%), homens (97%) e jovens, entre 15 e 29 anos de idade. Em termos de proporcionalidade, “ao calcularmos as taxas de mortos por 100 mil habitantes, dentro de cada grupo de cor/raça, no ano de 2011, é possível observar que são mortos três vezes mais negros do que brancos.” (*Ibidem* p.15)

A suspeição e os constrangimentos sentidos pelos jovens negros se revelam como política de segurança pública, ação direta do Estado. Segundo Sinhoretto

“Estes dados expressam que a vigilância policial privilegia as pessoas negras e as reconhece como suspeitos criminais, flagrando em maior intensidade as suas condutas ilegais, ao passo que os brancos, menos visados pela vigilância policial, gozam de menor visibilidade diante da polícia, sendo surpreendidos com menor frequência em sua prática delitiva. É possível também que as atividades criminais mais frequentemente cometidas por negros sejam mais vigiadas, ao passo que atividades criminais mais comuns entre brancos despertem menor atenção da polícia.” (*Ibidem* p.28)

Analisando os dados do sistema carcerário brasileiro, apresentando dados segmentados por UF, o *Mapa do Encarceramento: Os jovens do Brasil*, estudo patrocinado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude em parceria com o PNUD, atesta, com o reconhecimento da então presidente da República no prefácio da publicação, a violência endêmica sobre a juventude negra urbana brasileira. Além desse gesto do Estado brasileiro, a pesquisa revela o aumento substancial da população carcerária no Brasil de 296 mil em 2007 para mais 515 mil em 2012⁴³, sendo que o estado de São Paulo concentrava até mais de 190 mil presos, ou seja, a maior população carcerária do país, onde a disparidade entre negros e brancos presos, em termos de proporcionalidade era o dobro, sendo a taxa de presos para cada 100 mil habitantes de 595 para negros e 288 para brancos.

Dois casos concretos reforçam esses dados, começamos pelo caso da modelo Barbara Querino, presa e condenada por roubo de carro e formação de quadrilha em 2018⁴⁴, a jovem

⁴³ Segundo dados do INFOPEN, em 2019, o sistema carcerário brasileiro contava com quase 800 mil detentos, sendo 230 mil apenas no estado de São Paulo.

⁴⁴ O mesmo juiz, Klaus Marouelli Arroyo, que condenou Barbara Querino em primeira instância, inocentou o estudante branco, Daniel Tarciso da Silva Cardoso da Faculdade de Medicina da USP de acusações de estupro -

negra foi reconhecida pelas vítimas brancas pelo cabelo, após sua foto circular em grupos num aplicativo de mensagens, mesmo estando cerca de 100 quilômetros do local do crime no dia do ocorrido. Com a mobilização via redes sociais, o caso ganhou repercussão e contou com apoio de uma rede de advogados até que em maio de 2020, a modelo foi considerada inocente em 2º instância por falta de provas.⁴⁵

O segundo caso diz respeito ao assassinato de Ítalo, menino de 10 anos, pela Polícia Militar. Na noite do crime, ocorrido em junho de 2016, Ítalo e um amigo, de 11 anos, pularam o muro de um condomínio na Vila Andrade, zona Sul da capital, e furtaram um carro. Perseguidas pela PM, as crianças pararam após bater o carro em um ônibus e num caminhão. Ítalo, que estava na direção, levou um tiro no olho esquerdo. Inicialmente as investigações da polícia civil caminharam para o não indiciamento dos policiais envolvidos, no entanto o Ministério Público apontou diversos erros na investigação e optou pela denúncia dos policiais à justiça, sendo essa rejeitada pela juíza⁴⁶ sob o argumento de que os policiais mataram Ítalo em legítima defesa e no estrito cumprimento do dever legal, pôr fim a denúncia contra policiais foi aceita após reformulação da decisão judicial em 2º instância. Para o promotor do caso, está claro que Ítalo foi executado⁴⁷. À época do assassinato, moradores região do Morumbi, organizaram um ato em homenagens aos policiais que assassinaram o menino contanto com o apoio e presença de Major Olímpio atual senador de São Paulo, evocando em contrapartida a presença de ativistas do movimento negro⁴⁸.

Esse quadro de violência sistêmica, direcionada racialmente e perpetrada pelo Estado é reconhecido por 95% dos brasileiros que consideram racistas as forças de segurança pública, onde 83% acreditam que casos de abuso e violência policial acontecem com frequência⁴⁹.

<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2019/05/acusado-de-6-estupros-durante-a-graduacao-ex-aluno-e-medico-em-pernambuco/>. Acesso em: 26/11/2020

⁴⁵ Barbara Querino, a Babi: como a Justiça condenou uma jovem negra sem provas - <https://ponte.org/barbara-querino-a-babi-como-a-justica-condenou-uma-jovem-negra-sem-provas/>. Acesso em: 26/11/2020

⁴⁶ Débora Faltarone, conhecida pela absolvição sumária de PMs, foi afastada de suas funções como juíza por supostas irregularidades administrativas durante o seu trabalho - <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/05/tj-sp-afasta-juiza-por-supostas-irregularidades-magistrada-diz-que-esta-sendo-injustificada-por-inocentar-pms.ghtml>. Acesso em: 26/11/2020.

⁴⁷ Policiais vão responder por matar menino negro de 10 anos com tiro na cabeça - <https://ponte.org/policiais-va-responder-por-matar-menino-negro-de-10-anos-com-tiro-na-cabeca/>. Acesso em: 26/11/2020

⁴⁸ Simulação de morte de menino de 10 anos tem ato de apoio a policiais - <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1783369-simulacao-de-morte-de-menino-de-10-anos-vira-ato-de-apoio-a-policiais.shtml>. Acesso em: 27/11/2020

⁴⁹ “Levantamento do Instituto Locomotiva em parceria com a Central Única das Favelas mostra que a população brasileira reconhece que a cor da pele de uma pessoa faz diferença no tratamento que ela receberá da polícia e em suas chances de estudar e trabalhar. A pesquisa foi realizada em junho de 2020 e entrevistou 1.459 pessoas em todos os estados do país, além de colher respostas de outras 1.652 pela internet.” in: “Mais de 90% da população

No entanto, essa repressão não se reduz a atuação das forças militares de segurança pública, tomada como mediação social a violência se torna instrumento de uma lógica punitivista e passa a ser fenômeno generalizado, a ponto de naturalizar-se como expressão do cotidiano e ser praticada por toda sociedade civil, crente no comprimento de seu senso de justiça. Nesse sentido, ressaltamos aqui três ocorridos observados em campo no Centro de São Paulo, o primeiro incidente foi observado na saída da estação Júlio Prestes, um guarda civil negro intimidou e agrediu um usuário de drogas negro que urinava na parede da estação bem próximo aos ônibus da PM e da GCM responsáveis pela patrulha da cracolândia. O rapaz intimidado não tinha condições de argumentação e chegou a levar uma cacetada do GCM, todos que passavam por ali, não fizeram nenhuma menção de intervir na cena, me pareceu que o roteiro de um filme estava sendo posto em prática e não era direito de ninguém atrapalhar. No mesmo dia, o segundo acontecimento, na fila do estande de sorvete de uma famosa franquia de *fast-food* um homem negro e magro de meia idade aborda, de maneira tranquila e educada, as pessoas pedindo dinheiro, antes mesmo de lhe darem a resposta, o segurança da loja, também negro, o aborda de maneira grosseira empurrando-o. O homem então diz, com razão, que o segurança não pode encostar nele assim e começa um debate, o homem pedinte exaltado diz que bastava falar e se distancia. O terceiro caso, ocorreu em um sábado à noite no Largo da Santa Cecília, no lugar onde funcionam alguns bares tinham cerca de 100 pessoas que acabará de acompanhar o final de jogo emocionante entre Corinthians e Palmeiras, no entanto a maior emoção estava por vir: Subitamente um homem negro sobe numa bicicleta e parte, porém a bicicleta não lhe pertence, o dono acompanhado dos seus amigos capturam o homem, levam-no para dentro do bar, alguém os expulsa da parte dentro, então todos vão à parte externa. Lá fora o homem é cobrado sobre o furto, alega ser viciado, em poucos segundos ele começa a ser espancado pelo grupo, observando essa situação intervimos e impedimos a ação covarde. Após alguns instantes de tensão os ânimos se apaziguam, o homem foge, o grupo chateado reclama por termos intervindo e cessado as agressões, estavam dispostos a promover justiça, mesmo com um posto policial a cinquenta metros dali.

Outro elemento que nos aponta para a reprodução e banalização da violência como mediação e senso de justiça se mostra quando observamos o andamento das investigações sobre os casos de letalidade policial do estudo acima referido e observamos que

reconhece que negros têm mais chances de sofrer violência policial” - <https://almapreta.com/editorias/realidade/mais-de-90-da-populacao-reconhece-que-negros-tem-mais-chances-de-sofrer-violencia-policial>. Acesso em: 26/11/2020

“Entre os policiais autores de mortes acompanhadas pela Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, 80% são identificados como brancos, e a maioria tem idade entre 25 e 39 anos. Quase todos são homens.[...] Quanto aos desdobramentos na apuração das mortes, segundo os registros consultados, apenas 1,6% dos autores foi indiciado como responsável por crime. Mesmo quando houve inquérito da Polícia Civil, 41% dos policiais envolvidos em ações letais não foram indiciados. Para 98% dos policiais autores, o resultado das investigações apontou que não foi cometido crime, ou estes agiram em legítima defesa e estrito cumprimento do dever.” (*Ibidem* p.27)

A conjunção entre os relatos e discursos de jovens negros; a atuação direcionada dos agentes de segurança pública e privada; o reconhecimento e a inércia da população em relação à essa atuação direcionada; o descaso evidente dos órgãos de investigação; os argumentos jurídicos levados a cabo pelos legisladores; o endosso do poder público ao abuso e violência policial, através de representantes do executivo e legislativo; a espetacularização dessa violência via programas policiais de grande alcance e a assimilação da violência generalizada pelos indivíduos deixa clara a complacência, a naturalização e o entusiasmo da sociedade civil como um todo acerca dessa violência sistêmica direcionada aos jovens negros, expondo por sua vez a consolidação de uma forma de consciência punitivista que estabelece a violência como mediação social, onde todos incorporam para si o papel do Estado de se fazer cumprir a justiça.

Esse fenômeno vai se intensificar a partir da década de 1970, sob o regime autocrático posto pelo governo militar, momento em que ocorre a expansão sem precedentes da população urbana, concentrada basicamente nas grandes metrópoles, como São Paulo. Assim, em meio à sociedade colapsada, onde o trabalho se encontra raro e o consumo reflete a sacralização da mercadoria, a metrópole enquanto concentração e centralização dos processos produtivos e, portanto, da força de trabalho, ao acumular contradições sociais não resolvidas pelo desenvolvimento capitalista, vai se instituir enquanto espaço de controle, de vigilância e de punição (ODETTE, 1992). Revelando uma forma de consciência que traz como senso de justiça a reivindicação de uma civilidade - esta entendida sob o signo do capital, aparece como apelo ao individualismo, ao mérito, a propriedade privada e a família - que vista como ameaçada, traduzir-se-á no sentimento de intolerância e repulsa ao criminoso, ao vadio e ao pobre que por fim

“Representam certamente as novas classes perigosas, “os condenados da metrópole”, contra quem se mobilizam os dispositivos de controle, mas agora são empregadas estratégias diferentes nesse confronto. Trata-se, antes de tudo, de individualizá-los e separá-los das “classes laboriosas”. Esta tarefa é, de fato, bastante simples numa metrópole produtiva, na qual a contínua precarização do trabalho, o emprego - que se torna cada vez mais flexível, incerto e transitório -, e a constante superposição entre economia “legal” e economias submersas, informais e também ilegais, determinam uma progressiva solda entre trabalho e não-trabalho e entre classes laboriosas e classes perigosas, a ponto de tomar qualquer distinção praticamente impossível. Trata-se, pois, de neutralizar a “periculosidade” das classes perigosas através de técnicas de prevenção do risco, que se articulam principalmente sob as formas de vigilância, segregação urbana e contenção carcerária.” (GIORGI, 2006 p.28)

Essa forma de consciência beligerante encontra sentido na política de guerra ao crime, e na criminalização da pobreza onde o pobre e o criminoso ao personificar o negativo do capital aparecem como externalidade bárbara perante a civilidade e ameaça a subjetividade dos sujeitos como entes do capital. Nesse sentido, a pobreza, as drogas, os furtos, os roubos, enfim a criminalidade em geral, sintoma da contradição entre capital e trabalho, se realiza como ameaça à propriedade privada, à família e à individualidade, essas por sua vez concebidas como signo do capital.

“O direito positivo, não mais contempla a expressão fetichista de que a externalidade a ele não é forma de ser do valor. Sob a crise da valorização do valor, o pressuposto da propriedade privada em suas diferentes formas não mais produzida em sua forma ampliada, a não ser negativamente, é inoperante como forma de reposição social. A condição civil perde a sua base e tem de ser a legislação de seu antípoda que a põe sob uma contradição *in subjecto*. É necessário legislar como forma valor aquilo que, sob a crise de sua autovalorização, é o negativo identitário do direito, mas que na necessidade de velar a contradição que o mesmo tem, este legislar é pôr o próprio civil em sua condição de o fora da lei, já que a contradição continua a forma de ser do real que a ele não cabe. Não se tem uma revelação da identidade contraditória entre bárbaro e civil, entre legal e ilegal, ao contrário, a positividade do direito tem de conformar o ilegal como, contraditoriamente, a forma positiva de ser da lei. A civilidade passa a se expressar como os termos não mais do que pune o externo para incorporá-lo sob a i-razão julgadora, mas, ao contrário, faz-se como lei aquilo que era sua forma negativa, torna-se, assim, a permissibilidade. Sob a sua forma de mediação social, esta contradição aparece como dada situação em que nenhuma lei é suficiente” (ALFREDO, 2011 p.29)

Assim, execuções sumárias, prisões arbitrárias e agressões gratuitas a supostos ‘fora da lei’ são celebradas pela sociedade civil, independente de quem seja o agente da punição. Portanto, onde o Estado se faz ausente, formas de poder paralelo, como o narcotráfico e as milícias, surgem repondo o monopólio da violência. O cotidiano da metrópole se caracteriza assim pela violência generalizada, onde

“A expressividade da violência formal do capital passada à violência física - assassinatos, chacinas, estupros, reclusão carcerária, genocídios que acompanham desde sempre o civilizatório moderno, etc. - mas banalizada, vivenciada diariamente sob a égide da espetacularização, nada mais é do que forma ilusória de indignação que esconde o reconhecimento de que ninguém falta. A condição vicária no processo social é de todos e tal forma de indignação mais revela aquilo mesmo que quer esconder, a naturalização e localização da morte. Em sua espetacularização os sentimentos se resolvem como forma de consciência. O clamar pela rigidez legal como forma de coibição de uma realidade cuja crise é a intensificação física e formal da violência de cada um sobre todos reafirma a contradição de liberdade individual a que ela se propõe, afinal, a lei é a reposição do social sobre o individual sendo, a sociedade civil, entretanto, o obscurecer desta contradição, ao mesmo tempo que a realiza. A pena de morte é expressão máxima de que esta banalização é um aceitar da prescindibilidade do outro e de cada um, iludida pela defesa de uma liberdade individual que não seja o mesmo que se está recusando”. (ALFREDO, 2009 p.57)

A sociabilidade crítica entendida como elemento inerente da acumulação crítica do capital se funda enquanto crise da relação homem-homem, onde a violência formal do capital, como sua forma intrínseca e histórica, se repõe enquanto violência física naturalizada, racionalizada e espetacularizada, dada a substitutibilidade de todos no processo social determinada pela consciência homogênea e de igualdade que se põe como consciência necessária para uma sociedade que reduz as diferenças pela forma mercantil da equivalência ao igualar todos os homens enquanto entes do capital.

Contudo, essa violência física do capital mediada pelo sentimento de alteridade diante aquilo que se nega, personifica a conservação dos princípios civilizatórios do capital ante o criminoso e o pobre racialmente representados. Ao se colocar como exercício de justiça, essa hostilidade, mesmo efetivada por meios ilegais, é concebida como legalidade, conflagrando assim um estado de exceção⁵⁰. Assim o negativo do capital, materializado na pobreza e no crime, aparece não como inerência, mas como exterioridade, ameaça a ser combatida agressivamente, pois transgrede a liberdade individual burguesa, que só se realiza idealmente, isto é, de forma fetichista. Sustentada por uma noção ficcional do inimigo, essa alteridade transforma-se num ato de soberania, exercício de controle sobre quem deve morrer ou viver, onde a “a guerra é tanto meio de alcançar a soberania como forma de exercer o direito de matar”, ou seja

⁵⁰ Nos termos de Mbembe (2018b p.8), citando Giorgio Agambem, o estado de exceção deixa de ser uma suspensão temporal do estado de direito e adquire um arranjo espacial permanente, que se mantém continuamente fora do estado normal da lei.

“A percepção da existência do Outro como um atentado a minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o meu potencial de vida e segurança, é este um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade (MBEMBE, 2018b p.20)”

A economia política da barbárie, ao enfatizar a primazia da morte como estratégia de exercício do poder evidencia o massacre como representação da economia máxima, revelando a morte como próprio princípio do excesso, eis o fundamento da necropolítica ao gerir o colapso da forma social capitalista, marcada pelo desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e dispensa do trabalho vivo. Além de representar os mecanismos de gestão e controle, a necropolítica se realiza como forma de ser da concorrência diante à crise do trabalho. (KURZ, 2005)

Essa ilusão de liberdade individual perante à eliminação do outro não se materializa apenas em atos que envolvem violência física, mas refletem também os interesses dos diversos grupos e identidades ao mobilizarem as instituições públicas e privadas. onde a soberania se expressa além do ato de matar, ao expor a morte e deixar morrer. Como nos aponta Alves (2011) ao investigar as diferentes manifestações da violência institucional na cidade de São Paulo, a partir de dados relacionados à segregação territorial, aos homicídios, à deficiente distribuição da rede hospitalar, à vulnerabilidade social e à violência policial, e concluir que há uma necropolítica racial, marcada pela distribuição calculada da morte na metrópole.

No âmbito da concorrência esse processo se revelará no conluio entre a imprensa empresarial e financeira e a classe política, quando do ápice da crise econômica brasileira em 2015, em torno da destituição da então presidente Dilma Rousseff. Menegat, concebe esse momento como a falência do modelo lulo-petista de gestão da barbárie, tal modelo se caracteriza pela perspectiva de modernização por políticas públicas e acesso ao crédito, e se sustentou por uma década, como dito acima, graças à bolha especulativa sobre os preços das commodities.

Ao criar um surto desenvolvimentista baseado na circulação do crédito em todas as escalas, esse processo especulativo agradou a indústria nacional e sobretudo a classe política, criando um ambiente de consenso nacional em torno do governo petista. Contudo, esse projeto se esgota pela incapacidade de valorização desse capital fictício investido, por exemplo, em infraestrutura, não encontrando estímulo na economia mundial, em frangalhos desde 2008. O resultado foi o golpe parlamentar, representado pela antes entusiasta, porém agora endividada elite nacional, acompanhada por uma narrativa e agenda política de necessidade eminente de

enxugamento do Estado; críticas às políticas sociais e de redistribuição de renda; apologia à lógica punitivista generalizada; retirada de direitos sociais; criminalização da pobreza; manifestações explícitas de racismo, machismo e homofobia. Enfim, uma onda conservadora calcada sob a fábula de que a crise no Brasil se devia ao excesso de direitos, criados na constituinte de 1988 e ampliados pelos governos do PT, e que era necessário cerceá-los para estabelecer o equilíbrio fiscal, social e político. Ou seja, tratou-se de manejar os custos da crise, minimizar seu impacto sobre o capital privado, expondo um número crescente de cidadãos à morte. Esse processo se encarna nos protestos pelo impeachment de Dilma em 2015 e 2016, onde a classe média paulista predominantemente branca foi às ruas e com suas pautas conservadoras “irromperam do passado recente cobrando juro compostos, como se tivessem passado séculos sofrendo ofensas abusivas”. Essa reação à dissolução catastrófica da sociedade urbana revela “o desejo incontido de se livrar de alguém que, no fundo, estorva e ameaça a continuidade e a melhora do seu padrão atual de existência.” (*Ibidem* p.109). A concorrência, lida nas entrelinhas desse discurso conservador, “pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos e a subdivisão da população em subgrupos”, ou seja, como vimos pressupõe a raça. Assim, a endividada classe média urbana paulista diante à crise viu sua condição de reprodução social ameaçada e ao se colocar como alteridade em relação à condição inferior de reprodução social, essa por sua vez personificada na pobreza e negritude, tal massa raivosa, autointitulada conservadora, expressa tão somente sua fobia, seu medo de ver rebaixado seu nível de reprodução social, resolvendo esse paradoxo na reafirmação dos signos da civilidade do capital, como o trabalho, a família, a propriedade privada e a identidade racial branca⁵¹, e na negação violenta aquilo que lhe parece exterior. Essa forma de consciência implica numa passagem do social para o individual cuja alteridade entre a forma individual e a social é a ilusão de passagem, pois se reitera a forma abstrata social como ilusão de individual, daí o fetichismo como necessidade intransponível numa sociabilidade posta por esta cisão. (ALFREDO, *ob cit* p.57)

Nesse sentido, quando esmiuçada em sua particularidade a prescindibilidade, caracterizada teoricamente por Alfredo, irá se materializar na personificação racial dos sujeitos passíveis de serem mortos ou violentados. A prescindibilidade do outro, como fenômeno geral,

⁵¹ O ápice dessa irracionalidade posta como alteridade e concorrência se viu em São Paulo no dia 21/11/2020 na manifestação de cerca de 20 supremacistas brancos na Vila Mariana, exibindo símbolos nazistas e empunhando uma faixa com os dizeres “Vidas brancas importam” em: “Grupo pendura faixa de supremacia branca e faz saudação nazista em São Paulo” - <https://almapreta.com/editorias/realidade/grupo-pendura-faixa-de-supremacia-branca-e-faz-saudacao-nazista-em-sao-paulo>. Acesso em: 05/12/2020

se realiza hegemonicamente e irá refletir a estrutura racializada, consolidada como vimos em todos os setores da sociedade. Portanto, como delineado acima, todas as fontes de pesquisa indicam a construção cotidiana do genocídio da juventude negra em São Paulo (VERGNE, 2014; FLAUZINA, 2006). Sendo uma entre as distintas formas de manifestação da economia política da barbárie, a passibilidade e o entusiasmo com o encarceramento e execução em massa de jovens negros, sob a pecha de inimigos, reatualiza o ímpeto da modernização em perpetuar genocídios⁵². A nulidade social efetivada pelo cárcere e morte sinalizam a necessidade de regulação demográfica perante à crise do trabalho. Pondo em marcha, um processo de dominação e controle que teme pelo caos social se tais sujeitos permanecerem soltos e vivos. A conjunção repetidos de quase todos setores da sociedade civil em torno dessa violência sistemática nos permite aferir o genocídio negro como fenômeno inerente à modernização brasileira e paulista.

⁵² Em relação aos que consideram o genocídio negro como projeto do Estado brasileiro, tal caracterização, do nosso ponto de vista, carece de referências que nos apontem a participação efetiva das diversas instituições públicas brasileiras na construção de ideias e racionalizações que buscam organizar e efetivar o extermínio da população negra. Contudo, a conformação histórica da modernização brasileira, torna evidente o ímpeto genocida do capital sobre corpos negros.

4. Movimento negro: Crise e crítica do capital

Nas duas últimas décadas observamos a crescente mobilização do movimento social negro em São Paulo, acompanhada pelo arrefecimento da mobilização dos movimentos operários. Buscando dar sentido a esse processo, chamamos a atenção para a necessidade de superação do pensamento marxista tradicional, fundamentado no entendimento do trabalho como categoria ontológica e trans histórica, propondo a partir da teoria do valor novos entendimentos acerca das pautas, reivindicações e projetos do movimento negro paulista.

4.1 Crise do trabalho e ascensão do movimento social negro

O debate acerca da emancipação humana no século XX foi guiado em grande medida pela perspectiva de superação do modo de produção capitalista, onde o proletariado surge como agente de transformação social anunciando o socialismo, modo de produção baseado na intervenção e controle da economia pelo Estado, haja vista a incapacidade de efetivar uma sociedade justa e igualitária sob os fundamentos do capitalismo liberal.

As premissas dessa forma de consciência vinculam-se com a teoria desenvolvida por Marx que concebe o trabalho como fundamento da riqueza social e objeto de exploração da classe trabalhadora pela burguesia. Entende-se, portanto, que enquanto mediação social, o trabalho se realiza na exploração do homem pelo homem, marcando a apropriação desigual da mais-valia pelas diferentes classes, tornando necessário a organização dos trabalhadores em prol da revolução proletária, do fim da propriedade privada e a instituição da economia planejada e planificada. Eis a caracterização do pensamento marxista tradicional.

Enquanto forma de mobilização social tal perspectiva difundiu-se por todo mundo a partir de 1917, ano da Revolução Russa e desde então fomenta a organização dos trabalhadores em sindicatos, partidos, guerrilhas e outros movimentos sociais mundo afora. No Brasil, o momento de grande efusão do movimento operário ocorreu já na segunda metade do século XX, durante a ditadura militar com as greves dos metalúrgicos no ABC paulista.

Nos interessa aqui, desvelar como essa forma de consciência, outrora hegemônica no campo do ativismo social e na discussão sobre emancipação humana, acabou por ser atenuada desde o último quarto do século XX, abrindo espaço para novos movimentos sociais, entre eles o movimento negro. Para tanto, se faz necessário investigar as determinações que levaram à crise do marxismo tradicional, situar tal crise no contexto das transformações na dinâmica do

regime de acumulação, bem como apontar seus limites e contradições enquanto práxis de emancipação humana.

Como dito anteriormente, desde a década de 1970 observamos em âmbito global mudanças sensíveis na dinâmica do regime de acumulação, a chamada terceira revolução industrial elevou o desenvolvimento tecnológico das forças produtivas a níveis irreversíveis, sendo mobilizado pela concorrência e a exigência de alto índices de produtividade vinculados a utilização mínima da força de trabalho viva. A robótica e a informática, portanto, surgiram nesse contexto de reformulação do modo de produção capitalista, marcando o desenvolvimento das forças produtivas a partir da mecanização dos processos produtivos e consequente subutilização do trabalho humano.

Na lei da queda tendencial da taxa de lucro, Marx já sinaliza a contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, quando analisa o aumento do capital constante (matéria-prima e maquinaria) em detrimento do capital variável (força de trabalho)

“Como, portanto, a massa global de trabalho vivo agregado aos meios de produção cai em relação ao valor desses meios de produção, assim também caem o trabalho não-pago e a parte de valor em que ela se representa, em relação ao valor do capital global adiantado. Ou: uma parte alíquota cada vez menor do capital global despendido se converte em trabalho vivo, e esse capital global absorve, portanto, em proporção à sua grandeza, sempre menos mais-valia, embora a proporção da parte não-paga do trabalho empregado, em relação à parte paga do mesmo, possa simultaneamente crescer. O decréscimo proporcional do capital variável e o aumento do capital constante, embora ambas as partes cresçam absolutamente, é como se disse, apenas outra expressão para a produtividade aumentada do trabalho.” (MARX, 2017 p.307)

A contradição se efetiva quando o trabalho vivo, substância da mais-valia e do lucro se torna dispensável no processo produtivo, expondo a tendência autodestrutiva do desenvolvimento capitalista, marcada pelo processo simultâneo de acumulação e crise. Em outras palavras, ao dirimir o trabalho vivo, nega-se também o mais-valor não pago, aquele apropriado pela burguesia e de onde procede a mais-valia e o lucro. Portanto, os altos índices de produtividade obtidos através da automatização das forças produtivas, denota seu caráter expansionista e ao mesmo tempo sua negação. A sociedade do trabalho, assim constitui-se como fundamento em dissolução do modo de produção capitalista, desvelando o caráter imanente, e não cíclico da crise capitalista. (MANDEL, 1985; ALFREDO, 2009; MENEGAT, 2019).

Dessa forma, do ponto de vista do capital, a crise imanente se revela enquanto crise de valorização, pois incapaz de apropriar-se da mais-valia, o capital busca acelerar o seu tempo de

circulação criando necessidades, aumentando a produtividade e fomentando o consumo através do crédito, esse aumento de rotação fundamenta o capital financeiro e sua valorização fictícia. (GROSSMANN, 1979).

Do ponto de vista do sujeito, essa crise ampliada se efetiva enquanto crise do trabalho, pois forjado sob a perspectiva ontológica, o trabalho como atividade que traz em si mesmo sua própria finalidade e mediação social, se realiza como inerência humana e conseqüentemente como ética e moral, isto é, conforma a objetividade e subjetividade do homem moderno. Essa forma de consciência que concebe o trabalho como categoria trans-histórica e razão social foi difundida em grande medida pelo marxismo tradicional. (KURZ, 1993; BARROS, 2019)

Posto frente à frente à dissolução da sociedade do trabalho, o marxismo tradicional viu “sua análise crítica do capitalismo e seus ideais emancipadores tornarem-se cada vez mais afastados dos temas e fontes da atual inquietação social”, podemos associar esse afastamento à maneira rígida dos movimentos operários entenderem a organização do trabalho, aliás tal entendimento deriva do dogma de ser o trabalho a fonte de toda riqueza social, dogma esse negado pela crescente importância do conhecimento científico e da tecnologia avançada no processo de produção. Dessa forma, “o caráter crescentemente anacrônico do marxismo tradicional e suas debilidades como teoria crítica emancipadora, basicamente, estão enraizados na sua incapacidade de entender adequadamente capitalismo”. Ao não tratar “das mudanças históricas qualitativas da identidade e natureza dos grupamentos sociais que expressam descontentamento e oposição ou do caráter das suas necessidades, insatisfações, aspirações e formas de consciência”, o marxismo tradicional revela seu caráter unilateral e ortodoxo. (POSTONE, 2014)

As mudanças qualitativas nas relações de produção tornam inócua a tese do marxismo tradicional sobre o trabalho como essência supra-histórica do homem, essa perda de fundamento nos leva a refletir sobre a conformação do movimento operário como identidade social determinada historicamente, bem como nos fazem voltar os olhos para a “importância crescente das identidades sociais não baseadas em classe” no campo do ativismo social.

No Brasil, particularmente, a crise do marxismo tradicional além de se revelar na desmobilização generalizada do movimento operário, também se evidencia a partir da intensa institucionalização e burocratização desse movimento. Fechado em si e com reivindicações pontuais, o movimento operário brasileiro atenua seu caráter ativista e emancipatório, abrindo caminho para a mobilização de outras identidades sociais, como as baseadas em gênero e raça.

Assim, durante as últimas duas décadas nos deparamos com mudanças contundentes na forma de organização do ativismo social, com a diversificação das pautas e reivindicações e com novas interpretações acerca da emancipação humana, esse contexto vem sendo fortemente marcado pelos movimentos feministas e negros de base urbana. Sendo o movimento social negro nosso objeto de análise, nos cabe compreender como foi interpretada a sua particularidade enquanto movimento social, bem como seus nexos com a sociedade global.

A observação crítica acerca das contribuições de dois autores clássicos da chamada questão racial brasileira na segunda metade do século XX, nos indica como os movimentos sociais negros eram apreendidos sob o ponto de vista do marxismo tradicional. Caminhando por metodologias e perspectivas teóricas próximas, Florestan Fernandes e Clóvis Moura, fortemente apegados ao pensamento político de esquerda, trataram de desenvolver seus esquemas teórico-metodológicos sobre o racismo e os movimentos negros de forma a associá-los à luta de classes.

Enquanto Fernandes, vislumbra no protesto negro o ímpeto democratizante, capaz de tornar o Brasil, uma nação efetivamente burguesa, onde tem em si a capacidade de “revitalizar a república democrática, completar o ciclo da revolução social e colocar o Brasil no fluxo das revoluções socialistas”. Sendo que,

“O passo inicial da auto emancipação do negro consiste em penetrar no mundo da classe, de tornar-se assalariado e por aí, assimilar a cultura do proletariado e do morador da cidade[...] Nas cidades os negros iriam multiplicar suas desgraças, mas ao mesmo tempo forjariam uma consciência social de rebelião coletiva”
(FERNANDES, 1989 p.74)

Induzido pelo contexto histórico de consolidação do pensamento de esquerda no Brasil, especificamente a época da fundação do Partido dos Trabalhadores, inclusive exercendo mandato como deputado federal, Florestan apreende a mobilização política dos negros de forma concreta e pragmática e numa analogia simplista toma o negro praticamente como sinônimo de operário e conseqüentemente como sujeito da revolução, reduzindo o significado do protesto negro à revolução proletária, onde o vínculo entre raça e classe está dado como eminência, vir a ser. Isso não significa negar as intersecções entre raça e classe, mas apontar os limites da concepção ortodoxa marxista, em compreender a particularidade do movimento negro. Essa debilidade omite aspectos contraditórios da sociedade como um todo, dos movimentos negros e do movimento operário em particular.

Moura se mostra, por sua vez, preocupado em delinear teórica e metodologicamente o movimento negro e em meio a uma série de advertências, pontua seu caráter eminentemente dialético:

“O processo dialético em curso leva a que, em determinado momento, as contradições emergentes da própria essência da sociedade competitiva levem o negro, através dos seus grupos específicos, a procurar abrir o leque da participação no processo de interação global, formando diversos níveis de atividades. Isto porque, para o negro, organizar-se significa ter ou tentar ter a possibilidade de também penetrar, através dos seus valores, especialmente estético e religioso, no mundo do branco”. (MOURA, 1988 p.121)

Ao tomar a dialética como princípio, Moura permite compreender o caráter dinâmico dos movimentos negros, isso envolve traçar seu papel integrativo e a sua interação conflitiva em relação à sociedade como um todo, assim para o autor tal relação é marcada pelos conceitos de desajustamento, reajustamento, fricção e conflito. Isso possibilita compreender “até que ponto as instituições e grupos de pressão da sociedade global exercem influência sobre esses grupos específicos negros e até que ponto eles resistem como podem”. Nesse sentido, o autor concebe a contínua pressão por institucionalização e a tendência à diluição desses grupos por parte da sociedade global, quando esses não assimilam uma ideologia dinâmico/radical totalizadora. Do contrário,

“Quando acontece o momento de ruptura, processa-se uma mudança qualitativa nesses grupos ou em alguns dos seus elementos que passam a aceitar uma ideologia globalizadora dinâmico/radical na qual a problemática do negro já é vista como um componente da que existe para todas as classes e camadas oprimidas e/ou discriminadas, ou passam por um processo de regressão e voltam a ser apenas grupos diferenciados.” (*Ibidem* p.122)

Se revela, todavia, na concepção de Moura que a formação e desenvolvimento dos movimentos negros, quando mediada por tal ideologia totalizadora dinâmico/radical, se efetiva como etapa anterior de formação da classe, isto é

“Assim como a classe fundamental em desenvolvimento cria uma ideologia abrangente e dinâmica, os demais segmentos ou grupos sociais que se encontram na mesma posição de antagonismo em relação à infra-estrutura também criam valores com os quais se resguardam parcialmente do sistema tradicional que os oprime. Formam-se, em consequência, grupos específicos de resistência que, dentro de uma sociedade contraditória e conflitante, procuram, nos diversos níveis e de diversas maneiras, organizar-se para sobreviver e garantir-se contra o processo de compressão e peneiramento econômico, social e cultural que as classes dominantes lhes impõem”. (*Ibidem* p.110)

Da mesma forma que Florestan, Moura caminha para a compreensão generalista e concreta ao estabelecer a classe como fundamento, sua visão progressiva acerca do movimento negro, por mais que metodologicamente bem fundamentada, recorre ao vício do marxismo

tradicional em conceber a unidade em torno da classe. Isso porque, durante as primeiras décadas de difusão do marxismo, compreendia-se o impulso democratizante e progressivo do desenvolvimento capitalista em estabelecer a unidade da classe trabalhadora, perante à sociedade industrial. Inclusive dentro dos termos do marxismo tradicional, o desenvolvimento máximo do capitalismo realizado na universalização do proletariado precede a implementação do socialismo.

“O desenvolvimento da produção industrial em grande escala é tratado como a mediação histórica que liga o modo capitalista de distribuição à possibilidade de outra organização social de distribuição. Mas, uma vez desenvolvido, o modo de produção baseado no trabalho proletário é considerado historicamente final.”
(POSTONE, 2004 p.23)

Contudo, escapou à crítica marxista tradicional as determinações deste desenvolvimento máximo, que se impõe contraditoriamente através da divisão do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas, isto é, revela-se na segmentação das formas de trabalho e na própria supressão do trabalho, em síntese na contradição capital-trabalho.

Ao olhar para o horizonte supostamente infinito do desenvolvimento capitalista e na conformação universal do sujeito proletário, o marxismo tradicional abre mão da dialética e ao tomar a luta de classes como fim em si, orienta sua crítica à forma de distribuição do capitalismo, positivando o desenvolvimento da sociedade industrial como meio de supressão da sociedade de classes. Ocorre que a industrialização nesses termos jamais se efetivou, a não ser localmente em determinados países centrais. No Brasil, a sociedade industrial teve seus lampejos apenas regionalmente no Sudeste com a vinda das multinacionais do ramo automobilístico à época do milagre econômico. Lampejos, pois o que se viu efetivamente foi o aumento da desigualdade social e do desemprego; a saturação do mercado formal de trabalho; a ampliação do setor de comércios e serviços e a diminuição drástica do trabalho vivo no setor industrial. Tais expressões sociais da crise são mediadas em larga escala pela raça.

O fundamento do projeto socialista, a sociedade do trabalho, desmorona antes mesmo de se consolidar, tornando notório os limites da tese que concebe a classe e o trabalho como categorias trans históricas, inatas ao homem e ao seu processo de emancipação. A sociedade do trabalho, caracterizada pela produção industrial e divisão social em classes, não se realiza como lógica, essência do capital, mas sim como sua determinação histórica. Daí o equívoco teórico da ontologia do trabalho ao entender o trabalho industrial como atividade social finalística, logo transcendente à história.

Voltando aos expoentes da questão racial brasileira, especificamente as contribuições de Moura em *Dialética radical do Brasil negro*, de 1994, onde diante a ressaca do milagre econômico e em meio à abertura econômica, conclui-se que o desenvolvimento urbano de São Paulo não beneficiou o segmento negro, pelo contrário, este foi jogado para a periferia do sistema social, cultural e econômico, onde compreende-se a raça como barreira ideológica à visão mais abrangente do problema, leia-se a luta de classes. Nas palavras de Moura, “essa defasagem ideológica, entre o explorado branco e o negro ou não branco, cria uma contradição suplementar que dificulta, outra vez anula, a solidariedade de classe e a sua consequente práxis política” (2014 p.325). Fica evidente a tese, consagrada por Fernandes, que compreende a raça como elemento estranho, suplementar e anacrônico à sociedade de classes, esse argumento obscurece o próprio fundamento da raça tanto na sociedade de classes, quanto na crise do trabalho. Por outro lado, se recusa a apontar os limites da sociedade de classe como vir a ser, recorrendo à crítica ao comportamento dos negros perante à concorrência interracial imposta pela própria crise da sociedade de classes. Propondo estruturar sociologicamente a comunidade negra e os movimentos negros urbanos em São Paulo, Moura vai estabelecer uma dialética fenomenológica, entre o que ele próprio denomina insignificante classe média negra urbana letrada e a plebe negra representada pelos favelados, desempregados, semiempregados, delinquentes e mendigos, para situar a distância entre esses dois universos como responsável pela falta de uma política globalizadora e dialética própria ao movimento negro, que teria como consenso a conjunção dos negros nos termos da classe trabalhadora. Escapa ao autor, duas questões elementares, a primeira é uma apreensão dialética e crítica a própria produção, negligenciando conceitos fundamentais para o pensamento marxista, como a contradição capital-trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas, e ao não conceber a contradição imanente da produção capitalista trata como horizonte a produção industrial e a forma social dela derivada. A segunda, está circunscrita ao argumento persistente, em dissociar a raça da sociedade de classes, colocá-la como exterioridade e defasagem ideológica. O dogma acerca da universalização do proletariado, exposto no pensamento de Moura e Fernandes, decretou a raça como determinação fetichista, expressão social a ser superada pelo desenvolvimento capitalista em prol da revolução proletária, onde a relação raça e classe se coloca como identidade imediata e não como contradição inerente à divisão do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas, materializados por sua vez na concorrência inter-racial pelo trabalho.

Assim, o recrudescimento do movimento negro, isto é, sua existência tanto no alvorecer quanto no crepúsculo da sociedade industrial, por si só manifesta essa não-identidade imediata

e a contradição entre raça e classe, bem como o caráter historicamente determinado da sociedade de classes. A historicidade das relações de trabalho em São Paulo, sob o ponto de vista da raça, deixa notório as razões pelas quais o negro não se vê imediatamente enquanto proletário e conseqüentemente se organiza coletivamente em torno de sua condição racial.

Longe de conceber essencialmente a raça, propomos aqui suprimir a identidade imediata e fetichista entre raça e classe pela identidade histórica entre raça e trabalho e suas determinações contraditórias no curso da modernização em São Paulo.

Dessa forma, concebendo os movimentos sociais negros como síntese da relação entre raça e trabalho, chamamos atenção para sua potencialidade em revelar a crise do marxismo tradicional; desvelar as novas determinações e contradições do capitalismo e com isso pavimentar caminhos para a atualização da crítica marxista.

4.2 A historicidade do movimento negro: continuidades e descontinuidades

Na “tentativa exploratória de se empregar a dialética materialista ao problema do negro brasileiro no seu aspecto organizacional”, Moura (*Op cit*) compreende que o negro como corpo social, haja vista a construção histórica e estrutural do racismo, se realiza como grupo diferenciado, ou seja, é identificado externamente pelo pensamento social dominante. Quando passa a tomar consciência desse processo de dominação, conseqüentemente cria para si comportamentos e valores próprios, realizando-se como grupo específico, isto é, tornando-se negro (SOUZA, 1990). Em linhas gerais, “o grupo diferenciado, é identificado. O grupo específico, por seu turno, se identifica”. Esse processo de auto identificação e a constituição do conjunto de comportamentos e valores próprios baseados na raça e na identificação racial definirá o movimento negro

“Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas.” (DOMINGUES, 2007 p.101)

Dessa forma, o movimento negro não pode ser reduzido às últimas décadas e a um tipo único de organização, sua instituição se inicia com as rebeliões das senzalas e formação dos quilombos e sua manifestação incide em várias instancias sociais, que vão do Estado ao mercado, como a negação de ambos. Portanto, sua particularidade está circunscrita à percepção e combate ao racismo em vários setores da sociedade e nesse sentido se ressaltam alguns grupos

específicos negros, como os de lazer; religiosos; sociais; econômicos; políticos; musicais; culturais e inter cruzados.

Todavia se faz preciso uma digressão acerca dos seus significados históricos, bem como interpretar se tais significados revelam continuidades ou descontinuidades, nesse sentido traçaremos uma breve cronologia do movimento social negro brasileiro e suas formas de manifestação em São Paulo. Desde já advertimos que mesmo concebendo a diversa forma de manifestação do movimento negro em seus aspectos culturais e religiosos, priorizaremos a análise das organizações e mobilizações sob o ponto de vista político, buscando investigar as formas pela qual o trabalho aparece e é concebido.

Quando tomamos a gênese do movimento negro, isto é, suas primeiras manifestações, voltaremos os olhos para os africanos escravizados e suas diversas formas de mobilização ante o escravismo. A partir de práticas que iam desde abortos e suicídios até as rebeliões da senzala e a formação dos quilombos, é possível compreender o caráter imediato inerente à resistência ao escravismo. Reduzido ao status de objeto o escravizado não vê outra mediação para a emancipação a não ser a violência contra si ou contra os senhores.

Em São Paulo, a mobilização dos cativos pode ser dividida em duas partes, antes e depois do surto cafeeiro. Na primeira fase vemos o cativo reagir isoladamente, algumas vezes de forma violenta, embora a fuga e o quilombo sejam as duas formas típicas de resistência nesse período. A inexistência de grandes aglomerados de cativos concorreu para os poucos movimentos ativos contra o cativo, manifestando-se pontualmente em fugas individuais ou de pequenos grupos. Na segunda fase, após o surto cafeeiro, o coeficiente demográfico negro aumenta, haja vista a decadência da mineração em Minas Gerais e da monocultura canavieira, no Nordeste. Essa massa deslocada das provinciais que constituirá o cativo típico de São Paulo na fase cafeeira e terá papel efetivo no esboroamento da sociedade escravista, seja com as rebeliões crescentes nas fazendas do interior, seja com a mobilização dos cativos urbanos em busca, por diversos meios, de sua emancipação. (MOURA, 2014b)

Os resquícios dessa mobilização se fazem presentes nas memórias acerca do quilombo do Saracura e da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (MORAES, 2017), bem como nas difusas e complexas relações na transição para o trabalho livre. (MACHADO & CASTILLO, 2015)

O trabalho aparece do ponto de vista do senhor como a base da riqueza social e sob o ponto de vista do cativo como imposição e coerção física. Desse modo, a negação por parte do cativo dessa relação, constitui negação à própria sociedade escravista.

“Os variados degraus de reação contra o status do escravo influíram em uma constelação de desajustes na economia escravista[...]o papel dessas lutas foi solapar as bases materiais e conseqüentemente as relações de trabalho existente entre senhor e escravos” (MOURA, 2014b p.63)

Contudo, a abolição da escravatura em São Paulo, mediada e negociada a longo prazo entre os fazendeiros e seus pares representantes da classe política, revelou-se demasiado conservadora e evidentemente racista, ao minimizar os impactos financeiros sobre os escravocratas, forjar o branqueamento da força de trabalho e marginalizar a população negra perante à divisão social do trabalho.

Assim a ideia de segunda abolição, difundida em larga escala pela FNB, se revela como continuidade do protesto negro urbano paulista, porém a perspectiva transgressora eminente na sociedade escravista se desdobra agora numa perspectiva conservadora e assimilacionista. A emancipação do negro estava diretamente vinculada à sua integração aos preceitos ocidentais de civilidade, sendo o lema da FNB assertivo: "Deus, Pátria, Raça e Família". (DOMINGUES, 2005)

Diante os desafios postos pela concorrência no mercado de trabalho livre, onde a intensa migração europeia marcava a sociabilidade na incipiente metrópole paulista, a FNB formulou seus princípios através do viés nacionalista, isso significava apreender a inserção do negro como ente efetivo do projeto nacional brasileiro. Assim, o programa político da FNB impulsionado pelo contexto de sua existência, concebia que a emancipação de fato e de direito da população negra estava relacionada à sua integração total à sociedade brasileira e conseqüentemente no enaltecimento do trabalho, da cidadania, da identidade nacional e da família, onde a marginalização social era concebida como despreparo moral e educacional do negro.

Essa acepção nacionalista, moralista e conservadora, fortemente influenciada pelo integralismo, surge como forma de consciência que tem como objetivo contestar perante à sociedade o estigma de indolente e inculto do negro; externalizar a repulsa diante o imigrante e integrar o negro em todos setores da sociedade. Enfim, tratava-se afirmar o negro como trabalhador nacional de maneira a conciliar a integração plena do negro à sociedade de classes e o desenvolvimento econômico nacional, como fundamento e prenúncio de outros tempos da modernização brasileira.

Longe de conceber a supressão da ordem econômica vigente, o grande dilema do negro estava circunscrito à integração a essa ordem, a segunda abolição representaria a redenção do negro enquanto sujeito nacional e conseqüentemente sua incorporação à sociedade de classes.

A historiografia, salvo em raras exceções, tende a vislumbrar um hiato na mobilização do movimento social negro entre a dissolução da Frente Negra e o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU). Domingues (2018), ao "analisar as formas de associativismo, mobilização racial e perspectivas internacionalistas no pós-guerra", situa a Associação Cultural do Negro nesse interim. Criada em 1954 por ativistas com experiências anteriores no movimento negro, a ACN tinha "finalidade de propugnar pela recuperação social do elemento afro-brasileiro", conformando um canal amplo de denúncia e combate à discriminação racial em vários setores da sociedade, tendo inicialmente como ações de destaque a publicação de um jornal e a criação dos Cadernos de Cultura da ACN. Ao conceber a educação como meio pelo qual o negro poderia se inserir socialmente e reivindicar seus direitos, a organização revela os resquícios das concepções conservadoras da FNB, pois acreditava-se que o negro venceria na vida à medida que conseguisse elevar seu nível cultural. No entanto, ficam para trás os preceitos nazifascistas, e surge a atuação multifacetada, marcada pela valorização da literatura e cultura afro-brasileira. A concepção integracionista se revela de duas maneiras, primeira ao objetivar integrar o negro à sociedade brasileira e segundo ao integrar os aspectos da cultura afro-brasileira aos valores nacionais.

No entanto, simultaneamente se afastava dos preceitos nacionalistas ao prestar solidariedades aos negros estadunidenses e africanos, demonstrando uma apreensão mundial da mobilização negra. Outro ponto de destaque da ACN está relacionado à "política de alianças com diferentes setores da sociedade civil e do poder público". No conjunto histórico da mobilização negra no Brasil, podemos dizer que no período de atuação da ACN se desenvolveu, internamente ao movimento negro brasileiro, a forma de consciência global acerca do racismo em dois sentidos. Primeiro na identificação com os protestos negros ocorridos em outros lugares do mundo, com destaque para luta pelos direitos civis nos EUA, a luta contra o Apartheid na África do Sul e a independência dos países africanos. Segundo, amplia-se também as frentes de combate ao racismo nos diferentes setores da sociedade, diversificando e ramificando as pautas do movimento negro em questões como trabalho; cultura; religião; gênero e sexualidade; estética e segurança.

Por sua vez o MNU, sob o contexto da ditadura militar; a influência dos movimentos negros internacionais; o recrudescimento do racismo e o debate acerca da democracia congrega em 1979 uma série de organizações negras de diferentes setores sociais e perspectivas ideológicas. Assim, o MNU surge centralizando entidades negras de diversas ordens e vieses políticos em torno do questionamento acerca da democracia em geral e da democracia racial em particular. O estopim para a sua articulação se deu por conta de dois episódios, o primeiro foi a prisão, tortura e assassinato de Robson Silveira da Luz, o feirante acusado de roubar frutas foi morto por policiais militares no 44º departamento de polícia de Guaianazes. O segundo caso, foi a proibição, semanas após, de quatro jovens atletas negros de entrarem no Clube de Regatas Tietê. Em resposta a esses fatos, um grupo de militantes negros se reuniu em um casarão no início da Rua da Consolação, para discutir a construção do movimento. Em entrevista⁵³ Milton Barbosa, fundador do MNU relembra essa articulação

“O movimento juntou setores de esquerda, de centro, de direita. Juntamos todo mundo quando criamos o MNU, então fizemos um ato público porque tinha que ser um processo vitorioso para enfrentar a ditadura militar, que pegava pesado. Realizamos um ato nas escadas do Teatro Municipal. Articulamos setores da imprensa nacional e internacional e a manifestação estourou nos jornais e rádios do mundo todo.”

Estava dado o consenso em torno do combate à discriminação racial, onde se destacavam quatro pautas a violência policial, a discriminação, a igualdade e a participação democrática. No manifesto redigido em chamado para o ato do dia 7 de julho afirmava-se a necessidade de defesa da comunidade afro-brasileira contra a secular exploração racial e desrespeito humano e a discriminação racial como fato marcante na sociedade brasileira barrando o desenvolvimento da comunidade negra, no mesmo documento foram convidados todos setores democráticos e demais entidades negras do país a engrossarem num movimento de âmbito nacional. Segundo Gonzalez

“Assinavam o documento os seguintes grupos e associações: Câmara de Comércio Afro-brasileira, Centro de Arte e Cultura Negra, Associação Recreativa Brasil Jovem, Afrolatino América, Associação Casa de Arte e Cultura Afro-brasileira, Associação Cristã Beneficente do Brasil, Jornegro, Jornal da Abertura, Jornal Capoeira, Company Soul e Zimbabwe Soul.” (1982 p.44)

Se faz evidente a estratégia dos fundadores do MNU em articular diferentes entidades, de diferentes formas de atuação e perspectivas, como vimos assinaram o manifesto representantes da imprensa, da igreja católica, da cultura e do comércio internacional. Por sua

⁵³ “Uma história oral do Movimento Negro Unificado por três de seus militantes” - <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/05/uma-historia-oral-do-movimento-negro-unificado-por-tres-de-seus-fundadores>. Acesso em 09/12/2020

vez, os articuladores do MNU que atuavam na militância política, por conta da repressão, a faziam sob a linguagem artística e acadêmica inicialmente e conforme a distensão do regime militar passaram a assumir publicamente seu ativismo de esquerda. Tratava-se basicamente de estudantes e professores universitários e artistas. Sobre o núcleo de articulação do MNU, José Adão nos dá melhores detalhes:

“[...]as entidades negras culturais continuavam os seus processos de valorização da raça negra, mas os grupos que faziam a militância política, como o Núcleo Negro Socialista/Grupo Afro Latino America e Decisão (CECAN) já haviam intervindo em plena celebração do "13 de Maio", Dia da Lei Áurea, no palco no Largo Paissandu, onde havia setores da Comunidade Negra e Autoridades representantes do Governo Militar. Distribuiu-se um Manifesto denunciando a falsa abolição da Escravatura e lançando o "13 de Maio" como Dia Nacional de Denúncia do Racismo. Além disso, atuamos nas passeatas pela abertura democrática, pela Anistia e apoiamos as greves metalúrgicas no ABC”

Nesse sentido, Adão sinaliza a conformação de grupos de esquerda na mobilização do movimento, no entanto indica, em outro momento, as razões desses grupos na estruturação de uma frente ampla contra a discriminação racial.

“No momento da fundação as pautas eram a violência policial, a discriminação, a igualdade e a participação democrática. Mas estas eram pautas quase que conceituais exclusivas dos grupos negros culturais, de teatro e grupo político de esquerda trotskista. Todos os demais setores de esquerda eram contrários à pauta racial, sem exceção.”

Essa lembrança encontra eco nas palavras de outra fundadora do MNU, Lélia Gonzalez, ao criticar a perspectiva de certas correntes da esquerda em negar a questão racial diluindo-a mecanicamente à luta de classes, reproduzindo o mito da democracia racial, criado pelo liberalismo paternalista que elas dizem combater. (GONZALEZ *op cit* p.54). Aliás, nos depoimentos de vários dos fundadores do MNU, o desgaste e as divergências perante os movimentos de esquerda, sobretudo os ortodoxos, surge como um dos fundamentos para a construção da unidade, junto a grupos de centro e de direita, em torno da questão racial. Contudo, tal conjuntura foi sendo dirimida e conforme a estruturação do movimento, grupos e perspectivas conservadoras foram se afastando, consolidando a perspectiva de esquerda, sobretudo a corrente trotskista, como orientação política do movimento.

“O embrião do Movimento Negro Unificado foi a organização marxista, de orientação trotskista, Convergência Socialista. Ela foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta anti-racista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista.” (DOMINGUES, 2007 p.112)

O MNU, ainda em atividade, converteu a orientação político e ideológica do movimento negro brasileiro, pois foi a primeira mobilização negra pautada por uma crítica sistêmica e estrutural do capitalismo, no entanto trata também de marcar distância em relação às perspectivas marxistas ortodoxas, onde o diálogo se esgotara perante o dogma trabalhista.

Diante da gradual abertura política, a perspectiva revolucionária do MNU e dos movimentos de esquerda em geral se diluiu na formação dos partidos políticos, sendo o mais eminente o Partido dos Trabalhadores. Mesmo concebido para ser independente dos partidos, o MNU tinha muitos dos seus quadros a eles filiados, isso incorreu na assimilação de suas pautas, principalmente pelo PT e PCdoB. Assim o projeto socialista converteu-se num projeto de Estado.

As palavras de Apolônio de Carvalho em 1986, ao comentar a articulação de forças necessárias para instaurar verdadeiramente um regime de democracia efetiva no nosso país, nos situa bem sobre as perspectivas da esquerda partidária em relação ao movimento negro no período de abertura política.

“A esquerda ainda não definiu com precisão, de maneira autônoma, o conceito popular de democracia. Mesmo o PT, que elabora um projeto de constituição[...]tem ainda dificuldades na definição de uma alternativa tática de governo, no sentido de substituir essa transição conservadora por uma transição definitivamente democrática, no interesse do nosso povo. Penso que poderíamos avaliar a fórmula de uma democracia que hoje seria uma alternativa de governo, não especificamente dos trabalhadores, porque a correlação de forças não o permite; não especificamente da esquerda, porque não há ainda as necessárias condições para isso. Mas uma alternativa de governo de coalizão, com a participação crescente e a responsabilidade também crescente dos trabalhadores organizados. Unindo a pressão de baixo para cima com o controle de cima para baixo, e combinando o controle popular da gestão do Estado com o avanço progressivo no sentido da própria responsabilidade e participação no poder do Estado. Esses elementos têm que contar também e fundamentalmente com a participação da comunidade negra, do movimento negro organizado, junto a todos os movimentos sociais, numa ampla articulação de forças populares e democráticas, com a prática e o avanço para que possamos abrir caminho e definir as relações entre democracia e socialismo, sob a visão de que o socialismo é a forma superior da democracia que queremos e vamos construir em nosso país. O movimento negro tem seu lugar, amplo, legítimo, inadiável, nessa alternativa dia a dia mais clara.” (2013 p.207)

Ou seja, tratava-se de aperfeiçoar a recém conquistada democracia, disputar seus sentidos, de acordo com o programa trotskista de revolução permanente (TROTSKY, 2007), com fim de estabelecer o socialismo. Essa forma de atuação política de esquerda se caracteriza pela oposição ao dogmatismo e burocratização stalinista, ao pregar a mundialização da revolução socialista a partir da organização dos trabalhadores em sindicatos e partidos políticos, de forma a exercer uma pressão permanente sobre o capitalismo, desestruturá-lo e por fim criar

as condições elementares para a revolução. Entendemos serem esses os fundamentos postos na análise conjuntural de Carvalho, ao propor um governo de coalizão com participação crescente dos trabalhadores, incluindo os negros.

Entretanto, o processo de redemocratização no Brasil passou longe do domínio dos movimentos de esquerda, que ao assistirem à diluição da U.R.S.S., afastaram-se de vez da perspectiva revolucionária e passaram a se colocar como alternativa o projeto reformista de Estado, incluindo aí as pautas e reivindicações consolidadas pelo MNU, que por sua vez sem a capilaridade social de suas propostas, viu na política institucional de viés reformatória o meio para efetivar seu programa de ação. Nesse contexto, destacamos sua participação durante as décadas de 1980 e 1990 em três momentos, o primeiro foi o combate ao mito da democracia racial, que tornou-se a tese oficial do governo militar e fora largamente difundido pela esquerda brasileira, vindo a ter êxito com o crescente reconhecimento do racismo pelos representantes do poder público, sendo simbólico a ressignificação do dia 13 de Maio, antes celebrado e posteriormente transformado em dia nacional de combate ao racismo e a promulgação do dia 20 de Novembro como dia nacional da consciência negra. O segundo momento foi a participação na constituinte de 1988, organizando dois anos antes a Convenção Nacional “O Negro e a Constituinte”, onde encaminhou-se um documento com uma série de reivindicações para o Congresso Nacional, nesse documento o movimento apresentou a necessidade de estatização do sistema de saúde, descriminalização do aborto, estabelecimento de atividades produtivas e remuneradas aos presos, unificação das polícias civil e militar, além da inclusão do ensino de história da África no currículo escolar. Ao final do processo, haja vista o ínfimo número de congressistas negros, a maioria das demandas que tinham como foco a população negra perderam a especificidade, exceto a criminalização do racismo e o reconhecimento das terras quilombolas. O terceiro momento diz respeito à pressão institucional crescente pela promoção de políticas públicas e ações afirmativas voltadas à população negra, surtindo efeito quando da criação, em 1995 primeiro ano de governo de Fernando Henrique Cardoso, do Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra, responsável por propor ações integradas de combate à discriminação racial, visando o desenvolvimento e a participação social da população negra.

Para além do plano institucional, o surgimento do MNU inaugura a forma urbana de protesto negro, deixando para trás os festejos de cunho tradicionalista de outrora, adotando uma postura combativa e reivindicatória perante à sociedade e o Estado. Essa postura política contundente foi acompanhada pela afirmação da cultura e da estética negra e africana, sendo

fundamental o intercâmbio com movimentos negros de outros países na formulação de uma política identitária capaz de pontuar e ressaltar a particularidade do negro diante à crise econômica global. Nesse sentido, são reveladoras as palavras de González acerca dos direcionamentos tirados no I Congresso do MNU

“Ao analisar a conjuntura nacional, os congressistas avaliaram corretamente a questão da violência: na medida que a abertura se fazia e com ela a aproximação da crise econômica, haveria um deslocamento das atenções. A segurança social ocuparia o primeiro lugar nas preocupações do governo, colocando em segundo plano, aparentemente, a questão da segurança nacional. Os projetos de diminuição da idade em relação à responsabilidade criminal e da prisão cautelar apontavam para a principal vítima do sistema: a população negra. Os linchamentos já se sucediam e a pena de morte era vista como natural por vários setores da classe média. Diante de tal quadro, os congressistas votaram a execução das seguintes campanhas articuladas: MAIS EMPREGOS PARA OS NEGROS e a campanha CONTRA VIOLENCIA POLICIAL. O desdobramento desta última no momento em que as bombas estavam aí, explodindo pelo país, levou-nos a caracterizarmos o fato de que a população negra é objeto de um terror cotidiano.” (*op. cit* p.63)

O olhar atento do MNU, diante a iminente crise e seus impactos sobre a população negra, pautado pelo dogma da luta de classes, desvela os próprios limites dessa lógica. Logo a intenção de inserir os negros nas fileiras do movimento operário e a construção de um projeto socialista e antirracista de sociedade se depara com limites objetivos postos pela crise e sentidos no Brasil nos efeitos da dívida externa sobre a sociedade civil, em particular da população negra. Os encaminhamentos do I Congresso do MNU, concebendo o deslocamento de atenções do Estado, onde a segurança social voltada a gestão interna da sociedade sucede a segurança nacional, irá culminar num Estado Penal de lógica punitivista, sendo imprescindível a execução das campanhas por emprego e contra violência policial. O recrudescimento, desde a década de 1970, do desemprego e da violência como problemas imediatos da população negra apenas reforça o racismo como expressão da crise do trabalho. Não à toa essas e outras pautas se mantêm e se desdobram na atuação dos movimentos negros do século XXI.

Para Salles, a historicidade da mobilização contra o racismo nos permite designar os movimentos negros do passado como movimentos sociais negros clássicos, e assim responsáveis por “disseminar direta e indiretamente uma consciência crítica das relações raciais brasileiras”, suscitando por sua vez novas formas de expressão do protesto negro. A historiografia do movimento negro em São Paulo revela continuidades e descontinuidades, ou seja, permite afirmar que o movimento negro contemporâneo já acumula experiência de gerações, sendo herdeiro de uma tradição (DOMINGUES, 2007). No entanto, o fundamento dessa tradição, é a tendência crítica e negativa expressa na contradição capital-trabalho, onde a

raça como fato histórico e particular determina as relações sociais. Sob esse ponto de vista que iremos analisar a atuação do movimento negro em São Paulo no século XXI.

Assim localizadas, sobretudo, nas grandes metrópoles brasileiras, as novas formas do movimento social negro passaram a se manifestar no espaço público por meio das suas consciências discursiva e prática tais como a organização de marchas, protestos, debates, rodas de conversas, seminários, congressos e outros eventos de diversas ordens, objetivos e perspectivas.

4.3 O movimento negro em São Paulo no século XXI: perspectivas e reivindicações

Investigar os sentidos do protesto negro em São Paulo contemporaneamente, haja vista sua ampla envergadura, demanda estabelecer um recorte espaço-temporal coeso, capaz de subsidiar nossa crítica no que se refere compreender seus nexos com as determinações e contradições da acumulação capitalista, postas pela crise do trabalho. Nesse sentido, tendo como característica ser um lugar de encontro, onde as práticas sociais relacionadas ao trabalho, ao lazer e ao ativismo político se realizam e se concentram, o Centro da metrópole paulista congrega historicamente as diversas formas de manifestação dos movimentos sociais negros.

Como vemos nos depoimentos dos fundadores da FNB, ocorreu no Centro os primeiros encontros de idealização da frente, lá moravam os seus fundadores e ocorriam os desfiles comemorativos, bem como foi instituída a sede da organização. (BARBOSA, 2017). A fundação e organização em torno do MNU nas escadarias do Teatro Municipal concretizou o Centro de São Paulo como lugar do protesto negro, desde então a região central da metrópole tornou-se símbolo da atuação dos movimentos negros paulistas. Performando, por assim dizer, uma tradição que se reflete no acúmulo dos diversos eventos organizados e pautados pelo movimento negro no Centro de São Paulo contemporaneamente, observados na pesquisa de campo.

No sentido de realizar uma análise e crítica pormenorizada, mapeamos um conjunto de eventos realizados a partir de 2017, onde participamos de alguns desses na condição de observador, com intuito de capturar e registrar seus conteúdos, delineando assim quais pautas, reivindicações e perspectivas nos revelam e como tais aspectos evidenciam a conexão desses movimentos com a sociedade como um todo.

As principais pautas observadas se relacionam à questão de gênero e a especificidade da mulher negra; à saúde da população negra; ao empreendedorismo e a violência do Estado.

Em menor medida aparecem os temas vinculados à religiosidade e memória; às ações afirmativas; ao consumo e às artes de maneira geral. Tais pautas e temas evidenciam as diversas perspectivas políticas dos movimentos sociais negros em São Paulo, onde cada aspecto é debatido sob distintos pontos de vista e concepções.

Impulsionados pela crescente aparição das mulheres negras no debate público, os eventos e mobilizações em torno da questão de gênero caminham para o entendimento comum acerca da “dupla opressão” sistemática (raça e gênero) pela qual estão submetidas. Partindo desse princípio, desde 2015 realiza-se nas ruas do centro de São Paulo a Marcha das Mulheres Negras, que organizada por diversos grupos e coletivos busca denunciar tal opressão, bem como propor o mundo e uma sociedade baseadas no “bem viver”. Contudo, não há como aferir as manifestações políticas das mulheres negras unicidade em relação às pautas e pontos de vista, como nos mostra o evento “Qual feminismo negro queremos?”, realizado na ONG Ação Educativa, onde se propôs “refletir, em conjunto, sobre as disputas de narrativas no interior do feminismo negro e as formas como estão colocadas as pautas dentro de um Estado burguês, de perspectiva neoliberal”.

A crescente mobilização das mulheres negras em torno de pautas que propõem a sua participação em lugares de tomada de decisão especialmente no setor privado, vem chamando atenção de veículos tradicionais de comunicação, sobretudo dos voltados para o público feminino e também de grandes corporações, angariando assim parcerias para a produção de conteúdo e publicidade entre tais empresas e certas personalidades. Por sua vez, ao problematizar e contextualizar essas parcerias ao contexto político e econômico, certas correntes e grupos buscam expor os limites e contradições da perspectiva que defende, por todos os meios, a inserção das mulheres negras nos lugares de poder.

Em menor medida, observamos as ações e eventos que tratam dos nexos entre gênero e raça debruçados na especificidade do homem negro, como no lançamento do livro ‘Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades’, ocorrido na galeria Olido. Na ocasião, o livro foi celebrado pelo seu ineditismo, fruto, segundo os autores, da ampliação do debate em relação a intersecção entre gênero e raça, pavimentado pelo feminismo negro.

No que tange às ações e eventos relacionados à saúde da população negra, nos chamou atenção primeiramente a amplitude do tema, haja vista a recorrência durante o período de pesquisa. Em segundo lugar, destacamos a incidência de eventos que tratam do impacto do racismo na saúde mental da população negra, onde observamos a consolidação e centralização

do tema por determinados coletivos como o Instituto AMMA Psique. Já os eventos que abordaram de maneira ampla a questão da saúde da população negra debatiam os impactos do racismo estrutural no serviço público de saúde e a proposição de políticas públicas específicas para a saúde da população negra. Nessa conjuntura, apontamos o evento de estruturação do Instituto Equânime Afro Brasil, que realizado na Câmara Municipal visou estabelecer sob quais perspectivas o coletivo iria atuar. Em meio ao debate acerca da precarização, privatização e terceirização dos serviços públicos de saúde, foi discutido o mérito das Organizações Sociais de Saúde (OSS), parceria entre o Estado e o setor privado baseada na concessão do serviço público às empresas do ramo de saúde, largamente difundidas pelo estado de São Paulo (TRAVAGIN, 2016). Em meio as propostas e reflexões que caminhavam entre o fortalecimento das políticas públicas, treinamento dos profissionais de saúde e conscientização da população acerca do funcionamento do serviço público de saúde, houve a defesa das OSS como forma de gestão da saúde pública, bem como a proposta de estruturar o instituto em torno da criação de uma dessas organizações. O ponto central do argumento vislumbrava as OSS como forma inevitável de gestão da saúde e que portanto criar a organização a partir de coletividades e profissionais negros era necessário para implementação estratégias de promoção de políticas voltadas a saúde da população negra. Cabe o relato, que a proposta teve anuência, no entanto foi contestada por outros, que argumentavam que as OSS representavam o sucateamento e privatização do SUS, o que por sua vez aprofundaria o não acesso da população negra a saúde pública.

O empreendedorismo vem aparecendo nos eventos do movimento negro ora como prática, ora, em menor proporção, como tema, isso confirma a tendência já vista na sociedade em geral no crescente interesse, abordagem e assimilação dessa lógica. Assim enquanto prática, são constantes no Centro de São Paulo os eventos organizados por grupos e entidades do movimento negro que contam com a presença dos empreendedores negros comercializando seus produtos.

Já enquanto tema, destacamos o evento chamado Raça e Mercado, realizado na Faculdade Getúlio Vargas e que tinha por objetivo congrega os empreendedores negros e debater a inclusão da população negra no universo dos negócios, nesse sentido no transcórre do encontro foram abordados temas entorno de quatro painéis que tinham como objetivo traçar o contexto histórico do empreendedorismo negro; mapear o mercado a partir dos empreendedores negros; refletir sobre os principais desafios e dificuldades enfrentadas pelos empreendedores negros e debater como as políticas públicas e os investimentos privados podem

fomentar o empreendedorismo negro. Em meio à tais eixos, os palestrantes e mediadores, trataram do fato do empreendedor negro, em sua maioria, persistir no nível de subsistência; da importância da parceria público-privada para transformação do mercado; do fomento ao crédito, mediado pelo Estado, para empreendedores; das parcerias entre grandes corporações e ONGs na criação de fundos de investimentos de impacto social e outras iniciativas do mercado em prol da equidade racial.

Pouco meses depois, foi realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, onde foi debatido o projeto de lei 791/2019 que se refere ao Programa Estadual de Fomento ao Empreendedorismo de Negros e Negras, que tratado como medida de reparação histórica e econômica, compreende o empreendedorismo como alternativa à forma tradicional de produção e possibilidade de inclusão e igualdade racial.

O artigo primeiro do projeto de lei sintetiza as justificativas políticas sobre sua importância

“Fica instituída no Estado de São Paulo, a Política Estadual de Fomento ao Afroempreendedorismo, com a finalidade de criar condições para aumentar a inclusão, a produtividade e o desenvolvimento sustentável de empreendimentos liderados por negros e negras, na geração de trabalho, emprego e renda, por meio de processo socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável, que oportunize as pessoas e suas famílias vida digna pelo seu próprio trabalho, como alternativa real ao modo tradicional de organização da produção e distribuição dos frutos do trabalho.”

Segundo o artigo quarto, o programa

“...compreende a instituição de condições necessárias para o desenvolvimento de atividades empreendedoras lideradas por negros e negras no mercado, por meio de ações de fomento, assistência técnica, desburocratização jurídica das iniciativas e do acesso ao crédito, bem como da formação e qualificação em gestão, de modo a propiciar a redução do desemprego, do subemprego e de outras formas precárias de ocupação da força de trabalho que atingem, especialmente, os negros, no âmbito do Estado de São Paulo.”

O projeto de lei estrutura suas ações e objetivos em três aspectos: apoio à gestão, comercialização e produção; conscientização e empoderamento e fortalecimento institucional, onde o fomento ao empreendedorismo, mais especificamente ao afroempreendedorismo, surge como estratégia “para estimular um processo simultâneo de inclusão e de ascensão social”. Os meios para tal processo se encontram no artigo quinto, onde se desdobra os objetivos estratégicos do projeto e chama-nos atenção algumas assertivas como o fortalecimento e empoderamento econômico dos afroempreendedores e a necessidade de lhes garantir condições para “entrada, permanência, consolidação e competitividade, no mercado de trabalho e na geração de renda”.

No bojo do diálogo aberto entre o Estado e o movimento negro, o tema da violência policial perante à população negra vem sendo pauta recorrente há décadas. Nesse sentido se destacam as ações de caráter programáticos, como seminários, congressos e audiências, onde pontuamos aqui dois momentos.

O primeiro se refere a audiência pública contra o genocídio da juventude negra ocorrida na ALESP em outubro de 2017 que contou com a participação de diversas entidades do movimento negro e da sociedade civil que se pautam pela violência do Estado e com membros dos poderes executivo e legislativo entre representantes da secretaria de segurança pública, da defensoria pública e da corregedoria da PM. O principal objetivo da reunião era estabelecer encaminhamentos entorno da questão, algo que efetivamente não ocorreu, haja vista a assimetria na percepção das partes envolvidas, onde as entidades da sociedade civil apontavam efusivamente para necessidade de mudanças estruturais na política de segurança pública e os representantes do Estado, por sua vez, indicavam uma problemática conjuntural, baseada na culpabilização dos maus policiais que deturpam a missão da instituição.

O segundo evento diz respeito ao seminário “O Direito no enfrentamento à violência de Estado” organizado na Faculdade de Direito pela Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio, com o objetivo de “construir um espaço de interlocução e troca sobre estratégias jurídicas de instituições e pessoas diante das práticas violentas do Estado”. O evento contou com análises conjunturais; com a problematização sobre as condutas do sistema jurídico; com a defesa de criação de políticas públicas no âmbito jurídico; com o questionamento acerca do treinamento e capacitação dos agentes de segurança pública; com a reflexão sobre o papel da sociedade civil entre outros temas, pautados não apenas por ativistas, mas também por diversos representantes do sistema judiciário, como delegados, promotores e juízes.

Outro evento de caráter programático do movimento negro na reivindicação junto ao Estado foi o I Encontro Internacional da Coalizão Negra por Direitos no bairro da Bela Vista. O encontro teve como propósito estabelecer os vínculos criados entre as diversas entidades negras em torno da coalizão que vem pressionando o poder legislativo no sentido de “assegurar os direitos humanos da população negra no Brasil”. Portanto, as pautas colocadas nas mesas e rodas de conversas envolviam aspectos gerais tais como educação, saúde, segurança, religião e perspectivas de atuação política.

4.4 Crise e crítica no movimento negro paulista

O levantamento acima, mesmo sendo uma pequena amostra, nos demonstra o crescente interesse e diversidade nas pautas, reivindicações e perspectivas do movimento social negro em São Paulo. Contudo, nos cabe analisar, sob os fundamentos do materialismo histórico dialético, as determinações dessas pautas, reivindicações e perspectivas. Ou seja, pontuar como aquilo que é dito, defendido e proposto internamente nos permite associar a mobilização do movimento negro à crise imanente do capitalismo.

Nesse sentido, se faz pertinente conceber como a crise generalizada do capitalismo se desdobra simultaneamente numa crise da crítica dos movimentos sociais e outras formas de protesto social, incluindo em sua particularidade o movimento negro (BARROS, *op cit* p.101; MENEGAT *op cit* p.147), levando-nos a questionar nesse sentido acerca das intencionalidades das parcerias entre o setor privado e setores e personalidades do movimento negro; a busca por criação de políticas públicas de fomento ao crédito para empreendedores negros e o entendimento da necessidade de criação de um pacto nacional com o objetivo de assegurar os direitos humanos da população negra no Brasil. Tais pautas sinalizam a percepção dos movimentos negros acerca da sociedade colapsada, marcada pela circulação do capital financeiro e gestão da barbárie.

Portanto, ao observarmos a crescente associação entre personalidades e entidades do movimento negro e o setor privado - através de ações publicitárias; de programas de diversidade; de participação nos meios de comunicação; da criação de fundos de investimento e da disseminação de produtos financeiros - sob o argumento de criar representatividade e alçar lugares sociais de tomada de decisão, devemos nos ater às estratégias do capitalismo em instrumentalizar as identidades sociais e coletivas enquanto produto e representação, ao perpetuar a reprodução social capitalista de duas formas. Primeiro ao acompanhar a já mencionada, tendência expansionista do capitalismo em ampliar a circulação do capital através da criação de novos mercados e a transformação de grupos marginalizados em consumidores, impulsionando a circulação do capital financeiro que fundamenta a valorização crítica do valor através do crédito. Segundo, ao subsidiar a ideia de representatividade e permitir o ingresso de algumas personalidades negras a lugares de poder e prestígio internos a estrutura social capitalista, o marketing empresarial busca instituir no imaginário social coletivo a subjetividade individualista e meritocrática, bem como a ideia de superação das mazelas do racismo a partir da lógica corporativa.

Em meio à dissolução da sociedade do trabalho, a pauta entorno do empreendedorismo negro surgiu como tema de grande eminência nos últimos anos exatamente por dar sentido, mesmo que de forma fetichista, ao trabalho precário e autônomo de milhões de pessoas. No Brasil, o fato, como já mencionamos, dos negros serem mais de 50% dos donos de negócios e, no entanto, receberem metade dos rendimentos em comparação com os não-negros (SEBRAE, 2015), depõe a negatividade levada a cabo pela lógica do empreendedorismo e escancara os limites do empreendedorismo negro como perspectiva de superação do racismo estrutural. Após a constatação da precariedade desses “empreendimentos” e sua manutenção no nível de subsistência, apela-se tanto ao setor privado, onde determinadas empresas preocupadas em apresentar uma imagem de responsabilidade social fazem investimentos e parcerias de impacto, quanto ao poder público no sentido de criação de políticas públicas de fomento ao crédito. De qualquer forma, ao se realizar como possibilidade de flexibilidade, liberdade e inovação, o empreendedorismo impulsiona os anseios daqueles que visam ascender socialmente enquanto empregadores/empresários, revelando sua principal função de ressignificar a precariedade do trabalho, inculcando uma consciência empresarial e patronal nos sujeitos. Não à toa perdem-se de vista a luta por direitos e maiores salários e no seu lugar aparece a reivindicação por crédito, isto é, por dívida, que por sua vez mobilizada através do consumo, de empréstimos bancários, financiamentos e contrato com fornecedores cumpre sua função na ampliação e aceleração da circulação do capital financeiro e fictício.

A luta por direitos, traduzida na criação de políticas públicas e ações afirmativas, vem se realizando como tradição do movimento negro brasileiro e paulista em particular, logrando seus maiores êxitos com a eleição de Lula e a gestão federal do Partido dos Trabalhadores no começo do século. No entanto, ao mesmo tempo em que o Estado concedeu tais direitos se fez crescente o número, composto em sua maioria por negros, de encarcerados e assassinados no Brasil, fazendo surgir um paradoxo, que faz com que setores do movimento negro se articulem para assegurar os direitos humanos da população negra brasileira e se explica quando compreendemos o conceito de gestão da barbárie.

Partindo do princípio de que a sociedade capitalista se encontra colapsada, a caminho de sua autodestruição, a governabilidade social posta na gestão da barbárie, busca “manter os indivíduos ligados a um sistema produtor de mercadorias, justamente quando este nada mais pode fazer”. Concretamente, o programa reformista e populista do PT, incluindo as políticas públicas e ações afirmativas voltadas à população negra, funcionou como “linha auxiliar da tentativa de reanimação do gigante combalido”, isto é, estavam diretamente ligadas e

subordinadas ao contexto geral de gestão econômica e a busca por novas formas de valorização do capital excedente, encontrando na criação de programas de distribuição de renda; no aumento da máquina pública e no fomento ao consumo e crédito, seus sentidos.

Contudo, se faz preciso compreender os direitos adquiridos e reivindicados pelos movimentos negros nesse contexto e os aspectos ideológicos postos pelo petismo. Nesse sentido, voltamos à atmosfera de fundação do PT e, portanto, a crítica ao marxismo tradicional e a perspectiva desenvolvimentista, baseada na crença do perpétuo progresso do capitalismo. Essa percepção derivada de interpretações vulgares da teoria marxista, concretizou-se no surgimento do PT na disputa pela gestão do modo de distribuição interno ao capitalismo. Portanto, ao assumir o governo federal e ser pressionado pelos seus grupos de base, incluindo o movimento negro, o núcleo duro da burocracia petista adotou as políticas em prol da promoção da igualdade racial, inaugurando expectativas concretas acerca de novos rumos para a população negra no Brasil.

Essa conjunção entre os movimentos sociais e o Estado, perfaz o “tipo ideal de modernização a ser concluída por meio de políticas públicas”, no qual ao tentar promover a igualdade racial através da regularização da propriedade das terras quilombolas, da reserva de vagas nas universidades e concursos públicos entre outras medidas, compreende-se o racismo estrutural enquanto problema conjuntural a ser resolvido por uma gestão democrática do Estado, capaz de garantir através dos direitos a integração e igualdade racial, revelando que a “densidade da crítica ao capitalismo nestas formulações se concentra no seu modo de ser e não na negação de seus fundamentos constitutivos”. Essa intencionalidade, lida como democrática e inclusiva, em torno da formulação dessas políticas públicas e observada nos primeiros anos da gestão petista “não encontrou mais respaldo no frágil equilíbrio do arranjo social que a sustentou durante 14 anos”. (MENEGAT, *Op cit* p. 118).

Encerram-se, assim, o projeto petista e as expectativas pela integração e igualdade racial e recrudescem-se a lógica punitivista do Estado vista no encarceramento em massa e extermínio de jovens negros. Sendo sintomática a simultaneidade entre o avanço da extrema-direita no âmbito político-institucional e a organização do movimento negro no sentido de garantir os direitos humanos da população negra.

Por fim gostaríamos de salientar a necessidade de efetivar, internamente ao movimento social negro, a crítica radical ao modo de produção capitalista, sua sociabilidade e suas categorias, para que num segundo momento possamos compreender as determinações da crise

e do colapso da sociedade do trabalho e orientar nossas práticas conforme o acirramento eminente da barbárie. Até porque nos parece tarde demais para projetarmos teorias conciliatórias e bem-intencionadas.

Considerações finais

A raça se expõe como expressão inequívoca da modernização brasileira. Em termos históricos, surge no período colonial como instrumento de sujeição ao trabalho, a escravidão; conforma a concorrência no mercado de trabalho após a abolição da escravatura e determina as manifestações cotidianas da crise do trabalho, sobretudo a partir da dívida e da violência.

Além de se revelar nada circunstancial, a raça tampouco foi superada como forma de sociabilidade no desenrolar do desenvolvimento capitalista. Contudo, isso não indica o caráter trans histórico da raça, e o seu fim em si, onde as raças são determinadas por qualidades inatas e naturais. Isto é, essa crítica se distancia veementemente dessa premissa evocada por certas correntes da crítica negra, que idealizam, por assim dizer, uma identidade africana diaspórica universal, mas que se notabilizam como correntes formuladas e desenvolvidas no Ocidente. (MBEMBE, 2018 p.307; BARROS, 2019 p.145)

Portanto, foi na busca por vínculos externos ao conceito de raça que orientamos a nossa análise sobre o seu recrudescimento perante à modernização brasileira, nos aproximando assim da categoria trabalho nos termos da filosofia marxista/marxiana. Para tanto, se fez necessário marcar a diferença interna ao pensamento marxista entre a crítica existencial e a crítica categorial do trabalho, ou seja, entre a crítica à apropriação e distribuição da sociedade de classes burguesa e a crítica ao trabalho como forma de mediação social totalitária e como fundamento em crise da lógica burguesa. Em suma,

“A tarefa da crítica radical consiste, antes do mais, em trazer a plena luz o caráter negativo e destrutivo do próprio ideal e efetividade justamente na história do sofrimento e do abuso da modernidade[...]também cumpre criticar, desde de sua base, a moderna forma da riqueza. Para tanto, faz-se necessária, como pré-condição uma crítica igualmente basilar dos conceitos iluministas de razão, sujeito e história.” (KURZ, 2010 p.45)

Esses conceitos iluministas são mobilizados pela ontologia burguesa do progresso, “a qual compreende toda história aqui transcorrida como ascensão de uma forma mais baixa para uma outra mais elevada”. A história constitui, portanto, a história do desenvolvimento e logo põe-se como necessária, sendo esse o conceito de história, também, o fundamento da luta e consciência de classe, nos termos de Lukács (2003). Como vimos, o desenvolvimento capitalista não resolveu os dilemas raciais, tampouco forjou junto à população negra uma identidade imediata com o sujeito proletário, colocando em xeque premissas de movimentos negros do passado e do presente, de esquerda e de direita, pois concebem positivamente categorias fundamentais da lógica burguesa como razão, história, desenvolvimento, sujeito e

trabalho. Daí a necessidade de superação da crítica existencial pela crítica categorial, onde a lógica guia a história, não o contrário. Para nós, essa lógica está circunscrita à valorização crítica do valor expressa na contradição entre capital e trabalho e assim ao caráter autodestrutivo do desenvolvimento capitalista, que aparece no percurso da modernização brasileira, no ponto de vista do negro, na sujeição violenta para o trabalho (escravidão); na marginalização como exército de reserva diante à superpopulação relativa e consequente violência sistemática.

Concebendo essa tendência autodestrutiva nos colocamos a analisar o cotidiano do negro na metrópole paulista diante o colapso da modernização. Assim, novamente nos deparamos com o recrudescimento das desigualdades raciais estruturais, reveladas nas relações de trabalho e concorrência. Além disso, nos colocamos a observar como as diversas vertentes do movimento negro organizado expressam e concebem a crise.

O desemprego, a precarização do trabalho, a dívida e a violência via cárcere e assassinato são as formas pelas quais a crise se expressa no cotidiano da população negra em São Paulo, evidentemente não são fenômenos exclusivos, mas caracterizam a experiência urbana dos negros paulistas. O nosso desafio foi tentar traçar a simultaneidade dessas expressões, por assim dizer negativas do cotidiano com outras aparentemente positivas como a implementação de políticas públicas para promoção da igualdade racial; a maior representação no mercado publicitário e a criação de um mercado identitário a partir do afroempreendedorismo. Essa expressão simultânea desvela a própria contradição entre acumulação e crise, onde a raça ao mesmo tempo que determina a concorrência se realiza como mercadoria. Assim a raça, perante à crise imanente surge na estruturação da divisão social do trabalho, sendo o desemprego e o trabalho precário e informal marcas latentes da posição do negro no mercado de trabalho; na violência sistemática que irá naturalizar o cárcere e a morte como forma de regulação das forças produtivas e na mobilização de indivíduos e organizações no sentido de pleitear maior participação e integração junto ao Estado e ao mercado.

A correlação entre raça e crise é evidente e se desdobra contraditoriamente no cotidiano da população negra em São Paulo, pois em grande medida a raça surge como artifício de acomodação da crise, de forma que a sua efetividade negativa apareça como causalidade e inerência, manifestação natural da sociabilidade capitalista determinada pela valorização do valor. A articulação entre a raça e o processo de valorização do valor se fez notória no curso da modernização brasileira, onde o desenvolvimento e progresso capitalista representou o recrudescimento do racismo estrutural e não sua superação. Por isso, tratamos aqui de negar os

vínculos aparentemente imanentes entre raça e as categorias do capital, de forma a aprofundar a célebre e descontextualizada frase de Malcolm X de que não existe capitalismo sem racismo. Longe de apontar para a classe como fim da crítica, propomos a leitura negativa e crítica sobre a razão negra, nos termos de Mbembe, e seus desdobramentos na reprodução das categorias fundamentais da lógica capitalista.

Portanto, na seara do movimento negro e suas distintas compreensões e deliberações, pontuamos suas continuidades e descontinuidades e como essas revelam a própria trajetória particular e contraditória da população negra paulista no curso da modernização brasileira. Assim há de se ressaltar que os movimentos negros de ontem e hoje, assim como os demais movimentos sociais, ao pautaram suas demandas de maneira imediata - isto é, no bojo da concorrência, onde destacamos a ideia de integração mobilizada na luta por direitos e na ressignificação do mercado - distanciaram-se da elaboração de uma crítica radical e negativa sobre a lógica e o desenvolvimento capitalista, suas categorias e sua efetividade cotidiana. Guiados pela promessa emancipatória, os movimentos sociais furtam-se de determinar precisamente o conceito de razão que os mobiliza, incorrendo na afirmação contraditória da forma valor, isto é, na forma irracionalmente emancipada do “sujeito automático”

“O iluminismo em todas suas variantes e graus de desenvolvimento sempre se limitou a submeter à crítica as situações e manifestações que de algum modo se atravessaram no caminho da esmagadora roda do movimento da valorização. Por isso mesmo, a sua crítica as realidades anteriores à modernidade apenas constituíram uma crítica do poder, na medida em que as formas tradicionais de dominação eram censuradas pela sua falta de eficiência e pela sua falta de capacidade de ingerência no íntimo dos indivíduos. O iluminismo foi, desde o início, o perscrutar dos pontos fracos do poder, com intuito de fortalecer este último sob uma forma nova, objetivada que ao mesmo tempo, seria ideologizada como forma natural inultrapassável. O início da crítica iluminista foi, por conseguinte, simultaneamente o fim de toda crítica, o desaparecimento da crítica na forma autorreferente da subjetividade burguesa.” (KURZ, 2010 p.44)

Liberdade, igualdade e fraternidade são, portanto, as promessas emancipatórias anunciadas pela consciência burguesa que guiaram o sujeito moderno no curso histórico da modernização, incluindo aí o negro inserido negativamente no processo concorrencial. Dessa forma, as distintas e periódicas manifestações do movimento negro - o tradicionalismo da FNB; a institucionalização do MNU e o empreendedorismo negro - sobretudo quando relacionadas com as categorias elementares da lógica burguesa, como trabalho e valor, desde sempre revelaram as contradições da sociedade burguesa em efetivar tal promessa emancipatória. Portanto “a própria exigência emancipatória dos negros, na medida em que só podia ser formulada nas categorias do homem branco, produz uma profunda crise de identidade” (KURZ,

1997 p.49), refletida na pluralidade do movimento negro organizado, na ausência de um projeto de sociedade coeso e na crise da crítica negra, tolhida ao imediato e concreto.

Propomos aqui inserir junto às deliberações do movimento negro, a necessidade de conformação de uma prática teórica (KURZ, 2007; ALFREDO, 2010) sob as premissas da filosofia marxista/marxiana, de forma a nos localizarmos criticamente diante o processo de autodestruição e colapso do capitalismo e criarmos os mecanismos fundamentais para nossa autodefesa diante à barbárie.

Duas teses, caracterizadas pelo viés crítico de seus autores, tratam de tencionar os desdobramentos da raça perante o colapso da modernização, um colocando ao centro da análise o sujeito branco, outro o sujeito negro.

A primeira é a supressão e conservação do homem branco, ensaio onde Robert Kurz sinaliza para o esgotamento do que chama de forma social do homem branco, como fim em si do sujeito moderno

“Depois de meio milênio de desenvolvimento ambíguo e contraditório, o processo de colonização interna e externa começa a estrangular a si mesmo. As formas sociais ocidentais, formadas na era dos descobrimentos, não são suficientemente avançadas para poder incorporar o mundo único que é seu próprio produto. Se, no mais alto grau pensável, todos os seres humanos se tornaram homens brancos, então ninguém mais pode sê-lo. Nenhuma emancipação é mais possível na forma patológica até então vigente.” (KURZ, 1997 p.52)

Para o autor se faz necessário implodir as formas sociais ocidentais, a forma europeia do fetichismo da mercadoria e do dinheiro, convertida em forma totalizada e universal, pois permanecer subjugado a essa abstração se tornou algo insensato e ameaçador à própria vida, tanto para negros quanto para brancos. Trata-se, portanto, da dissolução das formas sociais ocidentais, entre elas a raça, perante o colapso e sua crítica. De forma que “não é possível voltar a uma situação anterior ao mercado mundial, à democracia ocidental e ao iluminismo, mas deve existir uma perspectiva capaz de sobrepujá-los.”. Assim a supressão e conservação do homem branco está diretamente associada à reconciliação entre razão e sensibilidade, resolvendo assim as patológicas cisões de identidade.

Lidando com essas cisões, o devir-negro do mundo, tese cunhada por Achille Mbembe, representa o processo em que o substantivo negro deixa de remeter unicamente a condição atribuída aos povos de origem africana e surge como condição fungível e solúvel, ou seja, se revela na tendencia de universalização da condição negra. O autor compreende o sujeito no neoliberalismo, para nós crise do trabalho, como sujeito do mercado e da dívida que se encontra

condenado à flexibilidade e ao curto prazo e por isso deve abraçar essa sua condição de sujeito solúvel e fungível, sempre disposto a tornar-se outro. Assim, “os riscos sistemáticos aos quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem agora o quinhão de todas humanidades subalternas”. (MBEMBE, 2018 p.17). Imbuído dos conceitos de restituição e reparação, Mbembe aventa a possibilidade de uma consciência comum do mundo e a realização da justiça universal “ao reconhecimento do que se poderia chamar da parte do outro, que não é a minha, mas da qual sou fiador, queira ou não”, em outras palavras trata-se da “reparação dos laços que foram rompidos e reinício do jogo da reciprocidade sem o qual não pode haver elevação em humanidade”. Está claro para Mbembe a destinação universal do mundo por vir e a necessidade de estabelecer a comunidade universal, onde a proclamação da diferença, expresso na crítica negra, seja momento de um projeto mais amplo.

Ambas teses acima, conceberam o acirramento das tendências autodestrutivas do capital ao compreenderem a dimensão econômica do colapso, por sua vez propõem uma autorreflexão da crítica e do sujeito, onde compartilham a ideia de destinação universal do mundo e consequentemente a supressão da raça. De forma coerente ressaltam que o fim da raça não será por decreto ou por simples ressignificação da linguagem, apostando, porém, na sua diluição diante o transcorrer do colapso do capitalismo.

Identificamos nesse momento o limite da crítica que se põe a pensar idealmente a realidade, pois a necessidade de incorrer ao universalismo não é outra coisa senão se desprender da realidade concreta e imediata, um processo de abstração que circunscreve o social ao plano da consciência e das ideias. Assumimos para nós também esse limite, porém desde já nos desprendemos de uma crítica vazia, incapaz de autorreflexão e do diálogo diante à realidade objetiva e contraditória. Reforçamos aqui nosso intento em traçar argumentos capazes de condicionar o amadurecimento das interpretações marxistas, internas ou externas ao movimento negro, acerca da raça e do racismo, no sentido de realizar a crítica à economia política da raça.

REFERENCIAS

ALFREDO, Anselmo **“Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço”**, Annablume, 2008, São Paulo.

_____ "Crise Imanente, Abstração Espacial, Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica" **Revista Terra Livre**, Ano 26, v.1, n°34, 2009, São Paulo.

_____ **“Civildade, Fetichismo Totalitário, Sob a Contradição Capital Trabalho. Sociedade Civil e Modernização Crítica”** mimeo. 2011, São Paulo.

_____ **“Índio, Questão de Majestade. A Problemática Indígena e a Contradição Agrária Urbana na Ocupação Produtiva do Planalto Paulista no Século XVIII.”** Tese de doutorado – DG-FFLCH-USP, 2004, São Paulo.

ALMEIDA, Silvio Luiz **“Capitalismo e Crise: O que o Racismo tem a Ver com Isso?”** In: Dennis de Oliveira. (Org.). **“A Luta Contra o Racismo no Brasil”**. 1°ed., Edições Fórum, 2017, São Paulo.

_____ **“Estado, Direito e Análise Materialista do Racismo”** In: Celso Naoto Kashiura Junior; Oswaldo Akamine Junior, Tarso de Melo. (Org.) **“Para a Crítica do Direito: Reflexões sobre Teorias e Práticas Jurídicas”**. 1°ed., Outras Expressões; Dobra Universitário, 2015, São Paulo.

ALVES, Glória **“O Uso do Centro da Cidade de São Paulo e sua Possibilidade de Apropriação.”** FFLCH, 2010, São Paulo.

ALVES, Jaime **“Topografias da Violência: Necropoder e Governamentalidade Espacial em São Paulo”** **Revista do Departamento de Geografia – USP** v.22 p. 108-134, 2011. São Paulo.

_____ **“Necropolítica Racial: A Produção Espacial da Morte na Cidade de São Paulo”** **Revista da Associação de Pesquisadores Negros** v. 1, n. 3 p. 89-114. nov. 2010-fev. 2011

ANDREWS, George **“Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)”**, 1°ed. EDUSC, 1991, São Paulo.

ALENCASTRO, Luiz Felipe **“O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul”** Cia das Letras, 2000, São Paulo.

ARIZA, Marília “Comprando brigas e liberdade Contrato de locação de serviços e ações de liberdade na província de São Paulo nas últimas décadas da escravidão (1874-1884)” in: MACHADO, Maria Helena & CASTILLO, Celso (orgs.) **“Tornando-se Livre, Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição”**. Edusp, 2015, São Paulo.

BARBOSA, Adriana **“Preta potência: Como a resistência e a ancestralidade me ajudaram a criar o maior evento de cultura negra da América Latina”**. Harper Collins, 2021, Rio de Janeiro.

BARBOSA, Márcio **“Frente Negra Brasileira: depoimentos”** Quilombhoje, 2017, São Paulo.

BARREIRA, Marcos R. Alves “Sujeitos monetários da modernidade” **Estudos e Pesquisas em Psicologia UERJ**, Ano 5, n.1, 2005, Rio de Janeiro.

BARROS, Douglas R. **“Lugar de negro, lugar de branco?: Esboço para uma crítica a metafísica racial”** Hedra, 2019, São Paulo.

BASSANI, Arthur **“Uber: uma carona crítica. Elementos para uma problematização da crise do trabalho através dos aplicativos de transporte individual”** Trabalho de Graduação Individual – DG-FFLCH-USP, 2018, São Paulo.

BENJAMIN, Walter **“Magia e Técnica, Arte e Política”** 7^{ed}. Editora Brasiliense, 2010, São Paulo.

BENTO, Maria A. Silva **“Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresarias e no poder público”** Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002, São Paulo.

BOTELHO, Guilherme **“Quanto vale o show? O fino Rap de Athalyba-Man e a inserção social do Periférico através do mercado de música popular”** Dissertação de Mestrado – IEA (Instituto de Estudos Brasileiros) -USP, 2018, São Paulo.

BOTELHO, Maurílio “Superacumulação e colapso do capitalismo no Brasil em retrospectiva” in: **Geografares**, 2019, Vitória-ES.

CASTELO, Rodrigo **“O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI”** Tese de Doutorado – UFRJ 2011, Rio de Janeiro.

CARLOS, Ana Fani (org.) **“A crise urbana”** Contexto, 2015, São Paulo.

CARRIL, Lourdes **“Quilombo, Favela e Periferia: A Longa Busca pela Cidadania”**, 1ºed Annablume, 2007, São Paulo.

CARVALHO, Apolônio de **“Pensamento de esquerda e a questão racial”** in: **“Dossiê As esquerdas e o comunismo no século XX e XXI: Conflito e influencias”** **Revista Perseu Abramo**, 2013, São Paulo.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal **“A inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1890 - 1930)”** Tese de doutorado – Universidade Federal Fluminense, 2015, Rio de Janeiro.

COTRIM, Vera Aguiar **“Trabalho, conhecimento, valor: Marx frente a uma contradição atual”** Tese de doutorado – FFLCH-USP, 2015, São Paulo.

CUNHA JR., Henrique & RAMOS, Maria Estela Rocha **“Espaço Urbano e Afrodescendência: Estudos da Espacialidade Negra Urbana para o Debate das Políticas Públicas”** 1ºed. Editora UFC, 2007, Fortaleza.

CUSTÓDIO, Lourival **“Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) - 1978 - 1990”** Dissertação de mestrado - Escola de Artes, Ciências e Humanidades-USP, 2017, São Paulo.

DAMIANI, Amélia **“Urbanização Crítica e a Produção do Espaço”** **Revista Cidades**, v.6, nº10, 2009, São Paulo.

_____ **“O lugar, o mundo e o cotidiano” VI Egal (Encontro de Geógrafos da América Latina)**, 1997, Buenos Aires, Argentina

DOMINGUES, Petrônio **“Uma História não Contada: Negro, Racismo e Branqueamento em São Paulo no Pós-Abolição”** 1ºed. Senac, 2003, São Paulo.

_____ **“A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)”** Tese de Doutorado – DH-FFLCH-USP, 2005, São Paulo.

_____ **“Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”** **Revista Tempo**, 2007, Rio de Janeiro.

_____ **“Em Defesa da Humanidade: A Associação Cultural do Negro”**. **Revista Dados**, 2018, Rio de Janeiro.

FANON, Franz **“Pele negra máscaras brancas”** EDUFBA, 2008, Salvador-BA.

FERNANDES, Florestan **“A Integração do Negro na Sociedade de Classes”**, v.1 e 2, 5^oed, Editora Globo, 2008, São Paulo.

_____ **“Significado do protesto negro”** Cortez, 1989, São Paulo.

FILME, Geraldo **“Tradição”** in: **“Geraldo Filme”** Memória Eldorado, 1982, São Paulo.

FOUCAULT, Michel **“O nascimento da biopolítica”** Martins Fontes, 2008, São Paulo.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **“Corpo Negro Caído no Chão: O Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado Brasileiro”**. 1^oed. Contraponto, 2008, Rio de Janeiro.

FRANCISCO, Renata **“Pacto de tolerância e cidadania na cidade de São Paulo (1850-1871)”** in: MACHADO, Maria Helena & CASTILLO, Celso (orgs.) **“Tornando-se Livre, Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição”**. Edusp, 2015, São Paulo.

FREDERICI, Silvia **“Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva”** Editora Elefante, 2017, São Paulo.

GILROY, Paul **“O Atlântico Negro”** 2^a ed. Editora 34, 2012, São Paulo.

GIORGI, Alessandro de **“A Miséria Governada Através do Sistema Penal”**. Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2006, Rio de Janeiro.

GONZALES, Lélia **“O lugar do negro”** Marco Zero, 1982, Rio de Janeiro.

GROSSMANN, Henryk **“La Ley de la Acumulación y del Derrumbre del Sistema Capitalista”** 1^oed. Siglo XXI, 1979, Cidade do México.

HARVEY, David **“A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”** Edições Loyola, 1992, São Paulo.

_____ **“O enigma do capital: e as crises do capitalismo”** Boitempo, 2011. São Paulo

HASENBALG, Carlos **“Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil”** Graal, 1979, Rio de Janeiro.

HEIDEMANN, Dieter; TOLEDO, Carlos de Almeida e BOECHAT, Cássio Arruda **“O Trabalho no Brasil: Traçado Interpretativo de sua História e de sua Crítica”** **Revista Estudos Avançados IEA/USP** n°81, 2014, São Paulo.

IANNI, Octavio **“Escravidão e Racismo”** Hucitec, 1^oed. 1978, São Paulo.

JACINO, Ramatis **“O Negro no Mercado de Trabalho em São Paulo no Pós-Abolição”** Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2013, São Paulo.

KRISIS, Grupo **“O manifesto contra o trabalho”** in: **Cadernos do Labor (Laboratório de Geografia Urbana-DG-FFLCH-USP) nº 2**, 1999, São Paulo.

KURZ, Robert **“O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial”** Paz e Terra, 1993, São Paulo.

_____ **“A Supressão e Conservação do Homem Branco”** in: **“Os Últimos Combates”** 1ºed., Vozes, 1997, Petrópolis-RJ.

_____ **“Razão sangrenta: Ensaio sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais”** Hedra, 2010, São Paulo.

_____ **“A Substância do Capital: O trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização”** **EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria**, n.1, 2014, São Paulo.

_____ **“Seres humanos não-rentáveis”** Jornadas Anuais da INTEGRAS, 2005, Brunnen, Suíça.

_____ **“Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria O problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas”** **EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria**, 2007, São Paulo.

LEFEBVRE, Henri **“La Producción del Espacio”** Capitan Swing Libros, 2013. Madrid, Espanha.

LOBATO, Monteiro **“Cidades mortas”** 2º ed. Biblioteca Azul, 2008, Rio de Janeiro.

LOCOMOTIVA, Instituto **“A Voz e a vez - Diversidade no Mercado de Consumo e Empreendedorismo”** mimeo, 2018, São Paulo.

LOPES, Felipe Ricardo **“O colapso da criação: a economia criativa como forma necessária do trabalho como religião”** Dissertação de Mestrado – DG-FFLCH-USP, 2019, São Paulo.

MACEDO, Márcio **“Serviço de Preto”: uma faceta do consumo da juventude afro-paulista”** ANPOCS, 2004, Caxambu-MG.

MALACHIAS, Antônio Carlos **“Geografia e relações raciais: desigualdades socioespaciais em preto e branco”** Dissertação de Mestrado – DG-FFLCH-USP, 2006, São Paulo.

MANDEL, Ernest **“Capitalismo Tardio”**, São Paulo, 1ºed. Nova Cultural, 1985, São Paulo.

MARX, Karl **“O Capital [Livro I]”** 2º ed. Boitempo, 2011, São Paulo.

_____ **“O Capital [Livro II]”** 1ºed. Boitempo, 2014, São Paulo.

_____ **“O Capital [Livro III]”** 1ºed. Boitempo, 2017, São Paulo.

_____ **“Grundrisse”** 1ºed. Boitempo, 2011b, São Paulo

MBEMBE, Achille **“Crítica à Razão Negra”** 1ºed. N-1 Edições, 2018, São Paulo.

_____ **“Necropolítica”** 1ºed. N-1 Edições, 2018b, São Paulo.

MENEGAT, Marildo **“A Crítica ao capitalismo em tempos de catástrofe: O giro dos ponteiros no pulso de um morto”** Consequência, 2019, Rio de Janeiro.

MOORE, Carlos **“Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo”** Mazza Edições, 2007, Belo Horizonte-MG.

MORA, Monica **“A Evolução do Crédito no Brasil entre 2003 e 2010”** IPEA, 2015, Rio de Janeiro.

MORAES, Amanda **“Memórias da população negra da cidade de São Paulo: Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1725- 1904)”** Trabalho de graduação integrado DG-FFLCH-USP, 2017, São Paulo

MOURA, Clóvis **“A Dialética radical do Brasil negro”** Anita Garibaldi, 2ºed. 2014, São Paulo.

_____ **“Rebeliões da senzala: Quilombos – Insurreições - Guerrilhas”** Anita Garibaldi, 5ºed. 2014b, São Paulo.

_____ **“Sociologia do negro brasileiro”** Ática, 1988, São Paulo.

_____ **“O negro: Do bom escravo ao mau cidadão”** Conquista, 1977, Rio de Janeiro.

_____ **“Os quilombos e a rebelião negra”** 5ºed. Brasiliense, 1986, São Paulo.

MUNANGA, Kabenguele “**Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**” 1ºed., Vozes, 1999, Petrópolis-RJ.

NAME, Leo “A Natureza como o Outro de Diferentes Partes: Uma Discussão sobre Ratzel e Alteridade” In: **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales** vol. XV nº854, 2010, Barcelona.

NASCIMENTO, Abdias “**O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**” 1ºed. Paz e Terra, 1978, Rio de Janeiro.

NOVAIS, Fernando “**Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**” Editora 34, 2019, São Paulo.

PETRONE, Pasquale “**Aldeamentos paulistas**” EDUSP, 1995, São Paulo.

PLÁCIDO, Ricardo “**Territórios negros: cartografias e etnicidades na experiência do Rap paulistano (1970-1990)**” Dissertação de Mestrado - Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades-FFLCH, 2019, São Paulo.

POSTONE, Moishe “**Tempo, trabalho e dominação social**” Boitempo, 2014, São Paulo

PRADO JR., Caio “**Formação do Brasil Contemporâneo**” Companhia das Letras, 2011, São Paulo.

QUIJANO, Anibal “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina” in: “**A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino Americanas**” 1ºed., CLACSO, 2005, Buenos Aires.

RACIONAIS MC’s “**Sobrevivendo no Inferno**” Cosa Nostra, 1997, São Paulo.

_____ “**Cores e Valores**” Cosa Nostra, 2016, São Paulo.

RAMOS, Guerrero “**Introdução crítica a sociologia brasileira**” Editora UFRJ, 1995, Rio de Janeiro.

RATZEL, Friedrich. As raças humanas. In: MORAES, Antonio (org.) & FERNADES, Florestan (coord.). **Ratzel**. São Paulo : Ática, 1990 [1882-1891], p. 108-150.

SALES, Augusto “Movimentos sociais negros: a emergência de “novos” agentes antirracistas pós década de 1980” in: SANTOS, Renato Emerson (org.) “**Questões Urbanas e Racismo**” De Petrus, 2012, São Paulo.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos **“Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)”** 2ºed. Annablume, 2003, São Paulo.

SANTOS, Guilherme Estevão “Crítica à forma da memória na Estância Turística de Bananal.” In: CACETE, Núria; DURÃES, Fabíola (orgs.). **“O potencial pedagógico do Estudo do Meio no Vale do Paraíba”** FEUSP, 2020. São Paulo.

SANTOS, Renato Emerson (org.) **“Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: O Negro na Geografia do Brasil”**. 1ºed. Autêntica, 2007, Belo Horizonte-MG

_____ “Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas” in: BARONE, Ana & RIOS, Flavia **“Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)”** Intermeios, 2019, São Paulo.

SCARLATO, Francisco “Busca do Centro: o reencontro com a cidade” in: CARLOS, Ana Fani & OLIVEIRA, Ariovaldo **“Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole”**, vol. II. Contexto, 2004, São Paulo.

SEBRAE **“Os donos dos negócios no Brasil: Análise por raça/cor”**. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/>, 2013, Brasília-DF.

SCHMID, Christian “A Teoria da Produção do Espaço em Henri Lefebvre: em Direção a uma Dialética Tridimensional” **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, nº32, p. 89- 109, 2012. São Paulo

SCHUCMAN, Lia Vainer **“Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo”** 1ºed. Annablume, 2014, São Paulo.

SEABRA, Odette “São Paulo e os Signos da Modernidade: A Questão da Segurança Privada” **Revista do Departamento de Geografia** nº6, p. 92-126, 1990, São Paulo.

_____ **“Meandros dos rios nos meandros do poder: Tiete e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo”**. Tese de doutorado – DG-FFLCH-USP, 1987 São Paulo.

SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE **“Mapa do Encarceramento: Os Jovens do Brasil”** 1ºed. 2015 Brasília-DF.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos **“Imigrantes africanos solicitantes de refúgio no Brasil: cooperação para o desenvolvimento e humanitarismo no Atlântico Sul”** Tese de doutorado, DG-FFLCH-USP, 2018, São Paulo.

SINHORETTO, Jacqueline & SCHLITTHER, Maria Carolina **“Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo Letalidade Policial e Prisões em Flagrante”** GVAC-UFSCAR, 2014, São Carlos-SP.

SOUSA, Neusa Santos **“Tornar-se Negro: As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social”** 1ªed. Graal, 1983, Rio de Janeiro.

SUZUKI, Júlio Cesar **“Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo”** in: CARLOS, Ana Fani & OLIVEIRA, Ariovaldo **“Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole”**, vol. II. Contexto, 2004, São Paulo.

TELLES, Lorena **“Libertas entre contrato e alugueis: trabalho doméstico em São Paulo as vésperas da Abolição”** in: MACHADO, Maria Helena & CASTILLO, Celso (orgs.) **“Tornando-se Livre, Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição”**. Edusp, 2015, São Paulo.

TRAVAGIN, Letícia **“O estado e o setor privado de saúde no caminho da desestruturação gradual do SUS”** Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico - IE-UNICAMP, 2016, Campinas-SP.

TROTSKY, Leon **“A revolução permanente”** Expressão popular, 2007, São Paulo.

VALVASSORI, Igor **“Som de Valente: bailes negros em São Paulo”** Dissertação de Mestrado – DG-FFLCH-USP, 2018, São Paulo.

VERGNE, Carlos Moraes **“A Trama da Besta: a Construção Cotidiana do Genocídio do Negro no Rio de Janeiro”** Tese de Doutorado em Psicologia Social PUC-Rio, 2014. Rio de Janeiro.

WILLIAMS, Eric **“Capitalismo e Escravidão”** 1ªed. Companhia das Letras, 2012, São Paulo.